

VOLUME XV - NUMERO 2 - JUNHO - DEZEMBRO 2000

SOCIEDADE e ESTADO

PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO

Sociedade e Estado/Departamento de Sociologia da Universidade
de Brasília: O Departamento, 1986 – v.: 20 cm

Semestral

1. Sociologia 1. Universidade de Brasília – Departamento de Sociologia

ISSN 0102-6992

CDU 301:321(05)

SOCIEDADE
Le ESTADO

A stylized sun graphic on the left side of the cover, consisting of a central spiral and several radiating lines of varying lengths.

**PENSAMENTO
SOCIAL
BRASILEIRO**

VOLUME XV

NÚMERO 2

JUNHO · DEZEMBRO

2000

Sociedade e Estado

Revista semestral de Sociologia - UnB

Volume XV, número 2, junho-dezembro, 2000

Impresso no Brasil sob a responsabilidade do

Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília

Campus Universitário - Asa Norte

70910-900 - Brasília - Distrito Federal

Copyright © 2002 by Departamento de Sociologia da UnB

É permitida a reprodução dos artigos desde que se mencione a fonte.

COMITÊ EDITORIAL

Brasilmar Ferreira Nunes, Eurico A. G. C. dos Santos, Maria Angélica Madeira, Maria Lúcia Maciel, Maria Stela Grossi Porto.

CONSELHO EDITORIAL

Alice Rangel de Paiva Abreu, Bernardo Sorj, Barbara Freitag Rouanet, Bruno Lautier, Carlos Benedito Martins, Cesar Barreira, Elimar Pinheiro do Nascimento, Fernando Correia Dias, Gabriel Cohn, Gilberto Velho, Héglio Trindade, Ivan Sérgio Freire de Souza, José Vicente Tavares dos Santos, Lúcia Lippi de Oliveira, Mike Featherstone, Otávio Guilherme Velho, Renato Ortiz, Silke Weber, Vilma de Mendonça Figueiredo, Wanderley Guilherme dos Santos.

PARECERISTAS

Barbara Freitag Rouanet, Brasilmar Ferreira Nunes, Bráulio Tarcísio Porto de Matos, Débora Guimarães Messenberg, Fernanda Antonia da Fonseca Sobral, Jessé José Freire de Souza, João Gabriel Lima Cruz Teixeira, Lúcia Lippi de Oliveira, Luis Augusto Sarmiento de Gusmão, Maria Angélica Madeira, Maria Francisca Pinheiro Coelho, Maria Lúcia Álvares Maciel, Maria Salete Kern Machado, Maria Stela Grossi Porto, Mariza Veloso Motta Santos.

EDITOR Roberto Sabato Cláudio Moreira

SECRETÁRIA DE EDITORAÇÃO E PREPARAÇÃO DE ORIGINAIS

Rosemar Bertelli

CAPA E PROJETO GRÁFICO Sabrina Lopes

REVISÃO Flávia Lamberti

DISTRIBUIÇÃO Editora UnB, 70910-900, tel.: (61) 307-2389

Programa de Apoio a Publicações Científicas

MCT  CNPq

 FINEP

 FINATEC

APRESENTAÇÃO

Roberto Sabato Cláudio Moreira 189

ARTIGOS

Juristas: teoria social e idéias políticas 192

Fernando Correia Dias

Generalidade e particularidade
na sociologia brasileira 223

Otávio Soares Dulci

Belle époque literária e Modernismo: 240
Oswald de Andrade, intelectual entre
dois mundos

Rubens de Oliveira Martins

Os museus brasileiros e a constituição 271
do imaginário nacional

Myriam S. Santos

Patriarcado, sociedade e patrimonialismo 303

Neuma Aguiar

A recepção do pensamento de Roger 331
Bastide no Brasil

Maria Lúcia de Santana Braga

Gilberto Freyre e o horizonte 361
do Modernismo

Mariza Veloso

RESENHAS

Novas narrativas sobre os Estados Unidos 388

Por Angélica Madeira

OLIVEIRA, Lúcia Lippi (2001). *Americanos – Representações da identidade nacional no Brasil e nos EUA*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 224p.

A sociologia da inautenticidade 399

Por Gilson Ciarallo

SOUZA, Jessé (2000). *A modernização seletiva: uma reinterpretação do dilema brasileiro*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 276p.

Uma biografia sociológica 406

Por Thadeu de Jesus e Silva Filho

AGUIAR, Ronaldo Conde (2000). *O rebelde esquecido: tempo, vida e obra de Manoel Bomfim*. Rio de Janeiro: Ed. Topbooks, 561p.

APRESENTAÇÃO

Tomando o marco clássico da "geração de 1870", o pensamento social brasileiro acumula quase um século e meio de produção que constitui um significativo acervo de conhecimento sobre o país. Qualitativamente, é claro, há altos e baixos. Porém, das inegáveis contribuições dos pensadores do fim do século XIX, descontados seus equívocos teóricos, até as investigações que hoje são feitas sobre a compreensão do Brasil no contexto da contemporaneidade, o saldo é francamente positivo.

Para este número de Sociedade e Estado, consultamos a base de dados dos Grupos de Pesquisa do CNPq e convidamos cientistas sociais de diferentes instituições e regiões do país que estivessem trabalhando com a área de pensamento social para participarem. O resultado é um panorama, inevitavelmente restrito, mas indicativo dos rumos da pesquisa atual sobre o Brasil.

Fernando Correia Dias, que foi durante muitos anos professor do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília e hoje é pesquisador junto à UFMG, contribui com importante resultado de pesquisa sobre as ciências sociais em Minas Gerais. Otávio Soares Dulci pergunta pela possível especificidade da produção sociológica elaborada no país, certamente uma questão imprescindível nos dias atuais. Rubens de Oliveira Martins questiona os limites da autonomia da vida intelectual em São Paulo nas primeiras décadas do século XX.

Por sua vez, Myriam Sepúlveda Santos investiga a construção de mitos de origem presentes nos museus brasileiros e Neuma Aguiar retoma o conceito de patriarcado, sempre presente no pensamento

social brasileiro e que vem despertando interesse na literatura intelectual feminista recente.

Por fim, Maria Lúcia de Santana Braga analisa a recepção do pensamento de Roger Bastide no Brasil, enquanto Mariza Veloso volta-se para as relações de Gilberto Freyre com o Modernismo.

As resenhas deste número abordam três obras recentes e certamente significativas. Angélica Madeira escreve sobre o livro de Lúcia Lippi Oliveira a respeito das identidades no Brasil e Estados Unidos; Gilson Ciarallo analisa o texto de Jessé Souza sobre modernização; Thadeu de Jesus e Silva Filho aborda a tese de Ronaldo Conde Aguiar sobre Manoel Bomfim.

Simultaneamente como editor da revista e organizador deste número agradeço a todos – autores, pareceristas, secretaria editorial que colaboraram para sua produção.

Roberto Sabato Cláudio Moreira
Editor e Organizador



ARTIGOS

JURISTAS: TEORIA SOCIAL E IDÉIAS POLÍTICAS

Fernando Correia Dias

Resumo. O artigo trata dos antecedentes da institucionalização das ciências sociais em Minas Gerais desde os anos 1940. Descreve também o ambiente intelectual de Ouro Preto ao fim do século XIX. Analisa ainda os textos dos juristas que abordam as idéias políticas relacionadas à teoria social. Por fim, evidencia a influência das tendências teóricas européias.

Palavras-chave: Teoria social, política, textos jurídicos, ciências sociais, Minas Gerais.

Está em andamento pesquisa nossa em torno da evolução das ciências sociais em Minas Gerais. Pretendemos obter visão de conjunto dessa área do saber, que englobe manifestações iniciais (antecedentes), a institucionalização acadêmica, o perfil biobibliográfico dos fundadores no âmbito universitário e o panorama das principais tendências da produção científica nos campos da sociologia, da antropologia e da ciência política. Neste texto se discorrerá acerca de um dos aspectos dos antecedentes.

Impõem-se, entretanto, certas anotações preliminares. Minas Gerais não contou, na segunda metade do século XIX, com núcleos de pensamento social, semelhantemente ao que ocorreu em outros pontos do território brasileiro: Recife e São Paulo, cujas Faculdades de Direito (suscitadoras desses estudos) datam de 1827; ou o Rio de Janeiro, cuja Escola Politécnica, impregnada pela doutrina positivista

comteana, data de 1874. Ouro Preto, centro político desde os primeiros tempos da Capitania e importante pólo da rede urbana regional (situando-se entre as primeiras comarcas criadas), contava com escolas de caráter técnico, a de Farmácia (1839) e a de Minas (1875/76). Pode-se dizer que a elite política e intelectual que ali atua, no fim do século XIX, participando das campanhas abolicionista e republicana, assim como da Constituinte estadual de 1891, formou-se substancialmente na Faculdade das Arcadas (São Paulo); só em escala menor, nos estabelecimentos locais, no Recife ou na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro.

Predominam, na velha capital mineira, quanto a letrados, os elementos advindos da antiga e arraigada tradição do humanismo clássico. Eram quase sempre egressos dos educandários eclesiásticos: o Seminário de Mariana (1875), o Colégio do Caraça (1820) e o Seminário de Diamantina (1867). Neles hauriram, na etapa dos estudos de humanidades, conhecimentos que lhes ofereceram bases as respectivas formações profissionais e/ou intelectuais. Forjaram-se, desse modo, os juristas, filólogos, historiadores, professores (especialmente de línguas), parlamentares, escritores e jornalistas.

Notava-se ali extensa concentração de cultores do humanismo clássico, alguns dos quais dedicados especificamente às letras. Foi um tempo, a última década de Ouro Preto como capital (1887-1897), de fecunda vida intelectual, paradoxalmente em contraste com os sentimentos de desgosto, partilhados pela maioria da população, em face da iminência da mudança da sede do governo estadual para outra localidade, ameaça definida constitucionalmente e que logo se concretizaria. É a quadra em que criam instituições de indiscutível impacto na esfera da cultura: Ginásio Mineiro (1890), Imprensa Oficial (1891/92), Arquivo Público Mineiro (1895), além de ter ganho nova estrutura e nova força o Tribunal da Relação (1891). Pelos seus efeitos, ressalte-se, sobretudo, o aparecimento da Faculdade Livre de Direito (1892), da qual se falará mais adiante.

Nessa fase, em Ouro Preto, destacaram-se muitos homens ilustrados, alguns a um tempo intelectuais e políticos. Sobre eles e sobre como atuaram, dissertamos já em outro trabalho (Dias, 2001). No momento, por força de motivo concreto a esclarecer-se no final

deste artigo, ressaltaremos apenas a figura de Afonso Arinos. Realizara, na cidade, quando adolescente, exames preparatórios; para Ouro Preto voltou depois de formado em Direito na capital paulista (1889), permanecendo na nova residência até 1896, quando empreende a primeira viagem à Europa. Teve atuação decisiva na comunidade por meio de várias iniciativas: como um dos mais animados fundadores da Faculdade de Direito (da qual foi secretário), como proponente da criação do Arquivo Público Mineiro, como professor de História da Civilização do Ginásio Mineiro e como principal promotor do acolhimento fraterno de escritores e jornalistas cariocas (inclusive Olavo Bilac) refugiados na capital de Minas por estarem sendo perseguidos por Floriano Peixoto em 1893.

Francisco Iglésias, no fundamental texto introdutório à quarta edição da *História antiga das Minas Gerais*, de Diogo de Vasconcelos, comenta a penúria da historiografia mineira voltada para a análise da situação regional. Discute o lugar comum antigo, segundo o qual o mineiro se dirige sempre à reflexão e à pesquisa. É afirmativa inverídica, pelo menos quanto à realidade social. Opõe objeção à prática do psicologismo aplicado ao exame do caráter nacional.

Discorrendo sobre o mineiro, afirma:

A auto-reflexão explicaria a pujança da criação artística, na pintura e escultura, na música, na ficção e na poesia. Se tem contribuído para enriquecimento desse universo, de pouco lhe valeu para a análise do real, como se vê na pobreza da produção sociológica ou historiográfica, quando Minas perde alto para São Paulo, Rio Grande do Sul, Pernambuco, talvez outras áreas, muito mais completamente estudadas. Minas, como conhecimento objetivo de seus problemas, perde para várias regiões, algumas bem menos ricas e influentes. (Iglésias, 1999, p. 14)

Não é o caso, a nosso ver, de completa inexistência de estudos; antes, de exigüidade e pouca abrangência deles. No *Manual bibliográfico de estudos brasileiros*, conhecida publicação, registram-se vários trabalhos mineiros ou sobre Minas, notadamente etnográficos, que apreciaremos no levantamento das ciências sociais vigentes na região (Morais e Berrien, 1949).

A opinião, acima registrada, do saudoso historiador mineiro, foi emitida em 1974, quando da terceira edição do livro prefaciado. Nas últimas décadas, o panorama se modificou sensivelmente com os resultados das pesquisas havidas nos programas de pós-graduação em Ciência Política, Sociologia e História. O próprio Iglésias, em artigo de que tivemos notícia, reconheceu os novos rumos: a região está sendo competentemente estudada sob o aspecto da realidade histórico-social. Esperamos com certeza que nossa pesquisa revelará a boa qualidade e o volume significativo dessa produção científica recente.

O ponto de vista de Iglésias, entretanto, desperta uma associação: em Minas não houve, no tempo devido, isto é, na passagem do século XIX para o XX (ou logo depois) nenhum pensador social do porte, por exemplo, de Silvio Romero, Pontes de Miranda, Alberto Torres, Oliveira Viana ou Pereira Barreto. Estiveram presentes apenas letrados dos tipos aludidos acima. Estamos investigando, inclusive por meio de discussão com colegas, as razões dessa ausência. Houve uma personalidade cujos interesses temáticos – no sentido da busca do conhecimento abrangente do Brasil – o faziam aproximar-se um pouco dos pensadores lembrados: foi Pandiá Calógeras; embora nascido no Rio de Janeiro, integrou-se completamente na vida intelectual e política de Minas, que ele representou no cenário da União. Era, porém, mais propriamente esclarecido historiador e atilado analista da realidade administrativa, sendo ainda eficiente executivo – e menos um pensador social. Destinado à análise de sua atuação, existe importante estudo produzido pelo próprio Iglésias (Iglésias, 1987).

Há vários temas atraentes para estudo no quadro da história das idéias em Minas Gerais. Mencionaremos apenas um deles, a que talvez nos dediquemos. Mereceria atenção, ao se considerar o evoluir do significativo pensamento sociopedagógico mineiro, dentro das sucessivas configurações da estrutura social da região, a análise do vínculo entre escola e comunidade: que propostas partiram dos educadores/administradores e que projetos se executaram? Poderia uma investigação dessa natureza abranger, por exemplo, desde a reforma do ensino de Afonso Pena (1892) até a atividade do Centro Regional de Pesquisas Educacionais João Pinheiro.

Por ora, na garimpagem a que estamos procedendo, na pesquisa sobre as ciências sociais em Minas, tivemos uma revelação.

Encontramos alguns textos de juristas preocupados com a compreensão da vida humana coletiva, em geral de um ponto de vista teórico. Aplicaram a seus comentários conceitos e doutrinas aprendidos nos estudos realizados na Faculdade de Direito de São Paulo. Verificamos depois que dois desses escritos são mencionados também por Vamireh Chacon (Chacon, 1977, p. 43 e 87).

A fundação da Faculdade Livre de Direito do Estado de Minas Gerais representou um dos primeiros frutos, no campo intelectual, da proclamação da República.

Havia um decreto federal, de 2 de janeiro de 1891, que permitia a criação, por iniciativa privada, de estabelecimentos de ensino superior, com a condição de que preenchessem as exigências regulamentares necessárias à outorga da equiparação. A promulgação da Constituição de 1891 conferiu autonomia aos estados-membros, dando-lhes competência legal e recursos para muitas realizações.

Historiadores que tratam do evento da Faculdade acentuam que a República promoveu essa descentralização administrativa, de modo a incentivar as iniciativas dos governos regionais e locais, assim como os empreendimentos particulares, dificultados até então pelo caráter centralizador do regime monárquico.¹

Logo após a proclamação da República, o historiador Diogo de Vasconcelos, diretor do *Jornal de Minas*, de Ouro Preto, sugeriu a idéia de criar ali uma academia jurídica. Combinou-se a iniciativa com a de outras pessoas, de tal forma que a idéia encontrou a melhor acolhida nos meios jurídicos da cidade e do estado (Arinos, 1895, p. 142).²

Ouro Preto era sede do Tribunal da Relação e contava com um grande número de juristas, alguns de renome nacional. O próprio presidente do estado, Afonso Augusto Moreira Pena, era “doutor em Direito, e um dos membros da comissão que, nos últimos dias do Império, fora encarregada de organizar o código civil brasileiro” (Escorço histórico, 1930, p. 219). Ao prestígio do governante, somou-se o esforço de muitos advogados, do que resultou a fundação da Faculdade, instalada solenemente no dia 10 de dezembro de 1892. Essa reunião foi precedida de encontros preparatórios, nos quais se tomaram as providências necessárias à organização do estabelecimento. O secretário interino, na fase inicial, era o escritor Afonso Arinos.

Eis a primeira distribuição das cadeiras da Faculdade:

CURSO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS

1ª série

1ª Cadeira - *Filosofia e História do Direito*

Antônio Augusto de Lima.

2ª Cadeira - *Direito Público e Constitucional*

Sabino Alves Barroso Júnior.

2ª série

1ª Cadeira - *Direito Romano* - Gomes Rebelo Horta.

2ª Cadeira - *Direito Civil*:

1ª Cadeira - Antônio Gonçalves Chaves.

2ª Cadeira - Virgílio Martins de Melo Franco.

3ª Cadeira - *Direito Comercial*:

1ª Cadeira - Donato J. da Fonseca.

2ª Cadeira - Henrique de M. Sales

4ª Cadeira - *Direito Criminal* - Afonso Arinos de Melo Franco.

3ª série

1ª Cadeira - *Medicina Legal*

Dr. Francisco Silviano de Almeida Brandão.

4ª série

1ª Cadeira - *História do Direito Nacional*

Camilo A. Maria de Brito.

2ª Cadeira - *Processo Criminal, Civil e Comercial*

Levindo Ferreira Lopes.

3ª Cadeira - *Noções de Economia Política e Direito Administrativo* - Bernadino Augusto de Lima.

4ª Cadeira - *Hermenêutica Jurídica e Prática Forense*
Joaquim de I. de Melo e Souza Jiquiriçá.

CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

Direito das Gentes, Diplomacia e História dos Tratados

João Pinheiro da Silva.

Economia Política - David Moretzsohn Campista.

Higiene Pública - Eduardo Augusto Montandon.

Ciência da Administração e Direito Administrativo
Francisco Luís da Veiga.

Ciências das Finanças e Contabilidades do Estado
Afonso Augusto Moreira Pena.

Legislação comparada sobre o Direito Privado
Antônio de Pádua A. Rezende.

Lentes substitutos: Alves de Brito, Teófilo Ribeiro, Teófilo Brandão, Adalberto Ferraz, Raimundo Corrêa e F. Catão.

Dos que foram designados a lecionar em 1892, três eram médicos, professores de Medicina Legal ou de matérias correlatas (Silviano Brandão, Francisco Catão e Eduardo Montandon); três se formaram em Recife, na Faculdade de Direito (Adalberto Ferraz, Henrique Sales e Teófilo Ribeiro); todos os demais diplomaram-se na Faculdade de Direito de São Paulo; esta tem, portanto, conforme já se assinalou, ponderável influência na formação intelectual da elite mineira.³

A instalação da Faculdade foi um acontecimento de relevo em Ouro Preto, sob a presidência de Afonso Pena. Discursaram 16 oradores, entre autoridades e representantes de estabelecimentos de ensino e outras instituições da cidade.

Seis anos depois, inaugurada Belo Horizonte, o estabelecimento se transfere para a nova Capital (1898). Era uma imposição das circunstâncias. Alunos e professores tinham que se mudar para Belo Horizonte, onde trabalhariam. Os magistrados, da mesma forma. Os advogados teriam maior campo, especialmente na segunda instância. Teve essa casa de ensino várias sedes provisórias, até que passou a funcionar, em 1901, em seu local definitivo, a hoje Praça Afonso Arinos. O novo prédio, construído há poucos anos, se levantou ao lado do antigo, que foi demolido.

Iniciativa relevante foi a da criação do órgão da faculdade. Chamava-se *Revista da Faculdade de Direito do Estado de Minas Gerais*. O primeiro número circulou em 1894. Nessa primeira fase, circularam onze números; a partir de 1949, lançou-se uma segunda fase. A revista publicava artigos, pareceres individuais, pareceres

de comissões da congregação sobre códigos e projetos de códigos, quase tudo versando matéria jurídica. Há, porém, uma série de artigos dentro ou próximo da teoria social, e a respeito dos quais se falará mais adiante.

A revista tinha uma comissão de redação, quase sempre constituída de três professores. Eis a composição dessas comissões, com a data de edição: n. 1, 1894, Ouro Preto: João Pinheiro da Silva, Sabino Barroso Júnior e Antônio Augusto de Lima; n. 2, Ouro Preto: idem, idem, idem; n. 3, Ouro Preto: Tomás da Silva Brandão, Carlos Honório Benedito Otoni e Gastão da Cunha; n. 4, 1898, Belo Horizonte: Teófilo Ribeiro, Edmundo Pereira Lins e Estevão Lobo; n. 5, 1899, Belo Horizonte: idem, idem, idem; n. 6, 1901, Belo Horizonte: Camilo Augusto Maria de Brito, Francisco Mendes Pimentel e João Luís Alves; n. 8, 1906, Belo Horizonte: Antônio Augusto de Lima, Camilo Augusto Maria de Brito e Estevão Leite Magalhães Pinto; n. 9, 1914, Belo Horizonte: Edmundo Pereira Lins, Virgílio Martins de Melo Franco e Afonso Pena Júnior; n. 10, 1917, Belo Horizonte: Afonso Pena Júnior, Francisco Brant e Gudesteu de Sá Pires; n. 11, 1929, Belo Horizonte: Lincoln Prates, José Eduardo da Fonseca, José de Magalhães Drummond e Pedro Mata-Machado; o redator era Lincoln Prates.

A apresentação da revista foi feita por intermédio de um editorial de seis páginas assinado por Afonso Pena. Mostra estar a par das transformações pelas quais passava o mundo de então, ressaltando o papel dos estudos jurídicos na solução dos problemas emergentes.

O direito acompanha o evoluir das civilizações. No mundo moderno, com as inovações técnicas como o vapor, a eletricidade e o telégrafo, as relações sociais tornam-se mais intensas e complexas.

Depende a organização do Estado das normas jurídicas e absorve o empenho dos juristas. “O bem estar dos povos é preocupação dos governantes, nos tempos hodiernos. Não se trata de pesquisas teóricas, de discussões acadêmicas, e sim de uma ciência positiva, prática” (Pena, 1894, p. 5).

A ascensão das massas trabalhadoras nos países adiantados provoca novas discussões e soluções que repercutem aqui. Por sua vez, o Brasil vive em período de reconstrução política e administrativa, o que exige a renovação do direito. As velhas fórmulas do sistema jurídico português se tornam obsoletas. As faculdades livres constituem

sintoma de que os particulares investem seus esforços em iniciativas altruísticas. E estas têm encontrado apoio popular.

Minas, a mais populosa e das mais extensas unidades federativas, precisava ter sua Faculdade de Direito para evitar que os seus filhos continuassem a buscar a oportunidade de estudos além de suas fronteiras. A implantação do estabelecimento foi tarefa espinhosa e arriscada, mas o empreendimento já começa a dar os primeiros frutos sazonados.

Será a revista o instrumento – como nos países avançados – do pensar e da informação jurídica. “Esta julgar-se-á bastante feliz se o resultado de seus esforços corresponder aos nobres intuitos que nutre de contribuir, ainda que pouco, para o progresso dos estudos jurídicos no Brasil” (ibidem, p. 8).

Sabino Barroso escreve, no primeiro número da revista, um ensaio sobre o tema da liberdade. Diz ser sempre oportuno o assunto, embora pareça muito conhecido.⁴

Ao longo do texto, coloca esse conceito no centro das considerações sobre a vida social. Recorda as teorias, a legislação e a ciência, as vivências refletidas dos patriotas e a dos oprimidos de todas as sociedades, tudo em busca da concepção de liberdade.

Na sociologia, como nas demais ciências, os erros são inevitáveis, mas os fenômenos sociais estão sempre presentes, devendo ser conhecidos pela aplicação constante dos trabalhos de observação e especulação. Mais adiante, lembrará a complexidade do conhecimento sociológico.

As concepções errôneas do passado constituem lições: são vias a não serem mais percorridas. Compara a contribuições do pensamento medieval, “absurdas ficções” daquela época, com os recentes avanços científicos que levam à certeza, dentre os quais as propostas de Darwin e Haeckel. “Aí estão atestando de modo irrecusável como é dado ao espírito humano, devassando os segredos do universo, determinar a lei de seus fenômenos” (Barroso, 1894, p. 80).

Cita uma série de filósofos de várias épocas, para argumentar com o insucesso das respectivas teorias. O direito, afirma, tem um desenvolvimento vagaroso e demorado; o problema da liberdade encontra-se aberto à solução sob vários aspectos.

Acrescenta os aspectos das oscilações psicológicas, bem como do fluxo e refluxo, através dos tempos, dos momentos de absolutismo e vigência dos regimes livres. Nesse processo “intervém a ação oficial dogmatizando instituições no interesse dos que governam, sacrificando a ciência e a liberdade aos preconceitos do passado e aos caprichos do poder” (Barroso, 1894, p. 88).

Mas as pacientes investigações de Haeckel, Letourneau, Espinas, Schoeffle e principalmente Spencer, aplicando na teoria social o método experimental, concluem pela subordinação da sociedade à lei da evolução, que é a lei cósmica universal.

De acordo com esta concepção que racionalizou a teoria social, constituindo a sociologia sobre as bases das ciências experimentais, a sociedade se nos apresenta como um organismo e a liberdade como a sua lei. (ibidem, p. 89)

Discorre depois sobre o pensamento de Spencer em defesa da salvaguarda dos direitos individuais para o bom funcionamento da sociedade. A vida em sociedade depende da vida do indivíduo, pressupondo o homem coletivo o homem individual.

Mas a vida do indivíduo consiste no maximum de intensidade de suas forças ou faculdades que resumem todas na força ou no poder de escolher os meios de progredir, isto é, na liberdade.

A sociedade é assim um elemento de expansão das atividades individuais subordinada à lei da coexistência e harmonia; é um meio indispensável ao desenvolvimento das faculdades ou forças em que se desdobra a liberdade.

Assim se vê como é a liberdade a lei da organização social. (ibidem, p. 90)

Barroso mostra-se um spenceriano fiel; cita, por exemplo, a propósito das ciências, os termos inorgânico, orgânico e superorgânico. Assimilou do sociólogo inglês o espírito individualista, além do evolucionismo.

Na parte final do texto, procura demonstrar como as concepções científicas da vida social suplantaram os antigos modos de pensar teocráticos e metafísicos.

Citando Humboldt, lembra que a curva ascendente do progresso experimenta inflexões negativas em que se produz o sofrimento. Para

o autor, vivia-se então um momento com essas características. Analisa severamente o exercício do poder com supressão das liberdades. Mostra a falta de preparo científico dos governantes.

Não injurio nem quero fazer referência pessoal a alguém; quase me sirvo de palavras textuais de emérito escritor contemporâneo para expor convicção própria, filha do estudo imparcial dos acontecimentos políticos do nosso e dos países estrangeiros.

Seja como for o que não se pode contestar é que a causa da liberdade não venceu ainda em toda linha, para servir-se da expressão consagrada; ela sustenta sua nobre luta contra os inimigos que a combatem, contra os falsos apóstolos que a mitificam e até contra os próprios amigos que a desconhecem. (ibidem, p. 92)

O biógrafo de Sabino Barroso, Sebastião Pimenta Barroso, sustenta o ponto de vista de que esse artigo não se escreveu apenas com fins doutrinários. Era uma reação ao governo Floriano Peixoto, no poder na época, que estabeleceu sérias restrições às liberdades políticas. Assim, o texto, bem fundamentado, teria endereço certo: era uma forma de opor-se às arbitrariedades do segundo presidente do governo provisório (Barroso, 1997, p. 106-107).

Augusto de Lima⁵ oferece um longo ensaio intitulado “Estudos Sociais”, nele examina a afirmação, especialmente nas sociedades complexas, dos princípios do direito e da moral. Como ementa a seu texto, coloca o seguinte: “A luta pela vida, em relação ao direito e à moral, não é somente origem e meio; é também consequência, como condição essencial para a conservação e o desenvolvimento” (Lima, 1894, p. 61).

A luta pela vida é um tema central do escrito. Para propô-lo, estabelece analogia – no caso do direito e da moral – com os organismos vivos, com o surgimento das manifestações da vida.

Demonstra o autor estar em dia com a ciência desse tempo, dando notícias das revelações da paleontologia, da cosmologia, da geologia e da astronomia, tudo isso para inferir que, no domínio que lhe interessa, não se carece também de um princípio vital exterior como explicação.

Aliás, começa o escrito com uma lembrança da Darwin:

Creemos poder repetir, com relação ao direito e à moral, o que o profundo naturalista Carl Vogt disse da origem das espécies. a

propósito da doutrina darwiniana: “Ninguém mais, na Europa, ousa sustentar a sua criação independente”. (ibidem, p. 61)

Depois de muitas considerações, Augusto de Lima faz um bom resumo de texto de um autor a quem chama de “ilustre sábio alemão”:

O direito e a moral, diz Schäffle, são normas socialmente estabelecidas, reguladas sob as condições históricas da conservação social coletiva, formadas com a experiência do bem e do mal, impostas com coação externa pelos órgãos do poder, historicamente firmados e com coação interna pela força do espírito do povo, consolidadas pela transmissão hereditária e pelo costume: normas que dirigem a conduta, **conservando e desenvolvendo**, regulam as decisões da luta pela vida e pelos interesses, asseguram e circunscrevem as conseqüências da vitória e da queda nessas lutas e, em síntese, equilibram as ações que se manifestam na evolução social. (ibidem, p. 67)

A essa conceituação acrescenta outros elementos, insiste na importância da conservação e do desenvolvimento. Diz que não se busca visualizar e estabelecer uma situação caracteristicamente de paz, mas de luta. Esse combate básico pela vida tem suas normas estabelecidas pelas instituições, normas essas que devem levar à legitimidade das ações e à ausência do aniquilamento. Procura-se antes a vitória dos mais fortes.

O direito não é previamente estabelecido, porém impõe-se historicamente aos poucos; também as relações contratuais são estabelecidas pelas normas do direito e da moral.

Esclarece o autor as condições em que a conservação desses elementos dispõe de mais força.

As conclusões são spenciarianas:

É hoje uma verdade incontestável a afirmação de Spencer: um agregado homogêneo deve inevitavelmente perder sua homogeneidade pela exposição desigual de suas partes às forças incidentes (em *First principles*).

Este princípio compreende o organismo social em sua evolução.

Outra não foi a marcha seguida pela civilização a partir do amorfismo das primitivas agremiações até a constituição dos governos atuais.

A luta dos elementos heterogêneos de uma mesma massa deu origem a um *modus vivendi*; a um concerto, não de paz definitiva

mas de arregimentação de novas lutas fecundas de conservação coletiva e individual. Eis a origem do direito e da moral. (ibidem, p. 76)

Depois de outras considerações reforçando o argumento, declara:

A paz do direito como origem, como meio e como fim, é tão incompreensível como as idéias de bem absoluto, de causa primeira e de causa final, de que derivou.

Não: o direito e a moral vieram da luta, são sustentados pela luta e caminham para a luta.

É esta a lição da experiência. (ibidem, p. 76)

Deve-se assinalar que o cientificismo de Augusto de Lima, tão afastado nesse texto de toda idéia religiosa, iria dar lugar, no final de sua vida, a um cristianismo de timbre franciscano.

Coube a Estevão Lobo (1869 – 1908)⁶, antigo deputado e professor de Filosofia do Direito, publicar na revista da faculdade, um texto sob o título de “Do organismo social”.

Começa, na introdução, por fazer certas ironias, citando vários autores, a respeito da difusão, ao seu tempo, dessa doutrina.

O primeiro capítulo do artigo é destinado à exposição minuciosa dessa tendência sociológica; o segundo, à sua análise crítica. Os elementos para a construção do texto foram colhidos nos *Annales de l'Institut International de Sociologie* (1898), dirigido por René Worms.

Firma-se a concepção fundamental em que todos os atos e fenômenos sociais têm um mesmo de partida: a vida. É ela a característica dos fatos que se passam na intimidade do indivíduo, assumindo outra animação e complexidade no mundo social. A estrutura, o funcionamento, a evolução dos seres coletivos, subordinam-se às mesmas leis que regem a estrutura, o funcionamento e a evolução dos seres isolados.

Compõe-se a sociedade de indivíduos, como estes de células; tais são a unidade econômica, social, jurídica e política, cumprindo atribuir-se a qualidade de célula ao ser individual e não à família. (Lobo, 1894, p. 6-7)

As unidades básicas são estabelecidas em todas as formas de agrupamento. A mais ampla é a nação.

Dessas verificações, parte-se para a percepção da patologia social e da respectiva terapêutica, tal como se dá no mundo da vida individual.

René Worms afirma duas ressalvas. Não se proclama a identidade absoluta de sociedade e organismo e não se considera o organicismo como método exclusivo; as instituições da propriedade e da sucessão encontram-se sob o domínio de ordem puramente sociológica, embora se prendam a fatos vitais.

Lilienfield leva mais adiante a teoria: propôs um organismo pluricelular, real e concreto, que se forma de dois fatores: um sistema nervoso e uma substância intercelular.

Existem, assim, duas tendências básicas, dois subgrupos: a dos que defendem a homologia total entre os organismos e a sociedade e a dos que propugnam a simples analogia. Dentre os últimos se encontram Spencer, Huxley e Worms. O texto se interessa apenas pela segunda tendência.

Estevão Lobo lembra que o modelo organicista não é tão novo como parece. Cita uma série de metáforas, desde a Antigüidade, que lembram as relações afins entre os seres vivos e a vida social.

Depois de outras considerações, o articulista recorre a Gabriel Tarde, o “lúcido espírito de Tarde”. Para este, se apresentam duas preliminares: qual a necessidade científica da teoria? Qual a sua noção, o seu rudimentar conceito?

Vários autores têm tratado os temas sociais com êxito no mundo moderno – tornando-se alguns clássicos – sem recorrer à analogia organicista. Cita as contribuições econômicas de Adam Smith, a lei dos três estados de Saint-Simon e Comte; no campo da lingüística, as leis de Grimm e Raynuard, as da origem da família primitiva de Morgan e Mac-Lennan e as leis da arqueologia e direito comparado de Coulanges e Summer Maine.

Relativamente à segunda preliminar de Tarde, não lhe fica claro qual a especial sociedade que se compara ao organismo. Discute-se, por exemplo, se a nação ou o Estado.

Estevão Lobo examina uma por uma, cuidadosamente, as possíveis analogias, para recusá-las ou aceitá-las com muita restrição. Mostra em que a sociedade difere dos organismos vivos. Qual seria a célula: o indivíduo, o par, o trio? Há diferenças de sexos? Como se dá o crescimento? Como se dá o fenômeno da reprodução na colonização?

E a divisão de trabalho? Como se distinguem as funções do cérebro das funções das elites? Que são os micróbios, como agem e como são acolhidos na realidade social?

Recorre de novo nosso autor a Tarde em busca de uma alternativa ao organicismo. Encontrara-a na visão psicologizante do famoso sociólogo francês.

Tarde mostra os méritos e as vantagens da psicologia coletiva que identifica com a sociologia. Evidencia como ela é mensurável e sujeita às medições estatísticas. Elucida o impulso da interação social. Não se interessa pelos fenômenos do eu isolado, mas do eu confrontado com o outro. Estevão Lobo faz um resumo preciso da contribuição desse autor.

A ação de uma pessoa sobre outra pessoa – eis o fato social elementar, perpétuo e universal; trabalha a vida por favorecer esse encontro fecundo, esse maravilhoso desenvolvimento intermental; para ele convergem todos os movimentos de nosso corpo, todas as contrações musculares – como pequenos gravetos na fogueira do nosso eu transfundidos em flamas sociais. (ibidem, p. 17-18)

O que Tarde mostra a Estevão Lobo, parece, é a formação da vida humana coletiva através do processo de socialização.

Apesar de todo o esforço em demonstrar a inverosimilhança de certas analogias propostas, o autor termina o seu trabalho com estas palavras:

Não há negar, porém, que a doutrina organicista, com o ser vaga e indeterminada, com o ser também perigosa por suas consequências, de tal modo que Spencer já não lhe partidário extremado, prestou, não obstante, serviços assinalados à ciência, qual o notável auxílio aos naturalistas, e, no fundo de seu erro fundamental, a alma da verdade de ser o agregado social uma realidade sólida, um fenômeno natural por oposição ao apriorismo, dominante ainda em recente data, do contrato social e outras criações anticientíficas quanto à origem, índole e compreensão da sociedade. (idem)

Segue-se, dentre os textos de natureza sociológica publicados pela revista da Faculdade de Direito do Estado de Minas Gerais, a aula inaugural proferida por David Campista (1861-1911)⁷, famoso político mineiro. A preleção tem o título: “O Direito Público e a sua reconstrução

científica” e o subtítulo: “Introdução ao estudo do direito público e constitucional”. De quantos estão sendo resenhados é o que traz maior número de citações eruditas.

A aula se prende, em especial, à análise do desenvolvimento então recente dos estudos sociológicos e da influência por eles exercida sobre as disciplinas jurídicas. Começa pelo campo em que mais cedo se revelou essa presença: o do direito criminal e da criminologia. O conferencista se refere principalmente a mestres italianos (mas não apenas a estes) e às modificações doutrinárias sofridas pelo ramo em foco.

Destaca o direito administrativo, seus progressos e o paralelismo que tem tido com os estudos sociológicos.

Discorre depois acerca do direito privado, em particular o comercial, mostrando como o ângulo sociológico do mesmo vinha sendo revelado. Diz que o direito público tem experimentado muito menor influxo da sociologia – e é no sentido de modificar tal estado de coisas que fará uma proposta. Em outra passagem do texto, comenta como o direito constitucional mostra-se órfão, ficando em situação de inferioridade, comparativamente a outros setores do conhecimento, nas mostras das livrarias e bibliotecas.

A economia política merece especial atenção em suas relações com a sociologia. Descreve as mudanças do mundo moderno no campo da produção, com transformações profundas na estrutura de classes. Isso vinha chamando a atenção dos pensadores como Karl Marx e Loria: para eles os fenômenos econômicos encontram-se no centro das preocupações sociológicas. “Para Marx – o modo de produção da vida material domina, em geral, o desenvolvimento da vida social, política e intelectual” (Campista, 1901, p. 61). Os fenômenos econômicos despertam preocupação generalizada. Conseqüência disso é o abandono a que se relega a ciência política propriamente dita, que parece vegetar.

Esse movimento de convergência entre as disciplinas jurídicas e as sociais se fez lentamente e foi-se consolidando. Manter-se-ão autônomos os dois ramos, não havendo risco de se confundirem. O direito, de prática diária no pretório, passou à arte e depois à ciência.

Campista traça o rumo da consolidação da sociologia como disciplina científica, espécie de síntese e coordenação das ciências sociais particulares, que age pela observação, pela classificação

dos fenômenos e pela indução. Generaliza e estabelece leis, tendo o seu método próprio. Ele não se impressiona com as críticas aos sociólogos, acusados de divergências insanáveis e de diversidade metodológica. Deseja oferecer fundamento científico para o ramo do direito que cultiva.

Exatamente em virtude da complexidade dos seu objeto é que o direito político deve beber a sua orientação na larga fonte de uma ciência que estuda, observa e classifica os fatos sociais nos seus grandes caracteres gerais. (ibidem, p. 70)

Para a reconstrução que se propõe, leva em conta o método jurídico e o sociológico e, subsidiariamente, ligado ao primeiro, o método dogmático.

Citando Labauld, afirma que método jurídico consiste no seguinte processo:

Em presença do sistema constitucional de um país, deve-se: 1º, analisar as relações jurídicas que constituem o seu direito público; 2º, estabelecer-se precisamente a natureza jurídica de tais relações; 3º, por um movimento ascensional de generalização – descobrir os princípios jurídicos mais gerais a que são elas subordinadas; 4º, enfim, por um movimento contrário, deduzir dos princípios descobertos as consequências que deles decorrem porque uma vez obtidos os princípios gerais é preciso desenvolver as suas consequências. (ibidem, p. 78)

Esse processo, na verdade, oferece muitas dificuldades em sua aplicação.

O que o autor propõe é o uso, de preferência, do método sociológico para a reestruturação do direito público, mas sem desprezar de todo o método jurídico.

A escola jurídica não pode porém ser todo abandonada na ciência de que tratamos. "O direito constitucional, diz Majorana, é sem dúvida matéria social e política, mas também jurídica e o direito tem aqui uma grande importância formal. A técnica constitucional é essencialmente jurídica. Se o objeto desse direito é filiado às mais largas determinações sociais e políticas, o modo prático de traduzi-las em ato é pelo direito. (ibidem, p. 80)

No mais, ressalvados parênteses em que se discutem o método dogmático e as perspectivas comparativa e histórica, todo o texto é em favor da aplicação da sociologia ao direito público.

Não tratamos, porém, de estudar aqui o método que deva adotar a sociologia geral e sim a vantagem de aplicação dos processos sociológicos ao estudo do direito público que assim se libertará do dogmatismo jurídico ou metafísico. (ibidem, p. 86)

Considerando esse ramo jurídico em suas relações, em seu conteúdo, em seu objeto, verifica-se que se trata de um campo aberto à sociologia.

E assim se faz esse estudo sociológico. Primeiro das fontes do direito: a lei, os usos e costumes. Depois, os sujeitos do direito, especialmente em sua relação com o Estado. Mais adiante, a opinião pública e suas manifestações. Por fim, o conceito de soberania, tomado entre outros nesse campo do conhecimento.

O trabalho de David Campista é extremamente erudito e bem concatenado. É um texto denso, do qual damos apenas uma notícia. Os principais sociólogos da passagem do século são citados nessa aula, com exceção apenas de Max Weber, que não começara ainda a ser divulgado fora da Alemanha.

Como encarar essas tentativas de discutir questões de teoria social? Como esforços louváveis para transpor os limites do conhecimento estritamente jurídico. No caso de David Campista, veja-se em sua aula inaugural intento bem sucedido no campo epistemológico, graças ao bom nível de informação revelado. Os demais escritos assumem quase a função de testemunhos de uma aprendizagem, de tendência cientificista, feita em São Paulo. Augusto de Lima e Estevão Lobo foram professores de Filosofia do Direito, habituando-se a discutir fundamentos teóricos da ordem jurídica e social. Sabino Barroso revela motivação política em seu artigo. Assinale-se que, dos autores estrangeiros citados nos referidos escritos, alguns permanecem ainda hoje como referências válidas, enquanto outros se perderam no completo olvido.

O cientificismo, adotado por muitos mestres brasileiros no final do século XIX, é objeto de criteriosa análise por parte de Roque Spencer Maciel de Barros, num livro clássico; estuda-o a par de duas outras

tendências então vigentes: o liberalismo e o catolicismo tradicional (Barros, 1986, p.25-203).

Fora dos casos dos professores da Faculdade de Direito, e para citar apenas um autor de posição católica, lembremos o ensaio do historiador Diogo de Vasconcelos (1843-1927), “Resumo da história da arquidiocese de Mariana”, publicado em 1928. É uma narração objetiva da posse e da ação dos sucessivos bispos marianenses, desde o século XVIII, com destaque para D. Viçoso e D. Silvério.⁸

Assinala-se ainda que houve, em Minas, o antipositivismo; é o caso do antigo presidente Raul Soares de Moura, que, na mocidade, escreveu textos contrários à doutrina de Augusto Comte (Renault, 1979).

Lembre-se agora a existência de um precursor da sociologia. Trata-se de Augusto Franco (1877-1909), diplomado em Direito em 1907, e que escreveu sobre essa matéria mais amiúde. Publicou os textos de suas provas na Faculdade e discorreu sobre assuntos de método e de teoria social. Discípulo entusiasta de Silvio Romero, tomou o partido deste nas polêmicas mantidas com outros autores, principalmente com José Veríssimo. Exerceu a crítica literária no *Minas Gerais*, órgão oficial do estado, sendo, nesse terreno, partidário de Taine. Seu principal livro, sob o ponto de vista que aqui nos interessa, é *Estudos e escritos: esboços e crônicas* (Franco, 1906). Sobre o autor podem ser lidos comentários críticos em Eduardo Frieiro (Frieiro, 1955) e Fábio Lucas (Lucas, 1965). Augusto Franco, germanista convicto, faleceu em Friburgo, na Alemanha. Era o representante, em Minas, da influência da Escola do Recife.

Mencionem-se dois trabalhos desse precursor. O primeiro chama-se “Uma argüição” e tem como subtítulo: “Origem, elementos, estrutura e evolução da sociedade. Concepção mecânica e orgânica”. É uma prova redigida na Faculdade de Direito e que o autor expôs oralmente depois, sendo taquigrafada. Cita, inicialmente, o sociólogo alemão Rudolf Eisler, cuja divisão da sociologia, bastante minuciosa, nosso autor transcreve. Discute o caráter científico da sociologia (invocando as opiniões, respectivamente, contrária e favorável de Tobias Barreto e de Silvio Romero); discute também as relações entre Estado e sociedade; trata dos grupos sociais e dos tipos de sociedade, da origem das sociedades humanas, da família como unidade social; examina as sociedades animais; com base nos pensamentos de Charles Darwin e H. Spencer, discorre sobre a origem da matéria, da força e do

movimento, a origem da vida e a origem das faculdades espirituais do homem; discute, enfim, as concepções mecânica e orgânica da vida social. Outro autor mencionado é o próprio Silvio Romero. Augusto Franco faz numerosas citações em alemão, sem traduzi-las (Franco, 1906, p. 163-207).

Sobre Silvio Romero, na perspectiva do pensamento social brasileiro, é o outro trabalho que selecionamos. Compõe-se de duas partes: o prefácio que escreveu para o opúsculo do escritor sergipano denominado *Passe recibo* (réplica a Teófilo Braga, publicado pela Imprensa Oficial de Minas, 1904); e uma série de tópicos sobre os *Discursos*, livro de Silvio Romero editado também em 1904. A primeira parte consiste num ensaio sobre a personalidade e a obra do autor de *Contos populares do Brasil*; o tom é invariavelmente elogioso e o ensaísta toma sempre a defesa de seu mestre; há apenas uma divergência quanto a certa interpretação de Taine; a segunda é o exame dos discursos proferidos no Congresso Nacional, em que Silvio Romero representou Sergipe e de que foi depois afastado por manobra escusa.

As referências a Silvio Romero perpassam toda a obra de Augusto Franco, que é numerosa. Pode-se ler, por exemplo, em *Fragmentos literários*, um texto a respeito. O crítico mineiro recebera, com carinhosas dedicatórias, dois livros do sergipano: um ensaio crítico denominado *Martins Pena e os Ensaios de sociologia e literatura*. Faz a resenha de ambos, com extremo cuidado de dar ao leitor uma perspectiva fiel do conteúdo dos textos, a par de opiniões elogiosas. Nesse esforço, transparece o interesse sociológico.

Sobre a questão imigratória, tratada por Silvio Romero, diz:

Seguindo, mais ou menos, o processo dos modernos resenhistas ingleses e americanos, darei aos leitores uma idéia ligeira, um rápido bosquejo desse esplêndido trabalho, página que, ela só, vale por todo um admirável programa para a solução definitiva de tão complicado problema social e etnológico. (Franco, 1904, p. 35)

É preciso fazer referência, neste capítulo, a dois destacados juristas nascidos e criados na província de Minas Gerais: Lafayette Rodrigues Pereira (1834-1917) e Pedro Augusto Carneiro Lessa (1859-1921). O primeiro nasceu numa fazenda localizada na freguesia de Nossa Senhora da Conceição, que é hoje a cidade de Conselheiro Lafaiete, antiga Queluz. Pedro Lessa nasceu na cidade do Serro, berço de muitos

mineiros ilustres. Ambos, entretanto, desenvolveram carreiras profissionais, em grande parte, fora de Minas.

Tinham um traço em comum. Alfredo Bosi, no capítulo “A consciência histórica e crítica”, de sua *História concisa da literatura brasileira*, refere-se a personagens dos anos 1870 e seguintes. Cita: “Clóvis Bevilacqua, Laffayette Rodrigues Pereira e Pedro Lessa, juristas de sólida doutrina e gosto pelo fenômeno literário” (Bosi, 1974, p. 274).

Lafayette formou-se em 1857 na Faculdade de Direito de São Paulo. Exerceu, por algum tempo, a promotoria em Ouro Preto. Em 1860, transfere-se para o Rio de Janeiro, para ser advogado e brilhante jornalista. Fez carreira política, como presidente das províncias do Ceará (1864-1865) e do Maranhão (1865-1866) e como deputado geral (1878-1880). Apesar de haver subscrito o manifesto republicano de 1870, voltou ao seio do partido liberal, sob cuja égide organizou e presidiu o Gabinete entre maio de 1883 e julho de 1884, exercendo, simultaneamente, o cargo de ministro da Fazenda.

Foi senador pela província de Minas Gerais e também conselheiro do Império. Destacou-se como jurista, elaborando pareceres, publicando compêndios e presidindo a comissão designada para opinar sobre o projeto de Código Civil. Tomou parte em tribunal arbitral que tratou de controvérsias entre Chile, Peru e Bolívia.

Encontrava-se no México, como participante da I Conferência Interamericana, quando a República foi proclamada. Desligou-se dessa missão e viajou para a França, onde viveu por dois anos (Monteiro, 1994, p. 529).

Com o pseudônimo de Labieno, o jurista mineiro polemizou com mais eminente sociólogo brasileiro da passagem do século: Silvio Romero. Trata-se do livro *Vindiciae*, com o subtítulo de “O sr. Silvio Romero crítico e filósofo”. A edição é de 1899 e reúne dois ensaios: “Machado de Assis. Estudo comparativo” e “Ensaio de Filosofia de Direito”. Os dois livros criticados apareceram, respectivamente, em 1897 e 1895. Os textos críticos apareceram primeiramente na imprensa e foram duramente atacados pelo escritor sergipano. Ele havia comparado, como poetas, Machado de Assis e Tobias Barreto, negando ao primeiro essa condição e exaltando os escritos do segundo. Lafayette faz uma veemente defesa do escritor de *Dom Casmurro*, pondo em relevo sua estética apurada (Labieno, 1934).

Vindiciae teve mais duas edições. Foi novamente publicado, em 1934, no centenário de Lafayette, pela sociedade “Os amigos do livro”, de Belo Horizonte, por iniciativa de Eduardo Frieiro e com introdução de Mário Matos. Em 1940, saiu pela Livraria José Olympio.

Cabe uma exposição bem mais extensa sobre Pedro Lessa, que manifesta um pensamento social constante e explícito. Foi, principalmente, um grande jurista e um notável juiz; distinguiu-se, entretanto, como escritor, em várias outras áreas do conhecimento.

Passou a infância e a adolescência na cidade natal do Serro. Fez ali parte de seu curso de humanidades, concluído em Vassouras, na província fluminense.

Matriculou-se na Faculdade de Direito de São Paulo, pela qual se bacharelou e se doutorou, respectivamente, em 1883 e 1884. Durante o curso, conduziu-se, sob os pontos de vista intelectual e político, à moda de vários de seus co-provincianos da época: participou da imprensa acadêmica, fez campanhas abolicionista e republicana, imbuu-se das filosofias então influentes, como o positivismo comteano e o evolucionismo. Mais tarde, com relação ao positivismo, tornou-se heterodoxo.

Pedro Lessa ligou-se, durante rápido período, ao Partido Republicano em Minas, aparecido em 1888. Foi designado juntamente com Joaquim Felício dos Santos e Ferreira de Resende, para elaborar o projeto da Constituição do futuro Estado de Minas Gerais.

Em julho de 1889, apresentou-se como candidato a deputado geral, pelo 18º Distrito, porém não logrou eleger-se.

Fez uma incursão na política paulista: foi eleito deputado à Constituinte estadual, tendo nela desempenho de realce. A partir daí abandona as lides políticas, a fim de dedicar-se apenas às jurídicas.

Exerceu o cargo de secretário do Tribunal da Relação de São Paulo. Por concurso, foi nomeado professor da Faculdade das Arcadas. Era um mestre altamente estimado pelos estudantes, com cujos órgãos representativos se relacionou com cordialidade.

Em 1907, foi nomeado membro do Supremo Tribunal Federal, tornando-se um juiz que desfrutava de elevado conceito. A nomeação partiu de Afonso Pena; iria substituir Lúcio de Mendonça. Exerceu o cargo até o falecimento, 1921.

Na carreira jurídica de Pedro Lessa, há dois aspectos eminentes. O primeiro é o do entendimento do instituto do *habeas corpus* como ferramenta válida para a defesa das liberdades públicas, em todos os casos, especialmente naqueles que envolviam as prerrogativas de imprensa e de opinião. Quando aplicava a lei com independência e calcada em excelentes fundamentos, o grande advogado era Rui Barbosa. Os votos de Lessa tiveram grande influência no sentido de se adotar essa concepção. Foram muito importantes nos momentos de crise política. O segundo aspecto é o de que renovou, oferecendo novos fundamentos doutrinários, o ensino da Filosofia do Direito.

O livro *Discursos e conferências* (1916) é de leitura indispensável para que se conheçam concepções do autor sobre a vida social. Nele ressalta o vivo interesse de Pedro Lessa pelos temas históricos. Fora ele acolhido como membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 1907. No ato de recepção, lê significativo discurso, em que examina as funções da instituição e a importância do papel intelectual do historiador.

Ocupados com a investigação dos fatos históricos, na verdade estais colaborando na formação das várias ciências, que procuram saber o que é a sociedade, que exigências têm reproduzido os seus fenômenos, para formularem as regras de conduta dos homens. Não conheço missão mais proveitosa, nem mais augusta. (Lessa, 1916, p. 39)

Fala ainda da profunda impressão que lhe causara a leitura dos relatos etnográficos de Von Martius, os quais lhe deram noções a respeito das relações jurídicas entre indígenas.

Encontram-se no mesmo volume duas competentes conferências nessa área do saber: a pronunciada na Sociedade de Cultura Artística, em São Paulo, em 1913, e em que realiza a análise do desenrolar da vida e das atividades de João Francisco Lisboa como jornalista e estudioso; e a proferida no IHGB, estudando minuciosa e criticamente a obra histórica de Francisco Adolfo Varnhagen.

Henry Buckle, historiador inglês, foi lido no Brasil, no fim do século XIX, pela elite letrada que se interessava pela temática das civilizações. Escreveu ele a *História da civilização na Inglaterra*.

A obra de Buckle foi traduzida do francês para o português e publicada em São Paulo. O segundo e o terceiro volumes foram

publicados em 1899, os demais em 1900. O primeiro volume traz prefácio de Pedro Lessa, de que foi tirado em 1901 o folheto *É a história uma ciência?* Apesar de ser, como Buckle, partidário do determinismo, Lessa refuta a suas conclusões por negar à história o conteúdo científico pretendido pelo escritor inglês. (Enciclopédia Mirador, 4, 1981, p. 1822)

Como situar no campo teórico ou doutrinário? Exclui-se aqui a consideração estrita do âmbito jurídico. Tememos a proposta de Antônio Paim. Na introdução do volume que organizou, *Plataforma política do positivismo ilustrado* (Paim, 1981), inclui Pedro Lessa nessa corrente. Lembra e caracteriza vertentes positivistas que se estabeleceram no Brasil. Duas delas foram objeto de coletâneas da mesma série, publicada pela Universidade de Brasília. Fala do Apostolado Positivista, ao qual coube fazer circular a idéia da ditadura republicana, mas quem aplicou a noção de forma concreta, acrescenta, foi Júlio de Castilhos no Rio Grande do Sul. Confluíram as duas correntes para emergência do “autoritarismo doutrinário” (ibidem, p. 3).

No campo filosófico em foco, afirma, há outra concepção a considerar. É a vertente do positivismo ilustrado, que se opõe diametralmente ao autoritarismo, valorizando mais o lado educativo da obra de Comte: apela para as consciências. Privilegia, por esse motivo, a ação pedagógica. A reforma social decorre antes da mudança de mentalidade e das transformações dos costumes do que da ação política.

O autor relaciona, nessa direção, Luís Pereira Barreto, Alberto Sales, Pedro Lessa e, entre os contemporâneos, Ivan Lins. Acrescenta ainda o nome de Aarão Reis, que trata do intervencionismo econômico.

Pedro Lessa tornar-se-ia no Supremo Tribunal, o paladino da consolidação do *habeas corpus*, que a lei e a prática ainda não tinham elevado à condição de direito constitucional. Esse tema, como o das liberdades públicas, chegaria a ser talvez a principal bandeira do liberalismo republicano. De sorte que se pode dizer que os positivistas ilustrados vincularam sua sorte à do liberalismo. (idem)

Antônio Paim comenta o pensamento de Pedro Lessa, especialmente em suas raízes positivistas. E transcreve três textos dele: o discurso de paraninfo em 1906, na Faculdade de Direito de São Paulo, “O direito do século XIX” (1909) e o discurso na Associação Brasileira de Estudantes (Capital Federal, 11 de agosto de 1913).

Destaquem-se dois temas que aparecem no pensamento social de Pedro Lessa. O primeiro é o de sua atitude claramente crítica ante o despreparo, inclusive intelectual, dos políticos brasileiros.

Um dos grandes males da República é a incontestável e revoltante inferioridade moral e intelectual dos chefes políticos. Assinalo aqui este fato, como os nossos outros defeitos públicos, não com o espírito partidário, que nunca fui, mas como mero estudioso dos fenômenos sociais, um imparcial perquiridor, aplicando o método científico da observação. Ora, não é uma perfeita necessidade querer abolir nossos defeitos, entregando escancaradamente, e sem corretivos, a nossa direção política precisamente aos cidadãos que são os maiores responsáveis pelo nosso estado presente, os principais causadores de nossas misérias sociais? Nem se diga que o sob o presidencialismo esses mesmos chefes dirigem o presidente da República, e governam indiretamente. Sabemos todos que o presidente da República, pesando sua grande responsabilidade, não raro se recusa à prática de atos prejudiciais e indecorosos, exigidos pelos chefes políticos. (Lessa, 1925, p. 41-42)

Assim se expressa no livro sobre a reforma constitucional, iniciativa à qual se opunha, por entender que esse processo, como o tem demonstrado a experiência de vários países, não resolve problemas políticos e institucionais. Discute a questão do parlamentarismo, que, a seu ver, não teria sucesso, no país, sem modificações no plano dos costumes políticos. Afirma que o sistema funcionou bem no Império, graças às qualidades pessoais de Dom Pedro II. Ao fazer o diagnóstico da realidade política brasileira, mostra-se pessimista em relação ao caráter e ao comportamento dos homens públicos (*idem*).

Pedro Lessa tinha, entretanto, em 1913, falado de modo esperançoso quanto à formação das elites, palavra que, aliás, não emprega.

O discurso que dirigiu aos estudantes, no Rio de Janeiro, no dia do aniversário de fundação de cursos jurídicos, isto é, a 11 de agosto, contém uma eloqüente e bem articulada análise de impositividade do adequado encaminhamento intelectual das pessoas destinadas à função pública. Ele contestava, com ardor, uma opinião, corrente na época, de que se poderia e até se deveria dispensar o preparo da inteligência para o exercício da vida pública. Faz o elogio do papel positivo desempenhado, no Brasil, pelos cursos jurídicos, aos quais se liga afetivamente.

Nessa oração relembra, com ênfase, vários exemplos históricos, ao longo do evoluir civilizatório, de governantes que agiram com eficácia, atendendo às aspirações dos governados, mercê da capacidade de que se revestiam.

Refere-se ao Brasil, para citar alguns exemplos de vultos políticos que se destacaram na mesma linha. Menciona elogiosamente o caso da ação do Visconde de Ouro Preto, que agira com discernimento e eficiência, logo depois da abolição da escravatura, para propiciar crédito bancário acessível aos agricultores.

A mensagem dessa fala é a de que se impõe o recrutamento das verdadeiras capacidades para a ação governativa, sendo indispensável que as novas gerações se preparem desde cedo para ocupar condignamente os postos de liderança política (Lessa, 1916, p. 167-182).

Outro tema que nos atrai a atenção, no pensamento social de Pedro Lessa, é o referente a peculiar modalidade de socialismo, do qual se considera defensor.

Declara no texto sobre a realidade jurídica nos novecentos:

O século XVIII levou ao século XIX a preocupação da liberdade política, que durante longo tempo foi objeto da questão jurídica mais impolgante, mais incandescente.

O século XIX não espirou sem formular, para ser resolvida pelo século XX, um problema de ordem jurídica.

A organização atual da propriedade, resultado de uma lenta evolução de muitos séculos, porquanto acuradas investigações históricas e seguras induções nos mostram que nos tempos primitivos, assim como ainda hoje entre agremiações humanas rudimentares, dominava a propriedade comum da terra, tem sido rudemente combatida pelos sectários dos novos ideais econômico-jurídicos.

O socialismo, nome comum a todas as teorias que subordinam mais ou menos completamente o indivíduo ao Estado, e restringem mais ou menos a propriedade individual em benefício da propriedade coletiva, preconiza a necessidade de corrigir as desigualdades sociais. (Paim, 1981, p. 131)

Disserta sobre o anarquismo, utopia que descarta por completo, para afirmar que, “no sentido lato da expressão, o socialismo

compreende o comunismo, o coletivismo e o socialismo propriamente dito” (ibidem, p. 132).

Depois de caracterizar as duas primeiras modalidades, discorre positivamente sobre a terceira:

O socialismo propriamente dito não alimenta a aspiração comunista de fazer todas as coisas propriedade comum de todos os homens, nem pretende abolir a propriedade privada sobre o capital, ou riqueza de reprodução. Sem extinguir a propriedade individual, quer atenuar quanto possível as desigualdades econômicas, invoca a ação do Estado, cuja intervenção os adeptos de todas as teorias socialistas reputam indispensável. (ibidem, p. 133)

Enumera uma série de providências imprescindíveis para amparar os operários e suas famílias, do ponto de vista da remuneração e das condições do trabalho, assim como da efetiva educação; a garantir os inválidos, as viúvas e os órfãos, além de propor um “um imposto progressivo, ou de qualquer modo pesado, sobre a herança e o luxo” (ibidem, p. 134).

O texto é de 1909; coloca-se na perspectiva do proletariado e antecipa preocupações que os poderes públicos só manifestariam, no Brasil, assim mesmo de forma tímida, vários anos depois, talvez influenciados pelo fato de o governo brasileiro ter sido signatário do Tratado de Versalhes (1919), que impunha medidas de salvaguarda de prerrogativas do trabalho.

É significativo este trecho do jurista:

Muitas das aspirações das várias escolas do socialismo propriamente dito não de ser fatalmente concretizadas em leis. Não há um só homem de coração bem formado, que não sinta confrangido ao contemplar o doloroso quadro oferecido pelas sociedades atuais com sua moral mercantil e egoísta. O socialismo há de triunfar parcialmente. O seu triunfo é infalível, necessário.

Embora tenha passado grande parte de sua vida adulta fora de Minas, Pedro Lessa é identificado como um autor mineiro e cultivado nos meios jurídicos. Para dar apenas um exemplo, funciona, na Faculdade de Direito da UFMG, há muitas décadas, o Centro Acadêmico Pedro Lessa, o conhecido CAPL, prestigiosa agremiação de trabalho intelectual dos estudantes.⁹

O próximo passo, em nossa pesquisa, será o do estudo do ideário sociopolítico de Afonso Arinos. Estudaremos a memória histórica da Faculdade de Direito de Outro Preto (1895), a conferência a respeito da unidade nacional, proferida, em Belo Horizonte, em 1915 (data da grande seca do nordeste, de que deriva o romance *O quinze*, de Raquel de Queirós) e mais alguns textos incluídos no livro *Notas do dia* (1900). A vinculação de seu nome e de sua obra à temática de Canudos será levada em conta. Isso exigirá que se amplie a leitura crítica, abrangendo-se os textos dos demais autores envolvidos no processo de compreensão do importante episódio histórico.¹⁰

Notas

1. Existe considerável bibliografia sobre a Faculdade de Direito fundada em Minas no ano de 1892. Seleccionamos dois títulos: Arnaut, Luís Duarte Haele. *Reinado do Direito (Minas Gerais – 1892-1911)* e *Memória histórica. (Revista da Faculdade de Direito/UFMG)*.
2. A Memória Histórica escrita por Afonso Arinos contém expressivas considerações iniciais de interpretação da história de Minas e sobre a respectiva realidade educacional.
3. Escreveu-se toda uma crônica minuciosa da presença dos mineiros na Faculdade de Direito de São Paulo; veja-se notícia a respeito, por exemplo, no livro de Afonso Arinos de Melo Franco. *Um estadista da República: Afrânio de Melo Franco e seu tempo*. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 1977, p. 160-186.
4. Sabino Barroso era também jornalista, tendo colaborado em periódicos do Serro e de Diamantina; é possível, segundo José Moreira de Sousa, estudioso da região, que neles tenha escrito artigos de caráter sociológico. Foi constituinte estadual de 1891, deputado federal e presidente da Câmara dos Deputados.

5. Augusto de Lima, figura destacada da política mineira, estudou no Seminário de Mariana, onde cursou humanidades. Era poeta parnasiano bem aceito pela crítica, sendo que alguns viam em seus versos certo cunho “científico”. Exerceu o cargo de governador de Minas (1891), dirigiu o Arquivo Público Mineiro e foi deputado federal por várias legislaturas.
6. Estevão Lobo, além de professor de Direito, foi deputado federal (1900-1905).
7. David Campista foi constituinte estadual em 1891, destacando-se como orador; especializou-se depois em Finanças. Formou-se em São Paulo em 1883. Foi secretário da Agricultura de Minas e ministro da Fazenda no governo Afonso Pena. Possuía aptidões artísticas: para música e pintura.
8. O texto de Diogo de Vasconcelos foi reproduzido, com introdução e notas de José de Assis Carvalho, sob o título de “História do Áureo Trono”, no suplemento *Pensar*, do *Estado de Minas*. 28 nov. 1998.
9. Estamos coligindo informações biobibliográficas acerca de todos os autores citados pelos juristas como subsídio para a redação do relatório final da pesquisa sobre as ciências sociais em Minas.
10. Este artigo faz parte de uma série de textos sobre o pensamento social e/ou político produzido em Minas Gerais. Contamos, para isso, com bolsa do CNPq. Expressamos nossos agradecimentos ao apoio dessa instituição.

Abstract. This article deals with the origins of the establishment of the social sciences in Minas Gerais since the forties of this century. It describes the intellectual environment of Ouro Preto in the end of the nineteenth century. The author also analyses texts written by jurists; these texts focus on political ideas and the themes concerned to social theory. It is emphasized the influence from european theoretical trends.

Résumé. Dans l'article il s'agit des antécédents de l'institutionnalisation des sciences sociales à Minas Gerais, survenue depuis des années 1940. Il s'agit aussi bien de la description de l'ambiance intellectuelle de la ville d'Ouro Preto dès la fin du XIXe siècle. Dans la suite, il est question des

textes des juristes, où il y a l'exposé des idées politiques de l'examen des thèmes en rapport à la théorie sociale. Il rendre évident l'influence des cercles théoriques européens.

Referências bibliográficas

- ARINOS, Afonso (1895). “Memória histórica da Faculdade Livre de Direito do Estado de Minas Gerais”. *Revista da Faculdade*, Ouro Preto, a. 1, nº 2, p. 139 e 179.
- BARROS, Roque Spencer Maciel (1986). *A ilustração brasileira e a idéia de universidade*. São Paulo: Convívio/EDUSP.
- BARROSO, Sabino (1894). “A liberdade”. *Revista da Faculdade Livre de Direito do Estado de Minas Gerais*, Ouro Preto, a. 1, p. 85-92.
- BARROSO, Sebastião Pimenta (1997). *Sabino Barroso – um estadista das Gerais*. Belo Horizonte: Roma Editora.
- BOSI, Alfredo (1974). *História concisa da literatura brasileira*. São Paulo: Cultrix.
- CAMPISTA, David Moretzsohn (1901). “O direito público e sua reconstrução científica (Introdução ao estudo do direito público e constitucional)”. *Revista da Faculdade Livre de Direito do Estado de Minas Gerais*, Belo Horizonte, a. VI, p. 57-100.
- CHACON, Vamireh (1977). *História das idéias sociológicas no Brasil*. São Paulo: Grijalto/EDUSP.
- DIAS, Fernando Correia (2001). *Ouro Preto: território da palavra. Oficina da Inconfidência*. Ouro Preto, nº 1.
- ENCICLOPÉDIA MIRADOR INTERNACIONAL (1981). São Paulo/Rio de Janeiro: *Encyclopaedia Britannica do Brasil Publicações Ltda*.
- FRANCO, Afonso Arinos de Melo (1977). *Um estadista da República: Afrânio de Melo Franco e seu tempo*. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar.
- FRANCO, Augusto (1906). *Estudos e escritos: esboços e crônicas*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial.
- _____ (1904). *Fragmentos literários (Crônicas ligeiras)*. Belo Horizonte: Tipografia Beltrão.

- FRIEIRO, Eduardo (1955). *Páginas de crítica e outros estudos*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia.
- IGLÉSIAS, Francisco (1999). Reedição de Diogo de Vasconcelos. In: Vasconcelos, Diogo. *História antiga das Minas Gerais*. 4ª edição. Belo Horizonte: Editora Itatiaia.
- _____ (org.) (1987). *Idéias políticas de Pandiá Calógeras*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa.
- LABIENO (pseud. Lafayette Rodrigues Pereira) (1934). *Vindiciae. O sr. Silvio Romero crítico e filósofo*. Belo Horizonte: Os amigos do Livro.
- LESSA, Pedro (1909). *Dissertações e polêmicas*. Estudos jurídicos. Rio de Janeiro: Tip. do *Jornal do comércio*.
- _____ (1925). *Reforma constitucional*. Rio de Janeiro.
- LIMA, Augusto de (1894). "Estudos sociais". *Revista da Faculdade Livre de Direito de Minas Gerais*, Ouro Preto, a I, p. 71-76.
- _____ (1916). *Discursos e conferências*. Rio de Janeiro: Tipografia do *Jornal do Comércio*.
- LOBO, Estevão (1884). "Do organismo social". *Revista da Faculdade Livre de Direito de Minas Gerais*, Ouro Preto, a. I, p.71-76.
- LUCAS, Fábio (1965). *Horizontes da crítica*. Belo Horizonte: Edições Movimento e Perspectiva.
- MONTEIRO, Norma de Góis (org.) (1994). *Dicionário biográfico de Minas Gerais*. Período republicano. 1889/1991. Belo Horizonte: Assembléia Legislativa de Minas Gerais. 2 v.
- MORAIS, Rubens Borba & BERRIEN, William (orgs.) (1999). *Manual bibliográfico de estudos brasileiros*, (1949). Brasília: Senado Federal – Coleção 500 anos. 2v.
- PAIM, Antônio (org.) (1981). *Plataforma política do positivismo ilustrado*. Brasília: Editora da UnB.
- PENA, Afonso (1894). "Apresentação". *Revista da Faculdade Livre de Direito de Minas Gerais*, Ouro Preto, a. 1.
- RENAULT, Delso (1979). *Raul Soares de Moura. O professor, o homem de letras, o estadista*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial.

GENERALIDADE E PARTICULARIDADE NA SOCIOLOGIA BRASILEIRA

Otávio Soares Dulci

Resumo. A sociologia é uma ciência que procura estabelecer proposições gerais sobre fenômenos sociais, mas suas investigações se desenvolveram, desde a origem, a partir de diferentes tradições nacionais, dirigindo-se a problemas específicos. O artigo examina a formação da sociologia brasileira como processo intelectual marcado pela percepção de possíveis peculiaridades da sociedade brasileira diante de modelos gerais de cunho determinista. Argumenta que, ao enfrentar esse dilema, a sociologia brasileira tem oferecido contribuição importante ao conhecimento genérico da vida social na medida em que, com os seus estudos, a experiência do Brasil pode ser situada em termos comparativos. Essa proposição é ilustrada por uma recapitulação do debate sobre a questão racial na fase clássica da ciência social brasileira – de fins do século XIX ao meio do século XX.

Palavras-chave: Ciência social, sociologia brasileira, generalidade, particularidade, teoria.

Otávio Soares Dulci é professor de Sociologia da Universidade Federal de Minas Gerais. Sociólogo e Mestre em Ciência Política pela UFMG. Doutor em Ciência Política pelo IUPERJ, com estudos de pós-graduação na Universidade de Glasgow, Grã-Bretanha. Autor dos livros *A UDN e o Anti-Populismo no Brasil* (Ed. UFMG, 1986) e *Política e Recuperação Econômica em Minas Gerais* (Ed. UFMG, 1997), de capítulos de livros em várias coletâneas, bem como de diversos artigos nos campos da sociologia e da política brasileira moderna.

Uma das questões de interesse no estudo do pensamento social brasileiro diz respeito à possível especificidade da produção sociológica elaborada no país ao longo do tempo. Em que medida esse acervo constitui uma sociologia propriamente **brasileira**? Nesta pergunta, a ênfase no adjetivo chama a atenção para o que haveria de singular no empreendimento, de acordo com vários critérios (os temas, os enfoques, os resultados, etc.). Ou, ao invés, tratar-se-ia de uma sociologia *tout court*, apenas feita no Brasil, que, por suposto, possuiria sentido eminentemente generalizante?

Este é um assunto relevante sob vários aspectos. Examino-o aqui em três partes. Primeiro, procuro situar alguns problemas analíticos envolvidos na caracterização da sociologia como disciplina de âmbito universal que é ao mesmo tempo produzida em contextos nacionais. Em segundo lugar, transponho essa discussão para o Brasil, por meio da releitura de uma controvérsia surgida na década de 50 a respeito desse tema. Na terceira parte, procuro identificar, na fase clássica do pensamento social do Brasil, de que forma a tensão entre conhecimento genérico e específico se expressou em contribuições apreciáveis à investigação sociológica.

I

A questão de uma sociologia brasileira suscita, para começar, o antigo debate sobre a caracterização das ciências sociais como nomotéticas ou idiográficas. O modelo nomotético de ciência orienta a investigação para o estabelecimento de proposições gerais sobre fenômenos, com vistas a alcançar eventualmente um conjunto sistemático de leis. O modelo idiográfico, por sua vez, tem como alvo a descrição ou interpretação de fenômenos singulares no espaço e no tempo; seus praticantes se concentram na realidade empírica, descartando a meta de construção teórica cumulativa.

Deve a sociologia se orientar para proposições gerais sobre fenômenos sociais? É provável que, em tese, haja amplo acordo sobre o caráter nomotético da disciplina, tal como nos ensinam os manuais. Mas não é assim na prática, uma vez que grande parte dos trabalhos sociológicos é de cunho monográfico. Ocorre com a sociologia o mesmo que Panebianco (1994, p. 82-83) apontou a respeito da ciência política,

cujos estudos tratam, comumente, de objetos tidos como importantes ou interessantes em si mesmos, não pela contribuição que sua análise possa dar à construção ou à refutação de teorias científicas. Daí a proliferação de especialistas em países, no estilo dos *brazilianists*.

Como isso acontece em toda parte, podemos atribuí-lo a diversos fatores. Entre eles se destacam, naturalmente, os que se relacionam à formação dos cientistas sociais e às modalidades de trabalho predominantes em seu meio. Os sociólogos, com frequência, são chamados a atuar como sociógrafos: focalizam questões localizadas em busca de diagnósticos e soluções práticas. Mas igualmente importante é a influência de fatores contextuais (sociais, culturais, históricos) nos rumos seguidos pela sociologia nas diversas comunidades nacionais de cientistas e profissionais. Esse seria outro aspecto decisivo que o nosso problema inicial sugere. Diz respeito à sociologia do conhecimento, vertente que aborda os condicionamentos históricos e sociais da construção do pensamento.

Há, ainda, um terceiro nível de considerações, referente às finalidades pragmáticas do trabalho científico, que no caso da sociologia adquire imediato destaque em virtude do próprio objeto da disciplina. O nexos entre o avanço do conhecimento sociológico e a sua utilidade para a implementação de projetos nacionais (a superação do subdesenvolvimento, por exemplo) marcou, por muito tempo, a trajetória das ciências sociais não só no Brasil como em todo o Terceiro Mundo.

Por certo, esse tipo de conexão é bem mais geral, tal como sucede com o impacto de condições históricas e sociais sobre a elaboração científica. A construção da sociologia em termos globais derivou de esforços de indivíduos e de grupos que costumam ser identificados por sua raiz nacional e, mais ainda, pelo envolvimento com questões de seu tempo. Assim é que, ao estudarmos as origens e a evolução deste campo do conhecimento, deparamo-nos com o contraste entre a sociologia francesa, a alemã e a norte-americana, para citar as mais influentes. E cada uma delas se constituiu com fisionomia própria, fruto de uma dada história intelectual, de um ambiente cultural específico e de uma agenda de questões sociais concretas. A sociologia francesa emergiu, com Durkheim e seus sucessores, na esteira do Iluminismo e do Positivismo comteano. Por sua vez, a sociologia norte-americana avançou sob o estímulo das mudanças sociais do país no

início do século XX, bem visível na criatividade temática e metodológica da Escola de Chicago.

Com isso, não se quer dizer que esses esforços se limitaram a uma perspectiva paroquial. Ao contrário, dirigiam-se a problemas analíticos surgidos de contextos específicos, mas com a intenção de situá-los em termos universais. Aliás, uma crítica que se faz aos clássicos é a de sua excessiva propensão ao determinismo, sobretudo no estudo da mudança social, no afã de estabelecer tipos gerais e causas “últimas” dos processos que investigavam (Etzioni e Etzioni, 1964: cap. 1). Com o tempo, a sociologia reduziu o seu foco, mas adotando a tendência oposta de renunciar a qualquer perspectiva macro-histórica (Moore, 1972: cap. 4). Esse deslocamento terá concorrido para a difusão do modelo idiográfico, não só pelo abandono da visão histórica (ou seja, da análise de relações sociais em processo), como, paralelamente, pelo desinteresse em efetuar comparações, no tempo e no espaço.

Observa-se, porém, em fase recente, renovado interesse pelo método comparativo, fomentado em especial pelos estudos que compõem o campo da sociologia histórica. Não obstante a variedade de enfoques dos autores classificados sob este rótulo¹, seus trabalhos abrem caminho para a superação das dificuldades apontadas. O propósito eminentemente comparativo, portanto generalizante, distingue-os da mera sociografia de casos isolados. Mas, ao pesquisarem trajetórias e tipos de desenvolvimento, afastam-se da posição determinista que supõe o processo histórico como não-problemático e encara as diferenças entre sociedades como correspondendo a etapas de um caminho essencialmente homogêneo para certo futuro postulado em teoria.

A retificação dessa idéia de um futuro já dado, dessa noção fechada da história humana que não admite surpresas, será um avanço significativo para a análise sociológica, caso prevaleça sobre as proposições evolucionistas (como a fórmula recente do “fim da história”) recorrentes no campo das ciências sociais. O avanço se traduz na busca de generalizações que sejam capazes de contemplar os processos sociais tanto em sua dimensão universal quanto naquilo que têm de particular. Como escreveu Bendix (1968, p. 76):

Os estudos sociológicos comparativos representam uma tentativa de desenvolver conceitos e generalizações em um nível intermediário

entre o que é verdadeiro para todas as sociedades e o que é verdadeiro para uma sociedade em um ponto no tempo e no espaço.

Nesse sentido é que a influência cognitiva dos contextos adquire grande importância. O contexto cultural, por exemplo, tem sido destacado para relativizar o postulado da universalidade das categorias de análise, bem como a noção da universalidade das práticas sociais e políticas (Badie e Hermet, 1990: cap. 1). É um aporte necessário, mas que traz consigo certos riscos. No limite, se tudo é relativo, as ciências sociais serão paralisadas pela profusão de explicações *ad hoc*, de alcance apenas local.

Todos esses elementos são importantes para esclarecer em que termos se pode falar de uma sociologia brasileira. Vejamos, em seguida, como essa questão foi levantada e respondida no Brasil.

II

A discussão sobre o caráter da sociologia no Brasil veio à tona pela primeira vez em meados da década de 50. Foi nessa época que surgiram as primeiras reflexões sistemáticas sobre a evolução do pensamento social brasileiro, acompanhadas de tentativas de classificação de suas fases e de suas principais perspectivas de análise. Tais reflexões se devem a Guerreiro Ramos e a Florestan Fernandes, dois autores de grande envergadura no panorama da disciplina e que mantinham posições divergentes acerca do problema de que nos ocupamos.²

Guerreiro Ramos se notabilizou pelo esforço de fundamentar o projeto de uma sociologia nacional. Não assumia propriamente uma visão idiográfica, pois reconhecia que “o ideal dos sociólogos é a sociologia “universal”, livre de condicionamentos históricos e de compromissos nacionais, “aproximada, quanto ao grau de abstração, da física ou da matemática” (Ramos, 1953, p. 7). Mas salientava que nem estas últimas, nem muito menos a sociologia, se eximem de contingências de espaço e de tempo: ainda que se mantenha o ideal universal da ciência, as sociologias (no plural) “têm sido instrumentos de decifração nacional, mesmo nos seus aspectos aparentemente mais abstratos. Seus conceitos são historicamente condicionados.” E suas formulações teóricas, “permeadas de influências nacionais”, são

“caudatárias de tradições militantes, orientadas no sentido pragmático” (Ramos, 1953, p. 8-9).

É sob essa perspectiva que Guerreiro Ramos abordou o cenário sociológico brasileiro de seu tempo. Crítico veemente da produção acadêmica, que lhe parecia presa a modelos importados e desligada da realidade circundante – uma sociologia enlatada, “consumida como uma verdadeira conserva cultural” – defendeu ao invés uma sociologia ‘em mangas de camisa’, instrumento de autoconhecimento e de autonomia nacional:

A essência de toda sociologia autêntica é, direta ou indiretamente, um propósito salvador e de reconstrução social. Por isso, inspira-se numa experiência comunitária vivida pelo sociólogo, em função da qual adquire sentido. Desvinculada de uma realidade humana efetiva, a sociologia é uma atividade lúdica da mesma natureza do pif-paf. (...) Daí, na medida em que o sociólogo exercita vitalmente a sua disciplina, é forçosamente levado a entrelaçar o seu pensamento com a sua circunstância nacional ou regional. (Ramos, 1995, p. 107)

Analogamente, sua interpretação da trajetória do pensamento social no Brasil gira em torno do contraste entre duas correntes de idéias, que, para ele, caracterizam países de origem colonial:

- a) uma delas “consiste simplesmente numa glosa das orientações doutrinárias vigentes nos centros de cultura estrangeiros”;
- b) outra é “orientada no sentido da dessatelação histórica, (cujos) epígonos são verdadeiramente criadores e se caracterizam por uma tendência política mais do que propriamente especulativa” (Ramos, 1953, p. 10-11).

Esta dicotomia traduziria, para Guerreiro Ramos, a diferença entre uma sociologia brasileira e uma sociologia apenas feita no Brasil.

Florestan Fernandes, por sua vez, tende a pensar a relação entre a atividade científica e o seu contexto menos como um dado e mais como um problema a ser equacionado. Para ele, é “legítima e necessária” a visão do cientista “como participante de um cosmos cultural autônomo, o qual possui normas e valores próprios, capazes de promover a ordenação das diferentes atividades intelectuais de cunho científico” (Fernandes, 1958, p. 15). Sob esse ângulo, o caráter

universal, unitário, da ciência deriva diretamente de sua institucionalização, não das comunidades a que serve. É a dinâmica interna da atividade que provoca, de modo convergente, o avanço do conhecimento e de suas aplicações, a despeito de todas as diferenças que possam existir entre os cientistas em assuntos extracientíficos.

Porém, acrescenta, não se pode ignorar “que as condições sociais ambientes exercem uma influência ativa e contínua na organização e no funcionamento das instituições científicas, bem como na formação do horizonte intelectual do cientista” (Fernandes, 1958, p. 16).

Ambas as implicações são relevantes. A primeira tem a ver com os condicionamentos econômicos e socioculturais a que se sujeita o desenvolvimento institucional da ciência. A segunda, com a influência de outros sistemas de normas e valores sobre as escolhas dos cientistas, escolhas pretensamente neutras, mas que ocultam inspirações filosóficas, políticas e ideológicas.

Assim, tanto a seleção dos objetos de investigação quanto o grau de elaboração teórica dos dados e principalmente o destino dos resultados são estreitamente influenciados pelo meio social. Mas Florestan Fernandes enfatiza “o equilíbrio que precisa existir, no mundo da ciência, entre os móveis positivos e os móveis extra-científicos das investigações” (Fernandes, 1958, p. 23). Pode-se dizer que, para ele, a articulação do cientista com o meio se exprime no **antes** e no **depois**. O **durante**, a pesquisa, deve estar livre de injunções externas.

É recorrente na obra de Florestan Fernandes a discussão de contingências de tipo institucional e cultural sobre o progresso da sociologia. Mas preocupa-o também a influência do ambiente sobre a formação do “horizonte intelectual do sociólogo brasileiro”. Tal influência, segundo pensa, pode ser altamente construtiva. No entanto, tende a comprometer o equilíbrio preconizado, quando se adotam duas atitudes extremas: a de ignorar o contexto, que leva a uma sociologia puramente especulativa, sem ancoragem empírica; ou a de ceder aos influxos do meio social, redundando numa espécie de sociografia. As idéias de Guerreiro Ramos, a seu ver, conduziriam a este último resultado (Fernandes, 1958, p. 23-24).

Dadas essas premissas, a análise de Fernandes sobre o desenvolvimento da sociologia no Brasil é pautada por critérios bem diversos dos adotados por Ramos. No estudo mais sistemático que dedicou ao

tema, Fernandes (1977) aborda a questão prévia dos obstáculos culturais que impediram, até certa época, a aceitação da sociologia no país, assim como os processos sociais que levaram a superar tais obstáculos. Interessa-se, sobretudo, pela constituição de padrões de trabalho científico ao longo do tempo, relacionando-a com fatores estruturais, políticos e culturais. De início, a sociologia foi explorada no Brasil como recurso secundário de interpretação (por autores que deram atenção a fatores sociais para esclarecer certos problemas intelectuais ou práticos). Já em meados do século XX, era possível observar “a preocupação dominante de subordinar o labor intelectual, no estudo dos fenômenos sociais, aos padrões de trabalho científico sistemático” (Fernandes, 1977, p. 28).

É uma evolução tardia em relação à sociologia europeia. Mas, para o autor, há vantagens nesse atraso,

que oferece um ponto de partida mais rico ao jovem sociólogo brasileiro ou que lhe concede uma posição ideal para realizar uma síntese neutra entre os resultados e as tendências metodológicas da sociologia em países europeus e nos Estados Unidos. (Fernandes, 1977, p. 28)

Essa sugestão aponta para a construção de uma sociologia brasileira nos termos em que essa expressão condiz com a visão de Florestan Fernandes. Trata-se, para os sociólogos brasileiros, de combinar em sua atividade a busca de dois objetivos: o de contribuir para o progresso da sociologia como ciência e o de contribuir para o conhecimento sociológico do Brasil. O resultado dessa orientação é uma sociologia que, ao investigar a realidade próxima, o faz sobre um alicerce teórico que lhe permite alcançar relevância científica mais ampla.

Isso supõe criação e reflexão teórica, em contraste com a aplicação literal de teorias importadas. E aqui temos um nítido ponto de encontro entre os dois autores. De Guerreiro Ramos, a contribuição científica mais sólida, e certamente a mais original, foi a formulação do método de ‘redução sociológica’, “procedimento crítico-assimilativo da experiência estrangeira”, que se guia “por uma aspiração ao universal mediatizado, porém, pelo local, regional ou nacional” (Ramos, 1958, p. 46). A ‘redução’ implica reelaboração do que é transplantado de fora, tanto por razões cognitivas quanto por finalidades práticas.

Pois bem, o ideal de decifração nacional, de autoconhecimento, sobre o qual Ramos tanto insiste, na medida em que requer tal esforço de reelaboração, concorre não só para o conhecimento científico do país, mas também para o avanço da sociologia como ciência, realizando assim o duplo objetivo proposto por Fernandes aos sociólogos brasileiros. A estes se abrem oportunidades de contribuir para o saber sociológico exatamente pelo estudo do que o Brasil apresenta de singular. Aí se encontra um grande manancial de reflexão teórica, capaz de influenciar os rumos da disciplina.

III

Há alguns anos, li um comentário interessante de Mariza Corrêa sobre a antropologia brasileira. Esta, dizia a autora, dirigiu precocemente seu foco para questões, como o hibridismo e o sincretismo, que com o tempo passaram a ser devidamente valorizadas em países que se vêem às voltas com a penetração cada vez maior de estrangeiros:

temas, ou noções, tradicionalmente discutidos aqui como parte de nossa tradição (disciplinar, antropológica) nacional, agora são uma preocupação internacional, parte das questões do tema da globalização. (Corrêa, 1997, p. 12)

É uma observação que se aplica também à sociologia. De fato, a sociologia construiu no Brasil uma tradição própria, ao buscar respostas para as questões que se lhe apresentavam a partir da realidade social do país. E ao fazê-lo, demonstrou notável capacidade de contribuir para o conhecimento sociológico (em sentido nomotético) precisamente pela investigação do que o Brasil oferecia de singular.

Isso decorreu da interpelação de modelos teóricos de alcance pretensamente universal que pareciam inconsistentes com os dados da realidade brasileira. Proposições alternativas foram então elaboradas para dar conta dessa realidade. Embora seus autores quase sempre tratassem do Brasil em si, abriram, explícita ou implicitamente, perspectivas de análise comparativa que permitiam situar o caso brasileiro em face de casos equivalentes ou contrastantes. Classificações novas, levando a percepções mais complexas, menos

reduzidas, de temas relevantes da sociologia, resultaram desses esforços de análise das peculiaridades da experiência brasileira.

Podemos identificar esse tipo de contribuição nos campos mais expressivos do itinerário do pensamento social no Brasil: a análise da questão racial, a abordagem sociológica da política e a discussão da temática do desenvolvimento. Utilizarei a primeira para ilustrar o argumento.

A composição multirracial do Brasil, suas implicações e seus dilemas, constituem o objeto mais característico da investigação social brasileira, a julgar pelo fato de ter mobilizado a atenção de quase todos os autores ao longo da formação da disciplina em nosso país, ou seja, do final do século XIX aos meados do século XX. Desde os precursores, como Joaquim Nabuco, às voltas com o impacto sistêmico da escravidão, até os modernos, como Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso e Octavio Ianni, interessados na dinâmica da desigualdade racial em conexão com o avanço capitalista, foi recorrente a preocupação com o tema, ensejando enfoques bastante distintos.

Os enfoques foram distintos, mas percebe-se um certo padrão evolutivo no modo de tratar a matéria, que ilustra claramente o aproveitamento do potencial analítico proporcionado pelo estudo do Brasil para o avanço do conhecimento sociológico.

A perspectiva originária sob a qual o quadro racial brasileiro foi encarado era francamente determinista, orientada pelas teorias de hierarquia racial prevalentes na Europa e na América do Norte. A expressão mais coerente dessa posição encontra-se na obra de Nina Rodrigues, exemplar pela fidelidade ao cânone nomotético. Sem deixar de reconhecer o alto valor de seu legado científico, no que diz respeito ao estudo da população afro-brasileira, impressionam aos leitores de hoje os juízos implacáveis de Nina Rodrigues sobre os mestiços de Canudos em *As Coletividades Anormais*, fruto do crédito que dava ao dogma do determinismo biológico.

O racismo científico, somando-se ao prestígio das teorias de determinismo geográfico, produziu uma leitura profundamente pessimista sobre o país. Sociedade multirracial, com alto índice de miscigenação, situada nos trópicos, segundo essa leitura o Brasil não possuía nenhuma das condições “naturais” para alcançar o nível das nações genuinamente civilizadas.

No entanto, o mimetismo dos intelectuais brasileiros não os impediu de vislumbrar uma saída para tais obstáculos ao progresso. Essa saída consistiu na teoria do branqueamento. Projetava-se para o início do século XXI a transformação do Brasil em uma nação quase totalmente branca por efeito de dois fatores: a imigração intensiva de europeus e o incremento da mistura entre brancos, negros e índios, redundando na extinção gradual dos dois últimos grupos por sua suposta inferioridade. Nesse sentido contornavam-se os rígidos princípios do racismo científico para adaptá-lo às contingências de um país acentuadamente mestiço. As teorias estrangeiras eram assim copiadas, mas de forma original, como notou Schwarcz (1993) em análise atraente da questão. A tese do branqueamento era uma heresia à luz da ciência predominante nas primeiras décadas do século XX, a qual encarava a mistura de raças como fator de degeneração não só biológica como cultural. E é essa característica desviante que chama a atenção, tivesse ou não fundamento a expectativa de se transformar gradualmente o Brasil em um país de brancos. idéia que, afinal, tornou-se importante referencial ideológico desde então.

Além disso, a aplicação da ortodoxia à realidade provocava resultados inesperados, como se verifica em *Os Sertões*. Euclides da Cunha, engenheiro de extração positivista, organizou seu estudo de acordo com os estritos cânones da ciência da época. Desenvolveu, em seqüência, uma descrição do meio físico (“A Terra”), uma caracterização do habitante do sertão inspirada na antropologia racial (“O Homem”) e finalmente uma extensa narrativa da história do movimento de Canudos e de seu extermínio (“A Luta”). Ao relatar os fatos, as teorias que tomava como base para postular a inferioridade – racial, cultural, moral – dos rebelados são contraditadas pelo próprio autor, que não disfarça a admiração pela sua bravura e conclui com uma vigorosa denúncia do genocídio provocado pelas autoridades – brancas, educadas, “civilizadas”.

O conteúdo contraditório de *Os Sertões* anunciava uma mudança de paradigma, pondo em causa a antinomia civilização *versus* barbárie vinculada ao pensamento racista vigente. Outra obra, também do início do século XX, representou uma investida mais articulada contra as idéias reinantes, embora por isso tenha permanecido em relativa obscuridade. Trata-se de *América Latina: Males de Origem*, de Manoel Bomfim. Seu foco é a América Latina, o que era novidade no

Brasil, e lhe confere grande valor como esboço de análise comparativa. Seu objeto, o atraso do continente, que debita à mentalidade parasitária dos colonizadores ibéricos. O ataque ao tipo predatório de colonização é forte, mas não menos contundente é o questionamento da ciência eurocêntrica da época, que incutia nos latino-americanos um sentimento perene de inferioridade por causa de sua origem étnica e de suas carências econômicas e educacionais. Sob o ângulo que aqui nos interessa, Bomfim é um autor-chave, ao deslocar a explicação do atraso para fatores históricos, portanto mutáveis, em vez de fatores naturais (a composição racial, o meio geográfico). Por esse deslocamento, e pela preocupação de abordar o Brasil em paralelo aos países vizinhos, o estudo de Bomfim é um empreendimento pioneiro de sociologia histórica. Recusa os esquemas teóricos deterministas de seu tempo, mas apenas para substituí-los por uma análise alternativa de cunho também genérico, aplicável a todos os países de origem colonial.

O modelo ibérico de colonização, alvo da crítica de Bomfim, seria mais tarde revalorizado por Gilberto Freyre como elemento fundamental de sua investigação do sistema de relações raciais que se constituiu no Brasil. Freyre, em seus primeiros livros, que são também os principais de sua vasta obra, estudou o Nordeste açucareiro numa perspectiva sócio-histórica. Mas o alcance de sua proposta foi muito mais amplo, na medida em que concorreu para desmontar a crença nas idéias deterministas que persistiam como explicações do atraso do Brasil. Ou seja, as idéias relativas à composição multirracial, aos males da miscigenação e à localização tropical, cujas implicações negativas obviamente se estendiam para todos os outros países com tais características. O giro teórico de Freyre, ao inverter o sentido desses atributos, ressaltando-lhes as qualidades civilizatórias, representou uma notável contribuição da ciência social brasileira ao avanço do conhecimento global nesse domínio do saber.

É tarefa complexa avaliar o mérito da obra de Freyre, o que permanece dela e o que foi retificado por investigações posteriores. Com o foco dirigido para a vida privada, Freyre tendia a ignorar o arcabouço estrutural dos fenômenos que estudava. Para muitos críticos, suas análises têm um acento conservador e até reacionário, devido à sua idealização do passado. A visão conciliatória que transmitiu das relações interétnicas no sistema escravista consolidou a imagem do

Brasil como democracia racial – uma noção de senso comum derivada de comparação com sociedades multirraciais conflitivas como os Estados Unidos e a África do Sul.

Mito ou realidade? É frequente considerar-se a noção de democracia racial sugerida pela obra de Freyre como uma categoria meramente ideológica, mas para a sociologia interessa igualmente tratá-la como problema analítico. A caracterização do modelo ibérico de colonização (redundando na noção de ‘lusotropicalismo’), sobretudo quanto às suas implicações para as relações interétnicas, é um tema substancioso do legado de Freyre que permanece na agenda científica em escala internacional. Sua abordagem da experiência brasileira pelo ângulo da sociologia histórica possui relevância análoga à de Bomfim, ainda que as duas estejam em pólos opostos no tocante às respectivas leituras do processo.

E mesmo para o estudo das relações raciais contemporâneas, o recurso às hipóteses de Freyre pode ser proveitoso. Com base em pesquisa realizada na área metropolitana de Salvador sobre o quotidiano das relações raciais no contexto da globalização, Sansone (1996) reexamina à luz dos dados de hoje a descrição de Freyre sobre o *habitus* racial do passado – o conjunto de regras de relações raciais sobre as quais existe um certo e problemático consenso. Chega à conclusão de que “uma parte do quadro das relações raciais fornecido por Freyre e a apresentação de alguns dos dilemas embutidos nestas relações continuam atuais” (Sansone, 1996, p. 209). Especificamente no que tange ao *habitus* racial, caracterizado pela hibridez, plasticidade e adaptabilidade.

A mitificação do Brasil como democracia racial motivou a UNESCO a patrocinar estudos que investigassem essa questão nos primeiros anos da década de 50. O retrato resultante dos dados não confirmou o mito. Esse projeto foi importante, entre outras razões, por iluminar a persistência das desigualdades raciais no bojo da modernização urbano-industrial em curso no país. Na Bahia, Thales de Azevedo identificou a simbiose entre duas hierarquias, a de classe e a de *status*, esta associada à cor e à origem racial, num contexto social já distante da antiga ordem escravista (Guimarães, 1996). Em São Paulo a pesquisa esteve a cargo de Roger Bastide e Florestan Fernandes, sendo este último quem explorou mais largamente o tema

em várias de suas obras. Ali também foi observada a persistência da hierarquia racial em contraponto ao desenvolvimento da sociedade de classes. A interpretação de Fernandes (1965) enfatiza o efeito de retardamento que a persistência da discriminação racial exerce sobre o desenvolvimento da ordem capitalista. Interessa-se sobretudo pela dinâmica da situação, no pressuposto teórico de que o desenvolvimento da sociedade de classes, ou da ordem competitiva, como prefere, implica a dissolução gradual das demais formas de desigualdade. Pensa, portanto, em democratização racial como processo, em vez de democracia racial como sistema.

Ambas as análises, a de Thales de Azevedo e a de Florestan Fernandes, convergiram na refutação do mito. Extraíram, no entanto, conclusões diversas de seus achados, e não somente em virtude das diferenças estruturais entre a Bahia e São Paulo. Estabelecia-se naquele momento uma bifurcação analítica que prossegue na sociologia brasileira. A vertente de Azevedo tem sido aprofundada por estudos (por exemplo, Hasenbalg, 1979; Hasenbalg e Valle Silva, 1988) que demonstram a reprodução contínua das desigualdades baseadas no critério de raça, mais de um século após o término oficial da escravidão.

Seria arriscado, contudo, descartar de todo a proposição de Florestan Fernandes, que alude à equalização de oportunidades e ao avanço da cidadania. De todo modo, foi a partir dessa investigação que ele caminhou para a elaboração de sua teoria do desenvolvimento dependente (Fernandes, 1976). Nesta obra concretizou-se admiravelmente o duplo propósito que o seu autor havia apontado para a sociologia brasileira: ao contribuir para o conhecimento sociológico do Brasil, ofereceu uma contribuição magistral à sociologia como ciência.

Notas

- 1 Para uma apreciação de conjunto, v. Skocpol, 1984. Uma diferença importante entre os autores diz respeito ao grau de pretensão explicativa, variando desde os que utilizam comparações históricas apenas para ilustrar esquemas teóricos (Eisenstadt, por exemplo) até minimalistas como Bendix, que se limitam a interpretar “contrastes de contextos” numa linha weberiana.
- 2 Para uma visão mais ampla dessa controvérsia, v. a esclarecedora análise de Oliveira (1995).

Abstract. Sociology is a science which seeks to establish general propositions about social phenomena, yet its investigations stemmed, since its origins, from different national traditions, addressing to specific problems. The article examines the formation of Brazilian sociology as an intellectual process marked by the perception of possible peculiarities of the Brazilian society toward general deterministic models. It argues that, in facing this dilemma, Brazilian sociology has offered an important contribution to building generic knowledge of social life insofar as, with its studies, Brazilian experience can be placed in comparative terms. Such proposition is illustrated by a brief analysis of the debate on the racial question along the classical period of the Brazilian social science – from the end of XIXth century to the middle of XXth century.

Résumé. La sociologie est une science qui cherche d'établir des propositions générales sur des phénomènes sociaux, mais ses investigations sont toujours dirigées vers des problèmes spécifiques. Ces investigations sont encore dérivées, dès le début, de différentes traditions nationales. L'article approche la formation de la sociologie brésilienne comme un processus intellectuel signalé par la perception de possibles singularités de la société brésilienne devant des modèles généraux déterministes.

Referências Bibliográficas

- BADIE, Bertrand e Hermet, Guy (1990). *Politique comparée*. Paris: Presses Universitaires de France.
- BENDIX, Reinhard (1968). "Concepts in comparative historical analysis". In: Rokkan, Stein (ed.). *Comparative research across cultures and nations*. The Hague: Mouton.
- CORRÊA, Mariza (1997). In: *Jornal da Ciência*, XII (380), 5 de dezembro de 1997.
- ETZIONI, Amitai, ETZIONI, Eva, eds. (1964). *Social change: sources, patterns and consequences*. New York: Basic Books.
- FERNANDES, Florestan (1958). *O padrão de trabalho científico dos sociólogos brasileiros*. Belo Horizonte: Edições da Revista Brasileira de Estudos Políticos.
- _____ (1965). *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo: Dominus/USP.
- _____ (1972). *O negro no mundo dos brancos*. São Paulo: Difusão Européia do Livro.
- _____ (1976). *A revolução burguesa no Brasil; ensaio de interpretação sociológica*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar.
- _____ (1977). "Desenvolvimento histórico-social da Sociologia no Brasil". In: *A Sociologia no Brasil (Contribuição para o estudo de sua formação e desenvolvimento)*. Petrópolis: Vozes.
- GUIMARÃES, Antônio Sérgio (1996). "Cor, classes e status nos estudos de Pierson, Azevedo e Harris na Bahia: 1940-1960". In: Maio, Marcos Chor e Santos, Ricardo Ventura (orgs.). *Raça, Ciência e Sociedade*. Rio de Janeiro: Fiocruz/CCCB.
- HASEMBALG, Carlos A. (1979). *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal.
- HASEMBALG, Carlos A., VALLE SILVA, Nelson do (1988). *Estrutura social, mobilidade e raça*. Rio de Janeiro: Vértice.
- MOORE, Jr., Barrington (1972). "A estratégia da Ciência Social". In: *Poder político e teoria social*. São Paulo: Cultrix.

- OLIVEIRA, Lúcia Lippi de (1995). "O trabalho sociológico: dois padrões". In: *A Sociologia do Guerreiro*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.
- PANEBIANCO, Angelo (1994). "Comparación y explicación". In: SARTORI, Giovanni, MORLINO, Leonardo (eds.). *La comparación en las Ciencias Sociales*. Madrid: Alianza.
- RAMOS, Guerreiro (1953). *O processo da Sociologia no Brasil* (Esquema de uma História de Idéias). Rio de Janeiro.
- _____ (1958). *A redução sociológica* (Introdução ao estudo da razão sociológica). Rio de Janeiro: ISEB.
- _____ (1995). *Introdução crítica à sociologia brasileira*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.
- SANSONE, Lívio (1996). "As relações raciais em Casa-Grande & senzala revisitadas à luz do processo de internacionalização e globalização". In: MAIO, Marcos Chor, SANTOS, Ricardo Ventura (orgs.). *Raça, Ciência e Sociedade*, Rio de Janeiro: Fiocruz/CCCB.
- SCHWARCZ, Lília Moritz (1993). *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras.
- SKOCPOL, Theda, ed. (1984). *Vision and method in historical sociology*. Cambridge: Cambridge University Press.

BELLE ÉPOQUE LITERÁRIA E MODERNISMO: OSWALD DE ANDRADE, INTELECTUAL ENTRE DOIS MUNDOS

Rubens de Oliveira Martins

Resumo. Este trabalho realiza uma reflexão sobre os limites da autonomia da vida intelectual em São Paulo nas primeiras décadas do século XX. Acompanhando a trajetória do escritor Oswald de Andrade desde sua participação nos círculos boêmios do Rio de Janeiro até sua atuação como “ponta de lança” do Movimento Modernista em São Paulo, em 1922, estaremos analisando como o processo de institucionalização operado na esfera da cultura foi definindo um padrão para o reconhecimento e a legitimação da vida intelectual.

Palavras-chave: indivíduo e sociedade; vida intelectual; Modernismo; autonomia; institucionalização.

Introdução

O objetivo deste ensaio é perceber os fatores que definem os limites da atuação do intelectual dentro do contexto social de uma época.

Rubens de Oliveira Martins é mestre em Sociologia pela USP e doutorando em Sociologia pela UnB. Professor das Faculdades Integradas da UPIS e assessor do Deptº de Política do Ensino Superior da SESu/MEC. Autor do livro *Um Ciclone na Paulicéia – Oswald de Andrade e os limites da vida intelectual em S. Paulo*, pela Editora do C. Universitário Ibero-Americano, 2001. Tem artigos nas seguintes publicações: Revista *Múltipla* n.ºs: 5, 7 e 8 – Revista das Faculdades Integradas da UPIS; Revista *Plural* n.ºs: 5 e 6 – Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo; Revista *Sociedade e Estado* do Deptº de Sociologia da Universidade de Brasília. (2000).

os grupos aos quais está filiado, os grupos antagônicos, bem como as diferentes formas de influência e de pressão a que está submetido.

Percebendo a variedade de atuações possíveis dentro do plano cultural de uma época, tentaremos divisar a existência de um certo “tipo” de intelectual que, destacando-se do padrão firmado na tradição acadêmica, se torna possível apenas pelo confronto contínuo com seus contemporâneos, como tentativa de afirmação e de superação de um status que tende a se repetir e se cristalizar em instituições.

Para realizar esta tarefa pretendemos analisar a trajetória do escritor modernista Oswald de Andrade até início dos anos 20, sua estréia como jornalista e seu convívio no círculo literário da Belle Époque do Rio de Janeiro.

Entendemos Oswald de Andrade como um paradigma privilegiado de uma posição que chamaremos de “marginal” dentro do sistema cultural inaugurado com o êxito do Modernismo paulista e seus desdobramentos. Portanto, sua “marginalidade” significaria tornar-se um intelectual que “destoa” dos demais, possibilitando uma análise que revela, através do contraste, as possibilidades que se apresentavam então no campo intelectual do período.

A atualidade desta discussão está ligada ao problema recorrente da liberdade e da autonomia do intelectual dentro de um campo de forças delimitado, uma vez que este passa a identificar-se com a cristalização de valores, métodos e classificações pré-definidas, revelando os interesses específicos de algumas áreas do saber acadêmico relacionadas ao exercício e manutenção de status e poder.

A partir desta questão e desta postura, ocorre a cristalização dos parâmetros para o reconhecimento social do intelectual, forjados em comportamentos bem definidos e em um vocabulário preciso e delimitado ao universo de seus pares, formando como que “feudos” de um saber institucional, onde há limites para a emergência do “novo” e as tentativas de oposição enfrentam estratégias de deslegitimação que limitam a autonomia do trabalho intelectual, uma vez que se cria uma prisão conceitual a partir de valores definidos e cristalizados.

Assim, a liberdade do intelectual fica confinada à aceitação daquelas orientações e valores pré-determinados, e a sua autonomia dissolve-se na necessidade de reconhecimento e legitimação que passa pela instituição burocrática e suas exigências.

As posições possíveis que o campo intelectual delimita em um certo momento de sua vigência refletem sempre a dimensão dos limites e dos controles associados, onde, através dos processos de diferenciação e explicitação dos contrastes, fazem valer sua visão de mundo correspondente.

No caso específico do fenômeno que nos interessa, o do Modernismo paulista, percebemos também a presença de uma cristalização operada na explicitação de uma diferença fundamental entre duas posturas distintas entre seus principais intelectuais: de um lado, Mário de Andrade, visto como intelectual símbolo, rigoroso e sério, ligado ao Departamento Municipal de Cultura e responsável pela fundamentação dos novos princípios estéticos nacionais; de outro lado, Oswald de Andrade, “clown” da burguesia, íntimo da sátira e da vanguarda estética, porém tendo suas potencialidades de participação no campo intelectual dominante limitadas por sua personalidade “não séria”, que o levou a ser visto como o “calcanhar de Aquiles” do Modernismo nacional.

Pretendemos superar esta dicotomia construída, falsa e simplificadora, que tenta explicar as coisas através de posições “contra” ou “a favor” de Oswald ou de Mário, e que é explicitada na história da literatura e nos círculos informais. Tal perspectiva acabou por se tornar dominante e encontrou ressonância em abordagens de cunho sociológico aliadas ao refinamento da introdução de elementos teóricos de outras correntes do pensamento social.

Aqui podemos perceber a existência de uma configuração onde emergem dois mundos diferentes: o da liberdade construída nos limites da diferenciação possível e o da liberdade delimitada pela normatização oficial, que se comunicam e se complementam através das tênues fronteiras identificadas nas posturas daqueles indivíduos em que o balanceamento das escolhas para “entrar na sociedade” encontram-se referidas às decisões de um alinhamento mais ou menos acentuado ou com a identificação imediata ou com a marginalidade possível.

Uma genealogia do processo de conformação do campo intelectual em que Oswald de Andrade iria atuar precisa analisar o impacto da herança da boêmia e a situação de transição dos intelectuais nos fins do século XIX.

Assim, para compreender o contexto em que se situam os intelectuais nas primeiras décadas do século no Brasil, primeiro será necessário empreender um esforço de reconstrução histórica da vida intelectual no período imediatamente anterior à ruptura modernista de 1922, ou seja, acompanhar o que caracterizava a vida na “República das Letras” centralizada no Rio de Janeiro e o processo de difusão e declínios de seus padrões, para poder compreender as possibilidades de carreira intelectual existentes e delinear suas exigências, a fim de verificar o tipo de sociabilidade em mutação que esta vida intelectual já espelhava.

Para isto a análise da vida intelectual na primeira década do século na capital da república vai ilustrar como, a partir da criação da Academia Brasileira de Letras, o tipo de intelectual caracterizado pelo escritor-boêmio passa a ser substituído pelo intelectual cuja seriedade estava regrada por aquela instituição.

Neste sentido, a discussão sobre a atividade intelectual que aqui empreendemos não objetiva definir uma construção formalizada e absoluta que oponha a boêmia à integração do intelectual, mas demonstrar a nova conformação dos limites daquele tipo de sociabilidade.

Se é verdade que jamais ocorreu uma ruptura completa que apartasse a atividade intelectual da sociabilidade boêmia, fica patente o fato de que, com a fundação da Academia de Letras, torna-se legítima a boêmia dourada dos salões, no lugar daquela boêmia típica dos tempos de Emílio de Menezes.

Além disso, a idéia de que a institucionalização da vida intelectual define novas formas de sociabilidade entre os indivíduos que dela participam não significa simplesmente a abolição de uma sociabilidade boêmia, que se torna então o espaço sempre presente onde é possível experimentar uma certa liberdade em relação aos laços institucionais.

Portanto, naquele momento de mudança de estilos de comportamento e de legitimação da vida intelectual, já era possível vislumbrar a figura de Oswald de Andrade como que se tornando um intelectual “entre dois mundos”, cuja atuação idiossincrática somente pode ser compreendida por uma dupla determinação: pelos vestígios de uma herança da vida intelectual da boêmia carioca e pela especificidade de sua posição de classe, que lhe dava as condições materiais para transformá-lo em um intelectual independente das modalidades

tradicionais de inserção, definindo uma nova forma de atuação na vida intelectual.

I. Entre a boêmia e a seriedade

Para analisar a vida intelectual no período das primeiras décadas do século XX no Brasil, é preciso compreender os caminhos através dos quais foi sendo construída a imagem do intelectual, percebida de forma interna aos grupos detentores do monopólio legítimo de uma arte reconhecida, e também de forma externa a estes grupos, ou seja, o modo como eles eram identificados pelo grande público.

A questão que se coloca é o contraponto entre a vida cultural herdada dos últimos anos do Império, com sua estrutura e valores definidos, e as novas situações que surgem para o pensamento e para a sociedade, no bojo das transformações vividas nestas primeiras décadas do século.

Com isso vamos perceber que há, claramente, uma primeira clivagem entre, por um lado, as atitudes de uma intelectualidade boêmia, remanescente de certos vestígios do Romantismo em suas atitudes e vivências e, por outro lado, uma modificação destes valores pela instituição de um novo modo de comportamento social mais de acordo com a mentalidade “civilizada” da época.

Acompanhar estas transformações no campo intelectual é tarefa que exige considerar a análise das instituições que são criadas neste percurso, bem como a análise das formas de representação e de reconhecimento dos intelectuais dentro do imaginário da sociedade contemporânea a eles.

Enquanto estivermos analisando tal processo, pretendemos privilegiar a atuação de Oswald de Andrade, que tem sua estréia na vida literária do período submetida ao modelo e às regras existentes e, ao mesmo tempo, vai também trazer consigo a marca da tensão e da ambigüidade decorrente deste tipo de inserção, uma vez que estaria situado a meio caminho entre aquela via tradicional de atuação intelectual e uma via que incorporaria a inquietude e a ruptura com o passado dentro do contexto da conjugação dos fatores políticos, sociais, culturais e pessoais com os quais se defronta.

Desta forma será possível perceber como a contradição desta estréia definirá um processo que se transformaria na característica inerente a este autor: uma condição *sui generis* de indefinição ou de deslocamento, uma vez que, defrontando-se com a tradição estabelecida, sua atuação será definida pela incorporação de vestígios de uma postura herdada da boêmia, em que a liberdade e a autonomia eram os sinais que distinguiam o intelectual na sociedade.

A fundação da Academia Brasileira de Letras em 1896, presidida por Machado de Assis, foi o marco decisivo para que se iniciasse uma mudança nos padrões de comportamento e reconhecimento dos intelectuais.

Ocorre que, até este momento, o intelectual, sinônimo de homem de letras, ainda carregava traços da sua origem em grupos boêmios da Rua do Ouvidor, na capital da República.

O intelectual, cujo estereótipo era o do artista desajustado, cede lugar ao intelectual comportado e portador de uma compostura condizente com aquela dignidade oficial da qual Machado de Assis era o exemplo máximo, postura que levará Oswald de Andrade, em suas memórias de 1954, a identificar esta circunscrição cultivada por Machado como um certo recalque do autor de Dom Casmurro, na tentativa de livrar-se da marca étnica:

Como bom preto, o grande Machado o que queria era se lavar das mazelas atribuídas à sua ascendência escrava. Fazia questão de impor rígidos costumes à instituição branca que dominava. (Andrade, 1976, p.77)

A modernização da cidade do Rio de Janeiro em 1904, pelo prefeito Pereira Passos, viria também demarcar o fim de uma sociabilidade boêmia, fundada nos laços do companheirismo das conversas fáceis e dos encontros inevitáveis nos limites da Rua do Ouvidor, que definia um mundo de dimensões reduzidas e estreitas, onde a presença quotidiana e a despreocupação marcavam o tom dos relacionamentos.

As mudanças na geografia da cidade irão colocar um fim àquele espaço delimitado, uma vez que as novas e largas avenidas já não possibilitavam aquela proximidade e atuavam como fator de dispersão

dos antigos costumes, implicando na crescente perda de prestígio do intelectual boêmio, cada vez mais deslocado para uma posição hierárquica inferior, como que caracterizando um passado “não civilizado” que deveria ser apagado pelo progresso.

A presença da tecnologia, e sua apologia na figura do automóvel, já se mostrava um processo capaz de “contaminar” a todos, não sendo aleatório o fato de que um dos primeiros automóveis foi trazido por José do Patrocínio, escritor boêmio e homem público envolvido nas lutas sociais em prol da abolição.

A empolgação com a “era da velocidade” e do progresso não deixava incólume os escritores e intelectuais do período, sendo que a esse respeito, conta Luiz Edmundo que, tentando ensinar Bilac a guiá-lo, acabaram por perder o controle e colidir, fazendo com que Bilac se julgasse “o precursor dos desastres de automóveis no Brasil” (Broca, 1956, p.15).

A noção de “civildade” que se instalava na capital da república, como índice de inserção na modernidade inspirada em Paris, trazia junto consigo os valores da utilidade prática e da eficiência, deslocando para a margem os traços que pudessem lembrar à cidade sua antiga situação de precariedade.

Tal processo corresponderia ao aburguesamento dos escritores que desejassem manter sua “vigência” (Neto, 1973), sendo deles exigida a atitude de negação da boêmia para que pudessem inserir-se naquele meio político e cultural que se estruturava a partir dos primeiros anos da república, já mediados por instituições como a Academia de Letras.

Na esteira das lutas e oposições entre os diferentes grupos no âmbito cultural, era certo que esta transformação sofresse a resistência de vários boêmios históricos como Paula Ney, que se opôs ao grupo de Machado de Assis através da fundação da *Academia Livre de Letras*, como forma de protesto e tentativa de aglutinação daqueles escritores que haviam sido preteridos pela instituição oficial, expressando o desajuste social do intelectual boêmio.

A existência de tal oposição não foi porém suficiente para contrapor-se à “irresistível” força de atração da Academia oficial, sendo que houve casos famosos de antigos boêmios, entre eles Emilio de Menezes e Lima Barreto, que acabaram por “bater-lhe às portas”,

ainda que durante um certo período não houvessem poupado críticas àquela instituição.

O caso de Emílio de Menezes é interessante como paradigma dos costumes literários vigentes: durante a vida de Machado de Assis não havia conseguido jamais ser eleito para a Academia, uma vez que o mestre não toleraria seu comportamento jocoso e boêmio, considerando-o como o exemplo mais categórico da incompatibilidade entre o culto elevado das preocupações culturais e o desregramento inconseqüente da boêmia despreocupada.

Emílio de Menezes era a imagem típica do boêmio que havia marcado o período anterior ao processo de institucionalização da vida literária, fazia quadras bem humoradas e muitas vezes ferinas.

De acordo com o depoimento de Oswald de Andrade, Emílio costumava ficar à porta das confeitarias conversando, destilando sua sátira que tanto amedrontava a todos, enfim, vivendo dos expedientes típicos da vida boêmia.

Oswald de Andrade relembra, em 1945, um episódio da época em que Emílio de Menezes tinha como companheiros de boêmia Bilac, Paula Ney e Coelho Neto, ilustrando bem aquela defasagem de postura que seria tão criticada por Machado de Assis:

Para reforçar o rancho do grupo incumbira-se de arranjar na confeitaria de um alemão restos de presunto e salame dizendo que era para um cachorro. Cada vez pedia mais. – O cachorro está crescendo. Um boião de pickles aguçava-lhe a gula. Uma tarde não se conteve mais: ‘Ponha uns pickles aí!’. ‘Sua cachorra come pickles?’, gritou o alemão botando-o para fora. (Andrade, 1992, p.77)

Após a morte de Machado de Assis, Emílio de Menezes finalmente foi eleito, em 1914, para a vaga de Salvador de Mendonça, e segundo o depoimento de Medeiros de Albuquerque, Emílio acabou sendo eleito pelo “medo” que inculcava em seus pares:

Muitos acadêmicos receavam as sátiras do poeta, que faziam todo mundo rir e eram ‘modelos de perversidade. (Broca, 1956, p. 19)

Neste procedimento é preciso reter que o momento de cristalização da Academia parecia estar ainda em construção pois, se por um lado Emílio de Menezes tinha laços de antiga amizade com os já consa-

grados acadêmicos Bilac e Coelho Neto – fato que sem dúvida pesou para sua eleição –, por outro lado tinha contra si todo o peso de ser considerado o símbolo vivo do antiacadêmico.

Desta forma, elegendo-o, a Academia parece demonstrar certa indecisão ainda sobre a forma como desejaria ser reconhecida pela sociedade, uma vez que cede ao medo nesta eleição; porém, podemos também antever, nesta decisão, a presença de uma estratégia de cooptação daqueles elementos que poderiam ser perigosos se deixados “livres” de seu controle direto.

O que se destaca no episódio da eleição de Emílio de Menezes é o fato de que em seu discurso de posse se defendia enfaticamente da pecha de boêmio, assumindo uma atitude de negação daquelas mesmas atitudes que o fizeram reconhecido e temido, fato que gerou o seguinte comentário vindo de Coelho Neto: “E dizer que isto é o discurso de um homem de espírito”.

O caso de Lima Barreto apresentava-se mais complexo, pois além de boêmio, lutava contra o racismo e o fato de ser alcoólatra. A iniciação na boêmia literária se dá no contato com escritores como Luiz Edmundo e na organização da revista “Diabo” junto com Bastos Tigre.

A atitude coerente de intelectual que não admite compactuar com o elitismo literário do período, nem com a frivolidade do mundanismo da época, optando, pelo contrário, a lidar com temas sociais e cotidianos segundo uma incômoda visão crítica, serão os fatores que o incompatibilizarão permanentemente com a instituição acadêmica.

Enfim, numa atitude que atesta a clareza e o realismo de sua visão, Lima Barreto acaba por desistir da Academia, comentando em carta com o amigo Monteiro Lobato:

Sei bem que não dou para a Academia e a reputação de minha vida urbana não se coaduna com a sua respeitabilidade.
(apud Broca, s/d., p. 18)

Chegou-se pois a uma época onde diferentes estilos de vida travam uma luta pela hegemonia e legitimação de idéias, demonstrando o nascimento de uma estratégia de domesticação e de legitimação oficial em processo de formação, que será responsável pela marginalização daqueles que não se enquadrarem nos seus cânones.

Comentando ainda a marginalização de Lima Barreto pela elite cultural, havia ainda o paradoxo de que o poder de exclusão das instituições, para além de um sinal de força, atestaria um permanente estado de insegurança destas mesmas elites, uma vez que para se manterem no poder precisavam excluir quaisquer índices de questionamento ou de incertezas, ou, nas palavras de Sevcenko:

O horror ao impulso criativo individual figurava um estado de congelamento da sociedade em que somente a estagnação e a repetição eram premiadas, justamente por consagrarem o mesmo, o intocável. Ai está a raiz da ‘república dos mediócrs’ e da paralisação da imaginação (...) O saber era apanágio das instituições tuteladas. O próprio Machado de Assis, zeloso na preservação de sua Academia de Letras recém fundada, definia-lhe severo os limites... (Sevcenko, 1989, p.216)

O exercício de uma censura e de um controle sobre os intelectuais absorvidos pela legitimação oficial pode ser encontrado também nas restrições “sutis” da própria sociedade conservadora e suas instituições, como foi o caso do boicote sistemático ao nome de Lima Barreto pelo *Correio da Manhã* (Neto, 1973, p.117), considerado como *persona non grata*.

A nova forma de vida literária era expressada exemplarmente nas palavras de João do Rio, nas quais já surge a consciência de uma nova temporalidade definida pela “modernidade”, quando não é mais possível “perder tempo” naquelas “conversas teóricas estéreis” que tinham lugar nos cafés:

Os tempos mudaram, meu caro. Há vinte anos um sujeito para fingir de pensador começava por ter a barba por fazer e o fato cheio de nódoas. Hoje, um tipo nestas condições seria posto fora até mesmo das confeitarias, que são e sempre foram a colméia dos ociosos. Depois, há a concorrência, a tremenda concorrência do trabalho que proíbe romantismos, o sentimentalismo, as noites passadas em claro e essa coisa abjeta que os imbecis divinizam chamada boêmia, isto é, a falta de dinheiro, o saque eventual das algibeiras alheias e a gargalhada de troça aos outros com a camisa por lavar e o estômago vazio.... (Rio, 1994, p.294)

Assim, se o intelectual boêmio era o personagem de uma época onde a institucionalização do campo intelectual ainda não se fazia sentir

com toda sua força, emergia agora um novo sentido de institucionalização do campo intelectual, que passa a ser caracterizado como o espaço do trabalho lucrativo e legitimado, conferidor de status e poder social e político.

As tentativas de inserir-se nos domínios desta nova realidade, que teve como contrapartida a esterilidade da vida literária no período, foram marcadas pela substituição da vocação literária pela profissão literária, isto é, a precariedade da atividade intelectual mostrava-se claramente pelo fato de que, para viver de literatura, era preciso que se aliasse ao jornalismo e se submetesse ao processo de mercantilização das letras, onde começavam a proliferar os escritos “de encomenda”, expediente necessário para a subsistência dos intelectuais.

Da mesma forma, a atividade literária de Aluísio Azevedo torna-se praticamente nula após seu ingresso na carreira diplomática, quando se torna vice-cônsul em Vigo, em 1896. A partir de então, não mais dependendo da literatura como forma de profissão, passa a adiar continuamente os projetos literários que jamais realizaria e, chega mesmo a desabafar a Coelho Neto:

Escrevo por força da fatalidade. Dão-me as letras para viver, mas eu é que sei como vivo! Digo-te apenas que no dia – que aliás não espero – em que conseguisse alguma coisa que me garantisse o teto e a mesa, deixava de mão a pena, papel e tinta, todas estas burundangas que só têm servido para incompatibilizar-me com o clero, nobreza e povo. De letras estou até aqui. Meu ideal é um emprego público... (apud Broca s/d., p.29)

A partir desse momento, a imagem do intelectual e do homem de letras passa por um processo de transformação, descaracterizando aquele modelo de boêmia literária, uma vez que nesta nova realidade a dimensão cultural de sua produção contava menos que sua capacidade de aproveitar-se daquele “ofício” de forma a instrumentalizá-lo.

Desta forma, no processo simultâneo de banalização da literatura e de multiplicação de jornais e revistas de influência, aliado ao fato da iminente valorização do discurso intelectual dentro da lógica de legitimação das ações governamentais, “ser intelectual” passa a ser o “requisito indispensável para conseguir as cavações e os empregos públicos, e

principalmente a chave mestra das portas cobiçadas da política e da diplomacia” (Sevcenko, 1989, p.99).

Enfim, a substituição daqueles ideais cultivados pelos homens de letras na transição do império para a república, revelou um processo em que aqueles “mosqueteiros intelectuais”, conforme os descreve Sevcenko, transformaram-se em “paladinos malogrados”, desiludidos com as promessas não cumpridas pelos governos republicanos: ou tornaram-se marginais – mosqueteiros sem missão – ou adaptaram-se ao que a realidade do sistema exigia.

A época dos cafés e das livrarias significava o contrário da época da instituição da Academia: a literatura existia e era vivida pelos escritores, não era uma realidade separada e objetivada, exaltando os ânimos uma vez que compreendia a totalidade da existência.

Assim torna-se compreensível o clima de guerrilha constante entre os grupos que se reuniam nos diferentes cafés e que defendiam a superioridade de suas escolas contra os “inimigos”, utilizando apenas as armas da palavra escrita, sempre imbuída de uma linguagem bélica que canalizava a agressividade dos combates e servia também aos propósitos de definir uma classificação entre estes grupos, já revelando as disputas pela hegemonia do debate intelectual.

(...) é Bilac satirizando um medíocre qualquer e Emílio de Menezes ‘enterrando’ a celebridade do dia com seus temíveis epitáfios(...) Custa-nos acreditar em semelhante atitude em nossos dias, quando ninguém mais se intimida com tais armas. (...) Nos grupinhos de cafés e confeitarias, essas perfídias encontravam grande ressonância, acumulando sobre a ‘vítima’ grande carga de ridículo. (Broca, 1956, p.46)

A boêmia literária significava então uma abertura para o exercício da liberdade intelectual, fora do controle de quaisquer instituições, como que criando um ponto de observação e de protesto em relação à situação cultural vigente.

Nas palavras de Antônio Cândido, a boêmia pode ser vista como:

a reação ante a ordem excessiva por parte do boêmio e do estudante, que muitas vezes eram o escritor antes da idade burocrática. Este elemento renovador e dinamizador acabou por ser parcialmente

racionalizado pelas ideologias dominantes, esboçando-se nos costumes certa simpatia complacente pelo jovem irregular, que antes de ser homem grave quebrava um pouco a monotonia de nosso Império encartolado, mas nem por isso perdia o benefício de seu apoio futuro. (Cândido, 1985, p.83)

O jogo de forças entre estas duas concepções denuncia o momento de transformação por que passava a sociedade, onde a multiplicidade de novos símbolos determinava a diferenciação da realidade vivida por cada sujeito, que aderira a um sistema de práticas conectadas com as expressões que a realidade estava instituindo no processo de “fazer-se”.

Neste processo adquire importância o trabalho do jornalismo literário que criava as novas condições para a existência de uma vida intelectual, fato que não passou despercebido pelo inquirido de João do Rio, no qual grande parte dos entrevistados via o jornalismo como fator favorável à atividade literária.

Neste sentido Olavo Bilac diria que o jornalismo era um “grande bem” para todo escritor brasileiro, uma vez que era o único meio para que ele pudesse ser lido (Rio, 1994, p.18).

Da mesma forma Silvio Romero encara o jornal como o *locus* da estréia literária e do aprendizado da palavra escrita, sendo também o veículo através do qual os homens de letras influenciam os destinos do país (Rio, 1994, p.50).

Ocorre, porém, que o jornalismo acaba por definir um novo espaço e uma nova forma para a atividade literária: já não havia mais os grandes espaços reservados para os folhetins literários, que foram paulatinamente substituídos pela coluna de crítica ou de resenha, uma vez que o próprio gosto do público começava a tender para as reportagens sobre o cotidiano ou sobre fatos sensacionalistas.

Daí o interesse para as entrevistas e pela vida dos autores mais do que por sua obra, como confessa João do Rio ao realizar o seu inquirido sobre o Momento Literário em 1900, declarando que o momento não era de devaneios mas de curiosidade e informação, transformando a literatura em reportagem, como deseja o público.

O surgimento da categoria do grande público leitor foi um fator fundamental de influência sobre o novo estilo de vida literária, uma vez que as discussões não eram mais privativas dos embates entre os membros das escolas existentes, como no tempo da boêmia, mas

tornaram-se de interesse público para os leitores dos jornais, ávidos sobre as últimas discussões e modas literárias, que caracterizaram o mundanismo da época.

No período de 1900 tem-se, nas palavras de Brito Broca, uma preponderância da vida literária sobre a literatura, onde importava mais a vida dos escritores, seus pequenos acidentes cotidianos, que a leitura da própria obra.

Sintetizada na fórmula de Afrânio Peixoto segundo a qual a literatura era o “sorriso da sociedade”, surge a estratégia que definia a “sobrevivência” e a popularidade do escritor através da sua capacidade de “ser comentado” pelo grande público.

À medida que o Rio de Janeiro “civilizava-se”, o mundanismo vai penetrar e influenciar a literatura e a vida literária no período. A antiga boêmia dos cafês cede lugar à uma “boêmia dourada” dos salões, caracterizada exemplarmente pelo “dandismo” de um João do Rio, que através de atitudes esnobes e afetadas pretendia escandalizar – e conquistar – aquela burguesia apartada das elites literárias dos salões.

Humberto de Campos comenta em suas memórias a que ponto chegava este objetivo de tornar-se conhecido:

Paulo (João do Rio) conquistava nomeada dia a dia, e, para conquistá-la, sacrificava seus bríos de homem, fazendo constar que praticava as maiores perversões sexuais. O que ele queria era ser discutido, comentado, citado. Que o insultassem, que o injuriassem, mas que o não esquecessem. (Campos, 1954, p.240)

Da mesma forma que João do Rio, outros escritores perceberam a necessidade de adotarem atitudes que os diferenciavam junto ao grande público tornando-os conhecidos; era o caso do que Machado Neto chama de “receitas de vigências” (Neto, 1973, p.185), tais como: estardalhaços publicitários no momento do lançamento de algum livro através da prática do auto-elogio, deixar de mencionar nas crônicas os nomes de outros escritores para não lhes fazer propaganda, adotar atitudes e opiniões esperadas pelo público, mesmo que não concordassem com elas – como o caso de Bilac, que, embora tornado famoso por seus poemas parnasianos em que louvava a natureza, havia confessado sigilosamente a Medeiros de Albuquerque “detestar a natureza” e preferir a vida urbana.

II. O Mundanismo Literário em Decadência

Os vários grupos que se batiam no mundo das letras disputavam também espaços e prestígio no imaginário da época, quando então poderiam ser reconhecidos pelos símbolos que exteriorizavam e [que acabavam por construir uma estética do gestual], complementar àquela estética professada por suas obras.

Atitude condizente com o mundanismo da época era o deslumbramento com Paris, característico da vida literária brasileira desde fins do Império, fato não restrito apenas ao Brasil mas sentido também por toda a Europa e o mundo ocidental, quando então “(...) Auferir da existência tudo quanto ela nos podia dar de belo de bom, era uma receita que então só se aviava no ‘boulevard’” (Broca, 1956, p.91).

A atitude comum do homem de letras que visitava Paris era de afetação e deslumbramento com tal civilização:

O chique era mesmo ignorar o Brasil delirar por Paris (...) As Viagens se multiplicavam, o câmbio favorável e as companhias de navegação proporcionando facilidades aos escritores e jornalistas, os jornais, por sua vez, muito interessados em terem correspondentes na Europa. (Broca, 1956, p.93)

Bem diversa virá a ser a atitude dos modernistas paulistas em 1922, também viajantes e visitantes da Cidade Luz, mas que através dela reencontrarão o Brasil, como afirma Paulo Prado no prefácio à Poesia Pau-Brasil de Oswald de Andrade em 1924: “Oswald de Andrade, numa viagem a Paris, do alto de um atelier da Place Clichy – umbigo do mundo – descobriu, deslumbrado, a sua própria terra” (Andrade, 1972, p.5), marcando assim a ultrapassagem do registro de uma literatura “epidérmica” de viagem.

O mundanismo praticado por esta “boêmia dourada” limitava-se a imitar as últimas modas de Paris, nos trajes e na literatura – onde reinava Anatole France.

Tendo decretado o fim do intelectual errante da Rua do Ouvidor, esta nova elite literária reunia-se nos vários salões que surgiram no período, dos quais podemos destacar, no Rio, o salão de Coelho Neto e, em São Paulo, a Vila Kyrial, do senador Freitas Vale, única possibi-

lidade viável de atuação dos homens de letras neste novo ambiente das convenções sociais que o mundanismo da época definia.

O clima de decadência literária adquire proporções que chegam a atingir a própria Academia Brasileira de Letras, onde Humberto de Campos, ele mesmo um acadêmico, diz-se assustado com o aumento do número de mediocridades dentro daquela casa, não poupando palavras duras em suas memórias sobre as “asneiras” que são ditas por vários acadêmicos, seja em discursos mal elaborados, em citações equivocadas, na ausência de interesse pelos assuntos importantes a serem discutidos, ou mesmo sobre o desinteresse dos editores pelas obras da maioria dos acadêmicos (Campos, 1954, p.258).

Nas entrevistas feitas por João do Rio com os escritores mais importantes em 1900, encontramos também a crítica à Academia de Letras na voz de Frota Pessoa que a compara a uma “sociedade funerária” onde imperaria o marasmo intelectual e a busca de status literário, sendo um local onde “Nunca, jamais, nenhum imortal, ali penetrado, fez, no seu caráter de imortal, outra coisa senão partir para a bem-aventurança” (Rio, 1994, p.175).

O que aparece aqui é a substituição daquele interesse literário que absorvia a vida do intelectual, pelo objetivo de alcançar uma glorificação capaz de influenciar a carreira do intelectual, dentro da lógica da legitimação do mundanismo.

Acompanhando este clima de decadência, os escândalos envolvendo a Academia e seu processo de eleição se sucediam, como no caso da eleição de Mário de Alencar ao invés do escritor veterano Domingos Olímpio em 1905, uma vez que o primeiro era um protegido de Machado de Assis.

Outro caso foi o da eleição de Lauro Muller em 1912, como narra Brito Broca:

Desta vez tratava-se de alguém que não era escritor nem possuía livros publicados, como exigiam os estatutos. Para atender este último requisito, teve o candidato de mandar editar em volume um discurso. Medeiros e Albuquerque, que fiscalizou a impressão dos trabalhos em Paris, diz haver escolhido o papel mais grosso e os tipos maiores, não conseguindo assim mesmo fazer com que o ‘livro’ ultrapassasse as proporções de um simples folheto. Lima Barreto, comentando sarcasticamente o fato, dizia que o discurso fora impresso em papelão e letras garrafais. (Broca, 1956, p. 70)

A Academia começava a distanciar-se daquele ideal de constituir-se num repositório de grandes intelectuais para transformar-se em instrumento de prestígio político, submetida a barganhas extra-literárias.

Era natural, então, que em seu interior se formassem “painéis” de interesses que logo levariam a um processo decadente marcado pela troca de insultos entre estes grupos.

Percebemos na vida literária brasileira das primeiras décadas do século também a existência de uma tensão entre uma república das letras oficial e uma boêmia persistente; porém aqui, sua força já se encontrava comprometida pelos esforços de cooptação ou de exclusão completa, capaz de esterilizar quaisquer tentativas de subversão.

Aqui, a boêmia vai adquirir um caráter menos de contestação à uma situação econômica que de contestação estética e de liberdade criativa, pois nela encontraríamos indivíduos cuja preocupação financeira era menor que a preocupação com um estilo de vida contestador.

Mesmo assim, é interessante perceber como aquelas práticas características da antiga boêmia literária – a dos ataques pessoais verbais, dos boatos e de alguns tipos de *libelles* tupiniquins – voltam a se manifestar dentro de uma instituição como a Academia Brasileira de Letras, que, por ironia, havia sido a responsável pela decadência daquele mesmo estilo de vida literária.

Como ilustração, são exemplares os comentários de Coelho Neto em 1919, citados por Humberto de Campos, a respeito de Paulo Barreto, o João do Rio:

Humberto, eu conheço o Paulo. A cultura do Paulo é uma cultura que eu chamo de ‘capa amarela’, do ‘vient de praitre’, cultura de momento, que ele bebe de passagem nas edições Charpentier. Tu já conversaste com o Paulo e sabes que ele é incapaz de demorar-se sobre um assunto: desvia, foge, escapole-se, para não deixar de todo evidente sua ignorância. (Campos, 1954, p.59)

Além destas opiniões que corriam de maneira informal, encontramos episódios mais violentos e que vieram a público na forma de troca de artigos em jornais, como no caso da polêmica entre Silvio Romero e José Veríssimo ocorrida em 1909, onde os ataques chegaram a ser feitos em termos pessoais.

Sobre o primeiro sabe-se que possuía opiniões extremadas e “espírito de pirraça”, enquanto o segundo era admirado por sua objetividade de critérios e equilíbrio de julgamentos. Brito Broca nos fala que:

um dos instrumentos de ataque utilizado a todo instante pelo agressor, é o achincalhe do antagonista por meio de apelido, aliás freqüentemente utilizado por Silvio Romero nas polêmicas... (Broca, 1956, p.188)

A defesa de José Veríssimo foi feita em um artigo de Bandeira de Melo, mas sua principal resposta foi, anos mais tarde, na sua “História da Literatura Brasileira”, onde concedeu apenas quatro linhas de texto à obra de Silvio Romero, mostrando um deslize em sua famosa imparcialidade (Broca, 1956, p.191).

Este procedimento de omissão de nomes dos desafetos viria a fazer escola e a tornar-se bastante popular, como demonstra a ausência do nome de Lima Barreto na antologia da literatura brasileira organizada por Manuel Bandeira, bem como a ausência de Oswald de Andrade em uma antologia de poesia brasileira também organizada por Bandeira, o que configura uma mediação de poder baseada ora em idiosincrasias valorativas, mas com mais freqüência em interesses “literários” bastante explícitos.

No caso das polêmicas, os procedimentos mais utilizados eram os ataques aos inimigos através da ridicularização de seus representantes mais eminentes, sendo a contrapartida deste processo o elogio mútuo aos confrades, expedientes que serviam para o reforço da coesão interna destes grupos.

É Oswald de Andrade, que recuperando a polêmica como gênero literário, utilizaria com o brilho de sua personalidade as armas da palavra para este embate, sabedor de que deveria estar atento ao duplo caráter que a polêmica implica: a derrota dos argumentos do adversário e a conquista do interesse do público leitor que, ao cabo, deveria optar pelas idéias defendidas pelo vencedor da contenda.

Percebe-se que Oswald de Andrade e suas sátiras inscrevem-se numa tradição que inclui desde boêmios como Emilio de Menezes até escritores mais “sérios” como Silvio Romero, o que nos sugere um processo de mudança nas formas da vida intelectual, onde o lugar da

sátira começava a ser proscrito da vida literária, tornando-se, no máximo, tolerada nos momentos vanguardistas de mudança e destruição – sendo aqui privilegiada sua função iconoclasta em detrimento de sua dimensão crítica criadora.

No depoimento de Luiz Edmundo ao inquirido de João do Rio em 1900 já temos a constatação de um início desta “domesticação dos costumes” patrocinado pelo espírito de solenidade da Academia Brasileira de Letras, o que é comparado pelo entrevistado a um processo de decadência literária, onde a fervilhação das disputas literárias que eram vividas plenamente não mais existem:

Já não se diz mais – Fulano é uma besta. Velhos e novos são saldunes que passeiam pela trilha literária, bras dessus bras dessous, risonhos, calmos, indiferentes... (Rio, 1994, p.95)

Esta “domesticação” tem o sentido de uma perda referida ao processo de mediocratização da vida intelectual, decidida não mais pela polêmica criativa, mas pela política de acomodações e elogios mútuos, objetivando a manutenção do *status* alcançado, que transformava o interesse literário em um negócio oficial.

O novo período da vida literária no começo do século seria então caracterizado, segundo João do Rio, pelo fato de que havia passado o “tempo das ganas, das raivas, das descomposturas. Agora não se ataca mais. Não há tempo. A delicadeza é um resultado da falta de tempo” (Rio, 1994, p.296).

Percebe-se então o novo ritmo adquirido pela vida cultural no período, quando os intelectuais começam a acumular diferentes tipos de atuação: é Bilac fazendo peças de propaganda (“reclames”); é João do Rio dividido entre a crônica mundana nos jornais e seus romances; é a especialização cada vez maior da categoria do crítico literário nos jornais, como José Veríssimo e a necessidade de “coragem” e “objetividade” para poder elogiar ou atacar algum livro (que poderia ser de um amigo seu).

Este processo reflete a mudança operada na condição social dos intelectuais, cada vez mais dependentes do trabalho nas redações dos jornais para garantirem sua sobrevivência, uma vez que pesava contra eles o fator do alto índice de analfabetismo que inviabilizava a renda pela venda de livros, aliada ao fato de que a maioria dos escritores era refém das políticas das casas editoriais.

Neste momento, o jornalismo já aparece como condição de sobrevivência do escritor, que, desta forma, inseria-se nas lutas partidárias que incluíam as facções oligárquicas detentoras do controle destes jornais (Miceli, 1977).

Daí a importância de o escritor adquirir prestígio social através das várias estratégias citadas, que acabaria por definir os “vitoriosos” e os “derrotados”: os primeiros sendo aqueles dignatários da vinculação à república das letras oficial, inseridos em sua lógica onde a produção continua para um público leitor médio, aliada ao jornalismo mundano e à certeza de apanágios e sinecuras no governo; os últimos, compondo o mundo dos subliteratos marginalizados, alimentando uma hostilidade crescente com a artificialidade e a mediocridade definida por aquela vida literária “sorriso da sociedade”.

A existência de grupos de afinidades e de inimizades latentes era uma constante do período e foi um fator sempre ligado às disputas de poder literário, que acabariam por tornarem-se contendas pelo prestígio e pelo poder efetivamente político, uma vez que as elites dirigentes, ciosas de uma legitimação que a literatura era capaz de conferir, cercavam-se de intelectuais mais influentes do período.

Exemplo disto é a atuação do Barão do Rio Branco como promotor de vários intelectuais (Euclides da Cunha, Aluizio Azevedo, Graça Aranha, Sílvio Romero), fazendo indicações políticas de cargos ou apoiando suas pretensões com seu prestígio pessoal.

(...) os autores surgiram como um atavio necessário, na medida em que contribuiriam para consolidar a imagem austera de uma sociedade ilustre e elevada, merecedora da atenção e do crédito europeu incondicional. Imagem que não escapou à visão arguta de Rio Branco... (Sevcenko, 1989, p.94)

Este “mecenato” praticado pelas elites dirigentes do país seria o reflexo do prestígio do homem de letras, conforme nossa herança cultural francesa, influenciando tanto a burguesia nacional como as famílias abastadas da oligarquia, portadoras de um caráter patriarcal e senhorial.

Desta forma fica compreensível a institucionalização de um “mecenato oficial” pelo Barão do Rio Branco e as atitudes de um Freitas Vale. A consequência sociológica desta instituição será o caminho

inexorável para a servidão burocrática dos intelectuais, cada vez mais absorvidos pela legitimação oficial, onde não há espaço para a rebeldia ou para o novo.

A preocupação com a manutenção de seu status de elite intelectual, da qual se esperava a competência para os debates da atualidade, vai acarretar novas transformações e acomodações nas formas de atuação dos intelectuais.

O aproveitamento das contingências do momento era a oportunidade para que a elite intelectual iniciasse a construção de um projeto viável de hegemonia sobre o “pensar a realidade nacional”, assumindo uma posição elevada de observador privilegiado e capaz de apontar os rumos para a sociedade, adquirindo definitivamente o caráter missionário da profissão intelectual (Sevcenko, 1989).

III. Oswald de Andrade, Intelectual entre dois mundos

A vida literária era então ditada pelo ritmo da capital da república, transformada em pólo de atração de escritores das províncias que desejavam o sucesso e o reconhecimento público; porém, já surgiam novos focos de irradiação cultural nas províncias, principalmente em São Paulo, onde a aglutinação dos jovens da classe dominante se dava a partir da Faculdade de Direito, entendida como preparadora das futuras lideranças políticas e culturais (Adorno, 1990).

É neste contexto que surgem as primeiras revistas e jornais literários, com destaque para a participação de Monteiro Lobato na revista “Arcádia Acadêmica” em 1901 e depois no jornal *O Minarete* em 1903. Neste último já podemos perceber uma atitude de inquietação frente ao marasmo literário da época e algo que parecia anteceder as “extravagâncias modernistas” (Broca, 1956, p.227).

Em 1911 surge *O Pirralho*, dirigido por Oswald de Andrade, considerada a revista mais importante do período em São Paulo, pelo seu caráter humorístico e literário que alcançavam aspectos de crítica social e política.

Verdadeira revista de transição, conciliava em suas colunas textos em estilos consagrados pela época com textos que já prenunciavam uma ruptura pela irreverência, como era o caso da participação de Juó Bananére e seu dialeto ítalo-paulista.

Sintonizado com a vida literária da época, *O Pirralho* realizou também inquéritos, à moda de João do Rio, sobre o estado das letras na capital da República. Este sincronismo com a realidade presente mais atual é um dos traços que caracterizam desde cedo a atuação do jovem Oswald de Andrade.

O contato de Oswald de Andrade com a vida literária da capital é ainda verificada pela proximidade que mantinha com Amadeu Amaral, cuja eleição para a Academia de Letras foi apoiada por Oswald, que angariou votos junto a seu tio Inglês de Souza, e com outros acadêmicos como Bilac e Humberto de Campos, incluindo também a colaboração destes escritores em artigos d'*O Pirralho*, como a publicação de uma página em homenagem a Amadeu Amaral, por ocasião de sua morte em 1914 (Broca, 1956, p.367).

O contato entre literatura e política, existente na carreira de Oswald desde 1909, quando era repórter do *Diário Popular*, mantém-se presente nas páginas d'*O Pirralho*, que apoiava a campanha civilista de Rui Barbosa, mesmo fazendo restrições ao culto da língua portuguesa, do qual Rui era o expoente.

Foi também na coluna *Lanterna Mágica* que Oswald pela primeira vez escreveu um artigo, em 1915, em defesa de uma pintura nacional, semeando os primeiros passos do que seria a bandeira das artes plásticas no modernismo e aconselhando os jovens pintores, que traziam na bagagem as novas técnicas da Europa, a:

...se desembaraçarem das recordações de motivos picturais que tiverem (...) e, incorporados ao nosso meio, à nossa vida, tirem dos recursos imensos do país, dos tesouros de cor, de luz, de bastidores que o circundam, a arte nossa que afirme, ao lado do nosso intenso trabalho material de construção de cidades, e desbravamento de terras, uma manifestação superior de nacionalidade. (Andrade, 1992, p.142)

Quem fala aqui é o Oswald cosmopolita, que já havia visitado a Europa em 1912 e que trazia na cabeça as seguintes divagações:

Por que eu gostava mais da Europa do que do Brasil? (...) Era, sem dúvida, a existência livre de artistas, com amores também livres, a boêmia (...) A irregularidade, a contravenção para que eu nascera e para a qual agora escapava... (Andrade, 1976, p.67)

Registrando a emergência das ambigüidades que com ele conviveriam durante toda a vida, como herdeiro da liberdade boêmia aprendida com Emilio de Menezes e Indalécio Aguiar, combinada com a possibilidade financeira de sua situação social e a inserção em um processo de construção das instituições negadoras daquela mesma liberdade, operando controles sobre a vida intelectual.

Da mesma forma que sua revista, Oswald nos aparece como símbolo vivo do intelectual no limite entre dois “mundos”: moldado no convívio dos primeiros boêmios da linhagem de Emilio de Menezes e depois freqüentando a chamada “boêmia dourada” dos salões, nos quais teve a iniciação garantida pela condição de membro da elite dominante, e tendo como companheiros de convívio os expoentes da Academia de Letras no Rio (Bilac, Olegário Mariano, Amadeu Amaral, etc.).

Porém, ao mesmo tempo, não se deixa imobilizar pela facilidade de adaptação e conformismo dos padrões estabelecidos e, com pouco mais de 20 anos, já cultiva as atitudes de busca permanente pelo novo, que o acompanharão por toda a vida.

É assim que, entre 1917 e 1918, aluga e mantém uma *garçonnière* à Rua Libero Badaró, onde estreita relações com outros nomes da intelectualidade paulista, na ânsia de agitar a vida cultural da cidade e de fazer melhor compreender as novas tendências estéticas que conhecera na Europa.

Freqüentam a *garçonnière* Menotti del Pichia, Monteiro Lobato, Léo Vaz, Guilherme de Almeida, Ignácio Ferreira (o caricaturista Ferrignac), Pedro Rodrigues de Almeida, Sarti Prado e a musa animadora de todos, Dayse, a “miss Ciclone”. Os encontros são registrados em um diário coletivo chamado “O Perfeito Cozinheiro das Almas deste Mundo”, onde pode ser encontrada toda a riqueza das discussões e do panorama intelectual em que viviam aqueles jovens, suas preocupações com os rumos da guerra, os acontecimentos literários e, também, o desenrolar do agitado romance entre Oswald e Dayse.

O espírito inquieto de Oswald de Andrade logo faria com que organizasse uma nova *garçonnière*, agora na Praça da República, e que também, em 1920, editasse a revista *Papel e Tinta*, com a colaboração de Mário de Andrade, Guilherme de Almeida, Léo Vaz e Monteiro Lobato, reforçando a determinação de arejar o ambiente literário e cultural dominado então pelo oficialismo das produções de

Olavo Bilac e Coelho Neto, que limitavam, assim, o espaço para as novas tendências estéticas e os novos escritores.

Na esteira da efervescência intelectual, também em São Paulo, em 1916, surgia a *Revista do Brasil*, fundada por Júlio de Mesquita, Plínio Barreto e Alfredo Pujol, que, com espírito bastante diverso d’*O Pirralho*, rejeita qualquer mundanismo e propõe-se a ser um pólo centralizador das discussões sobre a dimensão cultural do país, incluindo as questões do nacionalismo e da formação de uma consciência brasileira.

A mesma revista vai reaparecer na década de 20 sob direção de Paulo Prado e Monteiro Lobato, mantendo-se fiel ao seu caráter de discussões sérias e de qualidade, sem porém deixar de abrir espaços a alguns jovens modernistas como Mário de Andrade e Sérgio Milliet.

Segundo Brito Broca, a *Revista do Brasil* seria o contraponto da demolição prenunciada por *O Pirralho*, servindo de preparação do terreno para a “fase construtiva que havia de seguir-se à demolição”.

Neste sentido já é possível perceber uma primeira pista daquele processo valorativo que viria a marcar definitivamente os rumos da vida intelectual do país após a eclosão – e a rotinização – do movimento modernista de 1922.

A postura de Oswald de Andrade contrapunha-se à idéia tradicional, existente em todos os embates da história da literatura, onde um momento inicial de “terror” e destruição deveria servir apenas como demarcação das diferenças, devendo ser seguido por um movimento de construção.

Ocorre, porém, que neste caso, esta “construção” seria sinônimo de uma nova cristalização, que explicita a profunda incompreensão daquela dimensão defendida, principalmente por Oswald de Andrade, de entender o movimento modernista como portador da possibilidade de um processo contínuo de demolição e construção, superando assim aquela lógica tradicional de “escolas” que se sucedem.

O aparecimento destas publicações em São Paulo representou uma equalização da efervescência da vida intelectual da província com aquela da capital da república, explicitando também um contraste latente entre as rápidas mudanças por que passava a cidade de São Paulo e a imobilidade dos padrões e comportamentos estabilizados pela vida literária oficializada no Rio de Janeiro.

A iminência de uma ruptura necessária já existia na consciência de Oswald, que relembra o limite que existia para quem desejasse atuar na vida literária do Rio de Janeiro:

Quando pensei em fazer literatura, precisei aproximar-me dos donos do jornalismo, do reclame, da Academia. Mas não consegui afinar com aquela gente, apesar de freqüentá-la e de ter encontrado, em São Paulo, um espírito simples e amável, que foi Amadeu Amaral. (Andrade, 1990, p.162)

Embora a capital fosse caracterizada pelo caráter cosmopolita de sua vida intelectual, intimamente relacionada a um estilo de vida importado de Paris, visível nas posturas pessoais e também na paisagem “civilizada” que a virada do século imprime na cidade, a existência de um ritmo já institucionalizado pesou como obstáculo às atitudes de mudança nesta situação.

Já em São Paulo, embora a mentalidade provinciana predominasse, o ritmo da vida agitava-se no compasso das novas influências estrangeiras na política, no trabalho, nos esportes e no cinema – que modificou tanto as formas de percepção da realidade, exemplificadas nas crônicas fragmentárias e despreocupadas de João do Rio, como a moralidade da cidade, criando antagonismos com as antigas proibições e interditos da moral provinciana.

Estas diferenças na apreensão dos ritmos de vida entre o Rio e São Paulo foram percebidas pelos modernistas, que as aproveitaram em favor de seu movimento de ruptura, pois o provincianismo paulista era o fator imprescindível que possibilitava uma atitude de “espanto” que pudesse se transformar efetivamente em disputa concreta.

Mário de Andrade, em sua conferência de 1942, intitulada “O Movimento Modernista”, percebe claramente as conseqüências destas particularidades ao comentar a repercussão da exposição de Anita Malfatti em 1917:

Ora, no Rio, malicioso, uma exposição como a de Anita Malfatti podia dar reações publicitárias, mas ninguém se deixava levar. Na São Paulo sem malícia, criou uma religião. (Andrade, 1974, p.236)

Assim, era inevitável que novas instituições e novos hábitos comesçassem a surgir, para fornecer uma possibilidade de resposta aos novos

tempos. No contexto desta transformação dos ritmos da cidade – de uma vila provinciana para uma cidade industrial – a própria paisagem humana torna-se estranha para o paulistano, ainda não acostumado com o surgimento da multidão como elemento de seu dia-a-dia, surpreendido também pelas primeiras greves operárias em 1917 e manifestações anarquistas influenciadas pela maciça presença do imigrante italiano.

No bojo destas transformações, a idéia de modernidade começava a adquirir notoriedade e a tornar-se corriqueira no cotidiano da cidade, como sinônimo de novidade, exotismo ou revolução (Sevcenko, 1992, p.227), impregnando tudo a que se referia com uma aura de autonomia frente à tradição.

A força do “moderno” colocava São Paulo na mesma esteira de progresso das metrópoles européias, potencializando as expectativas para um futuro otimista, capaz de estimular o rompimento com aqueles laços antigos que regiam a vida dos indivíduos (Sevcenko, 1992).

No registro da política, a modernidade também contrapunha os novos métodos de racionalidade administrativa aos dispositivos arcaicos dos grupos que exerciam o poder, transformando-se numa arma de oposição que levou aqueles grupos hegemônicos a se preocuparem em também inserir-se nesta modernidade.

Desta forma é que se compreende o duplo sentido da “feição aristocrática” que definiu o movimento modernista em São Paulo, pois, se por um lado a elite dirigente “esclarecida” tem a necessidade de aderir à modernidade, por outro lado,

só um grupo cuja curiosidade intelectual pudesse gozar de condições especiais como viagens à Europa, leitura dos *derniers cris*, concertos e exposições de arte, poderia renovar efetivamente o quadro literário do país. (Bosi, 1982, p.377)

Daí o envolvimento no processo de legitimação e de organização dos eventos culturais, desde a Exposição de Pinturas Francesas no Municipal em 1916 – feita por Paulo Prado e pelo senador Freitas Valle – até a campanha de propaganda dos artistas da Semana de 22, mesclando uma preocupação em definir as raízes de uma cultura popular nacional, com marcas profundas no regionalismo paulista¹



Notas

- 1 Uma análise da atuação de Paulo Prado, entendida no âmbito da tradição política de sua família e a sua preocupação com a “redescoberta” do Brasil pode ser aprofundada no livro de Darrel Levi, *A Família Prado*.
- 2 A análise feita por Sérgio Miceli sobre as relações entre intelectuais e Estado, cujo clímax se deu no governo Vargas, vai ilustrar como o Estado passa por um movimento que o transforma em legitimador das competências ligadas ao trabalho intelectual. Daí sua afirmação de que “os parâmetros que passaram a nortear o trabalho intelectual parecem indissociáveis do projeto de hegemonia política então formulado pelos grupos dirigentes locais” (Miceli, 1979, p. 189).
- 3 Para Turner, é exatamente a condição marginal que pode proporcionar um *locus* privilegiado para a criatividade humana: “A liminaridade, a marginalidade e a inferioridade estrutural são condições em que freqüentemente se geram os mitos, símbolos rituais, sistemas filosóficos e obras de arte. Estas formas culturais proporcionam aos homens um conjunto de padrões ou de modelos que constituem, em determinado nível, reclassificações periódicas da realidade(...) Todavia são mais que classificações, visto incitarem os homens à ação tanto quanto ao pensamento” (Turner, 1974, p. 156).

Abstract. This article is a essay to understand the limits of the autonomy of intellectual life in São Paulo, in the early years of the 20th century. Following the track from the modernist writer Oswald de Andrade, his participation in the bohemian groups from Rio de Janeiro and in the modernist group from São Paulo in 1922, we will analyze how works the process of institutionalization of culture in terms of building a new pattern to permit recognition and legitimization for intellectual life.

Resumé. Cet article s'agit d'un travail sur les limites de la autonomie de la vie intellectuelle a São Paulo dans les premières annés du XXéme siècle. Nous irons acompagner les chemins du Oswald de Andrade depuis son participation aux groupes de la boemie au Rio de Janeiro jusqu'à son participation célèbre dans le Mouvement Moderniste à São Paulo en 1922, pour

découvrir comment s'a développé le processus d'institutionnalisation de le domaine de la culture et comment fut defini un nouveau standard pour la reconnaissance et pour la legitimation de la vie intellectuelle.

Referências Bibliográficas

- ADORNO, Sérgio (1990). *Os aprendizes do poder*, São Paulo: Brasiliense.
- ANDRADE, Mário de (1974). *Aspectos da literatura brasileira*. São Paulo: Martins.
- ANDRADE, Oswald de (1976). *Um homem sem profissão*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- _____ (1990). *Os dentes do dragão*. São Paulo: Globo.
- _____ (1992). *Estética e política*. São Paulo: Globo.
- BOSI, Alfredo (1982). *História concisa da literatura brasileira*. São Paulo: Cultrix.
- BROCA, Brito (1956). *A vida literária no Brasil – 1900*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura – Serviço de Documentação.
- CAMPOS, Humberto de (1954). *Diário secreto*. Rio de Janeiro: Edições O Cruzeiro.
- CÂNDIDO, Antônio (1985). *Literatura e sociedade*. São Paulo: Cia. Editora Nacional.
- LEVI, Darrel E. (1977). *A Família Prado*. São Paulo: Cultura 70.
- MARTINS, Wilson (1977). *O Modernismo*. São Paulo: Cultrix.
- MICELI, Sérgio (1977). *Poder, sexo e letras na República Velha*. São Paulo: Perspectiva.
- _____ (1979). *Intelectuais e classe dirigente no Brasil*. Rio de Janeiro: Difel.
- MORSE, Richard M. (1954). *Da comunidade à metrópole – biografia de São Paulo*. São Paulo: Comissão do IV Centenário de São Paulo.

à construção de imaginários coletivos representativos dos Estados Nacionais (Bennett, 1995; Duncan, 1997; Poulot, 1997; Boswell, 1999). Sejam eles museus de arte, ciência ou história, neles observamos discursos historicistas, científicos e universalizantes que associam os objetos que têm sob sua guarda a um imaginário nacional, que é partilhado e reconhecido pelos diversos membros da nação. Os grandes museus europeus, portanto, juntamente com monumentos, cerimoniais e atividades do gênero, têm sido compreendidos enquanto instituições oficiais que permitem a construção de um sentimento de solidariedade entre os membros de uma nação. Podemos dizer, ainda, que os museus contribuem de forma mais específica para a consolidação de uma unidade construída entre passado e presente no imaginário coletivo da nação. O objetivo deste artigo é exatamente investigar os mitos de origem, isto é, construções sobre o passado ou ainda sobre um passado fundador da nação, que estão presentes nos museus brasileiros, bem como a correlação destes com as demais memórias, formas de preservação das coletivas que se constituem sobre a nação brasileira.

Observamos atualmente um interesse crescente sobre o tema da construção da identidade nacional ou de memórias coletivas nacionais e algumas discussões teóricas importantes. Não é objetivo deste artigo aprofundar uma discussão teórica. Ainda assim, são importantes alguns esclarecimentos no que tange à natureza destas construções. A primeira questão a ser ressaltada é a de que construções simbólicas não devem ser consideradas invenções ou imposições de sentido de um grupo sobre outros, mas sim como resultado de processos históricos particulares. São muitas as abordagens que procuram perceber a construção de identidades nacionais a partir do conceito de nacionalismo, em que são considerados fatores sociais e culturais presentes nestas construções. Autores como Gellner (1983) e Anderson (1983), cada um a seu modo, contribuíram com o debate acima delineado ao afirmarem que o nacionalismo moderno expressa uma identidade que é sustentada por determinadas comunidades e grupos sociais, por meio de sentimentos, motivações e ações comuns que são partilhadas. Determinados aspectos culturais, seja resultado de práticas tradicionais entre comunidades agrícolas ou daquelas presente a partir do desenvolvimento de meios de comunicação, imprensa e tecnologias de informação, são associados aos símbolos constituídos da nação e podem explicar a lealdade e a devoção expressas pelos membros da nação.

Uma segunda questão que é fundamental para a investigação do surgimento do nacionalismo relaciona-se com o processo que Anderson descreve como sendo responsável pela constituição dos elos imaginários da solidariedade humana. Não são poucos os autores que têm procurado mostrar que a construção destes elos não é resultado apenas de um encontro que se dá ao acaso entre diferentes formações culturais. Para muitos, ao reconhecimento de uma determinada identidade nacional corresponde a marginalização e discriminação de outras construções sobre esta mesma nação. Estariam envolvidos neste processo não só diferentes interesses, mas também diferentes formas de poder que seriam capazes de determinar as construções reconhecidas pela maioria (Gilroy, 1987; Hall, 1999; 1999-2000). Não é suficiente, portanto, assinalar que construções sobre a nação não são processos arbitrários e que enquanto memórias coletivas devem ser investigadas a partir de processos socioculturais. É importante ter em mente que estes processos se entrelaçam com diversas formas de disputa de poder, que não podem mais ser reduzidas à análise das estruturas clássicas de mediação de conflitos.

Memórias coletivas sobre uma nação são portanto constituídas por meio de um leque de formas e práticas culturais, das quais as práticas presentes nos museus são parte. No entanto, cabe observar que as instituições que denominamos “museus” são instituições diversas que contêm sentidos plurais. O significado maior de cada uma destas instituições dependerá de um conjunto de fatores que envolve a região, a política, a economia, os grupos envolvidos e a história da formação de cada uma delas. A partir desta observação, fica claro que qualquer estudo sobre os museus brasileiros precisa considerar as especificidades relacionadas a eles. De um modo geral, podemos afirmar que, ao serem comparados com museus em países europeus e norte-americanos, os museus brasileiros são instituições que não têm atraído um grande público. A vulnerabilidade destas instituições certamente relaciona-se com dois problemas mais gerais, presentes no país: o baixo nível de escolaridade e a fraca participação política da sociedade civil no controle das instituições sociais e democráticas (Dickenson, 1994; Santos, 2001b). Em outros trabalhos, procurei aprofundar alguns temas sobre a relação entre o público e os museus brasileiros (Santos 2001a, 2001b). Embora a pequena participação do público em museus que se voltam para a preservação de tradições culturais, ou mesmo a

Entretanto, interessa-nos aqui ressaltar os aspectos definidores das coleções que se constituem nos museus a partir do século dezoito. Como indica não só Pomian, mas uma série de pesquisadores, foi a partir de meados do século dezoito que os museus passaram a se caracterizar por serem instituições patrocinadas pelos Estados Nacionais, dedicadas a exibir suas coleções para um grande público e garantir com sua coleção, fosse ela constituída por objetos históricos, artísticos ou científicos, a representação da nação (Pomian, 1990; Bennet, 1995; Poulot, 1997; Duncan, 1997). O estudo dos museus brasileiros passa obrigatoriamente por uma análise comparativa entre estes e instituições similares ao redor do mundo. Os museus começaram a ser criados no Brasil ao longo do século dezanove, reproduzindo muitos dos aspectos que encontramos nos museus europeus da mesma época.

Pomian chama atenção para o fato de que uma das características dos museus europeus do século dezoito é a de que eles surgem como guardiões de coleções permanentes. Não só os museus modernos, mas as coleções de uma maneira geral, se caracterizam por selecionar objetos de um tempo ou de um território distante. Esta seria a dimensão que adquire a cultura quando separada do contexto cotidiano de relações sociais; ela possibilita a representação de valores que transcendem os significados inerentes a estas mesmas relações. Neste sentido, pode-se compreender que as coleções que são preservadas pelos museus passam a ser consideradas como provas da autenticidade seja do que acontece em culturas distantes, seja do próprio significado da arte ou da ciência. A condição de permanência destas coleções estaria vinculada ao fato de que os objetos seriam selecionados tendo como referência não apenas o colecionador e o momento presente, mas a ciência e gerações futuras (Pomian, 1990, p.44). Os objetos deixam de ser associados ao desconhecido, casual, privado ou temporário, e passam a ser considerados como autênticas e verdadeiras provas da existência ou de um passado ou de uma terra distante. A história que se associa a estas coleções perde o seu caráter de contingência e imprevisibilidade e volta-se para narrativas lineares e universalizantes.

Sabemos, através de vários estudos realizados sobre a concepção moderna de tempo e história, que a partir do século dezessete a concepção de tempo se autonomiza de experiências cotidianas de vida, passando passado, presente e futuro a serem organizados de forma

linear e que as idéias de história e utopia passam, neste novo contexto, a serem compreendidas em conjunto (Koselleck, 1985). Em que pese o reducionismo e a unilinearidade de muitos dos estudos sobre a passagem de sociedades tradicionais a sociedades modernas e pós-modernas, estes têm o mérito de apontar para as transformações nas percepções de tempo e espaço que, a partir do desenvolvimento, primeiro, de tecnologias e meios de comunicação resultantes da revolução industrial, e, segundo, de novas tecnologias de informação e processos mais generalizados de globalização, deixam de ser aspectos inerentes à vida cotidiana e tornam-se categorias abstratas. Modernistas e pós-modernistas chamam a atenção para a construção do tempo e do espaço. Enquanto alguns denunciam a ordenação linear de passado, presente e futuro, em grandes narrativas, segundo intenções e conflitos sociais, outros denunciam a “museificação da sociedade”, que seria um fenômeno indicador da total impossibilidade de conexão entre presente e passado (Hobsbawm, 1983; Samuel, 1994). Nas duas vertentes, há uma denúncia importante das formas de utilização do passado pelo presente.

Podemos compreender as coleções européias que se constituem nos museus europeus a partir do século dezoito como sendo uma tentativa bem sucedida de atribuir permanência a uma determinada coleção de objetos através da universalização de sentido atribuída a cada uma delas. Carol Duncan (1997), em seu trabalho sobre os museus de arte, nos mostra não só que apenas alguns objetos do Ocidente alcançam inicialmente o status de obra de arte, e como tal o direito de serem contemplados esteticamente, enquanto diversos outros objetos são considerados apenas artefatos culturais. Mais do que isso, ela nos mostra que o Museu do Louvre, ao organizar as obras de arte de acordo com a história da arte, ordenou as obras do classicismo romano e do Renascimento italiano como estes fossem os antecedentes naturais do classicismo francês. Com isso o governo revolucionário francês formalizava mais uma vez a república francesa como sendo a autêntica herdeira da civilização clássica.

A celebração da República francesa bem como a do Império Napoleônico ocorreu simultaneamente ao enriquecimento das coleções presentes no Louvre. Não só os museus, mas também as bibliotecas, arquivos, jardins botânicos e jardins zoológicos, foram instituições criadas pelos novos Estados-Nacionais europeus como instituições pú-



III. Museu Histórico Nacional: a incorporação da natureza à cultura

... Não fale a estas novas naturezas sobre as harmonias de Beethoven, sobre o gênio de Michel Angelo, ou sobre a beleza severa que as linhas da statuaire e da arquitetura oferecem: vocês não seriam compreendidos. O que lhes falta são os cobres sonoros, as madonas obesas, ... (Adolphe d'Assier, 1867, apud Carelli, 1993)

O trecho acima, retirado do livro “Le Brésil Contemporain”, de Adolphe d'Assier, mostra bem que no século dezenove os brasileiros não são considerados como capazes de herdar os valores da tradição europeia. Nos relatos dos primeiros conquistadores e viajantes europeus, a América era associada à sua natureza e aos índios, que eram descritos ou de forma romântica e idílica, como sendo o bom selvagem, o homem de natureza pura, ou como sendo criaturas inferiores, meio caminho entre os homens e animais. Em ambos os casos, ou seja, como seres da mesma raça portadores de valores primitivos ou como seres de raças distintas, os indígenas não eram reconhecidos como seres humanos produtores de uma cultura merecedora de ser conhecida em profundidade, e eram objetos de catequização ou destruição pelos europeus (Todorov, 1990). Além disso, para os viajantes, a riqueza da natureza dos trópicos era em grande parte responsável pela insipiência de seus habitantes, que levavam uma vida sem muito esforço e trabalho, sem produtividade agrícola e se satisfazendo com pouco. Havia um determinismo físico e natural sobre o caráter do povo brasileiro. Como construir uma nação a partir de uma colônia que vinha sendo descrita pelos cientistas por sua inferioridade em relação à raça e valores culturais da civilização ocidental? Para muitos, os indígenas eram aqueles que praticavam o canibalismo, andavam nus, e ignoravam as leis da religião cristã.

Muito se tem escrito sobre a formação da identidade nacional brasileira. Sabemos que durante o período imperial, ou pelo menos até a década de 70, o romantismo foi capaz não só de tornar idílico o indígena, mas também valorizar a natureza e celebrar a tradição europeia. Mais do que uma corrente literária, o romantismo pode ser compreendido como um movimento presente na representação do Brasil simultaneamente clássico, universal e particular. Corretamente,

historiadores destacam como os símbolos do Império a coroa, o manto e o cetro, e costuram elementos da natureza e dos habitantes primitivos da terra à tradição monárquica européia. É bem verdade que a imagem anterior de selvageria, presente em inúmeros relatos dos viajantes, parece ter sido invertida sem que houvesse qualquer preocupação com o reconhecimento das tribos nativas, que continuaram a sofrer diversos tipos de discriminação e a não terem direitos básicos, como o da terra, reconhecidos. Meu objetivo, no entanto, é chamar a atenção para o fato de que há, durante o Império, a tentativa de vincular a monarquia brasileira ao passado, ou seja, à tradição européia e à visão heróica dos indígenas, tentativa esta que se esgota com o fim do próprio Império. O passado está presente seja na idealização heróica dos guerreiros tupis e guaranis, seja no vínculo com as tradições monárquicas européias. A monarquia nos trópicos se constituiu a partir de um amálgama entre o velho e o novo mundo, construção esta que, como veremos, será desfeita no decorrer do próprio governo imperial.

Para os europeus, a maior riqueza do Brasil era sua natureza e não seu legado cultural. Não é surpreendente, portanto, o fato de o Museu Nacional ser criado como um museu de história natural. Sua coleção de diamantes e de amostras auríferas era uma de suas principais atrações (Netto, 1870). Segundo o decreto de D. João VI, de 6 de junho de 1818, o Museu Real foi criado para “propagar os conhecimentos e estudos das ciências naturais”, os quais poderiam ser empregados “em benefício do comércio, da indústria e das artes” (Leontsinis, s/d). Provavelmente duas motivações conjugaram-se neste momento: o interesse demonstrado pela comitiva de naturalistas que acompanhavam a arquiduquesa austríaca e os interesses dos portugueses em explorar as riquezas naturais do Brasil.

Entretanto, o Museu Real, logo em seguida denominado Museu Nacional, aproximou-se muito dos museus europeus do período. O Museu Nacional reproduzia o discurso dos grandes museus europeus, ainda que em menores proporções. A constituição dos imaginários nacionais sempre envolve narrativas sobre origens, e para os articuladores do Império Brasileiro uma de nossas origens era sem dúvida aquela mesma que fundamentava as grandes potências européias. Durante o Império importantes coleções de antigüidades, que incluem as famosas múmias egípcias do museu, foram incorporadas ao acervo. Em 1826, o imperador Dom Pedro I comprou a Coleção Fiengo para

o Museu, que era constituída de estelas, sarcófagos, múmias, vasos e objetos diversos. Segundo catálogo do Museu Nacional (Kitchen, 1990), a maior parte do acervo egípcio do Museu Nacional chegou ao Museu antes de 1844 e é tão respeitável quanto muitas coleções da Europa e mais velha do que a maioria das existentes na América do Norte. É provavelmente o mais antigo e o mais importante acervo da América do Sul. Outro importante acervo chegou ao Brasil em 1853, com a Imperatriz brasileira Tereza Cristina, princesa da dinastia italiana dos Bourbon, que trouxe com ela mais de 700 peças arqueológicas distribuídas, entre outros, em vasos de cerâmica, estatuetas de terracota, e objetos de bronze provenientes de escavações realizadas em sítios arqueológicos italianos, como os de Herculano e Pompéia. O Museu tinha no seu acervo também objetos doados pela família imperial e nobres da corte, como mobílias, medalhas, quadros e estampas, antiguidades romanas, egípcias, e, ainda, alguns modelos de máquinas industriais. Uma de suas seções chamava-se “Numismática, artes liberais, arqueologia, usos e costumes das nações antigas e modernas”.

A tentativa do Império brasileiro de unir o velho e o novo mundo não se realizou sem conflito. No relato dos diversos viajantes do período e em pesquisas históricas aparece frequentemente a crítica à tentativa brasileira de imitação dos europeus. Os costumes europeus não influenciavam os hábitos dos brasileiros, eles aqui tornavam-se cópias grosseiras do que era “autêntico” em práticas e costumes. A cópia não obtinha legitimidade; ela era considerada grotesca e fora de lugar, em outras palavras, *kitsch*. Em meados do século dezenove, por exemplo, o diplomata francês Maurice Ternaux-Compans escreve sobre a incapacidade da mulher brasileira de fazer uso corretamente da moda parisiense, considerada como critério de elegância, pois seriam exageradas e desprovidas de bom senso (apud Carelli, 1993, p.86).

A rejeição reiterada à “imitação” de hábitos, costumes, normas e instituições não deixa de ser interessante, uma vez que as nações européias imitaram na arte, na cultura e na política o legado deixado pelas civilizações anteriores. O historiador Carl E. Schorske, ao analisar a construção dos museus de arte e de história natural em Viena, os quais, segundo ele, além de representarem uma extensão do poder imperial, propiciavam um elo entre a monarquia e a nova elite, ou seja, entre a tradição e a modernidade, assinala como os liberais austríacos se voltavam para a cultura clássica na busca de elementos simbólicos

(Schorske, 1998, p.105-125). Se prestarmos atenção aos grandes museus europeus, vemos que quase todos eles têm grandes colunas gregas em sua arquitetura. A imitação em si mesma não é negada ao longo da história, pois ela é compreendida como fonte de aprendizado e parte integrante do desenvolvimento da cultura. Mas se era garantido aos europeus a utilização de formas gregas clássicas, do estilo gótico, renascentista ou barroco, em relação ao Brasil observa-se uma constante menção à impropriedade com que os brasileiros copiavam as tradições européias.

Muito embora, incessantemente criticada por ser autora de cópias e imitações grosseiras, a elite brasileira, instruída nas capitais européias, não abriu mão de se considerar parte da civilização que se dizia herdeira de Beethoven e Michelangelo. O Império brasileiro procurou legitimar-se através do elo com a tradição européia e esta tentativa pode ser bem observada na constituição do acervo do Museu Nacional. Este último, entretanto, não conseguiu manter uma narrativa que, como no caso europeu, reunia o legado das civilizações antigas a objetos que representassem o desenvolvimento artístico e industrial do país. Este fracasso relaciona-se em parte ao enfraquecimento das próprias narrativas que deram sustentação ao Império brasileiro.

Construir um Brasil que tivesse continuidade com a Europa e suas tradições, tarefa ridicularizada na Europa durante todo o período Imperial, tornara-se uma tarefa praticamente impossível. É compreensível, portanto, que os dirigentes do Museu Nacional, bastante influenciados por teorias evolucionistas do final do século, abandonassem seus discursos universalizantes e se voltassem cada vez mais para a investigação do que fosse específico da nação. O Museu Nacional deixava de ser aquele que organizava e ordenava os objetos da história da humanidade, na qual se inseria o Brasil. No entanto, a instituição nunca perdeu totalmente este caráter único de tentar organizar o mundo a partir de um olhar imperialista. Ao voltar-se para a história natural e para a antropologia, o Museu continuou a procurar relacionar o que era brasileiro ao que existia em outras partes do mundo. O Museu Nacional foi o museu brasileiro que procurou constituir coleções que abrangessem espécimes encontradas tanto no Brasil quanto em diversas partes do mundo. Os demais museus brasileiros de história natural voltavam-se para a constituição das coleções de amostras regionais. De alguma forma o discurso universalista ou

metropolitano, como o denomina Lopes, mantinha-se, mesmo em se tratando de história natural (Lopes, 1997).

No entanto, o discurso universalista que reunia as antigüidades de Pompéia e as múmias do Egito ao legado cultural do país desfazia-se e dava lugar a um discurso universalista restrito às riquezas naturais. Assim, as coleções de história natural se avolumaram a partir de meados do século dezenove, remetendo as demais coleções para um plano secundário. O Museu Nacional, por volta de 1870, já se identificava com o rigor científico dos especialistas da história natural. Na virada do século, não se compravam mais antigüidades clássicas, o interesse pelas civilizações distantes diminuía drasticamente e as múmias egípcias tornaram-se a partir de então relíquias que mais parecem objetos de curiosidade.

É interessante observar que as coleções iniciais do Museu Britânico consistiam de obras de arte da antigüidade clássica, objetos de toda sorte doados pela elite britânica, mas também de exemplares da história natural. No Museu Britânico, os discursos sobre natureza e cultura se especializaram e se separaram. Por volta de 1880, os objetos relacionados à natureza que se encontravam no Museu Britânico foram transferidos para o recém-criado Museu Britânico de História Natural. O século dezenove é o século da consolidação das ciências da natureza. Nem sempre os discursos sobre natureza e cultura se separaram. A manutenção de coleções ecléticas como as do Museu Nacional ainda pode ser observada em cidades européias. Há diversos museus que ainda hoje são constituídos por obras de arte, mobiliário em geral, objetos de antigas civilizações, coleções de mineralogia, espécies botânicas e animais. O acervo do Museu de Manchester, por exemplo, é constituído por objetos oriundos do Egito antigo, objetos de numismática, artefatos de povos africanos, asiáticos e americanos, e, também, por coleções de botânica, zoologia, mineralogia e geologia. Estas últimas coleções tiveram como origem antigas coleções da Sociedade de História Natural, de 1821, e da Sociedade de Minas e Geologia, de 1850. Em 1867, as coleções passaram a ser responsabilidade da Universidade, que as incorporou às demais. Foi construído em Manchester um prédio para abrigar o museu nos moldes do Museu Britânico. Foi nomeado o arquiteto do Museu de História Natural de Londres para desenhar o novo prédio e o museu foi aberto ao público em 1885. O Museu Real, em Edimburgo, tem uma história parecida.

O museu foi fundado em 1854, incorporando as coleções de história natural da Universidade de Edimburgo. Este museu tem ainda hoje em exibição objetos de arte de civilizações antigas, moedas e objetos diversos da Europa, como também fósseis e animais empalhados de todo o mundo. É interessante observar que muitas vezes associavam-se a estas coleções, modelos de máquinas industriais, que exemplificam o progresso de cada país. Diferentemente do caso brasileiro, havia, como ainda há, uma certa lógica a alinhar de forma clara estas diversas coleções. Ao desenvolvimento evolutivo do mundo da natureza, associava-se o desenvolvimento da cultura e da técnica da civilização ocidental.

IV. Os Museus de História Natural

Com mágoa vê o conselho transporem de contínuo das nossas praias objetos de suma importância, que os tira o estrangeiro sem que deixem entre nós o menor vestígio da sua existência, e quando mais esclarecido de seus interesses quiser o país conhecer a história de seus tempos primitivos, terá de dirigir-se às grandes capitais da Europa para aí estudar estes preciosos documentos. (Serrão, apud Netto, 1870, p.84)

A associação entre múmias do Egito e coleções nacionais pode fazer sentido no Museu Britânico, no Museu Real da Escócia, ou mesmo no Metropolitan Museum of Art, em Nova Iorque, à medida em que objetos da antigüidade clássica representam a origem de um processo civilizatório que culmina com as realizações de cada uma das nações citadas. No Brasil, estes objetos também fizeram parte do projeto de construção nacional do Império. Entretanto, já em meados do século dezenove, mesmo o Museu Nacional, que mantém até hoje uma tentativa de colecionar objetos oriundos de todas as partes do mundo, modifica o rumo de sua trajetória ao voltar-se quase que inteiramente para o estudo do reino da natureza.

Não só o Museu Nacional, mas a maioria dos museus criados no Brasil ao longo do século dezenove, representavam fonte de amostras de riquezas naturais e espécies locais. Este foi o caso de museus como o Gabinete de História Natural do Maranhão, em 1844; o Museu Paraense, em 1866, que mais tarde tornou-se o Museu Paraense Emílio Goeldi; o Museu Paranaense, em 1875; o Museu Botânico do Amazonas, em 1883; e o Museu Paulista em 1894. Poucos foram os

museus que fugiram a este destino. Estes museus brasileiros não se interessavam em contar a história da nação, nem em colecionar as riquezas da humanidade, mas voltavam-se basicamente para a coleção de riquezas naturais existentes no território nacional. Neste período, o Museu Nacional, o Museu Paulista e o Museu Paraense Emílio Goeldi eram as três referências importantes na vida acadêmica e científica do país (Schwarcz, 1993).

É importante lembrar que desde o início da colonização, expedições de naturalistas e artistas, que tinham conhecimentos em cartografia, astronomia, botânica e zoologia, vinham ao Brasil procurando mapear as riquezas naturais do país. Alguns destes trabalhos foram publicados na Europa incentivando a organização de novas viagens exploratórias, as quais, no entanto, não eram bem vistas pelos portugueses que queriam manter o monopólio da exploração colonial. Após a ocupação dos holandeses no nordeste do país, durante o século dezessete, William Piso and Georg Marcgraf publicaram dois livros que foram fundamentais na formulação de um retrato mais detalhado sobre a flora e fauna brasileira para a Europa, *Historiae Naturalis Brasiliae* e *Theatrum Rerum Naturalium Brasiliae*.

Parece ter sido, no entanto, a expedição dirigida pelo naturalista e explorador prussiano, Barão Alexander von Humboldt, aquela que maior impacto causou entre os cientistas da época. A viagem foi responsável não só pela descoberta de elementos importantes da natureza, como o nitrogênio, que é exportado para a Europa até os dias de hoje, como também por teorias científicas importantes para a época. Humboldt publicou uma obra monumental, *Personal Narrative of Travels to the Equinoctial Regions of the New Continent during the years 1799-1804*, que parece ter influenciado, entre outros importantes cientista da época, Charles Darwin. A famosa expedição Beagle ocorreu entre 1831 e 1836, e em 1859 foi publicada *A Origem das Espécies*.

Inúmeras foram as missões científicas européias que vieram ao Brasil coletar e classificar exemplares da flora e fauna locais. Contemporâneo de Darwin, e talvez o cientista mais importante do século dezenove a se opor à teoria da evolução por meio de seleção natural, Louis Agassiz também empreendeu entre 1865 e 1866 uma viagem ao Brasil, cujo relato foi publicado dois anos mais tarde sob o nome de *Viagem ao Brasil* (Agassiz, 1868/1975).¹ Agassiz é consi-

derado um dos mais importantes biólogos do século dezenove. Foi professor de história natural da Universidade de Harvard, bem como fundador e diretor do Museu de Zoologia Comparada, também de Harvard. Ele começou sua carreira acadêmica na Suíça através da publicação de um trabalho científico em que descreve fósseis de peixes, em grande parte oriundos da coleção brasileira do recém-falecido naturalista alemão Spix que, como mencionamos acima, estivera no Brasil por ocasião da criação do Museu Real. Outras duas expedições merecem ser lembradas. Em 1822, Augustin de Sain-Hilaire, que mais tarde tornou-se professor do Museu de História Natural de Paris, levou para a França famílias botânicas até então desconhecidas e centenas e milhares de espécies de pássaros e plantas. Há também a citar a expedição do barão George Heinrich von Langsdorff, cônsul-geral da Rússia no Rio de Janeiro, encarregada de descrever técnica e cientificamente as regiões do interior do Brasil. Apesar da morte e doença de vários de seus membros, foi capaz de remeter a São Petersburgo cerca de 60 mil espécimes de plantas.

Estas expedições estabeleceram a agenda científica do século dezenove. Paralelamente aos grandes museus nacionais, os museus de história natural adquiriam imenso prestígio na Europa novecentista como instituições científicas preocupadas em estabelecer sistemas taxonômicos perfeitos para a humanidade. O aspecto relevante a ser destacado é o de que o projeto de inventariar e ordenar as espécimes do mundo natural, seja segundo uma teoria evolutiva ou não, associava-se às tentativas de controle do mundo por parte das nações mais poderosas (Chartier, 1997, p.451-455).

A ciência ocupava um lugar de destaque no imaginário do século dezenove, pois ela permitia o controle do mundo físico, através da classificação e organização dos elementos da natureza. Pesquisadores e professores universitários eram também os profissionais dos museus de zoologia e história natural, que vinham em viagens científicas à América Latina investigar correntes oceânicas, magnetismo da terra, bem como novos exemplares da vida animal e vegetal. Os cientistas europeus viajavam para a América em busca de exemplares de fauna e flora até então desconhecidos procurando, inicialmente, dar seus nomes às novas espécies, classificá-las e, após a divulgação do trabalho de Darwin, estabelecer princípios sobre a evolução das espécies.

Apesar da grande concentração de museus de história natural no Brasil novecentista, estes não obtiveram muito sucesso nem mesmo na tarefa de representar as riquezas naturais da nação. É compreensível que os museus de história natural tenham tido dificuldade em legitimar seus discursos junto ao público local e estrangeiro. Em primeiro lugar, sabemos que os museus guardam o que é distante, seja no espaço, seja no tempo. Apresentar para o público local uma exposição que procurava representar a flora e fauna locais não trazia muito interesse, pois as coleções se remetiam ao que todos tinham contato cotidianamente em muito maior riqueza. Os nossos museus de história natural constituíam coleções extraídas basicamente do território geográfico em que se situavam. Ilustra bem esta situação o comentário de Agassiz sobre os museus brasileiros, os quais, segundo ele, não possuíam uma coleção verdadeiramente representativa das espécies naturais brasileiras. Agassiz sugere que melhores coleções de peixes seriam encontradas em um mercado local do que nos museus brasileiros de história natural (Lopes, 1997, p.100).

Em segundo lugar, os museus brasileiros de história natural não eram os principais articuladores do discurso científico, este, sim, capaz de dar um novo sentido às coleções expostas. Os cientistas que dirigiam os museus de história natural europeus disputavam entre si o privilégio de estabelecer teorias capazes de explicar a origem e desenvolvimento do mundo natural. Embora os museus brasileiros fossem fortemente influenciados por teorias evolucionistas, eles decididamente nem se constituíam como fortes concorrentes no estabelecimento destas teorias científicas, nem foram capazes de diversificar suas coleções no sentido de inserir o que era originário do Brasil em um discurso maior e globalizante. Os museus brasileiros se constituíram de forma a propiciar o acesso de estrangeiros à flora e fauna brasileiras. Esta não pode ser compreendida como uma opção sem conflitos. Por parte do Museu Nacional, havia a reclamação de que, apesar de o Museu contar com a “colaboração” dos demais estados e de o governo brasileiro oferecer apoio oficial aos naturalistas estrangeiros, havia enormes dificuldades em manter no Brasil até mesmo exemplares das espécies descobertas no Brasil. A denúncia daquele que foi diretor do Museu Nacional entre 1828 e 1847, Frei Custódio Alves Serrão, sobre suas dificuldades em manter coleções no Brasil é bem significativa e explicita um jogo de poder entre nações na constituição destas coleções. Muitas vezes,

os cientistas brasileiros não tinham conhecimento das descobertas que eram feitas no território nacional. O Museu via partir para Viena, França, Alemanha, Inglaterra, Rússia e também Estados Unidos centenas de produtos naturais, dos quais muitas vezes nenhuma cópia era conservada no museu. Não se competia com os museus europeus e norte-americanos mesmo no que dizia respeito à classificação e ordenação das espécies originárias do Brasil. Havia, ainda, conflito entre museus regionais e o Museu Nacional. Os diretores dos museus de história natural locais queixavam-se de que o Museu Nacional apropriava-se de seus acervos sem garantir retorno ou trocas substantivas.

Nos museus de história natural de países como França, Inglaterra e Estados Unidos, o estabelecimento do discurso científico não se dissociava da tentativa de legitimação dos mesmos através da abertura de exposições amplas. O American Museum of Natural History, por exemplo, atraía já no início do século milhares de visitantes. Este museu inseria coleções imensas de animais empalhados em narrativas evolutivas, e através do uso de tecnologias inovadoras para a época, reconstruía ambientes e diversos habitats naturais através de dioramas. Embora o compromisso com a tarefa de educar e atender o grande público variasse de instituição para instituição, este acompanhava a dinâmica interna de cada país no seu processo de formação e legitimação de narrativas nacionais. Os museus de história natural não eram apenas instituições que abrigavam o discurso científico, mas associavam estes discursos ao uso de mapas com indicações geográficas e de técnicas expositivas capazes de traduzir para o público da melhor forma possível o que consideravam importante.

Embora museus de ciência e suas galerias da evolução tenham passado a fazer parte do aparato educativo de cada nação, no Brasil, grande parte dos museus de ciência se mantém presa a narrativas passadas, sendo incapazes de atrair um grande público. Nas primeiras décadas do século vinte, os três museus citados como sendo os mais importantes encontraram dificuldades e entraram em declínio. O Museu Nacional, como museu de ciências, foi incapaz tanto de acompanhar o desenvolvimento do discurso científico, quanto de voltar-se para uma tarefa educativa de forma significativo. Embora a taxonomia não seja mais o alvo principal das ciências biológicas há mais de um século, é ela que preside a apresentação das coleções de

animais, insetos e parasitas do Museu Nacional ainda hoje. Nome do descobridor e ano de classificação são as informações que o público obtém em relação a séries inumeráveis de insetos e vermes. De emblema da nação, o museu transformou-se em academia de ciências e, logo depois, em gabinete de curiosidades. O público ainda hoje vai ao museu à procura das múmias do Egito, mas estas não se inserem em qualquer discurso que faça sentido. Da mesma forma as exposições de animais empalhados, esqueletos, insetos e demais exemplares da história natural atendem pouco às demandas do público atual. Estão lá para causarem espanto e admiração como se fizessem parte ainda de coleções pré-modernas.

O Museu Paulista foi incorporado pela Universidade de São Paulo e é hoje um importante e bem cuidado museu. Entretanto, ele especializou-se e tornou-se um museu da história de São Paulo. Os objetos de história natural foram transferidos para o Museu de Zoologia e os objetos etnográficos para o Museu de Arqueologia e Etnografia, ambos também parte da Universidade de São Paulo. Interessante observar que o Museu foi, como é até hoje, conhecido como Museu do Ipiranga, em associação ao episódio do grito do Ipiranga por ocasião da independência do Brasil de Portugal. No 7 de setembro, paulistas de todo o Estado fazem peregrinação aos parques do Museu. O prédio, que foi erguido como um monumento pela elite paulista, é associado pelo público a uma antiga moradia seja do Imperador Pedro I ou a alguma de suas amantes. A distância entre as propostas tanto dos cientistas do passado quanto dos historiadores do presente com a imagem representada pelo museu indica alguns dos problemas que têm os museus em relacionar-se com seu público. Em suma, apenas o Museu Goeldi teve sucesso em manter-se em sua tarefa de decodificar o mundo da natureza para a nação e para o mundo, o que, sem dúvida, se deve ao fato de que seu objeto, a floresta Amazônica, por ser extremamente fechada e inóspita até hoje, necessita de um entreposto que facilite a exploração e classificação.

V. A fusão entre natureza e cultura

Sem dúvida o Brasil tem grandes recursos naturais, o sol só faz contribuir para uma maior produção, mas será que o papel que esta raça portuguesa degenerada gostaria de desempenhar estaria sob controle?

Sans doute le Brésil a de grandes ressources, le sol ne demande qu'à produire; mais le rôle que voudrait jouer cette race portugaise dégénérée est-il bien à la mesure de ses forces? (Luis de Chavagnes, 1844, apud Carelli, 1993, p.83)

... tanto fez a influência da civilização e cultura da velha e educada Europa para remover deste ponto da colônia os característicos da selvajeria americana, e dar-lhe cunho de civilização avançada. Língua, costumes, arquitetura e afluxo dos produtos da indústria de todas as partes do mundo dão à praça do Rio de Janeiro aspecto europeu. O que, entretanto, logo lembra ao viajante que ele se acha num estranho continente do mundo, é sobretudo a turba variegada de negros e mulatos, a classe operária que ele topa por toda parte, assim que põe o pé em terra. Esse aspecto foi-nos mais de surpresa do que de agrado. A natureza inferior, bruta, desses homens inoportunos, seminus, fere a sensibilidade do europeu que acaba de deixar os costumes delicados e as fórmulas obsequiosas de sua pátria. (Spix e Martius, 1817-1820/1972, p.41-2)

Como vimos, o Museu Nacional em suas primeiras décadas expressa bem a intenção do Império Brasileiro em procurar inserir o Brasil na tradição civilizatória que se consolidava na Europa. Suas coleções eram constituídas tanto por objetos da antiguidade clássica como por aqueles representativos da natureza do país. No entanto, à medida que movimentos abolicionistas e republicanos fortaleciam-se, a tentativa de manutenção de vínculos com tradições europeias tornava-se impossível. A partir dos anos 1870, os antigos escravos tornavam-se cidadãos, e com isso os negros, até então ignorados pelas elites imperiais, passavam a ser parte integrante da nação. Neste contexto, podemos compreender os impasses dos discursos que se voltam para a construção de uma identidade nacional no final do Império e início do período republicano e que foram bastante enfatizados não só por historiadores, como por estudiosos do problema racial no Brasil.

Teorias evolucionistas que hierarquizavam raças e culturas tornavam-se predominantes e influenciavam lideranças nacionais. Ao longo da segunda metade do século dezenove, às expedições dos naturalistas foram se somando aquelas dos antropólogos e dos etnólogos, que procuravam esqueletos e objetos representativos das culturas primitivas. O livro de tombos da seção de antropologia biológica do Museu Nacional tem em seu registro as seguintes categorias de esqueletos e

crânios: “animais”, “seres humanos”, “indígenas brasileiros”, “negros”, “negros africanos”, “mestiços”, “estrangeiros” e “não identificados”. Esta classificação coloca indígenas, negros e mestiços em uma categoria à parte dos humanos. Observa-se ainda nesta classificação que “negros” são diferentes de “negros africanos” e que a categoria “mestiço”, que será consagrada após os anos 30 para indicar o amálgama de raças, já está presente. Por “estrangeiros” compreendem-se os esqueletos de negros e nativos de outras áreas e continentes. Enquanto teorias evolutivas separavam e hierarquizavam esqueletos de diferentes raças e culturas nos museus, teorias racistas exerciam grande influência sobre a elite intelectual e política do país em medidas que envolviam enorme poder de discriminação contra os não brancos.

A antropologia física com seus estudos comparativos de crânios e esqueletos de seres humanos, bem como a antropologia cultural que associava características culturais a diferenças raciais, consolidavam a idéia de que a uma evolução das espécies corresponderia uma evolução de raças e culturas. Estas teorias prestigiadas nos museus de história natural estavam também presentes entre os dirigentes políticos e representavam enormes impasses na consolidação de uma representação nacional. A sociedade brasileira era descrita por europeus como sendo incapaz de incorporar os valores de uma sociedade trabalhadora, honesta, respeitável, e amante das artes. A crítica dos europeus deixava de recair sobre os indígenas, estes já afastados dos grandes centros urbanos e tornados objetos de estudo. Apontava-se tanto a natureza degenerada da raça latina, como a natureza inferior dos africanos, os quais, com suas danças indecentes e costumes primitivos, eram incompatíveis com os europeus e seus “costumes delicados”. Não só os negros, mas também os nativos e latinos eram muitas vezes considerados entre as raças degeneradas. Que mito de origem poderia ter uma nação constituída majoritariamente por raças consideradas inferiores?

Os mitos de origem criados durante o Império baseavam-se em tradições antigas forjadas tanto por elementos europeus como americanos. A ponte entre o novo e o velho continente ruiu junto com o próprio Império. Os mitos de origem constituídos a partir do estabelecimento do novo governo republicano remontavam apenas à chegada dos europeus ao continente americano, e o legado cultural brasileiro passava a se restringir ao que poderia ser realizado nos limites

do território nacional. José Murilo de Carvalho, em uma análise extremamente competente sobre o processo de constituição dos símbolos da República, analisa as visões conflitantes existentes entre jacobinos, liberais e positivistas, e ressalta dois aspectos que gostaria de desenvolver: a importância do positivismo na construção do imaginário republicano, e a ausência do mito de origem, segundo ele, imprescindível às construções das historiografias nacionais, no estabelecimento da República (Carvalho, 1990).

Em primeiro lugar, gostaria de destacar que, embora Auguste Comte tenha influenciado um grupo enorme de intelectuais e correntes teóricas em todo o mundo, sendo não só o criador da palavra sociologia, como o defensor do estudo da sociedade a partir da observação e experimentação, foi apenas no Brasil que sua doutrina se tornou doutrina de Estado, ou seja, tomou o poder. A importância de um de seus seguidores, Benjamin Constant, não só nos eventos que levaram à proclamação da República, como também na formação dos oficiais das Forças Armadas brasileiras, é bem conhecida. Na Revista do Clube Militar, publicada em 1997, encontramos um manifesto dos militares positivistas defendendo a tradição positivista, desde seus primórdios, com menção até mesmo à vitória da exército republicano sobre os rebeldes de Canudos. O Clube Positivista tem sede, ainda hoje, no Rio de Janeiro, considerado pelos seus membros como sendo a capital mundial do positivismo, como também em Curitiba e Porto Alegre, com sessões públicas semanais. A Igreja e o Apostolado Positivistas foram criados no Brasil por Miguel Lemos e Teixeira Mendes em 1881, permanecendo atuantes até os dias de hoje. Em nenhum outro lugar do mundo, Auguste Comte deixou discípulos capazes de constituir tal aparato institucional. Nem mesmo na França. Como compreender esta presença marcante do positivismo entre os novos símbolos da república brasileira?

Em *Système de politique positive ou Traité de Sociologie instituant la Religion de l'Humanité*, obra publicada entre 1851 e 1854, que, aparentemente, grande influência teve no Brasil, e a partir da qual procurarei trabalhar em meus comentários, Comte descreve a sociologia como sendo constituída pela sociologia estática, que responderia pelos sistemas sociopolíticos existentes e geraria a ordem; e pela sociologia dinâmica, capaz de descrever os três estágios do conhecimento (só acrescentaria o quarto estágio posteriormente) e

gerar o progresso. A ciência, em outras palavras, o conhecimento absoluto, seria a síntese entre ordem e progresso.

Tal como o ideário romântico do século dezenove, Comte pensava os homens através dos seus laços afetivos e não egoístas. Criou a palavra *altruisme* para designar os impulsos positivos que seriam capazes de neutralizar impulsos egoístas na constituição de uma unidade política e moral. Segundo ele, ainda, a unidade política e moral fundava-se na superioridade da mulher em sua afetividade e capacidade de constituir a família. Para a elite dirigente de uma sociedade de fortes tradições patriarcais, descrita pelos seus laços de pessoalidade, cordialidade e familismo, estas crenças não constituíam qualquer obstáculo. A doutrina que pregava a evolução histórica do conhecimento até sua perfeição negava, ainda, que a liberdade pudesse ser compreendida como resultado da resolução de interesses e conflitos, uma vez que ela deveria ser compreendida como submissa às leis científicas presentes na história. Os positivistas rejeitavam as revoluções sociais, pelas rupturas que estas ocasionavam na evolução natural da história, mas não eram contra as guerras responsáveis pelo estabelecimento da ordem. As palavras “ordem” e “progresso”, que passaram a fazer parte da bandeira nacional, adaptam-se bem à crença de que o brasileiro é um povo pacífico e avesso às revoluções.

Apesar de não aceitar a competitividade e o interesse como valores a serem respeitados, Comte partilhava com liberais uma concepção moderna de tempo e postulava uma filosofia da história que tinha como base o progresso da ciência. Ele era radicalmente contrário à crença de que a explicação das sociedades contemporâneas pudesse ser encontrada no estudo particular de suas origens ou nos seus processos constitutivos. Mas sua filosofia da história também se distanciava daquela que procurava leis fundamentais sobre o desenvolvimento material da humanidade. Para Comte, a história deveria tornar transparente a evolução do conhecimento científico, desde a teologia até o conhecimento absoluto.² Comte recriou um novo calendário para a marcação do tempo, com base em uma filosofia “religiosa” da história, que revelava a evolução do conhecimento da humanidade em três fases: teologia, metafísica, ciência. Mais tarde, acrescentou uma quarta, a política moral. Seus discípulos, no Brasil, fazem uso deste novo calendário até os dias de hoje.

Como o positivismo se desfazia de culturas e tradições em nome do progresso da ciência, ele pregava a igualdade de todos os cidadãos perante à lei, sem qualquer distinção em relação à cultura e raça. Como vimos, não poderia haver melhor doutrina para os novos idealizadores de um Estado que era dito ser constituído por povos degenerados. Ainda que práticas racistas se mantivessem, elas se davam em função do estabelecimento da ordem e não tinham uma lei legitimadora da diferença. A raça não se constituía mais um problema na construção de uma nação forte. O positivismo resolveu grande parte dos impasses envolvidos na construção de uma identidade nacional, sendo um deles resolvido pela eliminação de tradições culturais. A razão e a política moral não dependem de um conteúdo histórico que se constitui a partir de experiências passadas, mas sim da possibilidade da revelação da evolução deste passado no seu caminho para a ordem e progresso.

O mito de que há democracia racial no Brasil caminha junto à crença no branqueamento da raça negra pelo processo de miscigenação. Gostaria de chamar a atenção para a afinidade entre teorias positivistas que desvalorizam tradições passadas em função de um processo progressivo de aperfeiçoamento humano e teorias do branqueamento, que também desqualificam tradições passadas e a condição do presente em função de um aperfeiçoamento futuro. As diferenças entre raças serão resolvidas não com a celebração do mestiço, mas com a celebração do mestiço que se embranquece e elimina a herança negra. Há também neste mito uma desvalorização do passado e do presente em função de uma realização futura. No Brasil a discriminação racial não foi estabelecida por lei, uma vez que todos os brasileiros são considerados iguais e com os mesmos direitos perante a lei. No entanto, a inclusão da população negra na sociedade não ocorreu em bases de igualdade. Há uma aceitação das raças consideradas inferiores à branca pela sua condição de “vir-a-ser” e não pelo que representam em termos de valores e tradições. Evidentemente é necessário que a aceitação da diferença ocorra não apenas através de uma inclusão mantenedora de hierarquias, mas de uma inclusão que envolva reconhecimento. Também em relação ao jogo político entre nações, há necessidade de um balanço entre inclusão e reconhecimento.

O positivismo permitiu que brasileiros almejassem o último estágio do conhecimento da humanidade, partilhando, portanto, de um status similar às demais nações europeias, sem que precisassem das tradições culturais milenares em que estas se apoiavam. A evolução social baseava-se estritamente no desenvolvimento da razão e esta também não era considerada necessariamente um atributo racial. A necessidade de estabelecer o Brasil enquanto nação-irmã da França pode ser observada ainda hoje nos rituais positivistas celebrados em suas igrejas. O quatorze de julho, dia da Queda da Bastilha, foi adotado oficialmente no Brasil, comemoração que só foi abolida do calendário oficial anos mais tarde por Getúlio Vargas. Atualmente, os positivistas ainda cantam o hino da bandeira, considerado por eles como o hino nacional brasileiro, e a Marselhesa, hino nacional francês, na abertura de cada sessão. O hino nacional brasileiro não é aceito porque é um hino composto durante o Império. A reverência aos dois hinos representa, sem dúvida, uma tentativa de estabelecer os vínculos entre as duas nações.

Deve-se ressaltar, no entanto, que embora o positivismo seja de origem francesa foi no Brasil que ele criou suas raízes mais fortes e vinculou-se ao poder. O discurso positivista que legitima a nação brasileira nos moldes descritos nunca foi partilhado pelas demais nações. Na Europa, herança e tradição são elementos utilizados pelas nações em sua procura de garantia de prestígio e poder. Na América, embora os Estados Unidos tenham uma forma diferente de relacionamento com o passado, observamos que há a preocupação de manutenção dos vínculos entre o país e tradições culturais do passado. A valorização da herança cultural se faz presente em todas as questões sociais travadas na atualidade, bem como na constituição de monumentos culturais da humanidade. Além disso, esta é uma nação que inquestionavelmente valoriza acima de tudo o presente, os aspectos contingentes da vida cotidiana e uma atuação estratégica guiada pelo pragmatismo. O país do futuro, portanto, é um país que se legitima a si próprio sem que conte com o aval dos outros países a seu discurso legitimador, o que gera impasses e conflitos ao longo do tempo.

A tentativa republicana de vincular o Brasil à Europa constituiu-se, portanto, a partir de um discurso sobre a evolução da razão e sobre o “novo”, e foi este o discurso que possibilitou a nação em determinado momento reconhecer-se como parte do mundo civilizado.

A partir de então, o mito de origem tem como ponto de inflexão a chegada do europeu no território brasileiro. O lema “Brasil, Ordem e Progresso” confina o Brasil às realizações e empreendimentos conquistados no território brasileiro a partir da chegada do europeu a este território. Como o Brasil é associado ao país do futuro, os brasileiros podem aceitar a si próprios como participantes de um mundo incompleto e injusto, porque este se encontra em meio à marcha para o progresso. A falta de auto-estima pelo que são e representam é compensada pelo potencial de realizações futuras.

Eu procurei mostrar neste artigo como alguns mitos de origem foram apresentados pelos museus brasileiros novecentistas e como eles se relacionam com diversas representações de nação. Com a queda do Império, a República legitimou-se a partir da idéia de ordem e do progresso. A valorização do novo vai estar presente nos novos discursos e narrativas sobre a história encontradas nos museus republicanos. Os museus do século dezenove refazem suas narrativas ou caem no esquecimento do público. Nós ainda observamos atualmente uma forte desvalorização por antigas tradições, o que se reflete não só em um certo descaso pelos museus que se voltam para a preservação de objetos vinculados ao passado, mas também em uma indiferença coletiva frente à necessidade de preservação de patrimônios culturais.

Gostaria de ressaltar, no entanto, que a relação entre presente e passado não é simples. A Revolução Francesa tem sido considerada como responsável por uma das grandes rupturas de nossa época, mas mesmo assim muitos são os estudos que nos mostram os elos entre o Antigo Regime e a Revolução. Acompanhando uma série de movimentos políticos que se caracterizam por se basearem em políticas identitárias, movimentos afro-brasileiros têm procurado combater a discriminação racial a partir da busca de antigas tradições africanas. Procuram com isso reestabelecer vínculos culturais que extrapolam os limites territoriais e históricos estabelecidos pela data do descobrimento. Movimentos identitários ainda têm ocorrido à margem do apoio de instituições oficiais, que, como vimos pelas comemorações realizadas ao longo do ano 2000, continuam a privilegiar o 22 de abril e a união de brancos, negros e índios como sendo os elementos constitutivos da nação. O resgate de tradições passadas é, sem dúvida, fruto de conflitos e propostas geradas no presente. Ainda assim não é possível dizer que

sejam meras invenções do passado. Não há um passado único, pois todo ele envolve idéias, valores e comportamentos do presente, e é justamente este entrelaçamento contínuo entre presente e passado que precisa ser considerado. Museus, como tantas outras instituições brasileiras que se inspiraram nos modelos europeus, parecem ser instituições fora do lugar, abandonadas pelo público e com discursos anacrônicos. Novamente podemos afirmar que estas são construções do passado que não são apenas construções arbitrárias do presente. Antigas tradições retornam, embora não sob formas concretas e reconhecíveis. Assim, embora a nação brasileira tenha em um de seus mitos mais fortes uma orientação clara voltada para o futuro, o passado nele está presente e pode ser identificado seja nas narrativas que encontramos nos museus, seja na multiplicidade de movimentos sociais que procuram diferentes pontos de apoio para suas reivindicações, seja no dia-a-dia do brasileiro que reproduz hábitos e costumes como o cidadão de qualquer país que zele pela suas tradições.

Notas

- 1 Para uma descrição rica dos debates sobre o desenvolvimento estrutural ou evolutivo das espécies do mundo natural entre os cientistas que trabalhavam nos museus novecentistas na Europa e Estados Unidos, ver Blanckaert (1997).
- 2 Os positivistas enfatizaram a necessidade de separação entre a igreja e o estado, porque a teologia era considerada a etapa primitiva do conhecimento e não podia fazer parte do Estado. A Igreja dos positivistas é ainda hoje a Igreja da Humanidade. Apesar da forte presença da Igreja Católica no Brasil, a separação entre a Igreja Católica e o Estado foi decretado em janeiro de 1890, menos de dois meses após a proclamação da República.

Abstract. This article examines the construction of origin myths existing in the Brazilian museums, especially in the National Museum, and its relation with imaginary collectives that are constituted about Brazil during the Empire. It analyzes the Brazilian museums of nineteenth century, its relation with the European museums of the same time, as well as inherent elements to the Brazilian society. It tries demonstrate, the narratives formation in which classical traditions interlace with a romantic vision of the local nature; the emphasis in nature as source of scientific knowledge and, finally, a negligence for passed traditions and a valorization of the narratives guided for future achievements. The maintenance of the devaluation of the past contributes for the legitimation difficulty of the museums that come backed for the preservation of cultural traditions.

Resumé. L'article examine les mythes d'origine dans les musées brésiliens, spécialement le Musée National, en rapport aux imaginaires collectives au sujet du Brésil Impérial. Ils sont analysée les musées brésiliens dans le siècle XIX et les musées européen du même époque. Il s'agit démontrer qui la dévaluation du passée difficulté la légitimation des musées qui ont le but la préservation de les traditions culturelles.

Referências bibliográficas

- ANDERSON, Benedict (1983). *Imagined communities: reflection on the origin and spread of nationalism*. London: Verso.
- AGASSIZ, L. & Agassiz, E. C. (1868/1975). *Viagem ao Brasil, 1865-1866*. Belo Horizonte, São Paulo: EDUSP.
- BENNET, Tony (1995). *The birth of the museum: history, theory, politics*. London: Routledge.
- BLANCKAERT, Claude et alii (1997). *Le muséum au premier siècle de son histoire*. Paris: Editions du Muséum National d'Histoire naturelle.
- BOSWELL, David & Jessica Evans (eds.) (1999). *Representing the nation: a reader. Histories, heritage and museums*. London: Routledge.

- CARELLI, Mario (1993). *Cultures croisées: histoire des échanges culturels entre la France et le Brésil de la découverte aux temps modernes*. Paris: Édition Nathan.
- CARVALHO, José Murilo (1987). *Os bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras.
- CARVALHO, José Murilo (1990). *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.
- CHARTIER, Roger (1997). *Introduction in Blanckaert, Claude et alii (1997) le muséum au premier siècle de son histoire*. Paris: Éditions du Muséum National d'Histoire naturelle, p. 451-455.
- COMTE, Auguste (1854). *Système de politique positive ou Traité de Sociologie instituant la Religion de l'humanité*. Paris: Thunot.
- DICKENSON, J. P. (1994). "Nostalgia for a gilded past? Museums in Minas Gerais, Brazil". In: *Museums and the making of "ourselves": the role of objects in national identity*. London and New York: Leicester University Press, p. 221-245.
- DUNCAN, Carol (1997). *Civilizing rituals: inside public art museums*. London & New York: Routledge.
- GELLNER, Ernest (1983). *Nations and nationalism*. Oxford: Blackwell.
- GILROY, Paul (1987). *There ain't no black in the Union Jack*. London: Hutchinson.
- GONÇALVES, José Reginaldo Santos (1996). *A retórica da perda. Os discursos do Patrimônio Cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ/MINC-IPHAN.
- HALL, Stuart (1999). "Culture, community, nation". In: Boswell, David & Jessica Evans (eds.) *Representing the nation: a reader. Histories, heritage and museums*. London: Routledge, p. 33-44.
- _____ (1999-2000). "Whose heritage? Un-settling 'the heritage', re-imagining the post-nation". *Third Text: Critical Perspectives on Contemporary Art & Culture*, 49, Winter, p. 3-15.
- HOBBSAWM, Eric & Terence Ranger (eds.) (1983). *The invention of tradition*. Cambridge: Cambridge University Press.
- KITCHEN, Kenneth A. (1990). *Catálogo da coleção do Egito Antigo do Museu Nacional*. Rio de Janeiro: Museu Nacional.

- KOSELLECK, Reinhart (1985). *Futures past: studies in contemporary german social thought*. Mass.: The MIT Press Cambridge.
- LEONTSINIS, Solon (s/d). “Fundação e evolução do Museu Nacional até 1889”, mimeo.
- LOPES, Maria Margaret (1997). *O Brasil descobre a pesquisa científica: os museus e as ciências naturais no século XIX*. São Paulo: Hucitec.
- NETTO, Ladislau (1870). *Investigações históricas e científicas sobre o Museu Imperial e Nacional do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Instituto Philomático.
- POMIAN, Krzysztof (1990). *Collectors & curiosities: Paris and Venice, 1500-1800*. Polity Press.
- POULOT, Dominique (1997). *Musée, nation, patrimoine (1789-1815)*. Paris: Ed. Gallimard.
- REVISTA DO CLUBE MILITAR. Ano LXX, n.º 333, fevereiro de 1997.
- SAMUEL, Raphael (1994). *Theatres of memory*. London: Verso.
- SANTOS, Myriam S. (2001a). “The new dynamic of blockbuster exhibitions: the case of Brazilian museums”. *Bulletin of Latin American Research*, vol. 20, n.º 1, p. 29-45.
- _____. (2001b). “Brazilian museums: policies and public”. *Journal of Latin American Cultural Studies*, forthcoming.
- SCHORSKE, Carl E. (1998). “Museum in contested space: the sword, the scepter, and the ring”. In: Carl E. Schorske, *Thinking with history: explorations in the passage to Modernism*. New Jersey: Princeton University Press, p. 105-125.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz (1989). “O nascimento dos museus brasileiros”. In: Miceli, Sérgio. *História das Ciências Sociais no Brasil*. São Paulo: Vértice/IDESP.
- _____. (1993). *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras.
- _____. (1993). *O espetáculo das raças: cientistas, (1998) as barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras.

- ST CLAIR, William (1988). *Lord Elgin and the marbles*. Oxford: Oxford University Press.
- SMITH, Anthony D. (1999). *Myths and memories of the nation*. Oxford: Oxford University Press.
- SPEX, Johann Baptist e MARTIUS, Carl Friedrich Philip (1823-1831/1972). *Viagem pelo Brasil (1817-1820)*. São Paulo: Ed. Melhoramentos/INL.
- TODOROV, Tzvetan (1990). *A conquista da América, a questão do outro*. Lisboa.
- WILSON, David M. (1989). *The British Museum: purpose and politics*. London: The Trustees of the British Museum.

PATRIARCADO, SOCIEDADE E PATRIMONIALISMO

Neuma Aguiar

Resumo. Neste texto pesquisamos o significado do conceito de patriarcado no Pensamento Social Brasileiro. Observamos como o sistema de dominação é concebido de forma ampla e que incorpora as dimensões da sexualidade, da reprodução e da relação entre homens e mulheres no contexto de um sistema escravista. Nas sociedades onde o público se destaca do privado, sustentamos que as relações de gênero continuam patriarcais; no âmbito das sociedades patrimoniais, a intimidade entre público e privado também não resultou em uma maior participação política ou econômica das mulheres nessa esfera pela própria origem patriarcal do estamento burocrático no contexto de um patrimonialismo patriarcal.

Palavras-chave: Brasil, patriarcado, patrimonialismo, feminismo, teoria.

Patriarcado é um dos conceitos que vem despertando grande produção na literatura intelectual feminista recente e que também tem ocupado um lugar central no pensamento social brasileiro. Os debates intelectuais sobre esse tema, em cada uma dessas tradições analíticas, pouco se cruzam, dada a marginalidade conferida ao pensamento feminista nas Ciências Sociais no Brasil e a negligência do pensamento feminista local em esmiuçar os pressupostos teóricos clássicos ou aplicados à situação local para o estudo das relações entre homens e mulheres. Esse descaso impede que se examine em que medida as

análises efetuadas por autores brasileiros possibilitam interpretar a condição social das mulheres, da mesma forma como eles são adequados a interpretar a situação dos homens. O presente texto busca comunicar essas duas vertentes de pensamento, possibilitando efetuar esse intercuro.

Raimundo Faoro, figura central nesse debate, vem argumentando que o patriarcado brasileiro cedeu lugar a um Estado Patrimonialista, observando que, ao contrário de vários países de origem anglo-saxã e sistema liberal de governo, o modelo de organização política, seguido pelo Brasil, se pauta pela dominação do público sobre o privado. Com isto Faoro se rebela contra o argumento de que uma das principais instituições sociais brasileiras, independentes do Estado, é a família, conforme as interpretações de Silvio Romero, Nísia Floresta, Oliveira Vianna, Gilberto Freyre, Joaquim Nabuco, Sérgio Buarque de Holanda e Antônio Cândido, entre outros. Esses últimos vêm analisando o patriarcado como uma herança do sistema escravista. Na literatura liberal anglo-saxã, o rompimento com a analogia entre sistema familiar e sistema de governo, em moldes patriarcais, ocorre com a proposta de uma nova interpretação do sistema político, baseada na capacidade de uso da razão dos cidadãos adultos que se organizam e negociam suas demandas públicas. Essa nova teoria política recusa os princípios absolutistas de poder das monarquias tradicionais, construindo, alternativamente, a idéia de uma sociedade civil que se governa a si própria, sem a tutela de um patriarca. Com essa recusa da analogia entre família e poder político, a esfera pública se distingue da privada. Como Faoro parte do princípio que herdamos uma tradição onde o público predomina sobre o privado, ele critica a noção de patriarcado como forma de organização privada que se apropriaria do domínio público. Uma sociedade baseada em uma instituição extremamente poderosa como a família contrariaria a visão dessa predominância do público sobre o privado, pois dessa forma o privado teria prioridade sobre o público.

O argumento de Faoro é extremamente persuasivo no que se refere à preponderância do Estado sobre a Economia. Porém, encontro dificuldades na subsunção da família no âmbito do Estado, um argumento que foi pouco desenvolvido pelo autor. Olhando para a produção que discute a dominação do âmbito doméstico pelo Estado, observamos que essa subserviência da família à instância pública

é por vezes lembrada na literatura sobre totalitarismo. Quando a dominação do Estado sobre a ordem privada não é total, como no caso do Brasil, falta ampliar a linha de argumentação, apresentando de forma persuasiva a relação entre família e sistema patrimonial. Dentre os estudos de patrimonialismo que constroem essa relação, destacamos apenas o que ressalta a política de alianças da realeza por intermédio de casamentos (Adams, 1994), tema este que não foi desenvolvido pela literatura nacional.

Na literatura feminista internacional, a discussão sobre o patriarcado tem indicado a existência desse fenômeno quando existe uma ausência de regulação da esfera privada em situações onde há um notável desequilíbrio de poder dentro dessa instância. A presença de violência doméstica, por exemplo, evidencia que a separação entre público e privado se deu de forma tão ampla que ocorrem situações de dependência no interior do espaço familiar, particularmente das mulheres com relação aos homens. Nesse caso, as instituições políticas ignoram essa situação que permanece à margem do sistema normativo. O patriarcado é um sistema de poder análogo ao escravismo, observa Carole Pateman (1988). Esse diagnóstico gera uma série de demandas normativas críticas de correção das situações de arbítrio de poder dentro do espaço familiar e para além do mesmo.

No caso brasileiro, Faoro argumenta que o estamento burocrático gera uma legislação sobre a esfera privada. Porém, essa perspectiva não explica os casos de dominação arbitrária no interior da esfera familiar, como a obrigatoriedade, da parte das mulheres, de manter relações sexuais com os maridos, decorrentes de uma obrigação de atender aos desejos masculinos, independentemente das circunstâncias, e de sua própria vontade. A violência contra mulheres e a impunidade, como legítima defesa da honra masculina, consiste em outra indicação de relações patriarcais. Essas situações de arbítrio de poder na família foram amplamente documentadas pelo pensamento social brasileiro. Recupero em seguida as perspectivas sobre o patriarcado que foram desenvolvidas pelo pensamento social brasileiro, procurando observar como os teóricos identificam o fenômeno, uma vez que essa discussão contribui para a análise de relações de poder que ficaram fora do alcance do Estado.

Curiosamente, muitas teóricas feministas brasileiras e latino-americanas rejeitam o conceito de patriarcado, o que examino mais

adiante. Sugere-se, no final do texto, que uma dupla linha de investigação que analise simultaneamente o patrimonialismo e o patriarcado, a exemplo do que foi efetuado pela Escola Paulista de Sociologia, possa dar conta da importância que o patriarcado possui para a análise das relações familiares no Brasil. Em outras palavras, a relação entre Economia e Estado é pouco adequada para expressar a relação entre Família e Estado. A visão de Faoro, *a priori*, não concede espaço para a análise da sociedade, sua dinâmica, assimetrias e desigualdades.

Antecedentes

Encontro em Silvio Romero o primeiro autor a discorrer sobre o patriarcalismo no pensamento social brasileiro. Utilizando uma perspectiva da Escola de Le Play, Romero estabelece uma tipologia para classificar as famílias brasileiras em quatro categorias analíticas: patriarcal, quasi-patriarcal, tronco e instável. A primeira é composta pelo pai com sua família e as famílias de seus filhos que coabitam em uma extensão ilimitada de terras; a segunda é uma família patriarcal de menor porte, o que decorre da limitação de terras, tendo a família que se subdividir, procurando novos recursos para a sua manutenção econômica; a terceira equivaleria à classificação atual de família nuclear, pois seus membros são mais individualistas, e os filhos procuram construir o próprio espaço de habitação, destacando-se dos pais; o último tipo é uma negação da família. Romero procura, então, relacionar as características ecológico-regionais do país com os tipos de sociabilidade familiar preponderantes em cada contexto, buscando elucidar as formas de subsistência empreendidas por cada modalidade de organização social, ensejando esclarecer, no enunciado de Antônio Cândido, a adaptabilidade do povo brasileiro ao meio, situando, no processo, a questão da mestiçagem no Brasil. Não entrarei na questão racial tal como desenvolvida por Romero, tema que por si só mereceria um texto. Indico apenas que a questão é posteriormente retomada e modificada por Gilberto Freyre em sua análise do patriarcado brasileiro. O empreendimento de Romero é por ele defendido como sendo uma alternativa às visões românticas de sociedade então dominantes na literatura brasileira, pois o autor propõe que as formas de expressão literária se vinculem às variedades de experiências sociais existentes no Brasil. O método tem parentesco com o positivismo. Todavia,

o autor preconiza um tipo de apreensão da sociedade brasileira por meio de outra corrente sociológica francesa, evitando assim qualquer aproximação de sua proposta com o enfoque de Comte ou de seus discípulos. Embora proveniente do campo literário, Romero, na observação de Antônio Cândido, procura oferecer uma base sócio-científica à cultura brasileira. A influência de Silvio Romero, segundo uma observação de Antônio Paim, é passível de apreensão pelas referências bibliográficas efetuadas por Oliveira Vianna, uma vez que sua proposta de trabalho foi totalmente cumprida por este último autor. Usando as mesmas perspectivas teóricas da escola de Le Play, Oliveira Vianna analisa os clãs patriarcais como sendo constituídos por uma família estendida (incluindo parentes consanguíneos, por afinidade civil, religiosa e por adoção) chefiada por um patriarca – um grande proprietário de terras – circundado por uma massa de aparentados, e/ou de outros dependentes sem laços de parentesco. Essa população é composta por pequenos proprietários e camponeses, com seus familiares, que encontram proteção no clã, formando com ele uma comunidade de sentimentos. Essas localidades são, basicamente, ilhas autônomas de prosperidade que tudo fabricam, atraindo os despossuídos em busca de apoio político e de recursos.

Nísia Floresta aponta para a falta de acesso das mulheres à educação, a postos de trabalho e aos cargos públicos como indicações de uma injustiça dos homens, como denominou o sistema patriarcal.

Já a análise de Oliveira Vianna diz respeito ao alto sentimento de comunidade, interno ao clã patriarcal, e à ausência de laços de solidariedade entre clãs. As redes assim criadas, organizadas com base em imensa distância social entre patriarca e dependentes, são o resultado da ausência de alternativas políticas ao sistema familiar predominante na sociedade agrária. Para obter garantias o povo-massa adere ao senhor, em busca de proteção social. No caso, inexistem instituições democráticas e predominam demandas de tratamento especial pelos chefes políticos que competem por favores. Oliveira Vianna critica a proposta liberal de descentralização política ao argumentar que, nas condições institucionais brasileiras, o liberalismo político representaria exatamente a preponderância do poder local, sem garantias ao povo-massa que permaneceria vulnerável ao poder dos clãs patriarcais. As mulheres seriam parte dessa massa popular que aderiria ao poder, no vazio decorrente da

inexistência de instituições políticas. Vianna é criticado por Faoro ao conceder demasiada ênfase à autonomia e à prosperidade da ordem privada do latifúndio, em detrimento de um exame do papel do Estado Nacional no sistema de poder. Porém, é injusto com o conjunto da obra de Vianna ao negligenciar a discussão que este último entabula sobre o lugar da monarquia no jogo político dos clãs patriarcais e das propostas normativas subsequentes que desenvolve sobre o corporativismo. Os dois autores divergem exatamente quanto ao lugar do Estado centralizador no desenvolvimento nacional.

Os princípios comunitários da ordem patriarcal, endossados por Vianna, não são enfatizados apenas pela escola de sociologia francesa. Eles são também objeto de interesse pela sociologia alemã. Tönnies os destaca quando contrasta os princípios hierárquicos, afetivos e arbitrários que regem as comunidades, com os princípios societários, impessoais e contratuais que predominam no meio urbano-industrial. Vianna, contudo, estava, mais atento em sua obra para as contribuições francesas.

Um dos autores que mais se detém na análise do patriarcado é Gilberto Freyre. Independentemente das relações entre a organização do grupo doméstico e a forma de dominação estatal, o autor mostra que o patriarcalismo estabeleceu-se no Brasil como uma estratégia da colonização portuguesa. As bases institucionais dessa dominação são o grupo doméstico rural e o regime da escravidão. A estratégia patriarcal consiste em uma política de população de um espaço territorial de grandes dimensões, com carência de povoadores e de mão-de-obra para gerar riquezas. A dominação se exerce com homens utilizando sua sexualidade como recurso para aumentar a população escrava. A relação entre homens e mulheres ocorre pelo arbítrio masculino no uso do sexo. Apesar do emprego que Gilberto Freyre faz da religião em sua análise da ordem na casa-grande e nos sobrados, o patriarcado não se efetua pela dominação religiosa, a não ser pela influência que esta exerce nas relações familiares dentro do grupo doméstico. O poder da religiosidade aparece limitado para conter a liberdade sexual masculina e o abuso sexual da mão-de-obra escrava. Para Freyre, portanto, esse abuso consiste na própria essência do patriarcado. Padres portugueses por vezes abandonam o ascetismo religioso e aderem ao patriarcado, observa Freyre (1973, p. 447), que deixa de ser, assim, em contraste com a perspectiva weberiana, uma forma de racionalidade instituída pelo

sistema religioso, para ser uma forma de racionalidade econômica e demográfica, estratégia de povoamento e aliciamento de mão-de-obra, estabelecida no processo de colonização portuguesa. Já dois outros autores, que se inspiraram em Freyre, destacam a importância da religião na contenção dos costumes (Azevedo, 1949, p. 69-71; Duarte, 1966, p. 76-77), o que para Freyre viria apenas subsequentemente com o processo de urbanização.

A originalidade da concepção de Freyre pode ser compreendida tomando as análises elaboradas por Weber (1964, p. 223-245) sobre patriarcalismo e religião como base de comparação. Nesse momento do texto, faço um pequeno desvio da exposição sobre o conceito de patriarcado no pensamento social brasileiro apenas para destacar a análise de Freyre das teses weberianas sobre esse tipo ideal de forma de dominação. Weber ressalta que os sistemas religiosos estabelecem uma relação íntima entre sociedade, sexualidade e erotismo, porquanto eles são também sistemas de controle da sexualidade e da reprodução. Associando sexualidade com práticas mágicas e com o comportamento religioso comunal, Weber observa, ainda, que tanto as religiões místicas, quanto as ascéticas, são hostis à sexualidade, apresentando-lhe satisfações substitutivas. A castidade é religiosamente vista como um tipo de comportamento que possibilita o desenvolvimento de qualidades carismáticas, dificultando que os sacerdotes tenham filhos e impedindo que os bens acumulados pela Igreja sejam transferidos por herança. A religião, portanto, procura eliminar o lado erótico da natureza humana, vetando socialmente tudo o que considera como sendo orgia sexual, quando enfatiza a abstinência como forma mística de alcançar a salvação, propondo, também, a evitação das emoções características do ato sexual e recomendando sua substituição pelo ascetismo vigilante, autocontrole e planejamento metódico da vida. A religião, portanto, enquanto substituta da magia, racionaliza o comportamento social pela regulação da sexualidade. Sistemas de crenças de natureza religiosa que não enfatizam a salvação por estarem mais vinculadas à vida neste mundo também se endereçam à sexualidade, podendo ser hostis às mulheres como nos casos do budismo e do confucionismo (Weber, 1964, p. 264).

A religião elimina as relações sexuais livres no interesse da regulação e legitimação do casamento (Weber, 1964, p. 237-238). Para que este controle social se efetue as mulheres são assemelhadas, pelos

sistemas religiosos, às criaturas irracionais (ou de difícil autocontrole, isto é, com grande capacidade de ocasionar o descontrole, ou como seres capazes de causar emoção em quem as circunda, inclusive pelos desejos que podem despertar (Weber, 1964, p. 238). A contenção desses sentimentos muitas vezes se estabelece pela instituição de regras sobre as vestimentas, normatizando que sejam cobertas as partes do corpo feminino que podem suscitar desejos nos homens. Além disso, se por um lado a religião enfatiza o exercício da sexualidade dentro do casamento para o conjunto da população, ela prescreve, também, o ascetismo religioso com abstenção sexual pelos sacerdotes. O sistema religioso, portanto, é dominado por homens que estabelecem práticas de controle da sexualidade voltadas para a interdição do acesso e até mesmo da visão do corpo feminino. Portanto, os sacerdotes no Brasil, que, segundo Freyre, caem no patriarcado, distanciam-se das formas de racionalidade religiosa que controlam o comportamento sexual dos sacerdotes ou do conjunto da população. Antônio Cândido, que segue a análise de Freyre neste ponto, excetua dessas práticas libidinosas apenas os jesuítas que se esforçam por regularizar as uniões e conter a licenciosidade.

Na análise de Freyre sobre os sistemas de dominação, não há brechas para rebeliões, porém o exame de arquivos históricos documenta recusas da mão-de-obra escrava em dar a luz aos filhos do estupro. Estes arquivos mereceriam uma atenção cuidadosa e análise crítica do patriarcado. O caráter dessa resistência é indicado por Joaquim Nabuco (1988), cabendo aqui introduzir algumas das questões levantadas por este outro pernambucano na análise do patriarcado brasileiro.

A Igreja, por intermédio dos conventos, é a principal proprietária de escravos. Em função disso, Nabuco demonstra como nos EE.UU. a religião se torna a campeã dos direitos civis, lugar institucional em que se refugia a população negra. No caso do Brasil, esta nega os sacramentos aos escravos. Na ausência de racionalização das relações sociais pelo caminho religioso, os escravos se vêem lançados à promiscuidade e à magia, aponta o autor. O que Nabuco caracteriza como uma forma de primitivismo pode ser compreendida como uma resistência das mulheres à escravidão, rejeitando serem usadas como aparelho reprodutivo pelos senhores de terra. As mulheres (Nabuco, 1988, p.38) usam ervas daninhas e venenos, matando o feto no ventre,

enterrando-o no mato. O autor interpreta o fato como uma ausência de sentimentos religiosos e atribui tal prática à falta de instrução e não como uma forma de resistência à dominação. Observa também que o feto era de propriedade do senhor, estando condenado à escravidão. O estado de gravidez, todavia, não isenta a escrava de prestar serviços forçados. A paternidade inexistente, observa Nabuco, pois a família é negada, e a escrava está sujeita à luxúria dos brancos. A amamentação realiza-se conjuntamente com os trabalhos cativos. Aos cinco anos a criança já começa a trabalhar para obter hábitos servis (Nabuco, 1988, p.50), sendo recebida como alguém que aumenta o patrimônio do senhor. A escrava jovem, diz ele, é tornada pública, isto é, um joguete de instintos (Nabuco, 1988, p.51). Castigos, açoites, marcas com ferros denotam a violência das relações sociais predominantes, além do abuso sexual contra as escravas. Com a descrição destas práticas, o autor destaca a questão moral da corrosão dos costumes pelo ataque ao direito familiar, destituindo a dignidade da mãe pela violação de sua honra e separação de seus filhos, pela negação da paternidade e pela predominância do concubinato.

Formas de exercício da dominação doméstica são transformadas durante o processo de urbanização (Freyre, 1951 e 1973; Araújo, 1994). Esta questão é trabalhada por Holanda (1971, p.113-125) quando propõe que o crescimento urbano suplanta o patriarcalismo agrário, dando margem ao aparecimento de um sistema peculiar de serviço público, efetuando uma confusão dos domínios público e privado.

Antônio Cândido, um estudioso da obra de Silvio Romero, analisa a composição e as transformações da família patriarcal no Brasil. Esta compreende, de início, um núcleo central composto por um casal com seus filhos legítimos. Na periferia, encontram-se as concubinas, filhos ilegítimos, escravos e agregados. A autoridade paterna é quase ilimitada, incluindo o direito sobre a vida dos filhos que vivem na casa dos pais, ou em casas por ele concedidas. O autor (Cândido, 1951, p.293-294) analisa a presença de filhos ilegítimos desde o início da colonização portuguesa, quando há grave desequilíbrio entre os sexos. Os portugueses mesclam-se com as filhas de chefes indígenas em uma política de alianças destinada a manter a paz social. Por outro lado, a mistura étnica e a baixa densidade da população contribuem para que a bastardia seja comum, mantendo-se ao lado do núcleo

familiar. Mesmo depois que as proporções de homens e mulheres tornam-se mais paritárias, os concubinatos continuam a ocorrer.

Antônio Cândido retrata os papéis familiares como complementares, embora indicando a presença latente de conflitos, pois os casamentos são arranjados e a satisfação sexual é procurada fora da instituição. Filhos bastardos, dependendo do arbítrio dos pais, são legitimamente reconhecidos e dotados de herança. Isto é aceito pela esposa quando os filhos do marido nascem antes do seu casamento (situação que se contrasta com a apontada por Weber, que observou como as mulheres, para além da tese de Engels, investiram no casamento monogâmico como estratégia de defesa do patrimônio de seus filhos). Nas cidades, algumas características do sistema patriarcal são preservadas, embora, com as separações e maior liberdade sexual para as mulheres, o domínio patriarcal se atenua. Um duplo padrão de moralidade passa a existir, com permissividade para a poligínia e interdições para a poliandria.

O Debate de Faoro com Antônio Cândido e Sérgio Buarque de Holanda

Para Raimundo Faoro, a principal característica da colonização portuguesa consiste na forma de dominação estabelecida pelo governo central na condução das iniciativas empresariais, inibindo qualquer tentativa de desenvolvimento autônomo pelas unidades econômicas. Isso, aponta Faoro, representa um contraste com a organização econômica do feudalismo, cuja característica primordial é a da descentralização. Na Inglaterra, uma ilha mais afastada das ameaças de invasão pelos povos vizinhos, predomina um sistema econômico descentralizado. Tal não é o caso de Portugal em que o Estado absolutista é também um Estado patrimonial. As atividades empresariais, independentes do governo central, aponta o autor, são pesadamente taxadas.

Como o império português se organiza com base em instituições militares que iniciam guerras para a ampliação do domínio, o rei de Portugal procura obter fundos para remunerar seus soldados, vencer batalhas e conquistar novos territórios. O soberano, portanto, não é apenas o chefe administrativo, mas, também, o principal empreendedor econômico. Para manter a posição, o soberano necessita fundar

idades e oferecer incentivos aos que lá vão residir, estabelecendo tarifas protecionistas.

A economia independente que se desenvolve em plantações de finalidades comerciais, com base escravista, objeto das análises de Gilberto Freyre, é a forma que se adequa ao tipo de estratégia administrativa empregada no processo de colonização. A transferência da coroa portuguesa para o Brasil acentua a tendência centralizadora e, embora até possam ocorrer iniciativas de caráter liberal, a ordem patrimonial é predominante.

Em texto da revista da USP (Faoro, 1993) dedicado à discussão do liberalismo no Brasil, Raimundo Faoro se insurge contra um comentário de Antônio Cândido que atribui ao autor de *Raízes do Brasil*, em prefácio à segunda edição desse livro, o primeiro emprego dos conceitos de patrimonialismo e de burocracia, segundo uma acepção weberiana. Dessa maneira, delinea-se, com o comentário, uma possível convergência entre as análises do próprio Faoro e as de Holanda, ao apontar que ambos empregam o mesmo tipo de conceito, tendo sofrido a mesma influência teórica. Faoro, todavia, advoga para si o mais autêntico uso do conceito de patrimonialismo, apontando para duas interpretações que preponderavam na análise da formação do Estado Nacional, até o aparecimento de seu texto *Os Donos do Poder*, que mudaria o rumo das interpretações sociopolíticas do Brasil. Faoro aponta que a perspectiva de Holanda está bem mais próxima da de Gilberto Freyre e de Oliveira Vianna sobre o patriarcado do que da sua própria que originara a interpretação do Estado brasileiro como um Estado Patrimonial. Isto porque, justifica Faoro, as relações patrimoniais desintegram o patriarcalismo puro, pois a organização doméstica que se reproduz na ordem política o faz dentro de um quadro burocrático-administrativo. Como derivação da organização doméstica, enfatiza o autor, o patrimonialismo se aproxima do patriarcado, se destacando também, por outro lado, da burocracia impessoal, produto da transformação do feudalismo em capitalismo, uma vez que o funcionário burocrático-patrimonial considera o cargo como direito pessoal e não como posição associada a normas objetivas e impessoais. De fato, o poder patriarcal é caracterizado por Max Weber (1947, p. 346) como sendo um sistema de normas baseado na tradição. Assim, as decisões são tomadas sempre de um mesmo modo. Outro elemento básico da autoridade patriarcal é a obediência ao senhor, além da que é devotada à tradição. A modalidade, por excelência,

da relação de dominação inquestionável é a do poder patriarcal, uma vez que não há possibilidade de que a autoridade paterna seja questionada por intermédio da justiça. Todavia, o sistema patriarcal pode constranger o senhor a tratar seus súditos de forma protetora, o que o distingue das relações que ocorrem com a exploração racional da força de trabalho sob o sistema capitalista. Faoro contrasta sua interpretação da autoridade no sistema patrimonial, ao observar que o cargo burocrático não é visto como um direito pessoal do burocrata, e sim como direito pessoal do senhor.

As relações de poder na dominação patriarcal fundamentam-se na autoridade pessoal. Weber (1947, p. 396) contrasta esta forma de poder com a que ocorre nas sociedades capitalistas, quando o processo de racionalização, resultante do desenvolvimento da ciência e da tecnologia, dá origem a um sistema de normas abstratas e impessoais, sob as quais os funcionários das burocracias se organizam. Essas normas estabelecem que a pessoa no poder possui autoridade legítima para acionar regras em circunstâncias determinadas (Weber, 1978, p. 1006). Já no sistema patriarcal, a autoridade é garantida pela sujeição pessoal.

A análise de Holanda, adverte Faoro, estaria mais próxima do conceito de patriarcado do que de patrimonialismo, porque o que o primeiro produz na esfera política é a noção de que o quadro administrativo é um prolongamento da família. Nesse ponto, Faoro lembra que essa é a mesma análise elaborada por Oliveira Vianna quando este último cunhou o conceito de clã patriarcal em *Populações Meridionais no Brasil*, obra também amplamente usada por Gilberto Freyre em *Casa-Grande e Senzala*. Tudo o que se avança com esta visão da dominação patriarcal no contexto doméstico, critica Faoro, é a perspectiva política de um mandonismo, de um sultanismo, ou de uma oligarquia cujo poder não pode ser limitado. Já o liberalismo, observa o mesmo autor, se expressa constitucionalmente, enquanto no patrimonialismo estamental a oposição ao poder central só é possível porque os corpos intermediários entre governantes e governados lhe fazem resistência, ainda que por meios não constitucionais, podendo, ainda, se desenvolver um sistema de justiça, ainda que incipiente. Resta, no entanto, desenvolver a noção desse sistema normativo incipiente, uma vez que a impunidade por ocasião da violência doméstica é de fácil constatação na sociedade brasileira.

Uma crítica parecida com essa é expressa por Florestan Fernandes quando aponta que aqueles mesmos autores não situam a dominação patriarcal em um contexto sócio-histórico mais amplo, por um processo de redução do macro ao micro, ponto ao qual retornarei mais adiante. Aponto, neste momento, apenas, que Faoro também contrapõe sua tese sobre o patrimonialismo com a da emergência da sociedade de classes pelo advento do capitalismo, adotada por alguns autores marxistas. Exemplo desta perspectiva se apresentaria pelas teses de Caio Prado Jr. que enfatizam no processo de colonização portuguesa a presença de um capitalismo mercantil, originando a burguesia na sociedade de classes. Faoro, no entanto, observa como Caio Prado Jr. aos poucos vai se rendendo à evidência de que o capitalismo brasileiro possui características peculiares, consistindo, muito mais em uma forma de capitalismo político. Neste, as empresas capitalistas são dependentes do setor público, em contraste com um capitalismo destacado do Estado, o que ocorre na situação clássica. O autor ressalta, com esta observação, que no patrimonialismo o poder público comanda o aparato burocrático, as forças militares e a economia.

A sociedade civil é tutelada pelo Estado. Os elementos que compreendem o setor privado (família e economia) são comandados pelo setor público, reafirma Faoro, ao contrário das teses de Freyre, Holanda ou Vianna, em que são as instituições privadas as que comandam o setor público. Embora as duas visões enunciem a perspectiva de que o público e o privado se imiscuam, as teses são discordantes quanto ao elemento dominante na relação entre os dois setores. O contraste entre estas teses é retomado recentemente por Ângela Alonso (1996). Ela observa que, para Faoro, durante o processo de colonização (ao qual acrescentamos que até mesmo antes deste processo, e, acentuadamente, depois da vinda da coroa para o Brasil), um estamento teria se apropriado do Estado, provocando o seu crescimento descomunal, o que teria vitimado o país, quando uma parte desta sociedade passa a dominá-la com o predomínio do público sobre o privado.

Ângela Alonso (1996) também destaca que o raciocínio de Sérgio Buarque de Holanda é o inverso daquele efetuado por Faoro. O patriarcalismo aparece como herança rural e o Estado patrimonial paulatinamente se edifica aprisionado nas teias familiares, isto é, o público permanece prisioneiro do âmbito privado.

A meu ver, tanto Holanda quanto Faoro efetuam leituras adequadas de Weber, não existindo, portanto, uma versão mais correta do que a outra. Quando ambos procuram aplicar as teses weberianas ao Brasil, cada qual destaca elementos particulares de sua vasta obra. Naturalmente nenhuma teoria incorpora a totalidade do contexto social que o analista deseja explicar. Há sempre dimensões que escapam à visão teórica, particularmente quando se trata de tipos ideais. Este é o lado profícuo da aventura científica, deparar-se com o que não se encaixa nas interpretações dominantes, fazendo a Sociologia avançar. Faoro, por exemplo, ao observar que o estamento burocrático se apropria do Estado, não elabora a teia de vínculos particularistas que reúnem soberano e funcionários estamentais, uma perspectiva amplamente desenvolvida por Weber. Isto porque, sendo o patrimonialismo baseado em privilégios, as alianças familiares que se constituem por meio de casamentos e uniões, fazem parte do processo político de manutenção desses benefícios (Adams, 1994).

O patrimonialismo é uma transformação do patriarcado pelo processo de diferenciação, que se constrói a partir das relações de dependência entre o senhor e seus familiares, ou entre o soberano e os funcionários burocrático-estamentais. Isto ocorre em contraste com o feudalismo, que se organiza a partir de uma associação entre iguais. O patrimonialismo se caracteriza pela subordinação dos funcionários despossuídos ao senhor. A relação é semelhante à de escravidão, também assemelhada por Weber à devoção familiar. Foi a associação entre patrimonialismo e escravidão que levou Buarque de Holanda a aplicar o conceito com relação ao Brasil e a destacar a abolição da escravatura como um dos principais fatores explicativos do processo de mudança na sociedade brasileira. O autor também enumera que o ingresso em uma nova ordem urbana dilui a formação rural que lhe antecede. Holanda adota assim a postura de que o processo de diferenciação segundo o eixo urbano/rural explica a transformação do patriarcado. Porém, cabe apontar nesse ponto que Faoro usa as passagens patriarcado/patrimonialismo/capitalismo do Estado dentro de uma perspectiva histórico-evolucionista, esquecendo-se de que o conceito de patriarcado é empregado por Weber para analisar diferentes sociedades em distintos momentos históricos. Este é o caso, por exemplo, de sua análise sobre as relações patriarcais a leste de Elba, na Alemanha, referindo-se às condições locais

para a mudança do sistema capitalista. A análise de Weber evoca em muitos momentos as acepções de Oliveira Vianna, Freyre e Holanda, quando o autor observa a presença de relações comunais nas ações econômicas tradicionais, orientadas pelos senhores de terra para a manutenção de sua posição social. Estas ações, portanto, não estão primordialmente voltadas para a acumulação capitalista. O interesse, contudo, paulatinamente se sobrepõe à comunidade, e o rompimento da estabilidade nas relações sociais acaba provocando a miséria e a migração. Isto é possível enunciar no contexto de sua obra, porque o conceito de patriarcado não se encontra no mesmo nível que os demais, como os de feudalismo ou patrimonialismo. Por outro lado, a constituição do Estado ou do sistema capitalista não representa a derrocada da família. As teses weberianas não advogam esta situação e sim o estabelecimento paulatino de normas, regulamentos e relações que se apresentam no espaço societário de forma distinta das que predominam no contexto familiar.

Como na visão weberiana o sistema jurídico vai se destacando e diferenciando do arbítrio do pai-de-família, resta uma questão não discutida por Faoro. Com a nova ordem patrimonial, como o conjunto de normas jurídicas repercute no interior do espaço doméstico, quem julga os conflitos: o pai ou o juiz patrimonialmente designado? Como se dá a interação entre esses corpos intermediários de poder e a família? Que tipos de casos jurídicos emergem? Como são avaliados e implementados? Pela análise de Faoro, uma vez que o patrimonialismo se estabelece parece que não apenas a sociedade civil se lhe atrela, mas a sociedade dele, também, fica cativa. Pela equação sociedade civil/sociedade, esta última deixa de ser objeto de interesse analítico e as formas de organização da vida social desaparecem, obscurecidas pelo único interesse analítico no âmbito do Estado. O problema teórico refere-se a como essa dependência do contexto doméstico do Estado afeta o grau de arbítrio do chefe-do-domicílio, até então preponderante na família. Como as regras codificadas a partir da tradição se impõem na vida cotidiana, regulando, por exemplo, a violência doméstica. Sabe-se que no patriarcado, o pai-de-família detém prerrogativas de vida e morte sobre os familiares. Como fica esse poder ante o patrimonialismo? Como o poder público patrimonial, enunciando uma questão exemplar, se debruça sobre a escravidão?

Um segundo ponto refere-se ao fato de que a relação entre família e Estado faz parte da teoria sobre a democracia liberal. No caso brasileiro, a teoria do patriarcado tem servido para a análise das relações de dominação que antecederam a emergência do sistema capitalista. Como relação de poder, teóricos do liberalismo desenvolvem esta perspectiva para discutir formas alternativas de resolução de conflitos e de desenvolvimento do processo decisório na relação entre Estado e Sociedade Civil. A família patriarcal e o modelo de relações políticas derivado da família estão no cerne dessa questão. Ao poder absoluto do rei, argumentam os adversários do patriarcado que todo sujeito adulto não mais necessita ser governado por uma autoridade que se assemelha à do pai de família. Se mesmo nas sociedades que separam o contexto privado do sistema de governo, e o primeiro se sobrepõe ao último, discute-se a noção das relações arbitrárias, como se dá, no contexto privado, a relação entre família e burocracia estatal quando o governo prepondera sobre o privado e o sistema jurídico não está constitucionalmente instituído?

Para Faoro parece que o contraste entre a família como instituição privada e o poder estatal exercido pelo soberano apenas se coloca a partir da transformação do feudalismo em capitalismo. Porém, se o patriarcado é o princípio sob o qual o patrimonialismo se forma, é necessário incluir na análise a relação do patrimonialismo com a família, a não ser que a centralização governamental seja de tal forma idealizada que nada existe fora do domínio público. Nesse caso, as instituições externas ao governo centralizador deixam de ser objeto de interesse analítico e desaparecem.

Uma Outra Leitura sobre Patriarcado e Estado Patrimonial: Florestan Fernandes e a Escola Paulista

Florestan Fernandes adota um modelo interpretativo assentado em duas tradições analíticas quando estuda os processos de transformação da sociedade patriarcal no Brasil, elaborando uma fusão dos enfoques marxista e weberiano, o que lhe valeria a caracterização por Barbara Freitag de adepto da teoria crítica, a exemplo dos protagonistas da escola de Frankfurt. Assim, Fernandes discute a colonização portuguesa no contexto do desenvolvimento de um complexo Estado

Patrimonial. A dominação se exerce no Brasil mediante as concessões de sesmarias, o que se traduziria nas doações efetuadas pela coroa a um estamento administrativo. Isto representa a concentração da propriedade ou posse da terra nas mãos de alguns, e a exclusão da massa da população que não tinha acesso aos postos burocráticos.

A escravidão representa o esteio dessa sociedade, pois ela é a semente da acumulação capitalista. A sociedade senhorial não se perpetua nem sufoca as atividades privadas, pois o excedente econômico é extraído pela coroa, permanecendo, assim, com a parte do leão.

Florestan Fernandes concorda com a tese de Faoro segundo a qual Vianna, Freyre e Holanda vêem o setor doméstico como dominante, porém, em lugar de atribuir-lhes uma concepção de feudalismo, mais claramente enunciada por Vianna, aponta que as análises elaboradas por aqueles autores da organização patriarcal da sociedade carecem de um contexto sócio-histórico. Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso, Otávio Ianni e Heleieth Saffiotti, traçam, então, um eixo de interpretação da sociedade brasileira com grande impacto, tomando a sociedade escravista do tempo do Império, como ponto de partida histórico, classificando-a simultaneamente como escravocrata e senhorial. Eles não cometem o mesmo equívoco de Faoro que consiste em considerar a sociedade civil como estando a reboque do Estado, embora advirtam que isto até ocorre para uma das parcelas da burguesia nascente que se diferencia da camada senhorial. Por outro lado, eles observam que o Estamento burocrático no estado Patrimonial possui uma relação distinta da escravidão clássica para com a coroa. Algumas das funções estamentais são efetuadas pela escravidão que se superpõe, na visão de Fernandes, à sociedade senhorial. A escravidão é distinta da que serviu de base para que Weber analisasse as suas bases jurídicas. Os escravos não são um botim de guerra, mas constituem uma mercadoria. Portanto, ao Estado Patrimonial se sobrepõe a sociedade de classes.

Florestan utiliza, então, três conceitos de estratificação: classe, estamento e casta, pois os negros na sociedade brasileira, para o autor, constituem uma casta. Os escravos, segundo Fernandes, não são uma classe, mas os agentes sociais responsáveis pela produção e acumulação primitivas, sob o capitalismo mercantil. Por outro lado, eles assumem funções que deveriam ser exercidas pela esfera

estamental, sob o Estado Patrimonial. Os escravos, todavia, são alienados do sistema de benefícios patrimoniais, como seriam subseqüentemente marginalizados pela ordem competitiva da sociedade de classes. Florestan utiliza aqui o conceito weberiano de casta, transplantando-o culturalmente, para indicar a condição dos negros, diferenciando-a do estamento ou da classe. Saffioti adota esse mesmo conceito, não sem uma certa desconfiança, pois a autora aponta que o processo de miscigenação racial indica a existência de um intercuro social entre brancos e negros, o que seria interditado numa sociedade de castas. A miscigenação consiste em uma possibilidade de ascensão social, afirma Saffioti seguindo os passos de Antônio Cândido, na medida em que o arbítrio da camada senhorial o viabilize, indiferenciando filhos e filhas legítimos dos ilegítimos. Essa capacidade de arbítrio nas relações de poder é objeto do interesse de Fernando Henrique Cardoso que retrata a violência no sistema de mando do Rio Grande do Sul (Cardoso, 1962, p.83-84; 102-119). O arbítrio ocorre pelo processo de regressão do patrimonialismo estatal ao patrimonialismo patriarcal. Cardoso observa que os cargos são distribuídos como prebendas típicas, porém como os direitos e deveres dos cargos numa sociedade em formação ainda não tinham sido estabelecidos, preponderam os costumes patriarcais sem os limites estipulados pela tradição. Isto porque, questiona Cardoso, como é possível falar-se em tradição em um país novo como o Brasil? Portanto, em lugar de regras codificadas na punição de crimes, no âmbito jurídico, predomina a impunidade. Heleith Saffioti endossa a visão de Cardoso ao observar que a vastidão da colônia e as dificuldades de comunicação dificultam a fiscalização dos funcionários patrimoniais que esbarram na existência de uma dominação patriarcal de origem local. A partir do século XIX, indica Saffioti, estaria consolidado o poder dos chefes de parentela, levando o Estado patrimonial a se assentar muito mais num tipo de patrimonialismo patriarcal do que em um patrimonialismo estamental. Essa forma de organização de poder, em visão totalmente oposta à de Faoro, se apresenta com alto grau de compatibilidade com o desenvolvimento do capitalismo, uma vez que a exploração lucrativa da propriedade territorial levaria a um processo de acumulação que se tornaria incompatível com a estrutura da sociedade colonial de caráter estamental. Florestan todavia aponta que as várias burguesias que se formam em torno da plantação e das cidades já nascem débeis. Em

lugar de forjarem instituições próprias, elas procuram exercer pressão e influência sobre o Estado, formando o que o autor denomina de consolidação conservadora. Esta é o resultado da moldagem da mentalidade burguesa pelas oligarquias tradicionais. Dessa forma, as velhas estruturas se vêem restauradas.

Saffioti ao desenvolver o tema do patrimonialismo patriarcal, toma dois eixos de análise: (1) a situação das mulheres brancas e das negras, no sistema senhorial, bem como a transformação que ocorre em sua posição decorrente da abolição da escravatura; (2) o processo de diferenciação, segundo os eixos: urbano/industrial e nordeste/sul, quando aquela autora atenta para o lugar que o sistema de educação nele detém. A reclusão doméstica se abranda com o ambiente das cidades, embora as mulheres brancas fiquem à margem do movimento abolicionista. No meio rural, persistem os códigos de comportamento da sociedade patriarcal com a reclusão das mulheres no âmbito doméstico. Porém, entre a desorganização da família estendida e o predomínio da família nuclear encontra-se ampla gama de experiências. A prepotência do pai-de-família vai dando lugar à função econômica de provedor. Saffioti mais recentemente aponta para um grande conjunto de contribuições na literatura feminista internacional que retoma a relação entre capitalismo e patriarcado, quando reafirma sua visão, tal como a defendida por Florestan Fernandes, que existe uma simbiose entre patriarcado, racismo e capitalismo (Saffioti, 1992, p. 194-195). A autora advoga a importância de se lidar simultaneamente com as noções de dominação e exploração, na análise da dimensão de gênero nos fenômenos sociais. As questões debatidas na análise de Saffioti, no entanto, remetem-se bem mais à exploração do que à dominação. Várias discussões sobre este ponto foram detalhadas na literatura, dizendo respeito à associação entre a situação doméstica (no casamento ou derivada de emprego neste âmbito) e a de exército industrial de reserva. Em lugar de situar as mulheres casadas como uma reserva para o sistema capitalista, caberia observar como no espaço doméstico, pela dominação patriarcal, as mulheres prestam serviços aos homens, pois o ingresso em atividades capitalistas não elimina o trabalho doméstico. Os dois âmbitos, portanto, se condicionam. Outras discussões do trabalho de Saffioti, bastante revistas na literatura, dizem respeito ao impacto das crises econômicas na condição de trabalho das mulheres e à marginalização das mulheres pela introdução de tecnologias

avançadas no processo de desenvolvimento socioeconômico, questões às quais não retornarei, restringindo-me à discussão do patriarcado. Embora Saffioti reafirme a importância do processo de urbanização na diluição do patriarcado, sua análise apresenta uma grande novidade. A industrialização que emerge com a ordem capitalista resulta no aumento das disparidades sociais entre homens e mulheres. Maria Valéria Junho Pena aponta que Saffioti neste caso sofre a influência de Engels. Quando a propriedade privada se sobrepõe, a monogamia e o direito paterno também passam a predominar, aumentando as disparidades sociais entre homens e mulheres.

Castro e Lavinias (1992, p.236-238) colocam o conceito de patriarcado como paradigmático nos estudos sobre mulheres e trabalho, porém não indicam outras contribuições brasileiras além das efetuadas por Saffioti. Em textos mais recentes, esta última autora passa a apontar a importância da dimensão de gênero como nova proposta teórica para os estudos de mulheres e, em seu trabalho sobre violência contra as mulheres, a autora nesse particular estudo não faz referência à matriz do patriarcado, embora seja essa uma das perspectivas que constituem palco das discussões feministas sobre a questão da violência (Walby, 1990). Recentemente, todavia, Saffioti retorna ao tema. A escola de Florestan Fernandes, na qual incluímos Heleieth Saffioti, faz uso de uma combinação da teoria do patriarcado com a de classes sociais. A fusão dessas duas vertentes analíticas, no entanto, é revista pela literatura feminista internacional. Quando o patriarcado é compreendido como uma dimensão do sistema capitalista, diz-se que o enfoque é dual. Saffioti, da mesma forma que Fernandes, situa o patriarcado como um antecedente do capitalismo, procurando efetuar um enfoque histórico e assim evitar o dualismo. Fernandes, no entanto, aponta para o caráter dúbio do desenrolar histórico do processo brasileiro, quando a burguesia nacional apresenta um desenvolvimento limitado pelo capitalismo global, agindo freqüentemente como estamento e não como classe. O conceito de patriarcado tem sido usado na literatura feminista internacional para significar as relações de poder entre homens e mulheres. As mulheres são subordinadas aos homens no sistema patriarcal. A combinação com a teoria marxista ocorre para construir uma base material para essas relações de poder. Nesse ponto, Hartmann (1981, p.1-42) fala da parceria entre o sistema capitalista e o patriarcado, observando, no entanto, que a incorporação

das relações de dominação patriarcais no sistema capitalista tem resultado em um casamento infeliz entre feminismo e marxismo, pois as relações econômicas sempre constituem o fator principal de explicação. O objetivo da autora, contudo, é o de explicar as diferenças salariais entre homens e mulheres, observando que os salários masculinos são maiores do que os femininos porque incorporam a subsistência familiar, isto é, a manutenção dos filhos, inclusive a das esposas. Já dos salários femininos são subtraídos esses recursos. Capitalistas-patriarcas adotam essa norma estabelecendo um sistema diferencial de remuneração do trabalho para homens e mulheres. Este sistema de dominação garante o exercício das atividades domésticas pelas mulheres. Silvia Walby (1990) também procura explicar tanto as relações domésticas no casamento quanto as de trabalho remunerado na esfera capitalista com o conceito de patriarcado. Para esta, é o sistema capitalista que produz a cisão entre a residência e as atividades remuneradas originando uma nova situação de dependência para as mulheres. Essa nova forma de arranjo social, aponta Walby (1990), propicia o surgimento de uma também nova modalidade de patriarcado.

Porém, a tese da criação do patriarcado pelo sistema capitalista é uma visão que torna obscura as análises desenvolvidas no Brasil sobre a emergência de um patriarcalismo agrário e escravista. As formas de dominação patriarcal, no entanto, se alteram no decorrer da história aponta Walby (1990). Cabe portanto analisar como o patriarcado agrário e escravista se transforma, resultando em novas formas de dominação patriarcal ante a presença de um capitalismo privado, em sua forma econômica clássica, sob a dominância estatal. Em qualquer dessas modalidades, ocorre um processo de diferenciação que hipoteticamente resulta na criação de um estamento que se interporia entre a autoridade do mandatário e a posição dos demais membros da sociedade. Observe-se, outrossim, que a proposição de que o capitalismo gera uma nova forma de patriarcado não deve ser contrastada apenas com a produção brasileira sobre o tema, analisada mais acima, e que prevê a erosão do patriarcado com o desenvolvimento urbano-industrial, ou com a emergência de um estamento burocrático, mas também com a própria perspectiva de Max Weber, uma vez que este último observou que um dos efeitos dos processos de racionalização e burocratização, característicos do sistema capitalista, é o da corrosão do patriarcado. A análise desenvolvida pela teoria feminista, portanto,

entra em conflito com esta visão, pois os laços de dependência na esfera doméstica se acentuam com o desenvolvimento do capitalismo e/ou do Estado e da burocracia estamental.

O duplo enfoque analítico do público e do privado, do âmbito doméstico e do trabalho remunerado, pode explicar como o desenvolvimento da racionalidade societária no contexto do Estado ou das relações de trabalho capitalistas não resulta na superação do patriarcado. Formas particularistas continuam a rebaixar os salários femininos, a incluir as mulheres em um número restrito de ocupações e a negar-lhes acesso a funções de poder, apesar de importantes mudanças culturais. Talvez por isto, algumas autoras como Elizabeth Souza-Lobo apresentem objeções ao conceito de patriarcado. Ela cita a problematização efetuada por Sheyla Rowbotham que rejeita o conceito de patriarcado como estrutura universal e historicamente invariante das relações entre homens e mulheres. Ações políticas não poderiam mudar essa estrutura. Além disso, para o pensamento social brasileiro, o patriarcado está associado a condições de vida pré-capitalistas. Souza-Lobo defende, então, o uso do conceito de gênero como uma categoria analítica, propondo que este deva ser empregado em lugar de patriarcado, na medida em que o novo conceito comporta a variabilidade histórica das relações entre homens e mulheres. Embora essas relações possam ser hierárquicas, em um dado momento histórico, elas também podem tornar-se igualitárias. Teresita de Barbieri também segue essa mesma pauta analítica, recusando o conceito de patriarcado em favor do conceito de gênero. A opção pelo conceito de gênero, todavia, pode levar à perda do contexto histórico, restringindo-se a uma atenção exclusiva para com a dimensão microsociológica. Na retomada recente do conceito de patriarcado na literatura internacional, postula-se que é perfeitamente possível empregar os dois conceitos, de gênero e de patriarcado, observando-se, quanto ao primeiro, que ele possui conotações que não estão presentes no último. Quanto ao patriarcado e o seu lugar na história, observa-se que a diferentes momentos históricos corresponderiam distintas formas de organização patriarcal, sendo este um fenômeno variável. A tarefa acadêmica reside exatamente em analisar essa variabilidade histórica (Walby, 1990).

Já Carole Pateman (1988) tem uma visão bem distinta dessa. Ela rejeita gênero em favor de patriarcado, observando que este último conceito está muito mais ancorado na tradição das ciências humanas.

A autora busca, então, examinar em que momento de sua construção teórica, a discussão do patriarcado não se adequa à análise das condições de vida das mulheres. Revendo autores como Locke e Maine, Pateman observa que o patriarcalismo, na teoria política clássica, se opõe ao contratualismo (Maine, 1970). Qual a consequência, pergunta a autora, de analisar as relações conjugais como um contrato sexual? Mesmo que preponderem relações contratuais, na vida social, observa a autora, há situações arbitrárias nas relações conjugais que permanecem acima das elaborações jurídicas, uma vez que estas foram separadas pelo código liberal como pertinentes ao âmbito privado. As mudanças na organização do Estado não representam uma transformação automática do sistema jurídico ou dos códigos culturais que regem as relações entre homens e mulheres. Além disso, quando se estabelece um contrato entre membros de uma sociedade que detinham anteriormente posições de desigualdade, a relação assimétrica não é atenuada pelo pacto que as partes constituem entre si. A predominância de relações contratuais, portanto, é insuficiente para fazer cessar o patriarcado. A autora confirma as previsões estabelecidas por Zillah Eisenstein (1981) que anunciara um futuro radical para as feministas liberais quando estas se deparassem com os limites do liberalismo político para modificar o sistema de dominação patriarcal. Sylvia Walby (1992) propõe, então, analisar o desenvolvimento de duas formas de patriarcado: uma privada, baseada nos grupos domésticos, no âmbito do domicílio, e uma pública, correspondente à emergência do Estado. A autora propõe que o patriarcado público se endereça a várias dimensões além das diferenças no trabalho remunerado, incluindo-se a sexualidade, a violência e o Estado.

Walby (1990, p.19) endossa uma visão de Carole Pateman (1988) sobre as análises clássicas do patriarcado, observando que essa literatura tem estado mais voltada para o estudo da relação entre homens de gerações diferentes do que da relação entre homens e mulheres. Ela estende esta observação para a teoria weberiana, o que considero inadequado. Demonstrei acima que em suas tipificações do patriarcado Weber discute explicitamente a situação das mulheres. Pela pesquisa com autores clássicos do pensamento social brasileiro empreendida acima essa crítica também não é pertinente.

Uma importante contribuição para a análise do patriarcado a partir do contexto brasileiro é oferecida por Jeni Vaitsman (1994). A autora

examina criticamente o sistema de classificação das famílias que as diferencia entre patriarcal ou extensa e nuclear ou burguesa, apontando que a família burguesa, de fato, é uma família patriarcal. Com a separação entre casa e trabalho, inaugura-se a divisão do sexual e do trabalho, com especialização das funções de provisão da casa e de cuidados com os filhos. O processo de modernização brasileiro, portanto, inaugura uma nova modalidade de patriarcado. A concepção de uma família patriarcal burguesa, portanto, permite explicar porque o desenvolvimento capitalista e a industrialização geram iniquidades de gênero. Transformações sociais em ampla escala, incluindo-se nestas o processo de urbanização, têm sido apontadas como responsáveis pela criação de novos conceitos de intimidade e de esfera doméstica. Todavia, a divisão sexual também é recurso de sustentação de hierarquia no contexto privado. Desde a abolição da escravatura, boa parte da população negra migrou para as cidades, numa situação caracterizada por grande desequilíbrio entre os sexos, baixa taxa de nupcialidade e alta taxa de nascimentos ilegítimos, alta proporção de solteiros e baixo número de famílias com casamento regularizado, quando a união consensual sem legitimação jurídica consiste em um padrão de comportamento comum. Ao lado de famílias nucleares regularmente constituídas, encontra-se grande proporção de domicílios com uniões consensuais, isto é, com relações conjugais não contratuais. Chegamos, portanto a uma nova concepção de patriarcado para a análise da sociedade brasileira.

Elizabeth Dória Bilac levanta a questão da família patriarcal e do concubinato remetendo a uma discussão que se iniciara com Antônio Cândido, tendo continuado com as análises de Florestan Fernandes e de Heleieth Saffioti, sobre a predominância de relações legítimas sancionadas pelo casamento para uma parcela da sociedade e de relações ilegítimas para outra camada social. A autora (Dória Bilac, 1996) examina a situação das uniões consensuais, observando a crescente procura da justiça comum, em casos de separação, principalmente quando estas ocorrem no bojo de uniões consensuais. O direito, afirma a autora, vem se tornando mais difícil de ser burlado, a tal ponto que os homens nunca foram tão responsáveis pela sua reprodução biológica. Com o avanço da Ciência e com as possibilidades de atribuição de paternidade que dantes não existiam, criam-se novas concepções sobre a relação entre público e privado, em conjunto com

outros temas, colocando outros desafios para o sistema jurídico e deixando antever novas possibilidades de alteração e mudança dos sistemas patriarcais.

O retorno à literatura clássica possibilitou, à luz da literatura feminista, observar a construção do conceito de patriarcado pelo pensamento social brasileiro e as modificações que nele vem sendo introduzidas em suas conotações. No texto, pesquisamos o significado do conceito de patriarcado no pensamento social brasileiro, suas conotações e discussões em torno do tema. Observamos como o sistema de dominação é concebido de forma ampla e que este incorpora as dimensões da sexualidade, da reprodução e da relação entre homens e mulheres no contexto de um sistema escravista. Observamos que uma atenção orientada exclusivamente para o âmbito da economia ou do sistema político perde de vista as relações hierárquicas no contexto doméstico. Se mesmo nas sociedades onde o público se destaca do privado as relações de gênero continuam patriarcais, no âmbito das sociedades patrimoniais a intimidade entre público e privado não resultou em uma maior participação política ou econômica das mulheres nessa esfera pela própria origem patriarcal do estamento burocrático no contexto de um patrimonialismo patriarcal. As assimetrias de poder nas relações entre homens e mulheres com o desenvolvimento da Ciência e do Sistema Jurídico podem ser transformadas historicamente, mas a análise do patriarcalismo no Brasil e em outros contextos pode documentar os obstáculos e avanços no desenvolvimento da sociedade.

Abstract. In this text we search the meaning of the patriarchy concept in the Brazilian Social Thought. We observe how the dominance system is conceived in a wide form that incorporates the dimensions of sexuality, of reproduction and of the relationship between men and women in the context of a slavery system. We sustain that, if even in the societies where the public differs from the private, the gender relations remain patriarchal, in the scope of the patrimonial societies the involvement between public and private did not result in a larger political or economic participation of the women in this sphere for the own patriarchal origin of the bureaucracy in the context of a patriarchal patrimonialism.

Resumé. L'article examine le concept de patriarcat dans la pensée social brésilienne. On observe qui le système de domination incorpore les dimensions de la sexualité e des relations entre les genres dans le contexte de l'esclavage. On defend qui dans les sociétés patriominalistes la indifférenciation entre les ordres publique e privées ne conduit pas a une plus grande participation politique ou économique des femmes.

Referências Bibliográficas

- ADAMS, Julia (1994). "The familial state; elite family practices and state-making in the early modern Netherlands". *Theory and Society*, 23/24, August.
- AGARWALA, Bina (org.) (1988). *Structures of patriarchy: the state, the community and the household*. New Delhi: Indian Association for Women's Studies.
- AGUIAR, Neuma (org.) (1984). *A mulher na força de trabalho na América Latina*. Rio de Janeiro: Vozes.
- AZEVEDO, Fernando de (1949). *Canaviais e engenhos na vida política do Brasil*. São Paulo: Edições Melhoramentos.
- BUTLER, Melissa A (1978). "Early liberal roots of feminism: John Locke and the attack on patriarchy". *American Political Science Review*, n.º 72.
- COWARD, Rosalind (1983). *Patriarchal precedents: sexuality and social relations*. Londres: Routledge and Kegan Paul.

- CROMPTON, Rosemary (1993). *Class and stratification: an introduction to current debates*. Cambridge: Polity Press.
- CROMPTON, Rosemary, MANN, Michael (eds.) (1994). *Gender and stratification*. Cambridge: The Polity Press.
- DORIA BILAC, Elizabeth (1996). “Mãe certa, pai incerto: da construção social à normatização jurídica da paternidade e da filiação”. Trabalho apresentado ao XX Encontro Anual da ANPOCS, 96GTO821.DOC.
- DUARTE, Nestor (1966). *A ordem privada e a organização política nacional*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- EISENSTEIN, Zillah (1979). *Capitalist patriarchy and the case for socialist feminism*. New York: Monthly Review Press.
- _____ (1981). *The radical future of liberal feminism*. New York: Longman.
- FAORO, Raimundo (1958). *Os donos do poder*. Porto Alegre: Globo.
- _____ (1993). “A aventura liberal numa ordem patrimonialista. Dossiê liberalismo, neoliberalismo”. *Revista da USP*, n.º 17, março-maio.
- HARTMANN, Heidi (1981). “The unhappy marriage of marxism and feminism: towards a more progressive union”. *Women and Revolution: A Discussion of the Unhappy Marriage of Marxism and Feminism*, Lydia Sargent (ed.) p. 1-41.
- LAND, H. (1980). “The Family Wage”. *Feminist Review*, n.º 6, p. 55-77.
- LOCKE, John (1967). *Two treatises of government*. Organizada por P. Laslett. Cambridge: Cambridge University Press.
- MAINE, Henry Summer (1970). *Ancient law*. Gloucester, Mass.: Peter Smith.
- PATEMAN, Carole (1988). *The sexual contract*. Stanford, California: Stanford University Press.
- _____ (1989). *The disorder of women: democracy, feminism and political theory*. Stanford, California: Stanford University Press.
- SAVAGE, Mike e WITZ, Ann.(orgs). *Gender and bureaucracy*. Oxford: Blackwell Publishers

- SHANLEY, Lindon e PATEMAN, Carole (1989). *Feminist interpretations and political theory*. The Pennsylvania State University Press.
- VAITSMAN, Jeni (1994). *Flexíveis e plurais: identidade, casamento e família em circunstâncias pós-modernas*. Rio de Janeiro: Rocco.
- VIANNA, Oliveira (1938). *Populações meridionais do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- _____ (1955). *Instituições políticas brasileiras*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora.
- WALBY, Silvia (1990). *Theorizing patriarchy*. Oxford: Brasil Blackwell.
- WEBER, Max (1947). *The theory of social and economic organization*. Organizada por T. Parsons. Glencoe-III: The Free Press e The Falcon Wing Press.
- _____ (1964). *Sociology of religion*. Boston: Beacon Press.
- _____ (1978). *Economy and society*. Organizada por Guenther Roth e Claus Wittich. Berkeley: The University of California Press, 2 vols.
- _____ (1961). *General economic history*. New York: Collier Books.
- WITZ, Ann (1992). *Professions and patriarchy*. Londres e New York: Routledge.

A RECEPÇÃO DO PENSAMENTO DE ROGER BASTIDE NO BRASIL¹

Maria Lúcia de Santana Braga

Resumo. O artigo trata da recepção do pensamento de Roger Bastide no Brasil durante quase duas décadas, de 1938 a 1954. Bastide, como professor, pesquisador e pensador, estabeleceu relações diversas com seus contemporâneos e alunos. Aqui, com objetivo de compreender o impacto e a importância das idéias bastidianas no País, analisaremos as relações estruturadas com quatro ex-alunos e cientistas sociais brasileiros: Antônio Cândido, Florestan Fernandes, Gilda de Mello e Souza e Maria Isaura Pereira de Queiroz.

Palavras-chave: Roger Bastide, pensamento social, Antônio Cândido, Florestan Fernandes, Gilda de Mello e Souza e Maria Isaura Pereira de Queiroz.

Introdução

A análise da repercussão e da recepção do pensamento de Roger Bastide no Brasil, principalmente na primeira geração de cientistas sociais brasileiros, consiste em aspecto ainda pouco explorado na história das ciências sociais no País. Nesse artigo, pretendemos abordar

Maria Lúcia de Santana Braga é socióloga e mestre em Sociologia, doutoranda no Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade de Brasília (UnB), pesquisadora do Núcleo de Políticas Científicas e Tecnológicas (NPCT), da UnB. Desenvolve estudos na área de meio ambiente, sociologia da cultura e pensamento social no Brasil. Organizou com Laura Maria Goulart Duarte o livro *Tristes Cerrados: sociedade e biodiversidade*, publicado pela Editora Paralelo 15 em 1998.

esse percurso por meio do estudo da relação estabelecida entre Bastide e quatro de seus ex-alunos.

Assim como os outros professores franceses que vieram para o Brasil na década de 30, Bastide contribuiu de forma efetiva para a estruturação do ensino universitário nos moldes existentes na Europa. O papel desempenhado por Bastide nesse processo foi marcante no ensino e na pesquisa. Durante a “Semana Roger Bastide” ocorrida em 1976², Oracy Nogueira (1978) lembrou que, até aquele momento, não havia sido feito um estudo sistemático do conjunto da obra de Roger Bastide, a qual foi produzida durante mais de cinco décadas, abarcando desde os anos 20 até os anos 70. Acreditamos que essa lacuna já foi preenchida em grande parte pelas várias análises de Maria Isaura Pereira de Queiroz (1977, 1978, 1983, 1989 e 1993), pelos trabalhos de Charles Beylier (1977), Claude Ravelet (1978), Denise Dauty (1985), Maria Lúcia de Santana Braga (1994) e Fernanda Peixoto (2000).

Nogueira também apontou a necessidade de identificar a recepção de Roger Bastide em seus discípulos diretos e indiretos. Como discípulos diretos figuram, segundo ele, os seus ex-alunos, e como discípulos indiretos estão os que não foram seus alunos mas que tiveram algum tipo de contato e sofreram a influência das idéias bastidianas. Nogueira admite que a longa convivência entre professores de tradições diversas, em especial a européia e a norte-americana, possibilitou uma formação diferenciada aos cientistas sociais brasileiros. Em que medida esses cientistas se tornaram herdeiros das tradições representadas pelos pensadores brasileiros e dos novos professores lotados na USP? Qual foi o papel desempenhado por Roger Bastide na formação dos novos cientistas sociais?

Bastide permaneceu longo período no Brasil, onde cumpriu uma trajetória intelectual em muitos aspectos distinta da dos demais professores, pois já era um pensador maduro quando chegou aqui e publicou em português boa parte da sua produção intelectual elaborada no País. O que interessa mostrar nesse artigo é que Roger Bastide cumpriu um papel primordial na formação dos novos cientistas sociais brasileiros, cujo enfoque primou pelo pluralismo e destinou-se a formar “homens de cultura”, segundo explicita Mariza Peirano (1992).

Esse espírito pluralista, já predominante na USP nas décadas de 30 e 40, acentuou-se nos alunos formados por Bastide e por outros

professores. As primeiras gerações oriundas da USP, que puderam desenvolver seus interesses por diferentes áreas como a literatura, a arte, a política e o folclore, ainda estavam imbuídas do estilo literário presente nos pensadores brasileiros das décadas anteriores, mas já conjugado com o conhecimento de novas teorias e métodos, conforme nos lembra Antônio Cândido: “Eu acho que a minha geração foi a última em que ainda a literatura aparecia como um *must*. Antes, a medicina precisava se apresentar com roupa literária, o direito, também; a sociologia, para se apresentar, tinha que se apresentar como *Os Sertões*.”³

Pluralismo, que em certa medida, permanece nas ciências sociais brasileiras como uma característica positiva, segundo especifica Mariza Peirano:

É justamente porque tal fato se deu que hoje podemos reconhecer que os ensinamentos deixados por Roger Bastide, Emilio Willems e pelos professores franceses de filosofia nas décadas de 30 e 40 não desapareceram. Esta influência permanece conosco até hoje, e a reconhecemos quando presenciamos no nosso dia-a-dia acadêmico questões que se colocam sobre trabalhos de sociólogos, antropólogos, cientistas políticos e historiadores: aqui é o antropólogo ‘que não é bem antropólogo’ – é mais um ‘sociólogo desenvolvimentista’; ali o cientista político faz é história mesmo; lá é o historiador com pendores antropológicos. (Peirano, 1992, p.46)

Esse espírito crítico e plural foi reforçado pelas missões estrangeiras que traziam consigo a tradição durkheimiana, mas já mediada por outras influências teóricas e metodológicas. Bastide e Fernando Azevedo, em artigo sobre o ensino de sociologia em São Paulo, se colocaram contrários às análises geralmente feitas sobre a USP como representante da sociologia durkheimiana e a Escola Livre de Sociologia e Política, da sociologia norte-americana. Para eles, esta era uma avaliação simplista, que escondia a riqueza dos métodos e das teorias sociológicas representadas pelas duas escolas naquele período.⁴

É, assim, que essa primeira geração se voltou para o estudo de temas diversos, nos quais o elo unificador consistia no espírito crítico que os professores, particularmente Bastide, procuravam estimular. Antônio Cândido se deteve na literatura enquanto Florestan Fernandes

se dedicou em seus primeiros estudos à análise do folclore e depois das sociedades indígenas. Gilda de Mello e Souza elaborou importante estudo sobre a estética e a moda, Lourival Gomes Machado fez vários estudos capitais sobre o barroco, Ruy Coelho também se interessou pela literatura e Maria Isaura Pereira de Queiroz pela sociologia religiosa, em especial pelo messianismo, entre outros ex-alunos de Bastide.⁵ Ou seja, temas diversos que refletem a coexistência de influências ainda dos pensadores brasileiros do século passado e dos novos pensadores estrangeiros unidos por uma mesma abordagem de cunho pluralista.

Prendemos aqui ver de que modo essas idéias foram trabalhadas pelos novos cientistas sociais brasileiros, particularmente analisando a importância de Bastide nesse processo. Para isso, procederemos à análise da trajetória de quatro cientistas sociais que melhor exemplificam a recepção do pensamento do sociólogo francês no Brasil: Antônio Cândido, Florestan Fernandes, Gilda de Mello e Souza e Maria Isaura Pereira de Queiroz.

A escolha desses quatro cientistas sociais ocorreu basicamente porque eles representam, em nosso entender, dois tipos principais de relações estabelecidas por Roger Bastide com os seus alunos. O primeiro tipo de relação compreende muito mais uma espécie de colaboração e interlocução permanente presente em especial em Antônio Cândido e Florestan Fernandes. O segundo tipo de relação se define em certa medida pela dicotomia mestre-discípulo encontrada em Gilda de Mello e Souza e Maria Isaura Pereira de Queiroz. Os testemunhos colhidos deixaram evidente essa diferenciação, conforme nos atesta Florestan Fernandes: “Quem era realmente discípulo de Bastide não era o professor Antônio Cândido mas era a professora Gilda de Mello e Souza, esposa dele, especialmente no campo da sociologia estética. E a outra pessoa é a Maria Isaura Pereira de Queiroz no campo religioso e também no folclore e outros assuntos” (Depoimento concedido à autora em 03/05/1994).

Gilda de Mello e Souza, em seu depoimento, também esclarece as diferenças entre a sua trajetória e a de Florestan Fernandes: “Florestan foi mais um colaborador. Eles fizeram vários trabalhos juntos, coisa que eu nunca fiz. Eu não. Eu fui discípula mesmo dele sobretudo no momento que fiz a minha tese” (Depoimento concedido à autora em 26/05/1994).

Essa distinção que aqui queremos deixar clara é um recurso que permite analisar trajetórias tão ricas e diversas como as de Antônio Cândido, Florestan Fernandes, Gilda de Mello e Souza e Maria Isaura Pereira de Queiroz. Deixaremos de lado muitos aspectos relevantes, pois restringiremos nossa análise à influência de Bastide em suas trajetórias intelectuais e acadêmicas. De forma geral, trataremos, nos tópicos a seguir, principalmente da relação estabelecida entre Roger Bastide e esses quatro ex-alunos, procurando esclarecer o papel desempenhado pelo sociólogo francês como pensador, professor e pesquisador. Privilegiaremos, portanto, os momentos iniciais dessa longa relação: os primeiros contatos, os cursos realizados na USP, as pesquisas feitas nesse período, o convívio dentro e fora da universidade, os temas e métodos mais relevantes, a diferença de Bastide em relação aos outros professores franceses e o estilo de ciências sociais praticado, que se delineia a partir desta relação.

Nesse sentido, preferimos adotar a ordem cronológica em nossa análise a partir da chegada de Roger Bastide ao Brasil. Ou seja, conforme foram sendo estabelecidos os contatos: Gilda de Mello e Souza, Antônio Cândido, Florestan Fernandes e Maria Isaura Pereira de Queiroz.

Gilda de Mello e Souza: a visão estética⁶

Gilda de Mello e Souza iniciou o curso de ciências sociais na USP em 1937. Naquele momento, o professor que ocupava a Cadeira de Sociologia I da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP era Claude Lévi-Strauss. Gilda foi aluna do professor Lévi-Strauss por seis meses quando então este rompeu o contrato com a universidade. Em sua substituição veio Roger Bastide que assumiu a Cadeira em 1938. Gilda de Mello e Souza e Antônio Cândido relatam que houve um mal-entendido nesse período e uma certa resistência à vinda de Bastide para ocupar a Cadeira de Sociologia I. Para Antônio Cândido:

Eu sei que houve uma coisa muito desagradável. O Lévi-Strauss era professor aqui. Um certo momento e antes do contrato dele acabar ele foi embora. Não foi recontratado. Ele acusava dois colegas dele de causadores da ida dele: o prof. Paul Arbousse-Bastide e o prof. Roger Bastide. O Bastide não tinha nada com isso. O prof.

Arbousse-Bastide podia ter tido porque eles viviam brigando. Não posso dizer que tenha havido alguma coisa. Roger Bastide veio substituí-lo. Como Roger Bastide veio substituí-lo, Lévi-Strauss ficou cismado que o Roger Bastide tinha... Parece que ele ficou muito contra o Bastide.

Gilda de Mello e Souza complementa sugerindo que essa dificuldade também ocorreu devido à rejeição inicial dos alunos:

Tem uma coisa que talvez tenha facilitado essa opinião. Quando o Roger Bastide chegou, Lévi-Strauss tinha na faculdade um grupo de alunos entusiasmados por ele. Ele era um professor seco, era um professor nada brilhante do ponto de vista francês. Quer dizer, era outro brilho que ele tinha. Mas ele tinha oito ou dez alunos fanáticos por ele. E esses alunos resistiram muito ao Roger Bastide no princípio. Depois não, mas no princípio...

Mais tarde, o próprio Lévi-Strauss reconheceu que Roger Bastide não havia tido qualquer interferência em relação à sua saída da universidade, tendo inclusive escrito a ele para desfazer o mal-entendido, segundo Antônio Cândido.⁷

A resistência inicial ao novo professor logo se desfez como bem coloca Gilda de Mello e Souza devido principalmente à personalidade de Bastide. O perfil traçado é de um professor que tinha um profundo respeito pelos alunos, deixando os seus interesses e capacidades aflorarem. Para Souza:

Então ser aluna de Roger Bastide significa uma coisa muito especial. Eu acho que significa sobretudo você ter a liberdade de encontrar a sua tendência profunda. A minha, por exemplo, naquele momento era muito especial, muito diferente da Maria Isaura. A Maria Isaura era uma aluna de outro tipo, o Antônio Cândido era um aluno de outro tipo e eu era uma aluna de outro tipo. Então, ele tinha essa acuidade extraordinária de respeitar aquilo que a pessoa era, independente de ser discípulo dele.

No caso de Gilda de Mello de Souza, a diferença estabelecida se refere à sua experiência anterior na ficção, elemento que não estava presente nos outros alunos daquele período. Bastide, de imediato, identificou-se com isto devido ao seu próprio interesse pela literatura e também pela sua experiência anterior.⁸

A capacidade e a sensibilidade em perceber e respeitar as especificidades de seus alunos também se refletiram nos cursos realizados na USP. Bastide combinava seu próprio interesse em conhecer de forma profunda o país onde estava com os diversos interesses de seus alunos. Gilda de Mello e Souza reforça esse traço da personalidade do pesquisador e professor Bastide ao lembrar o seu respeito pelos alunos, pessoas e situações que procurava observar e analisar.

Após concluir o curso de ciências sociais em 1939, Gilda de Mello e Souza se tornou assistente de Roger Bastide na Cadeira de Sociologia I. As suas relações se estreitaram nesse período, tendo inclusive Gilda e Antônio Cândido traduzido vários artigos, ensaios e livros de Bastide.⁹ Gilda especifica, que além dos cursos feitos com Bastide, o contato constante com o pensamento do mestre francês, por meio de seus artigos sobre os mais diversos assuntos e também como sua assistente nas aulas, produziram uma influência profunda em sua orientação intelectual que se alargou de forma definitiva no momento da elaboração da tese de doutorado.

Gilda nos revela como foi a relação com Bastide nesse momento:

Quando foi na ocasião de eu fazer a minha tese ele fez comigo provavelmente o que fazia com outros alunos dóceis. Não com Florestan porque era um aluno com uma personalidade muito forte. (...) Ele me deu uma relação muito grande de temas de tese. Ele dava o tema e dizia: isto tem essa qualidade e tem este problema. Que era problema às vezes de bibliografia, que às vezes levando em conta o temperamento que dependia de muita pesquisa em arquivo, coisas desse tipo. E entre estes assuntos ele pôs a moda. Não fui eu. Eu digo isso porque acho importante para mostrar. Ele não poria para o Florestan provavelmente, mas para mim ele pôs. Ele pôs a moda e eu vi na relação uma adesão maior a assuntos desse tipo porque ele estava pensando em mim.

Podemos notar que Bastide tinha em conta o interesse e a personalidade de sua aluna. Depois de ter escolhido a moda como tema de sua tese, Gilda conta que Bastide, então, combinou ter sessões periódicas de orientação com ela. No entanto, Gilda preferiu adotar outro tipo de procedimento que em seu entender decorreu da sua necessidade naquele momento de ter certa independência na etapa inicial da elaboração da tese. Conforme Gilda, essa necessidade foi fruto de

sua relação dependente desde a infância com pessoas muito fortes e de grande prestígio como Mário de Andrade de quem era prima.

A sua proposta de trabalho foi aceita por Bastide. Assim, Gilda elaborava os capítulos e entregava para a apreciação de Bastide que fazia uma série de considerações e sugestões para a sua melhoria. Então, a tese “foi feita com uma interferência dele muito cautelosa. E, portanto, me dando uma liberdade muito grande. E era uma tese completamente fora do esquadro naquela época.” Publicada na Revista do Museu Paulista em 1950, a tese *A Moda do Século XIX* pode ser considerada um trabalho precursor ao tratar a moda como fato cultural e social.¹⁰

Preocupada em analisar o fenômeno da moda mediante a sua relação com a estrutura social, na qual as mudanças estão intimamente ligadas às transformações mais vastas da sociedade, Gilda de Mello e Souza optou por realizar estudo mais aprofundado sobre alguns aspectos como a divisão sexual e a divisão em classes do que um estudo mais panorâmico. Para isto, utilizou fontes diversas não se atendo somente aos estudos mais acadêmicos, mas também lançando mão de outras fontes como fotografias, pinturas, gravuras, crônicas e romances da época que forneciam um quadro completo da moda.

Bastide, como orientador, apoiou inteiramente o trabalho de sua aluna. Gilda reforça esse apoio ao relatar que em certo momento ela e Antônio Cândido ficaram em dúvida se o que estavam fazendo era sociológico. Bastide simplesmente respondeu: “Não existe isso de muito sociológico, o que existe são trabalhos bons, bem feitos ou mal feitos.”

É explícita a extrema sensibilidade de Bastide para temas e métodos que no período não eram ainda considerados dignos de atenção por parte dos cientistas sociais e como procurava incentivar nos seus alunos essa mesma diversidade e sensibilidade. Para Gilda de Mello e Souza, isto fica bastante evidente ao comparar a trajetória de Bastide com a de Lévi-Strauss que dedicou seus estudos a temas bem precisos. Apesar de ser um dos pensadores fundamentais do século XX, Lévi-Strauss teve uma grande dificuldade em entender a extrema diversidade da cultura brasileira.

Ele poderia entender bem o índio que era uma cultura completamente diversificada mas uma cultura à cavaleiro de várias influências como a brasileira da indígena, da africana, da portuguesa e uma paisagem tão diferente da Europa às vezes que ele opinou,

opinou mal. Então, não havia no Lévi-Strauss esse mimetismo, digamos essa capacidade de se adaptar a uma realidade profundamente diferente seja ela visual, literária ou de identidade. No “Bastidinho” havia.

Antônio Cândido: a literatura como opção¹¹

Antônio Cândido ingressou na Universidade de São Paulo em 1939 e freqüentou simultaneamente os cursos de ciências sociais e de direito. Um pouco depois, abandonou o curso de direito no quinto ano, dedicando-se inteiramente às ciências sociais. Na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Antônio Cândido tornou-se aluno do professor Roger Bastide logo no primeiro ano.

Em seu depoimento, Antônio Cândido de antemão define a sua relação com Bastide: “Com o professor Roger Bastide, eu posso dizer que tive relações em dois planos: como aluno e como interlocutor. Não posso dizer que tenha sido propriamente amigo dele. A diferença de idade era muito grande. Mas nós tínhamos uma relação muito afetuosa.”

Desde o primeiro ano, Antônio Cândido e Bastide começaram a se encontrar nos corredores da faculdade. Para Antônio Cândido, em uma avaliação sincera, o primeiro curso feito com Bastide não foi muito útil, pois este estava muito preocupado com os problemas metodológicos e durante todo o ano trabalhou com a monografia social da Escola de Le Play. No entanto, os encontros fora das aulas ocorriam freqüentemente, quando conversavam sobre literatura, história e casos pitorescos.

Já no segundo ano, em 1940, Bastide ofereceu o curso sobre sociologia da arte que se transformou, em 1945, no livro *Arte e Sociedade*. Antônio Cândido considerou-o admirável. Também, nesse mesmo ano, Bastide tratou do barroco brasileiro em outro curso. Segundo Antônio Cândido, foi a primeira vez que se ouviu falar de tal temática. Gilda de Mello e Souza, em seu depoimento, também especificou que foi Bastide o primeiro a chamar a atenção para o barroco brasileiro. Ressalta, inclusive, que as suas idéias sobre o barroco influenciaram enormemente as avaliações posteriores como as de Lourival Gomes Machado que foi também seu aluno.

No terceiro ano, Bastide aceitou uma sugestão de Antônio Cândido e ofereceu um curso sobre a sociologia dos mitos. Tratou primeiro da

literatura existente sobre os mitos para depois analisar os mitos brasileiros. Nesse sentido, Antônio Cândido considera que foi Bastide o primeiro a abordar o mito do Aleijadinho como uma criação ou uma representação coletiva. Gilda de Mello e Souza acrescenta que Bastide antecipou essas considerações sobre a criação do mito do Aleijadinho ao apontar os sintomas desse processo como a enorme dificuldade que Aleijadinho tinha a vencer sem as mãos para realizar as suas esculturas, o que Bastide considerava impossível de ter sido feito.

Ao contrário de várias avaliações correntes, Antônio Cândido ressalta que havia a preocupação constante de Bastide e dos outros professores franceses com a pesquisa. O incentivo constante aos alunos para a realização de pesquisas sempre esteve presente. Cândido, por exemplo, teve que realizar vários trabalhos de aproveitamento durante os três anos de curso. No primeiro ano, realizou uma pesquisa sobre a mortalidade negra infantil no Vale do Paraíba na segunda metade do século XVIII no Arquivo Público do Estado de São Paulo. No segundo ano, fez um trabalho sobre a evolução do gosto musical em São Paulo a partir de entrevistas, fichas da cinemateca e análise de programas de concertos. Nesse mesmo ano, também foi realizada uma pesquisa sobre os resquícios do barroco em São Paulo.¹²

Ao terminar o curso de ciências sociais em 1941, Antônio Cândido havia se tornado um interlocutor de Bastide, discutindo sobre sociologia e literatura, entre outros temas. A partir de 1942, tornou-se primeiro assistente da Cadeira de Sociologia II, na Faculdade de Filosofia, onde permaneceu até 1958. Em 1945, Antônio Cândido defendeu a tese de livre docência em literatura brasileira com o trabalho *O Método Crítico em Sítio Romero*. Bastide, então, insistiu com ele para fazer a tese de doutoramento em ciências sociais.

Nesse período, Antônio Cândido salienta que havia uma preocupação por parte de muitos alunos com a definição dos campos de investigação de cada ciência. Ele se debatia com esse problema em relação à sua tese. Bastide, no entanto, não tinha essas distinções como essenciais.

Ao contrário, em nenhum momento em sua obra Bastide se prendeu a essas especializações. Para Antônio Cândido, isto foi fundamental na definição de seus próprios interesses e fundamentalmente na sua carreira intelectual entre permanecer na sociologia ou mudar para a literatura.

Depois, quando eu senti já era assistente de sociologia e fazia crítica literária. Eu o consultei: eu estava com vontade de deixar a sociologia. E o meu chefe que era o professor Fernando de Azevedo, muito meu amigo, não queria ouvir falar nisso. Eu consultei o professor Bastide e foi muito importante para mim. Professor Bastide: vou fazer uma pergunta ao senhor. O senhor acha que funciona melhor em sociologia ou em literatura? Fiquei um pouco sem graça porque eu era assistente de sociologia e se eu digo que não funcionava em sociologia ele podia ficar magoado. Ele pensou um pouco e disse: acho que o seu lugar é na literatura. Isso me ajudou muito. Ajudou muito.

Antônio Cândido elaborou a tese de doutoramento em ciências sociais *Os Parceiros do Rio Bonito*, defendida em 1954. Roger Bastide fez parte da banca de Antônio Cândido antes de voltar definitivamente para a França. Quatro anos depois, em 1958, Antônio Cândido se transferia para a literatura, tornando-se professor de literatura brasileira na Universidade Estadual Paulista (Unesp).

Roger Bastide, portanto, teve um papel fundamental na trajetória intelectual de Antônio Cândido. O constante diálogo entre eles propiciou uma aproximação muito grande no período em que Bastide esteve no Brasil e também após o seu retorno, apesar de ter sido menos freqüente. Segundo Antônio Cândido, o perfil do pensador e do homem Bastide era marcadamente o de um humanista e pesquisador que não descansava, sempre interessado em todos os temas, anotando e produzindo trabalhos.¹³ Dessa forma, a trajetória intelectual de Antônio Cândido não pode ser compreendida sem referências a Bastide.

Para mim pessoalmente a coisa mais importante tenha sido o fato de que o professor Bastide era um homem que cuidava muito da literatura. Era bom crítico literário, ele era muito bom crítico literário. (...) Posso dizer que tive na faculdade duas influências fundamentais que foram sobretudo o meu professor de filosofia Jean Maugué que é um homem que não fez nome e o professor Roger Bastide.

As concepções de Bastide sobre a arte e a literatura baseadas em uma sólida formação sociológica realizaram uma combinação que levou à elaboração de um “(...) critério dominante, sempre ressaltado nas conversas, era emitir juízos de realidade, não de valor, afastando o problema de avaliar méritos para ficar nas verificações objetivas.”

(Cândido, 1993, p.99). Isto teve uma grande influência em seus alunos e interlocutores mais diretos.

O próprio Antônio Cândido reconhece de maneira clara em vários momentos: “Eu, pessoalmente, lhe devo muito e às vezes me surpreendo, relendo a anos de distância algum escrito dele, ao verificar até que ponto certas idéias que julgava minhas são na verdade não apenas devidas à sua influência mas já expressamente formuladas por ele” (Cândido, 1993, p.99-100).

A linha de interpretação de Bastide, baseada no tratamento objetivo dos fenômenos artísticos à procura dos determinantes sociais e ao mesmo tempo da influência da arte sobre a sociedade, foi incorporada por Antônio Cândido que explicita à propósito do ensaio de Bastide sobre Machado de Assis:¹⁴ “Quando o reli há tempos, depois de muitos anos, senti que foi uma das fontes de várias idéias que estão na base da minha concepção de literatura brasileira. Os pontos de vista se incrustavam de tal modo na minha mente, que perdi a noção do quanto lhe devo” (Cândido, 1993, p.105).

Florestan Fernandes: a vocação científica

O próprio Florestan Fernandes nos chama a atenção para o domínio da tendência intelectualista que apenas compreende como “os anos de formação” os anos de socialização acadêmica, em especial aqueles referentes ao ensino de nível superior. Florestan Fernandes não concorda com essa concepção pois, conforme a sua própria formação, os anos anteriores detêm uma importância fundamental:

Eu nunca teria sido o sociólogo em que me converti sem o meu passado e sem a socialização pré e extra-escolar que recebi, através das outras lições da vida. Para o bem ou para o mal – sem invocar-se a questão do ressentimento, que a crítica conservadora lançou contra mim – à minha formação acadêmica superpôs-se a uma formação humana que ela não conseguiu distorcer nem esterilizar. Portanto, ainda que isso pareça pouco ortodoxo e antiintelectualista, afirmo que iniciei a minha aprendizagem sociológica aos seis anos, quando precisei ganhar a vida como se fosse adulto e penetrei, pelas vias da experiência concreta, no conhecimento do que é a convivência humana e a sociedade. (Fernandes, 1977, p. 142)

Os anos de socialização anteriores à entrada de Florestan Fernandes na universidade são elementos que não podem ser descartados no entendimento de sua trajetória e na descoberta de sua vocação como acadêmico. Eliane Veras Soares (1997), por exemplo, nos aponta a necessidade de ter em conta essa socialização inicial para a compreensão da trajetória posterior de Florestan Fernandes no campo político e científico.¹⁵ Três elementos foram fundamentais na formação de Florestan Fernandes e que o levaram a superar inúmeras barreiras e a ingressar na universidade.

(...) a socialização básica recebida na casa da madrinha e na escola primária, que lhe forneceu os rudimentos elementares para sua formação como autodidata; a experiência de vida na rua e no trabalho na qual descobriu o significado do caráter humano; e, por fim, a transformação operada no Ginásio Riachuelo e no emprego na Nova Terápica que o incluiu no 'mundo dos homens'. (Soares, 1997, p.26-27)

Em 1941, Florestan Fernandes fez a seleção e foi aprovado para o curso de ciências sociais da Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo. O curso de ciências sociais foi escolhido basicamente porque era de meio período e também porque habilitava Florestan para o magistério secundário. Em seu depoimento à Eliane Veras Soares (1997), Florestan salientou três fatores que definiram a sua vida acadêmica:

a) as relações intelectuais e de amizade com Antônio Cândido e Fernando de Azevedo, que o convidou para ser o segundo assistente na Cadeira de Sociologia II, onde veio a iniciar a sua carreira docente; b) o fato da Faculdade de Filosofia funcionar, naquele período, com um forte espírito de grupo no qual os jovens talentos eram coletivamente reconhecidos e estimulados, o que Florestan denominou de 'reconhecimento prematuro do valor intelectual'; c) o seu reconhecimento por parte do público, através da publicação de artigos nos jornais *O Estado de São Paulo* e *Folha da Manhã* e na revista *Sociologia*, reconhecimento esse que se refletiu favoravelmente no universo acadêmico. (Soares, 1997, p.31)

Inferimos que nesses três fatores que detêm tal relevância na trajetória intelectual de Florestan está presente, de uma forma ou de outra, Roger Bastide. É o que veremos a seguir.

Florestan Fernandes foi aluno de Bastide durante os quatro anos de curso. No primeiro ano, as relações somente se estabeleceram no plano aluno/professor. Em 1941, além de Lavínia Costa Vilela, eram assistentes de Bastide: Lucila Hermann e Gioconda Mussolini. Para o curso oferecido sobre o método monográfico de Le Play, Florestan elaborou um trabalho de aproveitamento sobre o folclore em São Paulo. Após um extenso levantamento, Florestan teve condições de propor uma abordagem original do folclore, o que não foi bem aceita pela primeira assistente de Bastide, Lavínia Vilela, mas mesmo assim lhe deu nota nove.¹⁶

Florestan não se contentou com a menção recebida e entrou em contato com o professor Bastide. Bastide não tinha conhecimento do trabalho e convidou Florestan para ir à sua casa conversar. Após uma longa conversa, na qual Bastide ficou a par inclusive que Florestan trabalhava além de estudar, o sociólogo francês fez um convite:¹⁷

Nós vamos sair junto. O senhor tem tempo? Eu falei: tenho. Ele foi comigo até o Sérgio Milliet que era crítico literário do Estado de São Paulo. Dirigia o jornal, a família Mesquita estava fora do Brasil por causa do Estado Novo. O Sérgio Milliet nos recebeu, ele era muito amigo de Bastide, nos recebeu na hora sem formalidade. Ai, eu descobri o que o Bastide queria. O Bastide foi lá pedir um emprego para mim. Queria que eu largasse o emprego que eu tinha e ter algo mais compatível com o trabalho que eu estava fazendo na universidade. O senhor Milliet disse: olha, Florestan, me tratando com intimidade, você quer um conselho meu? Se você quer um emprego eu arranjo já, mas lhe dou um conselho: não aceite esse emprego. Você vai se burocratizar, você vai passar a vida aqui dentro. A outra solução é que você escreva uns artigos para *O Estado de São Paulo*. (Depoimento concedido à autora em 03/05/1994)

Florestan aceitou o conselho e tornou-se colaborador de *O Estado de São Paulo*. Os três primeiros artigos trataram do negro na tradição oral, aproveitando o material coletado na pesquisa sobre o folclore. Pouco depois, Florestan Fernandes também foi convidado a colaborar no jornal *A Folha da Manhã*. O prestígio e o reconhecimento decorrentes da ajuda de Bastide, Florestan reconhece de antemão: “Escrever em jornal como colaborador naquela época era altamente prestigioso. Quando ele pediu emprego ao Sérgio Milliet, eu tive vontade de me

enfiar por baixo de um tapete, envergonhado. Ele, com toda ingenuidade, pediu na minha frente. Então, esse é o primeiro contato que eu tive com ele. Depois a convivência foi se estreitando” (Depoimento concedido à autora em 03/05/1994).

Em seguida, Bastide apresentou o trabalho de Florestan para publicação na *Revista Sociologia*, cujo coordenador era o professor Emílio Willems. Vários artigos saíram publicados pela revista sobre a socialização da criança no grupo infantil. Assim, em apenas dois anos, Florestan se tornou um estudante de reconhecida capacidade intelectual e com estreitas ligações com vários professores, entre eles Roger Bastide.¹⁸ Florestan reconhece que, sem a contribuição de Bastide, teria sido mais difícil: “Logo de início a sorte me ajudou e o Bastide está no centro disso tudo porque ele foi o professor que abriu as portas para esse vasto desdobramento de ocorrências que seriam inexistentes sem a colaboração dele” (Depoimento concedido à autora em 03/05/1994).

Ao terminar o curso em 1944 Florestan Fernandes aceitou o convite do professor Fernando de Azevedo para ser o seu segundo assistente. Na Cadeira de Sociologia I, ocupada por Bastide, não havia vagas, o que ocorreu somente mais tarde com a saída de Lavinia Vilela.¹⁹ Florestan, então, ficou sendo ao mesmo tempo assistente de Fernando de Azevedo e Roger Bastide durante um período. Bastide, na indicação de Florestan para ocupar a vaga, deixou bem claro que a única pessoa que poderia substituí-lo quando de seu retorno à França seria Florestan Fernandes. Segundo Florestan, o professor Fernando de Azevedo não abriu mão de sua colaboração e ele teve que ficar durante algum tempo com uma carga de trabalho pesada, até conseguir se dedicar somente à Cadeira de Sociologia I.

Merecem destaque, no estreitamento da colaboração entre Roger Bastide e Florestan Fernandes, as pesquisas sobre as relações raciais no Brasil. Desde os anos 40, Bastide já vinha estudando o negro e as suas manifestações religiosas e artísticas. Em 1950, a Unesco solicitou a Bastide uma ampla pesquisa sobre a situação do negro em São Paulo. Florestan foi convidado por Bastide a se incorporar no projeto, o que levou a uma mudança na orientação intelectual do sociólogo paulista como assegura Cândido: “De fato, ela propiciou a passagem de Florestan Fernandes para a investigação de situações sociais proble-

máticas, quando até então ele se havia ocupado sobretudo com trabalhos de reconstrução histórica por meio da análise bibliográfica, tendo limitado a pesquisa empírica quase apenas a manifestações folclóricas” (Cândido, 1992, p.26).

Livre-docente em 1953, com a tese *Ensaio sobre o Método de Interpretação Funcionalista na Sociologia*, Florestan Fernandes ocupou com a volta definitiva de Roger Bastide à França a Cadeira de Sociologia I como titular:

Porque a passagem para a cadeira do Bastide se deu por iniciativa dele. Ele custou a voltar para a França porque madame Bastide queria que ele fosse para Paris e não para a província. Ele poderia ir para Bordéus que é uma faculdade muito importante, mais a madame Bastide não aceitou e, no fim, o professor Bastide foi de fato para Paris (...). O professor Bastide, num dado momento, 1952, viu que ou ele encerrava a carreira no Brasil ou ele não saía mais do Brasil. (...) Propõe ao Departamento de Sociologia e Antropologia que ele deveria ter uma pessoa que pudesse ser o seu substituto e que, do ponto de vista dele, quem poderia substituí-lo era eu. (Depoimento concedido a Eliane Veras Soares em 23/05/1991)

Maria Isaura Pereira de Queiroz: intérprete da cultura brasileira²⁰

Tratar do pensamento de Roger Bastide, sem fazer referência ao incessante trabalho de análise e divulgação de sua obra realizado por Maria Isaura Pereira de Queiroz, não é possível. Principal herdeira intelectual de Bastide nos termos lembrados por Beylier²¹, Maria Isaura considera que o sociólogo francês, em seu diálogo constante com os pensadores brasileiros das décadas anteriores como Nina Rodrigues, Euclides da Cunha, Manuel Querino e Gilberto Freyre, pôde formular uma nova visão da sociedade brasileira:

Uma visão nova, uma visão dinâmica da sociedade brasileira se irradia de seus trabalhos, que não havia sido atingida pelos antecessores, muito embora alguns tenham procurado estudá-la através da história. Esta visão dinâmica que ele inaugura, Roger Bastide transmitiu-a aos discípulos, juntamente com tudo quanto havia conservado das interpretações tomadas aos sociólogos

nacionais seus antecessores. Torna-se assim o elo de ligação entre sociólogos brasileiros da fase anterior e sociólogos posteriores. (Pereira de Queiroz, 1977, p.1360)

Bastide transmitiu essa visão dinâmica da sociedade brasileira aos seus alunos que procuraram em suas pesquisas entender a sociedade brasileira em toda a sua complexidade. Para Maria Isaura, Bastide foi o elo de ligação entre duas gerações de sociólogos brasileiros porque não é possível diferenciar uma de outra sem se remeter aos trabalhos de Bastide que se tornaram “ponto de referência magno para a compreensão do evoluir das interpretações” (Queiroz, 1977, p.1361).

Ao ingressar no curso de ciências sociais da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo em 1946, Maria Isaura tomou conhecimento da orientação que predominava na formação dos alunos. Como a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras estava instalada naquela época no Instituto de Educação Caetano de Campos na Praça da República, onde Maria Isaura estudou desde o jardim de infância, esta sentiu a diferença somente no momento da avaliação:

A estranheza surgiu no momento em que foram solicitados os primeiros trabalhos de aproveitamento: uma pesquisa teórica – ‘A Sociologia de Augusto Comte’ – ; uma pesquisa de observação direta com seu respectivo relatório, sobre a Congregação Cristã do Brasil, seita protestante sediada no Brás. Foi então que me dei conta de que penetrara noutra nível de raciocínio e de exigências, num outro nível intelectual. (Queiroz, 1990, p. 11)²²

Percebera que a orientação do curso consistia, além dos objetivos iniciais que eram, na formação de professores para o ensino secundário e na melhoria da qualificação da elite dirigente, também a formação de cientistas.

Os dois trabalhos citados constituem exemplos do que então se demandava dos estudantes: compreensão em profundidade dos textos lidos, com dissertação que comprovasse as operações do espírito e redundasse em conclusões fundamentadas; exercício da técnica sociológica para aprender a captar o real, seguido de relatório claro e detalhado. O curso se iniciava, pois, exercitando duas vertentes em que nos especializariamos durante quatro anos: a reflexão teórica; a coleta de material e sua análise. A tônica do

curso apontava, assim, para a formação do cientista e do pesquisador. (Queiroz, 1990, p.11)

A formação de cientistas e pesquisadores, apesar de não ser a orientação inicial da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, acabou por se impor devido principalmente ao trabalho dos professores europeus, admite Maria Isaura. Entre estes, estava Bastide de quem Maria Isaura logo se tornou aluna e depois discípula. Assim como Gilda de Mello e Souza, Maria Isaura, antes de começar o curso de ciências sociais, teve uma experiência na ficção iniciada na infância conforme nos relata Eva Blay: “A obra da professora Maria Isaura tem a marca da escritora. Suas primeiras publicações apareceram em ‘O Tico-Tico’, quando ela tinha oito anos de idade. Escreve desde então ininterruptamente. Passou para os contos juvenis e para os escritos acadêmicos. Suas cartas são deliciosas formas de diálogo acadêmico e de amizade” (Blay, 1990, p.8).

Consideramos que isto deve ter favorecido em certa medida uma aproximação maior entre Bastide e Maria Isaura, a exemplo do que ocorreu em relação à Gilda de Mello e Souza. O interesse de Bastide pela literatura e o seu respeito pelos próprios interesses de seus alunos se conjugavam e permitiam uma identificação maior na relação entre o mestre e seus discípulos. Concluída a licenciatura em ciências sociais em 1949, Maria Isaura pouco depois se tornou orientanda e assistente de Bastide na Cadeira de Sociologia I. Em 1956, obteve o diploma de doutorado na *École Pratique des Hautes Études* com a tese *La Guerre Sainte au Brésil: Le Mouvement Messianique du Contestado*, cuja banca examinadora foi composta por Claude Lévi-Strauss, Gabriel Le Bras e Roger Bastide.

As pesquisas sobre os movimentos messiânicos consistiram no foco central da atenção de Maria Isaura desde o seu curso na USP, conforme ela assinalou posteriormente. O incentivo de Roger Bastide é reconhecido no prefácio de seu livro *O Messianismo no Brasil e no Mundo*: “Se pude reunir cabedal de tal vulto, foi porque contei com o auxílio e a generosidade de diversos professores e amigos. Quero mencionar em primeiro lugar, e com o maior destaque, o professor Roger Bastide, meu Mestre, que não só contribuiu em larga medida para que bibliografia se fosse tornando cada vez mais extensa, como também me deu o apoio necessário e a crítica justa nos momentos em que deles precisei” (Queiroz, 1965: XI).

Seu interesse pelo messianismo se desdobrou mais tarde, já nos anos 60, nos estudos sobre o campesinato brasileiro com a formulação do conceito de grupos rústicos. Seguindo a trilha do mestre francês, Maria Isaura dedicou-se a vários campos, entre eles a sociologia da religião, a sociologia política, a sociologia rural e a sociologia da cultura.²³ Florestan Fernandes destacou a amplitude e a diversidade da obra de Maria Isaura bem como o seu reconhecimento em relação a Bastide: “Honrou sempre os seus compromissos com o mestre comum Roger Bastide. E nunca se refugiou em qualquer nicho acadêmico.”²⁴

Tais características podem ser encontradas na trajetória intelectual de Maria Isaura e na sua obra. Influenciada por Roger Bastide, Maria Isaura também sempre defendeu a necessidade de utilizar diferentes métodos de investigação e análise não importando se eram reconhecidos como pertencentes a outras disciplinas ou teorias rivais. Acredita Maria Isaura que a realidade é que indica o método mais apropriado para que o pesquisador possa melhor conhecê-la, e não o contrário.²⁵ Maria Isaura, diferentemente dos cientistas sociais de sua geração fez outras escolhas temáticas. Por outro lado, aproxima-se em grande medida dos mesmos pelo mesmo rigor analítico na elaboração de suas pesquisas. Para Glaucia Villas Bôas (1994), as escolhas teóricas, metodológicas e temáticas de Maria Isaura devem ser compreendidas a partir da produção das ciências sociais nos anos 40, 50 e 60.

Nesse período, principalmente na década de 50, as ciências sociais vão se voltar para o estudo da vida socioeconômica em seus vários níveis, com maior destaque às mudanças e desigualdades sociais. A sociologia, em particular, tem o objetivo de formular padrões de trabalho científico baseados em princípios universais da ciência. Villas Bôas considera que os estudos de Maria Isaura Pereira de Queiroz sobre o messianismo, os cangaceiros e o mandonismo local que englobam ao mesmo tempo a sociologia, a história e a antropologia mediante a construção de uma ponte entre o passado e o presente lhe conferem uma posição peculiar em sua geração. Maria Isaura, como o mestre francês, não recusava os estudos dos pensadores brasileiros anteriores. Ao contrário, realiza uma leitura crítica e atenta das contribuições desses autores, procurando ver tanto os seus aspectos positivos como também as suas limitações para a compreensão da sociedade brasileira.

Portanto, Maria Isaura não faz distinção de antemão entre as fontes que possam ser utilizadas na pesquisa, pois entende que todas

são essenciais para o estudo minucioso dos fenômenos abordados, desde que sejam conhecidas as suas limitações e os seus prováveis usos. Segundo Villas Bôas, o caminho sociológico escolhido por Maria Isaura, na verdade, está direcionado para a busca da cultura brasileira em todas as suas dimensões.

Maria Isaura pode ser considerada uma intérprete da cultura brasileira como foram em grande medida os outros cientistas sociais de sua geração. O que os diferencia reside na escolha de objetos e de procedimentos para refletir sobre estes e que os aproxima é o estilo de reflexão, a formação comum baseada em um espírito crítico. Para Maria Arminda Arruda (1994), “há uma similitude na linguagem, do uso da noção correta, na resolução do problema conceitual e da harmonia entre a atividade de investigação, a formulação conceitual e a exposição de um estilo” entre os membros da geração de Maria Isaura. Procuraram aliar o olhar universal e o recorte particular dos temas abordados com o objetivo final que era a interpretação da cultura brasileira.

Considerações Finais

Os cientistas sociais brasileiros, ao tratar da reflexão sobre a memória de suas disciplinas e da sua produção intelectual, precisam adotar uma perspectiva comparativa. Ou melhor, as reformulações sobre a produção intelectual, tanto dos primeiros pensadores nacionais, como dos cientistas sociais estrangeiros e brasileiros das últimas décadas devem ser analisadas considerando o contexto histórico-social e econômico existente no Brasil e nos outros países. Precisamos romper com o “etnocentrismo às avessas” ainda presente em vários estudos e valorizar a efetiva contribuição dos cientistas sociais nacionais e estrangeiros. Em suma, não precisamos hoje insistir nas identidades de cada disciplina. Ao contrário, talvez seja possível, conforme foi destacado por Mariza Peirano (1991), dar ênfase a um pluralismo renovado, pois o resgate deste nas ciências sociais coloca-se atualmente como extremamente positivo.

Dessa forma, o presente artigo procurou mostrar nos depoimentos, nas trajetórias e nas idéias dos ex-alunos de Bastide, Antônio Cândido, Florestan Fernandes e Gilda de Mello e Souza, o perfil de um professor, um pesquisador e um pensador preocupado em incentivar o pluralismo

de idéias e o respeito às diferenças, o que com certeza contribuiu para um estilo brasileiro de ciências sociais, bem diferenciado dos demais. Nos cursos, nas pesquisas, no convívio dentro e fora da universidade, Bastide se caracterizou pelo pensamento humanista e plural que Florestan Fernandes melhor definiu: “Sua posição relativista e pluralista não se reduzia a uma fuga ou a um pacto de concessões e conciliações. A verdade ou verdadeiro subiam à tona com delicadeza, permitindo que o outro descobrisse por auto-esclarecimento as máscaras ou as mistificações ocultas através de seus *ídola*” (Fernandes, 1995, p.89).

Na análise da recepção e do impacto das idéias bastidianas entre seus ex-alunos, foi possível perceber que a visão relativista e pluralista esteve sempre presente. Conforme as diferenças existentes entre seus alunos, estabeleceu relações de colaboração, interlocução e orientação, percebendo e respeitando com sensibilidade as especificidades de cada um.

Bastide em essência defendeu uma concepção democrática da ciência na qual podiam conviver trajetórias intelectuais em muitos aspectos distintas como as de Antônio Cândido, Florestan Fernandes, Gilda de Mello e Souza e Maria Isaura Pereira de Queiroz: “O legado de Bastide vai em outra direção. A cidadela da ciência social não fecha os seus portões a ninguém nem estimula o estabelecimento de uma corte de serviçais enterrados em tarefas circunscritas e intransponíveis. Restabelece-se, em todo o vigor, a essência democrática da ciência, mais evidente na área experimental. Os cruzados não o são do grande mestre, mas do saber científico” (Fernandes, 1995, p.91).

Há exatamente 28 anos Roger Bastide falecia na França. Seu pensamento continua presente assim em ex-seus alunos, mesmo que seu nome e seu lugar no campo acadêmico e científico tenham se reduzido ou até mesmo sido relegados às estantes mais escondidas das ciências sociais nas últimas décadas. Atualmente, tanto no Brasil como na França, as idéias de Bastide estão sendo retomadas pouco a pouco, o que poderá contribuir para a continuidade de sua recepção nas ciências sociais.

Depoimentos

- Depoimento a Eliane Veras:
Florestan Fernandes, Brasília, 23 de maio de 1991.

- Depoimentos a Maria Lúcia de Santana Braga:
Florestan Fernandes, Brasília, 03 de maio de 1994.
Antônio Cândido, São Paulo, 26 de maio de 1994.
Gilda de Mello e Souza, São Paulo, 26 de maio de 1994.

Notas

- 1 O presente texto foi apresentado originalmente como capítulo da dissertação de mestrado intitulada *A Sociologia Pluralista de Roger Bastide: um itinerário*, defendida em 1994 no Programa de Pós-graduação do Departamento de Sociologia/UnB. No momento, a autora está concluindo sua tese de doutorado, na qual dá continuidade ao estudo da recepção de Roger Bastide no Brasil.
- 2 A “Semana Roger Bastide” foi promovida pelo Centro de Estudos Rurais e Urbanos e Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo. Os estudos e depoimentos apresentados durante a semana foram publicados na *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros* em 1978.
- 3 Entrevista concedida a Mariza Peirano em novembro de 1978 e citada em seu artigo “O Pluralismo de Antônio Cândido”. In: PEIRANO, Mariza G. S. *Uma Antropologia no plural: três experiências contemporâneas*. Brasília, Editora da UnB, 1992, p. 35.
- 4 Esse artigo traçou um quadro amplo do ensino de sociologia em São Paulo nos anos 30 e 40 e foi publicado no *Boletim del Instituto de Sociologia da Facultad de Filosofia y Letras de la Universidad de Buenos Aires*, número 4, 1945.
- 5 Roger Bastide, durante os dezesseis anos que ensinou no Brasil, foi professor de inúmeras turmas que passaram pela USP. Também, podemos citar ainda no início dos anos 40, que foram seus alunos e se tornaram renomados cientistas sociais, Paulo Emilio Salles Gomes que se orientou para o cinema e Oswaldo Elias Xidieh para a cultura popular. Gioconda Mussolini, Lavinia Costa Vilela,

Lucila Hermann e Mario Wagner Vieira da Cunha, além de alunos, foram assistentes de Bastide. Já no final da década de 40, também foram alunos de Bastide, Fernando Henrique Cardoso, Octávio Ianni, Maria Sylvia de Carvalho Franco e Aziz Simão.

- 6 O tópico a seguir utilizará principalmente os dados presentes no depoimento de Gilda de Mello e Souza, concedido à autora em 26/05/1994, e já citado anteriormente.
- 7 Roger Bastide, em entrevista concedida a Irene Cardoso em 18/08/73 e publicada na *Revista Discurso* n° 16, 1987, lembra sobre o episódio da saída de Lévi-Strauss que houve alguns problemas entre este e os dirigentes da universidade: “Acho que foi bom funcionário, mas escreveu artigos, fez discursos no momento da Frente Popular dentro de *O Estado*, cobrando de Mesquita o fato de ter feito ataques no jornal contra a Frente Popular. O Estado foi contra a Frente Popular e Lévi-Strauss se zangou, se irritou. Não houve briga, mas houve separação. E quando ele foi fazer sua pesquisa entre os índios, pediram-me para tomar seu lugar. Eu não sabia disso, porque estava longe do Brasil e aceitei. E depois soube, muito bem, que fui chamado porque algumas pessoas não desejavam que Lévi-Strauss voltasse a Faculdade. (...) Fui muito mal recebido aqui no Brasil pelos professores franceses, menos Arbousse, que era muito ligado a Mesquita; fui muito mal recebido por Monberg e outros. E muito mal recebido pelos alunos, muito mal.” (Bastide, 1987, p.190)
- 8 Paul Arbousse-Bastide, amigo e também professor da USP no mesmo período em que Bastide esteve aqui, relata que este apesar de sua formação em filosofia sempre se interessou pela literatura. Revela, inclusive, que Bastide, seu colega durante o serviço militar na França, escreveu um poema em 1920 intitulado “A Escalada do Deserto”. Essas passagens são citadas por Beylier (1977), que interroga se Bastide não cogitou em algum momento dedicar-se à literatura.
- 9 A 1.^a edição do livro *Arte e Sociedade* de Bastide, editada em 1945, foi traduzida por Gilda de Mello e Souza. Bastide, apesar de ter vivido dezesseis anos no Brasil, não conseguiu aprender a língua portuguesa o suficiente e, por isso, escrevia em francês os seus textos que depois eram traduzidos para o português.

- 10 A 1ª edição foi publicada em 1978 pela Companhia de Letras com o título *O espírito das roupas: a moda do século XIX* com pequenas modificações na estrutura e redação do texto, mas com a manutenção integral do trabalho. Na apresentação do trabalho, Gilda de Mello e Souza lembra a atualidade de sua tese que nos anos 50 pareceu fútil a muita gente.
- 11 Os depoimentos de Antônio Cândido citados nesse tópico foram colhidos pela autora em 26/05/1994.
- 12 Antônio Cândido em seu depoimento sobre esse aspecto pretendeu desfazer uma interpretação equivocada da entrevista concedida por Bastide em 1973, já citada aqui, na qual deu a entender que os professores franceses eram contrários à pesquisa. Acreditamos que o mal-entendido ocorreu porque Bastide nessa entrevista específica disse que nos seus primeiros anos no Brasil não foi possível fazer pesquisa devido à guerra na Europa e à falta de verbas. Segundo ele: “Tentei desenvolver o gosto pela pesquisa nos estudantes. Mas não me era possível sair com eles, ir ao interior fazer pesquisa... Só de vez em quando passava dois dias com eles no interior ou no sul. Não havia verbas.” (Bastide, 1987, p. 194)
- 13 Há um episódio relatado por Antônio Cândido que demonstra de forma clara a energia infindável de Bastide: “Era um trabalhador infatigável. Ele dizia que trabalhava para não ficar louco. Eu sei que uma vez ele alugou uma casa em Poços de Caldas, foi cliente do meu pai. E eu fui visitá-lo e ele não estava. Na verdade, ele estava. Ele ficava escondido no escritório estudando e madame Bastide dizia que não estava. Nunca ele estava. Madame Bastide fazia barreira: o professor está muito bem porque ele está podendo descansar bastante. Ele não tem trabalhado mais do que sete ou oito horas por dia. Este era o descanso dele.”
- 14 Esse ensaio de Bastide é considerado por Cândido como precursor devido à sua alta qualidade e à sua abordagem inovadora que incorpora ao mesmo tempo a análise biográfica, psicológica, sociológica e do discurso. Ver Roger Bastide, “Machado de Assis, paisagista”. In: *Revista do Brasil*, 3ª Fase, Vol. III, nº 29, nov. 1940.
- 15 Eliane Veras Soares defendeu em 1993 no Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade de Brasília a dissertação de mestrado *Florestan Fernandes: o militante solitário*, poste-

riormente publicada pela Editora Cortez em 1997. Em sua dissertação, Eliane Veras analisa a trajetória política de Florestan Fernandes por meio da reconstituição de sua história de vida. Para isso, coletou vários depoimentos com o sociólogo e deputado paulista pelo Partido dos Trabalhadores que serão aqui utilizados conforme o objetivo de nosso trabalho.

- 16 Como Florestan havia vivido em vários bairros de São Paulo, ele conhecia de perto o material que, aliando com as leituras de antropólogos e sociólogos, lhe deu condições de fazer uma análise mais sofisticada do folclore, conforme pode ser verificado nos depoimentos a Eliane Veras e à autora.
- 17 Até aquele momento, Bastide e Florestan tinham tido contato em sala de aula e também por meio de um pequeno trabalho feito por Florestan sobre biografia de pais de santo negros em São Paulo, encomendado por Bastide. Esse pequeno trabalho, segundo Florestan, já tinha dado de certa forma a Bastide uma idéia de seu potencial intelectual.
- 18 Fernando de Azevedo, professor da Cadeira de Sociologia II, ofereceu ajuda financeira e acadêmica na época para Florestan que recusou. O professor Paul Hugon, com quem Florestan havia feito um trabalho sobre a evolução do comércio exterior no Brasil, também o convidou para ser seu assistente assim que terminasse o curso e para fazer o doutorado com a sua orientação. Ver Florestan Fernandes, *op. cit.*, 1977, p. 160-163.
- 19 Os professores Paul Hugon de economia política e Eduardo Alcântara de Oliveira de estatística também convidaram Florestan para ser assistente.
- 20 Maria Isaura Pereira de Queiroz foi a única ex-aluna de Bastide presente neste artigo a não conceder depoimento à autora. Segundo Maria Isaura, o que ela pode dizer sobre a sua relação com Bastide como aluna, colaboradora e divulgadora de sua obra, encontra-se nos seus artigos e livros já publicados sobre o mesmo. Eva Blay (1990), em discurso proferido na sessão solene da Congregação da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP que outorgou o título de Professora Emérita à Maria Isaura Pereira de Queiroz, lembrou que esta não concede entrevistas ou depoimentos, porque acredita que seu espaço é unicamente o intelectual.

- 21 Charles Beylier em conferência na V jornada de Estudos sobre a obra de Maria Isaura Pereira de Queiroz realizada pela UNESP em Marília, São Paulo, agosto de 1994, afirmou: “Além disso, não há no Brasil e na França uma pessoa que conhece tanto Roger Bastide como Maria Isaura. Ela foi assistente e colaboradora, após ter sido aluna de Roger Bastide. Maria Isaura organizou vários encontros, traduziu e mandou traduzir muitos livros e atualmente ela é a herdeira intelectual de Roger Bastide.”
- 22 Maria Isaura em seu discurso de agradecimento na sessão solene da Congregação da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP que lhe outorgou o título de Professora Emérita em 31 de maio de 1990 fez um pequeno balanço de sua trajetória intelectual.
- 23 Blay (1990) compreende a obra acadêmica de Maria Isaura dividida em três períodos: o primeiro que abarca os seus estudos sobre a reforma e revolução analisadas através dos movimentos messiânicos e do mandonismo na política. O segundo refere-se aos estudos rurais que se consolidou com a fundação do Centro de Estudos Rurais e Urbanos (CERU) em 1964. E o terceiro período abrange as pesquisas sobre a cultura brasileira com a análise da produção acadêmica e recentemente do carnaval, entre outros.
- 24 Carta de Florestan Fernandes enviada à organização da V Jornada de Ciências Sociais dedicada à obra de Maria Isaura Pereira de Queiroz ocorrida de 22 a 26/08/94 na Universidade Estadual Paulista (Unesp), Marília, São Paulo. As outras jornadas foram dedicadas a Florestan Fernandes em 1986, a Caio Prado Júnior em 1988, a Antônio Cândido em 1990 e a Octavio Ianni em 1992.
- 25 Blay (1994) em conferência na V Jornada de Estudos lembrou que “Maria Isaura nunca se deteve em modelos. Maria Isaura foi pioneira nessa questão porque ela nunca se deteve em modelos. Quando estava no auge a utilização do modelo marxista, ela se rebelava embora tivesse fortes influências marxistas. Quando estava no auge o estruturalismo, ela também se rebelava porque mostrava a necessidade de nós utilizarmos diferentes métodos de investigação, de análise e de interpretação. Isto fez com que ela criasse um espaço próprio muito polêmico (...) Aquilo mexia muito com a nossa cabeça e foi muito positivo porque foi a única maneira

de compreender que não é através de um único método que se consegue explicar a realidade social.”

Abstract. The article analyses the reception of the thought of Roger Bastide in Brazil, during almost two decades, between 1938 and 1954. Bastide, as a teacher, a researcher and a thinker, established different relationships with his contemporaries and his pupils. This essay calls attention to the impact and the importance of Bastide’s thoughts in the country, especially in four ex-pupils and Brazilian social scientists: Antônio Cândido, Florestan Fernandes, Gilda de Mello e Souza e Maria Isaura Pereira de Queiroz.

Résumé. Cet article a comme but analyser la pensée de Roger Bastide au Brésil pendant presque deux décennies, de 1938 à 1954. Bastide en tant que professeur, chercheur et penseur, a établi de différents types de rapports avec ses contemporains et ses élèves. Pour comprendre l’importance et la repercussion de ses idées dans notre pays on analysera ses rapports avec quatre anciens élèves et scientifiques sociaux renommés: Antônio Cândido, Florestan Fernandes, Gilda de Mello e Souza e Maria Isaura Pereira de Queiroz.

Referências Bibliográficas

- ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento (1994). *A Contribuição teórica de Maria Isaura Pereira de Queiroz às Ciências Sociais*. Palestra proferida na V Jornada de Estudos Maria Isaura Pereira de Queiroz, Unesp, Marília, São Paulo.
- BASTIDE, Roger (1940). “Machado de Assis, paisagista”. *Revista do Brasil*, São Paulo, vol. 3, nº 29.
- _____ (1945). *Arte e sociedade*. São Paulo: Martins.
- _____ e AZEVEDO, Fernando (1945). “La enseñanza de la Sociologia en San Pablo”. *Boletín del Instituto de Sociologia*, Buenos Aires, nº 4.
- _____ e FERNANDES, Florestan (1955). *Relações entre negros e brancos em São Paulo*. São Paulo: Anhembi.

- _____ (1987). "Entrevista". *Revista Discurso*, São Paulo: n.º 16.
- BEYLIER, Charles (1977). *L'oeuvre brésilienne de Roger Bastide*. Thèse de Doctorat de 3.º Cycle. Paris, 2 volumes.
- _____ (1994). *Maria Isaura Pereira de Queiroz e Roger Bastide: a sociologia brasileira na França*. Palestra proferida na V Jornada de Estudos Maria Isaura Pereira de Queiroz, Unesp, Marília, São Paulo.
- BLAY, Eva A (1990). "Discurso proferido pela Professora Doutora Eva Alterman Blay, chefe do Departamento de Sociologia" *Outorga do Título de Professora Emérita a Maria Isaura Pereira de Queiroz*, FFLCH, Departamento de Sociologia, São Paulo.
- _____ (1994). *Depoimento sobre a ação e a obra de Maria Isaura Pereira de Queiroz*. Conferência proferida na V Jornada de Estudos Maria Isaura Pereira de Queiroz, Unesp, Marília, São Paulo.
- BRAGA, Maria Lúcia de Santana (1994). *A Sociologia pluralista de Roger Bastide: um itinerário*. Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília.
- CÂNDIDO, Antônio (1987). *Os Parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação de seus meios de vida*. São Paulo: Livraria Duas Cidades.
- _____ (1992). "A Faculdade de Filosofia no Centenário da Abolição". *Novos Estudos CEBRAP*, n.º 34.
- _____ (1993). *Recortes*. São Paulo: Companhia das Letras.
- DAUTY, Denise (1985). *Roger Bastide et le nouvel humanisme*. Thèse, Paris.
- FERNANDES, Florestan (1961). *Folclore e mudança social na cidade de São Paulo*. São Paulo: Anhembi.
- _____ (1977). *A Sociologia no Brasil: contribuição para o estudo da sua formação e desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes.
- _____ (1994). *Carta à organização da V Jornada de*

Estudos Maria Isaura Pereira de Queiroz. Unesp, Marília, São Paulo.

- _____ (1995). *A contestação necessária*. São Paulo: Ática.
- NOGUEIRA, Oracy (1978). “Evocação de Bastide”. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo.
- PEIXOTO, Fernanda (2000). *Diálogos brasileiros: uma análise da obra de Roger Bastide*. São Paulo: Editora da Universidade São Paulo.
- PEIRANO, Mariza G. S (1991). “Por um pluralismo renovado”. In: BOMENY, Helena e BIRMAN, Patrícia (orgs.). *As assim chamadas Ciências Sociais: a formação do cientista social no Brasil*. Rio de Janeiro, UERJ: Relume Dumará.
- _____ (1992). *Uma Antropologia no plural: três experiências contemporâneas*. Brasília: Editora UnB.
- PEREIRA DE QUEIROZ, Maria Isaura (1965). *O messianismo no Brasil e no mundo*. São Paulo: USP.
- _____ (1977). “A Sociologia brasileira na década de 40 e a contribuição de Roger Bastide”. *Ciência e Cultura*, 29 (12), dezembro.
- _____ (1978). “Uma nova interpretação do Brasil: a contribuição de Roger Bastide à Sociologia Brasileira”. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo.
- _____ (org.) (1983). *Roger Bastide*. São Paulo: Ática.
- _____ (1989). *O Brasil dos cientistas sociais não brasileiros*. Caxambu, XIII Encontro Anual da Anpocs.
- _____ (1990). “Discurso de agradecimento proferido pela Professora Maria Isaura Pereira de Queiroz”. In: *Outorga do Título de Professora Emérita a Maria Isaura Pereira de Queiroz*, FFLCH, Departamento de Sociologia, São Paulo.
- _____ (org.) (1993). *O Imaginário em terra conquistada*. São Paulo: CERU.
- RAVELET, Claude (1978). *Phénoménologie du sacré: essai sur l'anthropologie interculturelle de Roger Bastide*. Thèse de 3.º Cycle, Paris.

- SOUZA, Gilda de Mello e (1987). *O espírito das roupas: a moda no século dezenove*. São Paulo: Companhia das Letras.
- SOARES, Eliane Veras (1997). *Florestan Fernandes: o militante solitário*. São Paulo: Cortez.
- VILLAS BÔAS, Glaucia (1994). *A contribuição teórica de Maria Isaura Pereira de Queiroz às Ciências Sociais*. Palestra proferida na V Jornada de Estudos Maria Isaura Pereira de Queiroz, Unesp, Marília, São Paulo.

GILBERTO FREYRE E O HORIZONTE DO MODERNISMO

Mariza Veloso

Resumo. O artigo discute a inserção de Gilberto Freyre no horizonte do modernismo brasileiro e constrói seu argumento a partir dos ideais que o intelectual compartilha com sua geração. As principais linhas de interpretação responsáveis pela renovação do pensamento brasileiro podem ser sumarizadas pela substituição do conceito de Raça pelo de Cultura e pela alteração que provoca nos conceitos de História, Memória, Tempo e Tradição.

Palavras-chave: cultura brasileira, raça, história, tradição.

I. Introdução

Já plenamente inserida no horizonte modernista, uma das principais obras de Gilberto Freyre – *Casa-Grande e Senzala* – foi publicada no ano de 1933. Em seu primeiro prefácio, manifestando o sentido de vanguarda por intermédio da idéia de missão, o autor expressa a urgência em promover uma interpretação renovada da cultura brasileira:

O professor Franz Boas é a figura de mestre de que me ficou até hoje maior impressão. Conheci-o nos meus primeiros dias em Colúmbia. Creio que nenhum estudante russo, dos românticos, do Século XIX, preocupou-se mais intensamente pelos destinos da Rússia do que eu pelos do Brasil na fase em que conheci Boas. Era como se tudo dependesse de mim e dos de minha

geração; da nova maneira de resolver questões seculares. E dos problemas brasileiros nenhum que me inquietasse tanto como o da miscigenação.

Distinguir os traços modernistas na obra de Gilberto Freyre não é tarefa difícil, mas sim complexa. Mesmo diante da singularidade desse autor e ator, e das peculiaridades de sua trajetória intelectual e política no cenário cultural brasileiro, ao que ainda se pode agregar a grande independência de pensamento e atitude que o caracterizam, é possível identificar “afinidades eletivas” entre suas propostas de interpretação da cultura brasileira e algumas proposições fundantes do modernismo, elaboradas por outros intelectuais da mesma geração de autor, Sérgio Buarque de Holanda, Mário de Andrade, Manuel Bandeira.

Em verdade, o modernismo brasileiro, a par de suas múltiplas expressões estéticas, manifestos, publicações e variados subgrupos que o caracterizaram, contém traços comuns de modernidade que abrem novos caminhos analíticos, estéticos e sociopolíticos para o conhecimento da nossa cultura.

Entre esses traços pode-se destacar alguns eixos temáticos definitivos rumo à renovação interpretativa da cultura brasileira, tais como a substituição (pelo menos tentativa) do conceito de raça pelo de cultura e a introdução mais avançada da idéia de meio geográfico, antecipando-se, assim, à própria idéia de meio ambiente, uma vez que voltada mais para uma perspectiva ecológica, em detrimento do então dominante e implacável determinismo geográfico. Mais do que isso, a modernidade operada pelos modernistas incide basicamente na alteração que introduzem nos conceitos de história, tradição, memória e tempo.

Procurar-se-á mostrar no presente artigo como esses traços se inscrevem na obra e na perspectiva analítica de Gilberto Freyre. De igual modo, pretende-se evidenciar como o autor não só inseriu-se no movimento modernista, mas também como Gilberto Freyre pode ser considerado legítimo arauto da modernidade no pensamento social brasileiro.

Por fim, procurar-se-á, ainda, evidenciar a atualidade do Mestre de Apipucos para a compreensão da realidade da cultura contemporânea brasileira.

II. O personagem Gilberto Freyre

Seguramente, os anos 20 e 30 descortinaram um dos períodos mais ricos e dinâmicos da história da *intelligentsia* brasileira. Nesse contexto, emerge entre os intelectuais uma das características mais fecundas do modernismo: a atitude dialógica. Com essa marcante postura, ampliam-se e aprofundam-se as discussões em torno das tradições culturais e das várias tendências que conformaram o Brasil. A dimensão dialógica encontra-se presente tanto entre os intelectuais do período que muito debatem e polemizam, quanto no modo de compreender o Brasil.

Gilberto Freyre, de um lado, possui um grupo de amigos e intelectuais em Recife, Pernambuco, onde em particular se destacam Edson Nery da Fonseca e Ulisses Pernambucano. De outro, relaciona-se com proximidade com um subgrupo modernista, radicado no Rio de Janeiro, sobressaindo-se Manuel Bandeira, Prudente de Moraes Neto, Rodrigo Melo Franco de Andrade, Sérgio Buarque de Holanda e Afonso Arinos Melo Franco.

Por intermédio de pesquisa de campo sobre a instituição do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional¹, foi possível conhecer a relação de extrema proximidade que Rodrigo M. F. de Andrade (então diretor do SPHAN) e Gilberto Freyre mantiveram ao longo de 30 anos.

Segundo relato de Graciema M. F. de Andrade, mulher de Rodrigo,

Rodrigo passou noites intermináveis lendo e fazendo anotações nos originais de *Casa-Grande e Senzala*, que Gilberto havia lhe enviado para entregar ao editor Augusto Frederico Schmidt.

Ainda da autora, em pesquisa sobre a obra de Gilberto Freyre, encontra-se outra informação que evidencia a estreita relação entre ambos: na primeira hora de criação do SPHAN (instituição responsável pela preservação do patrimônio histórico e artístico nacional) Freyre fora convidado por Rodrigo para ser o representante daquela Secretaria em Pernambuco. A indicação, contudo, não se concretizou. Nos idos tempos do Estado Novo (1937), o interventor de Pernambuco recusou o nome de Gilberto Freyre por não admitir suas posturas políticas, à época, consideradas “comunistas”.

No entanto, a relação de extrema proximidade entre Gilberto Freyre e o “Patrimônio” (como era chamado) são legítimas e visíveis em inúmeras e concretas situações. Nesse sentido, encontra-se no arquivo pessoal de Rodrigo M. F. de Andrade, hoje sob a guarda da Casa de Rui Barbosa, um rico e significativo conjunto de cartas de Gilberto Freyre a ele endereçadas, onde são brilhantemente discutidas idéias a cerca da “origem” da cultura brasileira, e ainda sobre a tradição cultural e a necessidade de sua preservação.

Há também registros sobre o sistemático relacionamento de Gilberto Freyre com o grupo do “Patrimônio” – um dos mais atuantes sub-grupos do modernismo brasileiro –, em função do fato de a Revista do Patrimônio haver publicado no seu número de estréia (1937), trabalho de Gilberto Freyre intitulado *Mocambos do Nordeste: algumas notas sobre o tipo de casa mais primitiva do nordeste brasileiro*.

Nessa mesma publicação, foram posteriormente publicados inúmeros outros trabalhos de Gilberto Freyre, versando sobre os mais variados assuntos: arquitetura, arte, culinária e organização sociocultural do Brasil.

Sabe-se, também, por intermédio de citações feitas pelo próprio Gilberto Freyre in ‘Porque sou e não sou sociólogo’ e ‘Gilberto Freyre na UnB’, de suas relações igualmente próximas com Prudente de Moraes Neto, Sérgio Buarque de Holanda e Lúcio Costa, entre outros membros da “Academia SPHAN”.

Mais estreitas, ainda, foram suas relações com Manuel Bandeira: eram amigos-irmãos ou melhor, enfaticamente amigos verdadeiros, onde a “phillia”, ou seja, a afinidade espalha-se como fonte em todas as dimensões da convivência. Gilberto Freyre e Manuel Bandeira são amigos que desfrutam o gosto pela experiência brasileira – fundada na miscigenação, na mistura, na ludicidade, no lirismo, nas formas enigmáticas e paradoxais de adaptação das diversas culturas aqui em contato. Em suma, os amigos compartilhavam, em especial, profundo apreço pela tradição.

As afinidades entre os autores são inúmeras. Dignos de registro são o poema *Evocação do Recife* (1925), de Manuel Bandeira, e o *Guia Prático Histórico e Sentimental da Cidade do Recife* (1935), onde ambos valorizam a tradição, os rastros do tempo, as formas de sociabilidade e intimidade, revelando, ainda – ao se reportarem à capital

pernambucana – como uma cidade inteira que se deixa “evocar” pelos sentidos, pelo cheiro, pela cor, pelas relações pessoais.

Em comum com Manuel Bandeira – e este já um traço modernista – é a especial capacidade de Gilberto Freyre apreender a experiência através dos sentidos. Nele, os sentidos parecem recolher, filtrar e fixar a experiência da cidade que, assim percebida, é apresentada como possuidora de um ritmo lento. Nosso “guia” comporta-se como um narrador, relatando a experiência coletiva e a valorização dos sentidos na construção das experiências sociais.

Além dos amigos e interlocutores já mencionados, destacam-se no relacionamento com Freyre também artistas, escritores e intelectuais, como José Lins do Rêgo, Júlio Belo, Cícero Dias e Jorge de Lima e muitos outros modernistas que tiveram o privilégio de compartilhar com personalidade tão inquietante. Freyre sempre nutriu um gosto muito especial pela brasilidade, segundo ele repleta de antagonismos, misturas e mediações simbólicas ricas e inesperadas.

Diálogo também digno de registro foi aquele estabelecido entre Gilberto Freyre e José Lins do Rêgo, onde ambos debatem em profundidade a temática da memória e da volta ao passado. As muitas dimensões da obra de Gilberto Freyre, onde se incluem seus livros, artigos e crônicas para jornais, correspondências com amigos, sua atuação como ator cultural e político e, principalmente, seu papel como intelectual público, têm merecido significativos estudos, o que amplia e complexifica a fortuna crítica do autor.

Num primeiro momento, procurou-se, tão-somente, situar Gilberto Freyre em uma rede social – especialmente aquela formada por “núcleos modernistas”. Num segundo momento, pretende-se inseri-lo em rede discursiva mais ampla, destacando-se as categorias de história, tradição, tempo e memória.

Para homenagear Gilberto Freyre, personagem histórico, contemporâneo de seu próprio tempo, nada mais oportuno do que a aura que acompanha todo começo – como o é este início do ano 2000. E nesse sentido, ninguém melhor para apresentá-lo do que ele próprio. Em seminário comemorativo de seus 80 anos, realizado na Universidade de Brasília, assim se expressou o autor:

No meu caso, nasci, há oitenta anos, brasileiro. Produto, em grande parte, de já antigas raízes brasileiras. De sangue já miscigenadamente brasileiro. Aprendendo a falar numa língua neolatina já abrisilei-

rada, tropicalizada, africanizada, americanizada. Ouvindo cantar, chorar, rezar nessa língua. Vindo a ouvir nela diminutivos, aumentativos, palavras. E vendo talvez mais do que outros meninos certos verdes, azuis, amarelos, vermelhos, roxos, alaranjados tropicalmente brasileiros. Andando descalço por massafês, por outros barros, por areias de praia, por capinzais. Distinguindo cajueiros de mangueiras, jenipapeiros de jaqueiras, urtigas de folhas de canela. Águas de rio, de águas de mar, cheiros de curral de cheiros de mel de açúcar a ferver em todos os engenhos antigos. Gostos de doces de gostos azedos da mesma cana. Rostos, sorrisos, cheiros, gestos de gentes brancas senhoris dos de gentes de cor e servis. E desde pequeno, me habituando a misturar o que distinguia. A criar predileções por misturas de paladar, de cheiros, de cores de gentes. (Gilberto Freyre na UnB 1980, p. 127)

A riqueza e a diversidade da obra de Gilberto Freyre se confirmam a cada nova leitura; o percurso descrito é sempre uma permanente surpresa, na medida em que, ao convidar o leitor a participar da reflexão desenvolvida, o transforma em ativo interlocutor.

Nesse sentido, torna-se oportuno registrar as sugestões de José Guilherme Merquior e Benedito Nunes, que propõem aproximar Gilberto Freyre e Oswald de Andrade, pelo fato de ambos se utilizarem das noções de anarquia e paradoxo. Esses dois autores teriam ressaltado o profundo rendimento interpretativo dessas noções, com vista à compreensão da cultura brasileira.

III. A narrativa modernista: o ritmo do tempo

Conforme já mencionado, o movimento modernista imprimiu em seus participantes um sentido de vanguarda, uma espécie de “alma antenada”, o que, por outro lado, parece incidir sobre uma aguda percepção do tempo.

Essa percepção, por sua vez, permite a emergência de idéias correlatas como memória, tradição e história, pertencentes a um mesmo campo semântico, formando o que Foucault (1992) denominou de série discursiva.

Não é por outra razão que se constata na obra de Freyre inúmeras referências a Proust, momentos em que o autor dialoga com aquele, demarcando suas posições frente ao tempo, ao passado e à memória,

como por exemplo no primeiro prefácio de *Casa-Grande e Senzala* (1933), no prefácio à edição do mesmo livro (1959), em vários artigos do livro *Como por que sou e não sou sociólogo* (1968).

Ao pensar em Gilberto Freyre e no modernismo, optou-se por abordar como eixo básico as concepções de história e tradição. Mas aí surgiram novas indagações: que tratamento dar às categorias tempo e memória? Por que a insistência de Freyre em dialogar com Proust?

Uma primeira interpretação sugere que os dois autores poderiam ser considerados *homólogos*, uma vez que, para Proust, o tempo é feito de memória e, para Gilberto Freyre, a memória é feita de tempo².

Ou seja, diferentemente de Proust que aponta para um tempo interior e, para quem a vivência do tempo só é possível através da memória – de um mergulho profundo no passado. Já para Gilberto Freyre, a memória é feita de um tempo dinâmico, de um tempo vivido que se faz presente – ultrapassando esse próprio presente e criando futuros possíveis.

E mais: para Gilberto Freyre, a memória só é possível através do tempo, pois, o tempo é feito de processos instantâneos e singulares que podem sempre descortinar substâncias várias, fluxos contínuos e descontínuos.

Memória é, nesse sentido, o tempo que se faz história. Este parece ser um dos traços mais modernistas de Gilberto Freyre, que compreende o sentido da história como um tempo que transcorre e faz girar múltiplos processos sociais, nutrindo de mudanças o tecido da vida.

Em Proust temos um tempo psicológico, em Freyre destaca-se um tempo raciológico.

As interpretações modernistas sobre a realidade brasileira fazem com que todos modifiquem o conceito de história até então reinante no pensamento social brasileiro, na medida em que este implicava uma concepção geográfica e biológica de história. Ou seja, os caracteres geográficos e biológicos seriam responsáveis pelas marcas históricas.

Os modernistas, ao contrário, passam a pensar a história como um processo sociocultural, que desenvolve mecanismos de adaptação dentro de um contexto étnico-ambiental. Dessa forma, deslocam o conceito de história da geografia e o conceito de cultura da raça.

É por essa mesma razão que os chamados “explicadores do Brasil”, Gilberto Freyre, com *Casa-Grande e Senzala*, Sérgio Buarque de Holanda, com *Raízes do Brasil*, e Caio Prado Júnior, com *Formação do Brasil Contemporâneo*, voltam-se ao período colonial e buscam reconstituir e analisar o processo histórico através do qual se constituiu a sociedade brasileira. Todos buscavam uma interpretação contem-porânea da sociedade, utilizando o que se convencionou chamar de argumento colonial: os modernistas voltaram-se ao estudo do passado, sem serem passadistas, traço que singulariza o movimento moder-nista brasileiro.

Dito de outra forma: voltavam-se ao passado como um mergulho, para vislumbrar outros presentes, novos futuros. Percebiam o tempo muito mais como intensidade, irradiação, e não, como linha cronológica a desdobrar-se teleologicamente. Estudar o passado significava torná-lo vivo.

Segundo Gilberto Freyre (1959, p. XXXIII):

Sem empatia, não é possível o estudo do passado assim amplo e intenso a um tempo, social e pessoal. Estudo que nos transmita do passado humano um pouco do que nele foi valor vivo, símbolo vivido; ou existência, vivência, experiência, condicionada por valores e símbolos.

Antônio Carlos Villaça, em estudo sobre Gilberto Freyre, assim se refere ao seu trabalho:

O fim da sua atividade criadora, notou-o muito bem Diogo de Melo Menezes, é o ressuscitar de passados perdidos, revelar vida, compreender pessoas, ser fiel à realidade no esforço de revelação, ressurreição, compreensão da vida humana no Brasil.

De modo geral, é comum encontrar entre os modernistas o sentido de revelação, quando em contato com o passado colonial brasileiro, em especial, com a arte barroca. Este sentimento aparece em Mário de Andrade nos artigos que escreveu sobre o Aleijadinho e nas Cartas de Trabalho sobre as suas pesquisas em torno do patrimônio, aparecendo, também, em inúmeros depoimentos de Lúcio Costa, Oscar Niemeyer e Carlos Drummond de Andrade, entre outros.

Sabe-se que Gilberto Freyre escreveu *Casa-Grande e Senzala* não só como ensaio histórico-sociológico, mas também para reencontrar suas mais íntimas memórias.

Quando da publicação inaugural de *Casa-Grande e Senzala*, em seu primeiro prefácio, assim se expressou o autor:

A história social da Casa-Grande é a história íntima de quase todo brasileiro: de sua vida doméstica, conjugal, sob o patriarcalismo escravocrata e polígamo; da sua vida de menino; do seu cristianismo reduzido à religião de família e influenciado pelas credices da senzala. O estudo da história íntima de um povo que tem alguma coisa de introspecção proustiana; os Gonçort já o chamavam “a roman vrai”. O arquiteto Lúcio Costa diante das casas velhas de Sabará, São João Del Rei, Ouro Preto, Mariana, das velhas casas grandes de Minas, foi a impressão que teve: “A gente como que se encontra... E se lembra de coisas que a gente nunca soube, mas que estavam lá dentro de nós. Não sei – Proust devia explicar isto direito. (Freyre, 1933)

Ricardo Benzaquem de Araújo (1994), interpretou *Casa-Grande e Senzala* como uma “casa em miniatura”, onde se reconhece vida, onde a tradição transparece, imprimindo não só iluminação ao passado, mas também ao presente.

Os modernistas buscavam compreender a tradição em sua contemporaneidade. Uma tradição capaz de agir sobre si mesma ao incorporar mudanças, sem perder a pregnância do presente e, assim, alçando-se a novos futuros.

Gilberto Freyre, nos vários momentos em que busca um diálogo com Proust, argumenta que o tempo do passado contém fecundos e inesperados tempos contemporâneos. Há uma permanente e intrínseca relação entre o tempo do passado e do presente seguindo Gilberto Freyre:

O diálogo entre “tempo morto” e “tempo vivo” é, com efeito, uma das constantes filosóficas do livro *Casa-Grande e Senzala* constituindo uma expressão moderna de diálogo platônico sob aspecto dialético hegeliano. Tende esse diálogo a uma síntese daqueles dois tempos num terceiro, nem inteiramente morto, nem inteiramente vivo, dentro do qual viveria todo grupo humano cuja específica situação no espaço-tempo fosse identificada por uma análise de sua formação, ao mesmo tempo que de sua ecologia,

semelhante à análise tentada, com audaciosa amplitude no espaço e, ao mesmo tempo, com ousada busca, é claro que não atingida, de profundidade no tempo, em Casa-Grande e Senzala.

Há muitas outras passagens onde Gilberto Freyre refere-se a Proust e, quase que invariavelmente, aproveita a oportunidade para rejeitar qualquer possibilidade nostálgica ou saudosista que buscasse reviver o passado tal qual ele foi. Desse modo, Freyre alinha-se com as propostas do subgrupo modernista, vinculado à Academia SPHAN, que pretende a valorização do passado, mas não se considera passadista, nem tampouco neocolonial, mas sim moderno.

Um outro longo texto de Gilberto Freyre é definitivamente esclarecedor de suas concepções sobre passado, memória e tempo:

Não me sinto inclinado a me deter na crítica, a meu ver de todo leviana, de ser Casa-Grande e Senzala livro saudosista: saudade do autor do tipo de vida vivido nas casas – grandes servidas pela senzala. (...) uma coisa é ser um autor saudosista em sua atitude decisiva com relação ao passado; outra coisa é servir-se o mesmo autor da saudade, ou, especificamente, da rememoração proustiana, como método empático de recapturar um tempo morto, procurando fazê-lo viver para que, ressuscitado possa esse passado ser como que apalpado pelos dedos dos São Tomés. Apalpado nas suas feridas e apalpadados nas suas partes porventura sãs. Articulada com o presente e com o próprio futuro de uma sociedade ou de um tipo de sociedade a ponto de, sobre essa articulação, tentar-se uma interpretação sociológica, e não apenas histórica, de sociedades de um tipo que se caracteriza como patriarcal no seu conjunto de interações e não apenas na sua organização de família. (1980, p. 161)

Freyre vive e recupera o tempo do passado através de um procedimento metódico, onde procura desdobrar pouco a pouco suas camadas de sentido, afastando-se, assim, de uma atitude contemplativa. Distintamente de Proust, não necessita dissolver sua consciência, ou melhor, as experiências mundanas pertinentes à forma e à substância, de modo a deixá-las livres, flutuando nas profundezas da mente, até que venham a adquirir seu significado. Freyre revela a significação plena das experiências do passado, relevando sua densidade histórica e mostrando como a memória está inscrita no tecido vivo do tempo.

A compreensão do tempo interrelacionada com o modo específico de compreender a memória, a tradição e a história, faz com que Gilberto Freyre observe os fatos sociais como quem acaricia e apalpa idéias e dados empíricos, o que, igualmente, o conduz a ser sensível ao ritmo social, mais do que à simples história cronológica.

No artigo *Como e porque Escrevi Casa-Grande e Senzala*, Gilberto Freyre esclarece mais uma vez sua proposta de construir uma totalidade sócio-histórica, para ordenar a experiência brasileira do período colonial. Experiência que possui um tempo que se desdobra e um ritmo que se dobra sobre sua própria sonoridade e silêncio.

Ainda sobre *Casa-Grande e Senzala* o autor afirma:

É certo, desse livro que se desenvolve sobre um lastro de fatos retirados principalmente do cotidiano da experiência brasileira durante os séculos mais profundamente patriarcais de formação na América Portuguesa de uma sociedade estável. Fatos, quase todos eles, recorrentes durante considerável período de tempo antes considerado no seu ritmo social do que na sua seqüência histórica. (Freyre, 1968, p. 119)

A noção de tempo é um dos patamares básicos na arquitetura do pensamento de Gilberto Freyre. Valoriza não o tempo cronológico, mas o tempo vivido da experiência. É o próprio autor que afirma:

A minha concepção de tempo como dinâmica social mais propriamente do que um fenômeno cronologicamente convencional, levará o leitor a encontrar numerosas referências a períodos passados, bem como a projeção em tempos mais contemporâneos. (Freyre, 1980, p. 34)

O tempo para Gilberto Freyre é o tempo vivido, tempo estendido do ócio, das festas, dos nascimentos e das mortes – tempo lento dos rituais.

A narrativa de Freyre, especialmente em *Casa-Grande e Senzala*, possui ritmo e vibração. É plena de sentidos, pois trata-se de um autor sensível ao ruído e ao cheiro, à forma e à cor, ao amor e ao ódio, ao riso e ao choro, sobretudo a ecos e premonições. Constata-se uma captura da linguagem em seu espaço de vivência – tempo vivido – onde o concreto ressalta com todos os seus paradoxos a superfície do vivido. Revela-se uma captura através da linguagem, da experiência

derretida do passado, onde sobressaem-se realidades vividas, interiorizadas – experiências encarnadas na concretude da história.

Segundo Julian Marias, Gilberto Freyre encontrou o que é mais próprio do hispânico, em uma dimensão mais profunda, estrategicamente antropológica – o sentido do tempo. Conforme o mesmo autor, “essa realidade (do homem como ser vivente) é intrinsecamente temporal, porém de tempo vivente, não do tempo ‘estendido’ – o tempo especializado do relógio. Para Gilberto Freyre (1980), este é o tempo hispânico, a maneira original de entender o tempo que tiveram durante séculos os povos de raiz portuguesa ou espanhola.

Richard Morse, em *Espelho de Próspero* (1988), chama de “Grande Designio Ocidental” a linha de desenvolvimento que redonda nas modernas democracias europeias e anglo-saxãs, mas também dá sua alternativa ibérica, derivada de um outro ocidente, mais escolástico e barroco, inspirado pela hierarquia, pela tradição e pela decidida busca de um ideal de comunidade.

Pode-se afirmar que a noção de tempo em Gilberto Freyre está ligada à noção de espaço, tendo, pois, um caráter visivelmente corpóreo, o que transforma o intérprete do Brasil num escritor sensível ao cheiro das pessoas, das ruas, das casas e de suas culinárias, enfim, sensível à arquitetura e ao modo de ser das cidades.

Portanto, nada mais modernista do que as concepções de tempo elaboradas por Gilberto Freyre. Aliás, no cerne do pensamento modernista, surge uma espécie de teoria da temporalidade brasileira, onde alguns intelectuais voltam-se ao estudo do passado para encontrar, em sua força geradora, um salto para o futuro.

A percepção de tempo como intensidade, como irradiação, e paralelamente ao mesmo tempo, como um instante fugidio, leva a consciência moderna a acentuar a aguda finitude da vida e a elaborar uma nova concepção de história.

História passa a ser não mais a descrição da fauna e da flora – uma história natural –, nem tampouco uma história de corte positivista que supõe leis gerais e teológicas. A concepção de história então construída enfatiza os processos sociais, as práticas culturais, as representações simbólicas e, principalmente, as mudanças sociais.

O interesse de Gilberto Freyre está voltado para o cotidiano, para o dia-a-dia, para as experiências valorativas, isto é, experiências que

na sociedade brasileira “se caracterizam como valores rurais, telúricos e agrários” (Freyre, 1933).

Gilberto Freyre, numa atitude extremamente moderna, mostrando estar atento ao seu tempo, aproxima-se da Escola dos Annales, onde Marc Bloch, Ferdinand Braudel e especialmente Lucien Febvre haviam formulado uma nova concepção de história, diametralmente oposta ao enfoque positivista. Esse grupo situa a origem da força integradora da história na estrutura básica de crenças, atividades, convicções ou aspirações, que dão a uma determinada sociedade ou período histórico um caráter específico e um significado inerente.

Gilberto Freyre já foi chamado por outros comentaristas de verdadeiro viajante no tempo e no espaço. Segundo Zevedei Barbu (1980, p. 64), sociólogo romeno, “só um historiador e poeta, percebe e forja o todo, o mais completo cosmos de significados e, a um só tempo, a totalidade mais concreta, incluindo-se o passado, o presente e o futuro, o real e o potencial, o imanente e o transcendente da vida humana nos trópicos, da qual a vida brasileira é uma modalidade”.

Freyre construiu uma noção de história como totalidade que supõe e contém transformações no tempo. É nesse sentido que o estudo do complexo *Casa-Grande e Senzala* implicou volta ao passado, utilizando-se do argumento histórico da colonização para acompanhar as transformações rumo a novos futuros.

Surge, assim, um conceito renovado e ampliado de história, que dirige sua atenção tanto para a mudança na continuidade quanto para a continuidade na mudança. Tais processos devem ser captados em processos intersubjetivos, imersos nas práticas cotidianas e, como exemplo, pode-se citar as três modalidades de patriarcalismo que Freyre examinou: uma primeira, existente na ordem colonial rural e escravocrata; uma segunda, reinante numa sociedade já urbana e, finalmente, uma terceira, onde a família patriarcal vive sob as ordens de uma sociedade urbana e industrial.

Um dos traços modernistas mais marcantes em Gilberto Freyre e que permite aproximá-lo tanto de Mário de Andrade quanto de Sérgio Buarque de Holanda é, como já se disse, a profunda renovação que promove nos conceitos de memória, tempo e história, o que repercutirá diretamente sobre o modo de compreensão da categoria tradição.

É dessa maneira que a modernidade marca o pensamento desses autores que, à semelhança de Walter Benjamin (1986), se recusam em pensar a história informada por um tempo homogêneo e unilinear. Para eles, contrariamente, o tempo é repleto de processos históricos irradiadores – daí a observação da história em seus momentos de intensidade. Talvez também derive daí a importância atribuída por Freyre aos processos de acomodação, de misturas existentes no período colonial brasileiro.

Esta reflexão nos remete a uma questão extremamente cara aos modernistas: como compreender a tradição? Ao contrário de outros movimentos de vanguarda europeus, como, por exemplo, o futurismo de Marinetti, que recusam valorizar qualquer tipo de tradição, o modernismo brasileiro reformula tal conceito. Busca uma tradição viva, não uma “tradição tumular”, no dizer de Carlos Drummond de Andrade (*A Revista*, 1925), mas uma tradição capaz de emergir em fulgu-rações renovadas do presente.

No Brasil, além da renovação no conceito de tradição, este vem associado à idéia de misturas, o que confere às tradições culturais brasileiras vivacidade inaudita.

Segundo Benzaquem, “a proposta modernista – se é que se pode buscar um denominador comum num horizonte tão heterogêneo – elabora respostas interpretativas que puseram a questão cultural no centro, numa interessante simbiose sincrética do especificamente brasileiro com a herança e a criatividade contemporânea de toda humanidade”.

Gilberto Freyre “vai apresentar uma concepção da vida social em condições de admitir, plasticamente, a influência de qualquer tradição, muçulmana, negra, judaica ou francesa, ampliando e alterando, no mesmo movimento, a própria noção de cultura”, conforme análise do mesmo autor (Benzaquem, 1994, p. 103).

Da mistura das culturas que se encontraram nos trópicos americanos, surgiu a tradição brasileira que, em consonância com a estrutura socioeconômica, definiu a sociedade brasileira. A tradição parece ser um conceito chave para se compreender a trilogia escrita por Gilberto Freyre: *Casa-Grande e Senzala* (1933), *Sobrados e Mocambos* (1936) e *Ordem e Progresso* (1959).

Nesta trilogia transparece a análise de alguns fenômenos da cultura brasileira como o patriarcalismo, o tom verborrágico e retórico da

intelligentsia e as festas sagradas e profanas – complexos culturais que exibem uma espécie de tradição progressiva, uma forma de continuidade através da mudança.

A idéia de tradição progressiva, conforme já aludimos, encontra-se presente ao longo da trilogia mencionada, oportunidade em que Gilberto Freyre construiu um modelo de base histórica para compreender o padrão de relacionamento entre as tradições culturais.

Destacam-se em suas análises múltiplos núcleos temáticos: a realidade da casa, da família e da personalidade, entre outros. Todos eles atravessam transformações no tempo, mas mantém irredutível sua significação simbólica na dinâmica cultural brasileira.

Gilberto Freyre atribui especial ênfase ao conceito de personalidade, principalmente em função de sua capacidade de transformar-se via reflexão e conhecimento. Essa concepção aproxima Gilberto Freyre de algumas análises clássicas sobre o tema feitas por Goethe, Max Weber, Nibert Elias e Thomas Mann, para citar os principais. Entre estas, destacam-se em particular as de Max Weber, que enfatiza ser o conceito de personalidade, como capacidade de mudar o mundo, um dos valores da modernidade. Aliás, modalidade essa assumida pelos primeiros protestantes e burgueses.

Além disso, Gilberto Freyre, como sujeito do conhecimento, assume uma personalidade que se desdobra em múltiplos personagens, conforme suas próprias palavras: “eu me desdubro, no menino, no negro, na mulher, no homem, no efeminado” (Freyre, 1980, p.117).

A personalidade de pesquisador adquire uma postura perspectivista, que lhe permite observar as mudanças de seus personagens em múltiplas experiências no tempo e no espaço. Por exemplo, a personalidade do senhor de engenho apresenta-se mais alargada e vulnerável no Brasil-Colônia e torna-se mais contida no Brasil-Império. Acompanhando essa mudança, também ocorrem modificações na personalidade do filho e da mulher, os quais, de completamente submissos, vão adquirindo autonomia ao longo do tempo.

Ainda a este respeito, ao comentar sobre as escolhas feitas para elaborar *Casa-Grande e Senzala*, o autor afirma que, em primeiro lugar, buscou assumir um ponto de vista móvel:

Ora, o assunto não era – nem é puramente europeu mas, em grande parte, extra-europeu. Não se defronta o autor com asperezas desse

mesmo assunto nem como um sub-europeu passivamente colonial mas como um analista ou um intérprete do homem social, desdobrado – repita-se como autor em várias personalidades, que, nesses desdobramentos, precisava de identificar-se com elementos humanos e culturais além de não-europeus e de não-eruditos, folclóricos, vulgares, plebeus, contando que telúricos, da realidade brasileira. (Freyre, 1968, p.123)

Freyre faz menções, também, às mudanças que ocorrem no âmbito da família; para ele, a verdadeira unidade colonizadora da América portuguesa. Evidencia, por exemplo, que o modelo organizacional de base patriarcal sofre um conjunto de inflexões e modificações ao longo da história da sociedade brasileira.

No regime patriarcal do período colonial, caracterizado pela paisagem rural, pela autarquia do complexo socioeconômico casa-grande e senzala, o senhor de engenho desfruta de plenos poderes, o que, paradoxalmente, confere maleabilidade e capacidade de absorção do outro, mesmo que em posição subalterna. O patriarcalismo colonial, primeiro, se construiu sob o regime do hibridismo, absorvendo a multiplicidade cultural, mais do que apartando-a, sobretudo a relação da casa-grande com a senzala.

No decorrer do século XIX, sob o regime Imperial, surgem os sobrados e mocambos, um patriarcalismo mais austero, embora a autoridade do senhor já não reine mais absoluta. O filho, já bacharel, possui também alguma forma de poder na sociedade, o que começa a acarretar mudanças internas nas relações de autoridade entre os membros da família.

O patriarcalismo, na passagem da Monarquia para a República – quando a sociedade começa a experimentar o processo de industrialização e enfatiza os mecanismos de urbanização –, assume novas feições: as relações interpessoais tornam-se mais atomizadas e as hierarquias mais rígidas, muito embora as práticas culturais das diferentes etnias continuem mantendo a capacidade de troca.

O marco cronológico que orienta *Ordem e Progresso* contempla o período que se estende de meados do século XIX (Lei do Ventre Livre) até o final da segunda década do século XX (início da Presidência Epitácio Pessoa). O objetivo era trabalhar com quatro gerações – bisavós, avós, pais e filhos – “um tempo sociologicamente único” (OP, p. XXI). Freyre procurou articular o passado social e cultural dos

entrevistados com o seu presente e, em alguns momentos, com o seu próprio futuro, criando, assim, uma interdependência entre esses três tempos. Na sua concepção, é impossível separar, sociologicamente, o passado do presente, na medida em que o tempo “é psicológica e socialmente composto de variáveis que se alteram conforme o ritmo em que os vivem [...] diferentes subgrupos” (OP, p. XXXIX).

Assim, Gilberto Freyre vai observando a progressiva mudança e continuidade das diferentes tradições culturais brasileiras ao vinculá-las à análise bastante crítica e lúcida do processo civilizador da sociedade brasileira e sua definitiva inclusão na modernidade ocidental.

A análise de Benzaquem sobre a obra de Gilberto Freyre esclarece como a “estrutura”, a constituição interna do patriarcalismo, sofre modificações ao longo do tempo.

Segundo ele, “a partir de uma série de modificações na economia – com o fortalecimento do comércio, das cidades e a crescente diminuição da escravidão; na política – com a transferência da soberania dos senhores de engenho para o Estado Imperial e o natural abrandamento daquela atmosfera de anarquia “feudal” que predominava até então; e na cultura – com o avanço de um processo civilizador no País, o caráter do patriarcalismo estudado em *Casa-Grande e Senzala* havia sofrido uma profunda modificação. Destituído, agora, de suas funções públicas, ele perde também a oportunidade de criar um ambiente doméstico que, mesmo farto de exageros de natureza sexual, não deixava de estimular, sem prejuízo do despotismo inerente ao regime escravocrata, uma relativa e precária intimidade entre senhores e escravos”.

Vejamos o que diz a esse respeito o próprio Gilberto Freyre (1933, p. 160):

O sistema casa-grande – senzala se partira quase pelo meio, os elementos soltos espalhando-se um pouco por toda a parte e completando-se mal nos seus antagonismos de cultura européia e de cultura africana ou indígena. Antagonismos outrora mantidos em equilíbrio à sombra dos engenhos.

Gilberto Freyre, ao estudar o patriarcalismo brasileiro, pergunta-se como é possível manter a tradição dos antagonismos em equilíbrio, tão característico da sociedade híbrida do período colonial.

E ele mesmo responde, com certa indignação, que o hibridismo frenético da fase colonial transforma-se em dualismos no decorrer do século XIX, tais como moços e velhos; homem e mulher; urbano e rural; cosmopolitismo e ruralismo.

Outra dimensão da realidade que Gilberto Freyre observa, diz respeito à presença de uma tradição progressiva referente à continuidade do estilo de educação implantado no Brasil. Há uma continuidade entre a educação jesuítica até o século XVIII e a formação do bacharel do século XIX. Em ambas as situações permanece o abuso da retórica, o tom eloqüente e verborrágico. Valeria perguntar: como se mantém essa tradição atualmente entre nós?

Outro modo de compreender a tradição presente no pensamento de Gilberto Freyre, e profundamente em sintonia com as propostas modernistas, diz respeito ao elogio das misturas, ao entrelaçamento das tradições. Este processo resultou na construção de uma nacionalidade, que se afastando de qualquer consideração sobre uma substância antológica, focaliza “uma maneira particular, híbrida e plástica de combinar as mais diferentes tradições sem pretender fundi-las em uma síntese completa e definitiva: antagonismos em equilíbrio” (Benzaquem, 1994, p. 135).

A narrativa do autor possui um tom frenético, que acentua seu ritmo pleno de imagens:

Nem intransigentemente de uma nem de outra (i. e. Europa e África), mas das duas. A influência africana fervendo sob a européia e dando um acre requieime à vida sexual, à alimentação, à religião; o sangue mouro ou negro correndo por uma grande população brancarona quando não predominando em regiões ainda hoje de gente escura; o ar da África, um ar quente, oleoso, amolecendo nas instituições e nas formas de cultura as durezas germânicas, corrompendo a rigidez moral e doutrinária da Igreja medieval; tirando os ossos ao Cristianismo, feudalismo, à arquitetura gótica, à disciplina canônica, ao direito visigótico, ao latim, ao próprio caráter do povo. A Europa reinando mas sem governar; governando antes a África. (Freyre, 1933, p.5)

O que Gilberto Freyre mais valoriza no colonizador é justamente sua capacidade de misturar-se, sua miscibilidade, o que garantiu sempre uma enorme plasticidade à cultura portuguesa, fazendo com que esta

tanto imprimisse suas marcas em outras culturas que manteve contato tanto quanto recebesse influências daquelas.

No artigo “Sugestões para o estudo da arte brasileira em relações com a de Portugal e das colônias”, publicado na Revista do SPHAN, o autor faz o seguinte comentário sobre a cultura da gente de Portugal:

Um povo com uma capacidade única de perpetuar-se em outros povos. Dissolvendo-se neles a ponto de parecer ir perder-se nos sangues e nas culturas estranhas mas ao mesmo tempo comunicando-lhes tantos de seus motivos essenciais de vida e tantas das suas maneiras mais profundas de ser que, passados séculos, os traços portugueses se conservam nos traços dos homens e na fisionomia das casas, dos móveis, dos jardins, das embarcações, das formas de bolo. (Freyre, 1933, p. 173)

Demonstrando altivez e grande capacidade de observação, atitude extremamente constante em muitos modernistas, como Oswald de Andrade e Mario de Andrade, entre outros, Freyre reverte por completo o complexo de inferioridade frente às culturas européias:

Por outro lado, não deixou de haver sobre a arte culta e popular de Portugal, brasileira, e não só sugestão da natureza em seu estado cru como influência de uma paisagem e de um meio social coloridos fortemente pela escravidão e pela miscigenação. Esses traços de influência ou de sugestão brasileira sobre a arte portuguesa da Europa estão exigindo uma análise pachorrenta e demorada. (Modernistas na repartição. 1993, p. 172)

A observação da mistura de tradições, leva Gilberto Freyre a enfatizar que a singularidade da sociedade brasileira consiste na experiência da permeabilidade entre as tradições culturais aqui existentes.

A respeito dessa questão, Freyre retoma suas reflexões sobre o ser hispânico, cujas características mais marcantes, segundo ele, seriam o seu pluralismo de comportamento, entre outros motivos, pelo fato de a Península situar-se no entre-lugar de duas civilizações: a européia e a árabe-oriental.

Ao analisar-se a trilogia composta por Freyre, especialmente *Casa-Grande e Senzala* e *Sobrados e Mocambos*, a constituição de uma tradição brasileira, suas transformações e modulações através

do tempo histórico, revela-se como um dos eixos fundamentais de sua argumentação.

Revela-se, igualmente, uma admiração inequívoca do período colonial, de onde se teria gestado a matriz da cultura brasileira, plena de hibridismo, de misturas, de fluxos simbólicos variados e múltiplos artificios, como a inclusão do pecado nas considerações religiosas.

Gilberto Freyre interpreta a sociedade dos séculos XVI e XVII, sob o signo do excesso. Mas, ao mesmo tempo, aponta para o processo social onde as diferenças culturais são continuamente submetidas a um processo de equilíbrio e aproximação.

No entanto, o excesso é uma espécie de mecanismo fundante da intersubjetividade necessária à construção da sociedade. Excesso sexual, de ócio, de magia, de violência e de sadomasoquismo. Numa das melhores definições sobre a cultura brasileira, Freyre a interpreta pelo excesso de mestiçagem, o que significa, no seu próprio vocabulário, diferença, hibridismo, ambigüidade e indefinição.

O patriarcalismo, em sua modalidade brasileira, apresentou todo tipo de excesso. A *hybris* foi vivenciada até o limite da morte, processo que Gilberto Freyre evidencia por intermédio da disseminação da sífilis naqueles tempos. Segundo ele, excesso de emoção e furor.

O português-colonizador aparece em *Casa-Grande e Senzala* como um personagem híbrido; a cultura negra aparece com expressiva vocação mediadora entre a cultura portuguesa e a cultura indígena.

Neste livro paradigmático sobre a cultura brasileira, descortinam-se, em suma, a percepção e a formação de uma imagem extremamente híbrida, sincrética e polifônica da sociedade brasileira.

Por fim, é o conceito de tradição, tal como trabalhado por Gilberto Freyre (e segundo nossa hipótese, por todo um subgrupo modernista, especialmente aquele vinculado à “Academia SPHAN”³), que possibilitou-lhe uma ampliação da análise sobre os processos constitutivos da cultura brasileira. Tal postura permitiu-lhe, inclusive, realizar uma desnaturalização do escravo, ao demonstrar que esta é apenas uma condição social historicamente construída, que não deve camuflar a riqueza e a dinâmica da cultura africana. Nesse mesmo diapasão, encontra-se valorizada a existência de uma tradição popular estável, que passa da senzala aos mocambos, às favelas, mas que, a par de seu deslocamento no espaço, mantém certa consistência no

tempo. É esta tradição que se constitui no tecido da história e se transforma no ritmo do tempo que Gilberto Freyre observa. É por essa mesma razão que o autor se volta à análise das práticas culturais cotidianas, aquelas que revelam a intimidade e a totalidade do ser como individuação e como sociabilidade (Simimel, 1992).

E nesse sentido, um traço profundamente modernista de Gilberto Freyre se ilumina: a presença de uma nova postura racional, subjetivamente instrumentalizável diante da realidade brasileira. Portanto, era preciso estudá-la, pesquisá-la, escutá-la, ir às fontes primárias, ouvir a voz das diversas etnias, apalpar de perto a história interna da cultura brasileira.

É Gilberto Freyre (1968) quem afirma: “ora, a grande história é a história social. É a história íntima, e da história íntima fazem parte as superstições, as ilusões, os mitos”.

Há, portanto, em toda a obra de Gilberto Freyre uma pesquisa sistemática sobre os fatos que observa. Em verdade, os modernistas recusam o tom verborrágico, eloqüente e considerado vazio das gerações anteriores.

A análise do cotidiano requer procedimentos de pesquisa apurados e atenta análise, o que exige, ao mesmo tempo, a capacidade de transferir-se o particular significativo para o universal expressivo. Nesse aspecto, Freyre foi exemplar, conforme observou Roger Bastide em análise sobre a obra do autor.

Gilberto Freyre buscou, num gesto missionário tão característico do horizonte modernista, trazer a expressão plena, aquela experiência brasileira ainda muda em muitos aspectos; trata-se, pois, de trazer à superfície discursiva a expressão pura de um sentido próprio à história da cultura brasileira.

O autor promoveu a observação de elementos dionisíacos da cultura, capazes, também eles, de promover coesão social através do lúdico, do erótico, dos sentidos e da emoção estética, o que nos permite, contemporaneamente, aproximar o pensamento de Freyre das proposições desenvolvidas por dois outros sociólogos: George Simmel e Michel Maffesoli, as quais apresentam grande rendimento para estudar a cultura brasileira contemporânea.

A narrativa freyreana possui um ritmo intenso; a realidade brasileira parece falar com sotaque próprio. A discussão sobre uma língua

brasileira, a mescla entre a cultura culta e a popular, a incorporação da história oral e das trajetórias de vida são procedimentos especialmente modernistas e que aparecem em Gilberto Freyre.

A isso ainda se pode agregar outro traço da riqueza metodológica do autor: a incorporação da diversidade dos grupos sociais contemplados pelas pesquisas realizadas, resultado direto da utilização do conceito de cultura, o que permite uma análise congregada, ampla e diversificada da realidade, ao contrário daquela que privilegia a noção de raça, que separa, diverge e hierarquiza.

Freyre utiliza a linguagem do cotidiano, a linguagem da praça pública, do corpo, do sexo, das festas sagradas e profanas. Nesse sentido, é possível também aproximar suas análises daquelas desenvolvidas por M. Bakhtin, em seu grandioso livro *A Cultura Popular e o Renascimento Europeu*.

O fato é que Gilberto Freyre explorou em profundidade o domínio da vivência concreta da família patriarcal – a verdadeira unidade colonizadora – e as diferentes formas de racionalidade existentes nos trópicos. É por esse motivo que sua narrativa apresenta um tom de vivacidade, capaz de transformar o leitor em interlocutor, permitindo-lhe momentos de interrogação e de diálogo, o que transforma a leitura de sua obra em construção de espaço de enunciação, onde a reflexão se amplia sobremaneira.

A obra de Gilberto Freyre descortina verdadeira experiência sobre a realidade brasileira, abrindo espaço para um intenso percurso pelos seus meandros internos. Entre outros aspectos, sua atitude perspectivista e seu conceito de personalidade como capacidade transformadora fazem com que seja possível o leitor “experienciar” o verdadeiro mergulho nas conexões internas e mais sutis da cultura.

Roberto da Matta, ao analisar a obra de Gilberto Freyre, faz o seguinte comentário sobre a complexidade e a riqueza do método de análise empregado pelo autor:

Essa relação difícil e complexa entre o intelectual e o sensível, o de dentro e o de fora, o vivido e o conceitualizado, o local e universal, o que requer tradução e aquilo que faz parte do ar que se respira que Gilberto Freyre quer estudar e, eventualmente equilibrar, em sua obra.

É importante ressaltar a unidade de Gilberto Freyre na observação das transformações históricas. Conforme dito, a defesa da tradição impõe em Gilberto Freyre um dos mais marcantes traços de seu modernismo, que é a capacidade concomitante de observação dos avanços da modernidade.

Esta modernidade é observada por exemplo através da importância que Freyre atribui à urbanidade na nova estruturação das relações sociais na sociedade brasileira. Tais fatos são observados através da percepção do impacto das novas relações que ocorrem sob o espaço da cidade e fazem mudar o cenário dos valores e dos interesses, dominantes, no cenário da realidade brasileira.

Em *Sobrados e Mocambos*, o autor observa o século XIX e a sociedade brasileira em intenso processo de urbanização, o que faz aparecer uma nova aristocracia de sobrado, diversa da comercial. Aristocracia de “toga e de beca”. É a presença dos bacharéis trazendo mudanças na cultura e na política do país.

A urbanidade, isto é, a disseminação de um estilo de vida urbano, se intensifica no Brasil nos anos 30, o que acelera os processos de inclusão do país na modernidade ocidental, promovendo um reordenamento sociohistórico no plano interno da cultura. É um momento de acelerada modernização e mudança dos padrões estéticos e dos modos de vida. Assiste-se do final do século XIX até as primeiras décadas do século XX uma profunda imitação da cultura francesa.

Esse processo não passa despercebido para a sensibilidade modernista de Gilberto Freyre, nem tampouco para outros contemporâneos seus, que escreveram guias históricos, sentimentais e líricos sobre as cidades históricas, ou ainda, poemas memoráveis, como o que o próprio Gilberto Freyre escreveu sobre Recife e Olinda, ou aqueles escritos por Manuel Bandeira, sobre Recife, Olinda e Ouro Preto, ou Mário de Andrade sobre São Paulo, Belo Horizonte, etc.

O aumento da complexidade da vida urbana traz consigo a criação e diversificação de valores e interesses. A multiplicidade de valores é uma característica da modernidade, segundo Max Weber (*Economia e Sociedade*, 1990). Gilberto Freyre está atento não só à observação de tal multiplicidade, como à dinâmica da cultura exposta em suas múltiplas interconexões, dobras e desdobramentos no interior de uma totalidade histórica.

Tal discussão nos conduz a um último ponto que merece atenção para esclarecer importante traço modernista na obra de Gilberto Freyre. Trata-se do uso sistemático de um método de análise sobre a realidade brasileira, cujo maior rendimento analítico consiste em construir uma visão alerquinal, em consonância com Mario de Andrade na construção de Macunaíma. Gilberto Freyre, com agudo senso analítico, igualmente ressalta, em seus diversos trabalhos, as permanentes e múltiplas interrelações existentes no interior da cultura, como, por exemplo, as transformações concomitantes entre a organização da vida privada familiar (dos diferentes tipos de patriarcalismos) e o formato do regime político das constituições, ou seja, evidencia a relação entre vida privada e a cultura política brasileira.

Conforme o autor:

a transição do patriarcalismo absoluto para o semipatriarcalismo (que) alguém já se lembrou de comparar com a transição da monarquia absoluta para a constitucional. (Freyre, 1933, p.130)

É preciso, porém, evidenciar que Gilberto Freyre não pretendia construir uma interpretação do Brasil que resultasse na idéia de soma ou síntese. A proposta deste intelectual consiste na construção de uma noção de totalidade histórica que mantém um sentido aberto às transformações sociais e às múltiplas possibilidades de metamorfoses simbólicas e arranjos interpretativos polissêmicos.

Em verdade, pode-se arriscar a idéia de que a interpretação modernista de Gilberto Freyre constrói não uma metáfora sobre a cultura brasileira, mas uma alegoria, isto é, uma totalidade aberta à múltiplos sentidos.

Notas

- 1 Da pesquisa de campo citada, resultou tese de doutorado da autora do presente artigo, com o título – O Tecido do Tempo: a idéia de patrimônio cultural no Brasil, 1920-1970.
- 2 Esta é uma idéia que se encontra ainda em primeira versão, e aponta para questões complexas que devem ser aprofundadas. Fica como sugestão para reflexão e pesquisa.
- 3 Grupo de intelectuais e amigos que trabalhavam e se reuniam em torno da instituição Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Abstract. The article discusses Gilberto Freyre's position on the horizon of Brazilian modernism and builds its arguments upon the shared ideals of his generation. The main interpretative lines responsible for the renewal of Brazilian thoughts can be summarized by the replacement of the concept of Race by Culture, and by the alterations in the concepts of History, Memory, Time and Tradition.

Résumé. L'article entame une discussion sur l'insertion de Gilberto Freyre dans l'horizon du modernisme brésilien et bâtit son argument à partir des idéaux partagés avec les intellectuels de la même génération. Les idées les plus importantes, responsables pour le renouveau de la pensée sur le Brésil, peuvent être resumées par le remplacement du concept de Race par celui de Culture et par le déplacement des concepts d'Histoire, Mémoire, Temps et Tradition.

Referências Bibliográficas

- BENZAQUEM, Araújo Ricardo (1994). *Guerra e paz: casa-grande e senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30*. Rio de Janeiro: Ed. 34 Letras.
- CAVALCANTI, Lauro (org.) (1993). *Modernistas na repartição*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro. Ed. UFRJ/Paço Imperial.
- COSTA LIMA, Luiz (1929). *A aguarrás do tempo*. Rio de Janeiro: Ed. Rocco.

- FREYRE, Gilberto [1933] (1971). *Casa-Grande e senzala*. Rio de Janeiro: Aguilar.
- _____ (1936). *Sobrados e mocambos*. Rio de Janeiro: Ed. José Olympio.
- _____ (1959). *Ordem e progresso*. Rio de Janeiro: Ed. José Olympio.
- _____ (1975). *O brasileiro entre outros hispanos: afinidades, contrastes e possíveis futuros nas suas inter-relações*. Rio de Janeiro: Ed. José Olympio.
- _____ (1968). *Como e por que sou e não sou sociólogo*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília.
- _____ (1993). “Sugestões para o estudo da Arte brasileira em relação com a de Portugal e as das colônias”. In: *Moder-nistas na repartição*. Organizada por Lauro Cavalcanti. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, Editora UFRJ/Paço Imperial.
- _____ (1980). *Gilberto Freyre na UnB*. Coleção Itine-rários. Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- IÑIGUEZ, Carlos Piñeiro (1999). *Sueños paralelos*. Centro de Estudios de Política Exterior en el Cari. Consejo Argentino para las Relaciones Internacionales. Buenos Aires: Ed. Nuevo hacer. Argentina.
- MENDONÇA TELES, Gilberto (1992). *Vanguarda européia e Modernismo brasileiro*. Petrópolis: Vozes.
- RODRIGUES DE FARIA, Nina (1998). “Histórias de vida”. *Revista Sociedade e Estado*, vol. XIII, n.º 2, julho-dezembro.

RESENHAS

NOVAS NARRATIVAS SOBRE OS ESTADOS UNIDOS

Angélica Madeira

OLIVEIRA, Lúcia Lippi (2001). *Americanos – Representações da identidade nacional no Brasil e nos EUA*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 224p.

Há um novo interesse por um campo de estudos que, embora possa ser rastreado desde o século XIX, ganha maior visibilidade somente no cenário intelectual contemporâneo, diante da evidência da hegemonia dos Estados Unidos e de sua cultura no mundo globalizado: os estudos americanos. Tratado em si mesmo ou em trabalhos comparativos, o estudo da sociedade americana parece ser cada vez mais pertinente, para os latino-americanos em especial, à medida que vêm, com nitidez, reforçarem-se as posições de poder daquele país que possui a indústria cultural mais bem aparatada, tornando-se um centro de produção de bens e de valores mundialmente disseminados e recebidos segundo as “especificidades” das culturas que os consomem.

Artigos recentes apresentam diferentes aspectos das relações culturais entre Brasil e Estados Unidos, ora através da montagem das

Angélica Madeira é professora do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília, Diretora da Casa da Cultura da América Latina-UnB e professora titular do Instituto Rio Branco-MRE.

expectativas dos brasileiros em relação àquele país, ora através da desmontagem das narrativas dos americanos sobre o Brasil. Exemplos do que digo são as análises sobre escritores americanos, estudos sobre políticas culturais e diálogos intelectuais que compõem a coletânea organizada por Cristina Stevens que traz o sugestivo título *Quando o tio Sam pegar no tamborim: uma perspectiva transcultural do Brasil* (Editora Plano, Brasília, 2001). A coletânea, de caráter eminentemente transdisciplinar, reflete com bastante nitidez as tendências do campo dos estudos literários hoje. É preciso também fazer referência à excelente monografia apresentada à disciplina *Leituras Brasileiras* no Instituto Rio Branco por Rodrigo Carvalho, mapeando toda a tradição americanista na América Latina e no Brasil, discutindo clássicos, delineando posições, em uma perspectiva histórica e sociologicamente orientada. A publicação de *A Conquista do Oeste* de Robert Wegner (Editora UFMG, 2001) discute a primeira fase da obra historiográfica de Sérgio Buarque de Holanda, o historiador das bandeiras e monções. A obra traz inúmeras precisões sobre o debate entre iberismo e americanismo e muitas comparações pertinentes entre a experiência brasileira e norte-americana. Final-mente, *Americanos* de Lúcia Lippi, que motivou essas breves notas. Observa-se que há todo um esforço intelectual configurado nessa densidade textual, o que leva a constatar o interesse recente e o incremento desse campo de estudos no Brasil.

A leitura do texto de Lúcia Lippi é instigante e instrutiva. Instigante por trazer à cena um tema incomum e, no entanto, tão próximo a nós. Instrutiva não só pelos argumentos que sustentam a reflexão e os conteúdos, como também, e principalmente, por ser o resultado de uma pesquisa metódica, conduzida por etapas que podem ser acompanhadas ao longo dos capítulos.

A pesquisa empreendida pela autora para realizar sua obra parte de uma revisão crítica de uma extensa bibliografia que inclui narrativas de fundação da nação, estudos comparativos ou polêmicas calorosas, como aquela que envolveu Morse e Schwartzman em torno das interpretações e soluções apresentadas para ultrapassar o atraso do Brasil.

Desde a apresentação ficamos cientes do fôlego do trabalho que parte de leituras diferenciadas, nas duas tradições, para empreender a análise comparativa. A autora assegura para si uma posição bastante

neutra ao examinar as narrativas e os principais debates, sempre localizando-os no conjunto das forças sociais em que emergem. É bastante sóbria, mesmo ao trazer observações sobre suas experiências pessoais e impressões da sociedade americana. Ali percebe-se o cuidado de quem já analisou uma massa textual densa que contém juízos, avaliações, conselhos e prognósticos. Lucia Lippi situa-se no debate e, somente após o mapeamento do campo, busca marcar seu lugar de fala, explicitar o foco de seu olhar.

Algumas perguntas para começar. Por que tão poucos trabalhos acadêmicos comparativos sobre Brasil e USA? Por que esse desinteresse acadêmico se há tanto interesse da sociedade brasileira pelos Estados Unidos, seus valores e *way of life*? Em que sentido pode-se dizer que nos tornamos cada vez mais parecidos com os americanos do norte?

A não ser por poucas semelhanças inequívocas – ambos os países serem de dimensões continentais, possuírem extraordinárias riquezas naturais, serem formados por populações de imigrantes –, em tudo o mais são diferentes o Brasil e os EUA. Os processos de construção da identidade são igualmente diferenciados para brasileiros e americanos. Nos EUA, desde o período colonial, com os pioneiros do século XVII, passando pela industrialização e tensões políticas do século XIX, até a assunção do papel de líder do bloco capitalista no mundo, a partir do início da 2ª Guerra Mundial, consolidam-se uma economia forte, uma política expansionista determinada e uma democracia baseada no ideário liberal republicano. O Brasil, não só pela monarquia que traz um diferencial em relação a todos os países da América do Sul e do Norte até fins do século XIX, adentra o século XX em posição economicamente subalterna, atrasado na corrida para o desenvolvimento, como país agroexportador, e sob a zona de influência dos Estados Unidos.

Apesar da forte presença da cultura norte-americana no Brasil, através dos produtos distribuídos pela indústria cultural – música, cinema, tv, moda, etc. – os estudos comparativos são relativamente escassos. Essa discrepância entre campo empírico e análise teórica é explicada pela autora pelo contexto interno da organização do campo das disciplinas nos dois países.

Na dinâmica da construção do campo intelectual, houve, segundo a análise da autora, em diálogo com Micelli, um “fechamento de

mercado” de mão dupla: os especialistas em Brasil – brasilianistas, historiadores, antropólogos, economistas, em geral americanos – não só ocupam uma posição secundária no complexo mundo acadêmico em seu próprio país como também têm uma aceitação relativa e uma história de polêmicas com os intelectuais brasileiros. Na década de 1970, houve uma produção significativa de obras que se tornaram clássicas na área da história e da ciência política como *Os militares na Política* de Stephan ou *Brasil: de Getúlio a Castelo* de Thomas Skidmore para citar apenas dois dentre inúmeros trabalhos que consagraram seus autores.

Lucia Lippi toma as narrativas por aquilo que verdadeiramente são, isto é, construções ideológicas. Repassa a tradição historiográfica norte-americana mostrando os temas recorrentes e o papel dos pais fundadores. A diferença é marcante. Enquanto nos Estados Unidos toda a história está amplamente estudada e organizada através de grandes temas – a história política, a expansão territorial, o conflito Norte-Sul, a escravidão –, no Brasil, país de universidades tardias, a história ficará fortemente marcada pela tradição intelectual francesa e somente a partir dos anos 1960 passará a estabelecer mais conexões com o universo estadunidense, reforçadas sobretudo pelo projeto de institucionalização e de construção de um sistema de pós-graduação eficiente, financiado por fundações norte-americanas. Sob o efeito da revolução cubana, os Estados Unidos propõem uma política cultural mais agressiva – no sentido corrente que é dado a essa palavra na língua cotidiana dos americanos e no sentido ibérico, envolvendo ataque e extermínio – para a América Latina.

Os intelectuais brasileiros se relacionam com essas narrativas norte-americanas sobre o Brasil como se fossem fontes primárias de pesquisa, “versões contemporâneas das crônicas dos viajantes”. Para concluir que “nessa relação de ressentimentos múltiplos não se formou uma comunidade de pares” (p.27).

Seguindo a discussão sobre o contexto interno do campo acadêmico nos dois países, a autora faz um preciso ponto de método mostrando o poder explicativo da história quando bem interrogada e desenhada por uma questão sociológica: captar as inflexões e momentos específicos, considerando mesmo as trajetórias dos principais agentes.

No Brasil, toda uma linhagem de intelectuais – Tavares Bastos, André Rebouças, Eduardo Prado, Viana Moog, Monteiro Lobato –

formou o campo e a série discursiva que poderiam ser chamados de “americanismo”. São narrativas extremamente reveladoras das imagens e miragens que os intelectuais brasileiros construíram sobre os Estados Unidos nas primeiras décadas do século XX.

Também nos outros países da América Latina, intelectuais como Sarmiento, José Martí, Rodó e Mariátegui preocuparam-se em compreender os “grandes do norte”, tanto no sentido de reproduzir o sucesso do desenvolvimento norte-americano e superar nosso atraso quanto de fazer a crítica e alertar para os perigos representados pelo imperialismo. Desenvolve-se um pensamento ibero-americanista (Martí, Rodó) que defende a idéia de que não se pode abrir mão das características herdadas dos ibéricos, consideradas positivas, substituindo-as por valores que formam uma cultura extremamente individualista, racionalista e pragmática.

De fato, desde o início do século XIX, e no bojo da consolidação da Independência recente, os Estados Unidos haviam iniciado sua expansão territorial. Compras, conquistas, aquisições forçadas, guerras e anexações territoriais dotaram o país de seu próprio hemisfério, conforme frase premonitória de Thomas Jefferson: estabeleceram-no como potência hegemônica do continente, não deixando dúvidas sobre a política que manteria com os países ao sul do Rio Grande (divisa com o México). Assim, desenvolveu-se um pensamento crítico e demarcador da especificidade ibérica na América Latina.

Já os “americanistas” brasileiros, de modo geral, davam um enorme peso à tradição histórica atribuindo nosso atraso e dependência ao estilo de colonização portuguesa, preocupada antes em explorar que em implantar uma civilização. Parece evidente que a modernidade e a riqueza encontram-se ao norte. Para aqueles autores, era preciso refundar o Brasil em outras bases, mais modernas, em termos econômicos, industrializar e, em termos políticos, democratizar, renegar a tradição e cultura ibéricas. No início do século XIX, a expressão “americano”, muito utilizada por Alencar e pelos românticos, em geral, referia-se ao continente como um todo, afirmando o pertencimento do Brasil ao conjunto do Novo Mundo. Os Estados Unidos foram exemplo para os pensadores e reformadores sociais, como os já citados Tavares Bastos e André Rebouças, que preconizavam a terra livre e o fim da escravidão como ações conduzidas pelas elites. Estas reformas poderiam desencadear transformações políticas e sociais significativas para o

Brasil. Com o advento da República, toda a discussão sobre o modelo político passava pela questão do americanismo. A adoção do federalismo e de toda a simbologia republicana foi fortemente inspirada pelos Estados Unidos. São Paulo foi o *locus* privilegiado do desenvolvimento dessa mentalidade. Ponto de partida dos bandeirantes, restando um pouco à margem do governo central, São Paulo permaneceu atrasado até o fim do ciclo das bandeiras. Só com o advento do ciclo do café é que se assiste ao triunfo do espírito pioneiro e os paulistas despontam como o povo mais industrioso, progressista, promovendo uma imigração de verdadeiros pioneiros, conforme o argumento de Viana Moog. Lúcia Lippi dedica um capítulo inteiro à idéia contida na obra *Bandeirantes e Pioneiros*, considerando-a um marco nos estudos comparativos entre Brasil e Estados Unidos, em diálogo com duas outras obras significativas que a antecederam: *A Ilusão americana* (1893) de Eduardo Prado e *Pelos Estados Unidos* de Oliveira Viana (1899). A primeira, imbuída de um europeísmo profundo, torna-se marco do pensamento conservador antiamericanista, enquanto a segunda defende o modelo americano, preconizando-o para o bem do progresso do Brasil. No seguimento do mesmo capítulo, repassa narrativas que tratam dessa problemática e aborda as políticas para a cultura implementadas pelos Estados Unidos na América Latina e no Brasil, a partir da Segunda Guerra Mundial. As agências criadas para a ação norte-americana ao sul do continente não só se encarregaram de estabelecer o que ficou conhecido como “a política da boa vizinhança”, promovendo o intercâmbio de artistas, músicos e intelectuais, como também encarregaram-se de criar uma ideologia pró-americana no Brasil, através da difusão da performance dos soldados americanos na guerra. É nesse contexto que a autora explica a emergência da obra de Moog, guiada pela pergunta, ainda pertinente na contemporaneidade, de como foi possível aos Estados Unidos se tornarem a vanguarda do capitalismo no mundo e o Brasil ter um futuro tão incerto. A resposta, sintetizada nos tipos sociais que dão título ao livro, reside não em explicações raciais, mas nos valores que formam o arcabouço das duas civilizações, os dois modelos diferenciados de ocupação do território, acentuando a importância da geografia e do clima assim como dos padrões de colonização. O pioneiro puritano rompeu com a Europa e com o passado; o português, mesmo se nascido no Brasil, mantinha o Velho Mundo como referência. Muitas outras diferenças permeiam a análise compa-

rativa de Viana Moog, da relação com o trabalho à caução da religião, à relação com o dinheiro ao qual os americanos atribuem um valor quase místico. Essas diferenças acentuaram-se, segundo o autor, a partir de meados do século XIX, e tenderiam a se acirrar, apesar das mudanças históricas em curso no seu tempo.

No capítulo em que trata das representações da identidade nacional dos Estados Unidos, Lúcia irá estudar um dos autores responsáveis pela elaboração de narrativas fundadoras: Jackson Turner, o historiador das fronteiras norte-americanas do final do século XIX. Sua explicação da história do expansionismo dos Estados Unidos corrobora a famosa frase de Meining, citada pela autora, que diz que “os Estados Unidos da América foram um experimento geopolítico”. A expansão ocorrida no século XIX encontra sempre sua justificativa na necessidade de manter o equilíbrio da federação. O capítulo aborda ainda a imagem criada por Jefferson de uma república democrática em que o território e a nação imaginada se identificam por uma espécie de “destino manifesto”, conforme expressão cunhada por O’Sullivan em meados do século XIX, justificando a ocupação das terras indígenas e mexicanas para que não se detivesse o progresso da nação. A geografia e a história oferecem uma forte base para a construção da identidade nacional norte-americana, portadoras que são de valores políticos e ideológicos.

Na seqüência, a análise da obra de Turner volta-se para seu teor mítico e religioso, focando a história americana como um desdobramento da vontade de Deus e da renovação da virtude.

Outro importante construtor de mito destacado pela autora é Roosevelt que, em fins do século XIX, defendia os pontos que considerava fundamentais para a continuidade do progresso da América: a república, o desenvolvimento de virtudes marciais, a religião que garantia o amor ao trabalho e o esforço produtivo e, finalmente, a procriação para que haja herdeiros para as terras semeadas. Após dois anos de permanência em seu rancho em Dakota, Roosevelt volta para Nova Iorque e inicia a publicação de uma longa lista de obras sobre a conquista e a vida no Oeste, tendo como palco o mundo agrário e como personagem exemplar o fazendeiro.

Voltando às primeiras décadas do século XX, no Brasil, Monteiro Lobato será um grande admirador dos Estados Unidos, principalmente no que se refere à livre-iniciativa, vista como a antítese de um modelo

político de um Estado cada vez mais forte e interventor na economia, como foi o primeiro governo Vargas (1930-45). Lobato combateu o parasitismo social, o protecionismo, e valorizou a iniciativa individual em uma clara defesa do fordismo como modelo econômico e de controle social. Entusiasta da experiência norte-americana, crê que o Brasil poderá se equiparar aos Estados Unidos “em grandeza, cultura, eficiência e poder, se tomarmos pelos mesmos caminhos”. Isto é: explorando o subsolo – ferro e petróleo, alavancas do progresso e da modernização – e vencendo o parasitismo social e as doenças que assolavam o homem do campo.

É esse o *Espelho de Próspero* no qual – e equivocadamente, segundo Richard Morse – o Brasil pretende se mirar. A obra que traz esse título põe em evidência o antigo contraste entre as duas civilizações: a ibero-americana e a anglo-americana. Não o move o desejo de exaltar os valores americanos, mas sim o de mostrar seu desencanto para com aqueles mesmos valores, em que pese posição ambígua do autor no contexto acadêmico estadunidense.

Não poderia aqui reproduzir os termos das polêmicas que o ensaio de Morse suscitou. Intelectuais defensores do conhecimento científico baseado em métodos objetivos fizeram fortes e pesadas críticas às idéias do brasilianista, argumentando, como Simon Schwartzman, como aquelas idéias eram equivocadas e como poderiam trazer consequências perniciosas ao deixarem entender que:

O liberalismo, a democracia representativa, o racionalismo, o empirismo científico e o pragmatismo não só seriam incompatíveis com a realidade mais profunda da América ibérica, como também marcariam a decadência e a falta de sentido da sociedade capitalista e burguesa. (Lippi, p.55)

A polêmica entre o brasilianista americano e o cientista político brasileiro prossegue trazendo à tona as mais marcantes dicotomias entre as duas culturas, principalmente no que se refere ao comportamento político, e deixa clara a construção ideológica de Morse, através de uma retórica feita de ironia, nem sempre fina, e de erudição. O discurso reportado de Lúcia Lippi, que se recusa a tomar partido na polêmica, separando o objetivo de convencimento do conhecimento, parece apresentar um bom argumento em defesa do brasilianista americano. Ancora a narrativa Morse na melhor tradição

literária, inserindo-a em uma série que passa por Marco Polo, Mandeville e Rousseau, mostrando o quanto o encantar-se com outras culturas faz parte do imaginário ocidental.

Na esteira de Roberto da Matta, e discutindo suas idéias, o livro traz um capítulo sobre as comemorações cívicas e cívico-religiosas, detendo-se na análise do significado simbólico do Dia da Ação de Graças, verdadeiro mito de fundação, em que se dramatiza a ruptura com a Europa e a inclusão dos nativos na construção da nova nação.

Mas talvez o ponto mais alto da obra *Americanos* seja os capítulos que tratam da questão do espaço geográfico, base comum da construção da nação. Da hipótese original – a força da geografia na construção do imaginário da nacionalidade nos dois países – à discussão sobre as categorias de fronteira e de sertão, Lúcia Lippi vai mostrando as numerosas representações, desde o romantismo até a modernidade em torno do interior do Brasil, o mito e seus desdobramentos no sertanejo idealizado de Alencar e de Taunay ou nos retardatários de Euclides e de Lobato, ou ainda na ambivalente figura do bandeirante ousado que amplia as fronteiras da nação. Para o estudo da construção da nacionalidade americana a autora se baseará em Turner e Roosevelt. Investimento intelectual *sui generis* já que não é comum em nosso universo intelectual estudar a história dos Estados Unidos e investimento crítico de desmonte das ideologias ao tomar como superfície de análise as narrativas dos pais fundadores.

Este estudo comparativo é revelador dos diferentes *éthos* que têm vigência nas duas sociedades, discutidos através dos tipos ideais, o puritano e o ibérico. Ao longo do livro, percebe-se a preocupação em pontuar a presença da religião na organização de ambas sociedades, tanto da sociedade civil norte-americana, através das *benevolent societies* e outras instituições, o que mostra o papel racionalizador do Protestantismo e seu peso na orientação das condutas, quanto das formas de organização das sociedades ibéricas. Mesmo que nem sempre de maneira explícita, a questão do iberismo permanece como contraste à análise dos americanos do norte.

Estudar as representações que os intelectuais constroem sobre a identidade de suas nações conduz inevitavelmente à qualificação das condições de produção daquelas narrativas e imagens, contextualizando-as, trazendo à tona as motivações e os jogos de força que as impulsionaram. Só compreendendo os modelos que subjazem às ações

é possível uma discussão consistente sobre os discursos e as ideologias. A recente questão do multiculturalismo, entendida a partir dos modelos culturais vigentes nos dois países, merece uma das reflexões mais lúcidas da autora ao evidenciar os padrões diferenciados de relacionamento com o imigrante, um padrão segregacionista nos Estados Unidos e um assimilacionista no Brasil. Não se trata de julgar ou avaliar mas de constatar a diferença das gramáticas que regem as relações interétnicas e interraciais nos dois países. Tudo isso desfavorece uma adaptação *tout court* do modelo multicultural norte-americano para produzir as novas identidades sociais. Na América Latina, continua a ter força produtiva a valorização da mestiçagem e das relações personalizadas. O movimento das minorias nos Estados Unidos emerge em concomitância ao deslocamento de interesses e à reestruturação das disciplinas acadêmicas.

A situação da universidade americana vem sendo alterada significativamente há duas ou três décadas. A partir dos anos 1980, revigorou-se e politizou-se o debate teórico; as universidades passaram a receber um número significativo de intelectuais de vários países da América Latina assim como levas de estudantes de origem latino-americana, promovendo a emergência de uma geração de intelectuais e artistas *chicanos*. O crescimento do interesse pela América Latina, pela especificidade de sua cultura, diante da evidência de sua presença nas metrópoles e mesmo do predomínio em muitas regiões dos Estados Unidos, pode ser comprovado pelo grande número de departamentos, associações, congressos, um grande incremento e uma verdadeira institucionalização do campo.

Os estudos sobre Brasil continuarão a ser uma fração dos estudos latino-americanos que ganham em amplitude e interesse devido à diáspora latina no norte. Identidades culturais dúbias ou híbridas contribuem para produzir um novo estilo de intelectual que fala sobre a América Latina com a dupla autoridade: a de possuir o *background* latino e a de ocupar um lugar de poder em relação à América Latina, a academia americana. Agora não são mais os brasileiros e latino-americanos que vão aos Estados Unidos aprender como devem estudar. Nos departamentos de espanhol ou nos estudos de área, o interesse pela América Latina alastra-se também devido à nova consciência do campo estratégico que o sul do continente representa para os Estados Unidos. As disciplinas se organizam e os artistas

expressam suas dúvidas, descaminhos, e deixam falar, em sua linguagem híbrida, aquilo que a ideologia esconde.

Se aqueles debates e polêmicas sobre identidade fizeram enorme sentido nas primeiras décadas do século XX, a partir dos anos 60 do mesmo século, reciclou-se um termo antigo mas que se aplicava bem ao estilo de mando assumido pelos Estados Unidos: o imperialismo. Hoje sua lógica é outra: não mais guerras localizadas para delimitar zonas de influência, não mais territórios geográficos e sim territórios imaginários, que garantem um imenso mercado consumidor para sua eficiente indústria cultural. Exportar não somente produtos mas o estilo de vida inteiro, os hábitos, os valores que se espalham no tecido social através de uma lógica bastante sutil e imanente à sociedade de consumo. De fato, o consumo por si só, como prática cultural, estabelece uma forma de controle que prescinde de outras mediações institucionais. O modelo de sociedade baseado no consumo torna possível a criação de um consenso capaz de moldar grandes massas e, ao mesmo tempo, articular as heterogeneidades sociais, as minorias.

Nosso papel, ao entrar nesse debate, é o de constatar sua relevância e tentar trazer mais clareza sobre um campo em transformação. De fato, há todo um conjunto de obras recentes que tomam a cultura dos americanos como tema central; algumas delas, escritas pelos próprios americanos, trazem uma visão bastante crítica daquilo que chamam “a cegueira do centro” (Jameson) ou a sociedade da “alienação autônoma” (Negri e Hardt).

A sociedade de consumo vê sobrepor-se a esfera da cultura à da economia, e essa desdiferenciação das esferas pode ser tomada como um poderoso sintoma da superação da modernidade, tal como foi concebida por Weber.

Há ainda narrativas muitos mais radicais em suas críticas às formas de dominação dos Estados Unidos, como as de Noam Chomsky, e outras, no extremo oposto, como as de Huntchington, que poderiam ser tomadas como parâmetro e lições de método de como se dá a fabricação desse novo momento da história da cultura mundial globalizada. Basta rastreá-las para compreendermos o slogan de Barbara Kruger: *You do history while you do business.*

A SOCIOLOGIA DA INAUTENTICIDADE

Gilson Ciarallo

SOUZA, Jessé (2000). *A modernização seletiva: uma reinterpretação do dilema brasileiro*.
Brasília: Editora Universidade de Brasília, 276p.

Brasil: país moderno. Tal caracterização não é muito recorrente na tradição do pensamento social brasileiro. Com raras exceções, o Brasil foi e tem sido compreendido, naquela tradição, sempre como se localizando num lugar à parte do quadro que aninha os componentes do Ocidente moderno. Ao mesmo tempo sendo moderno e não o sendo, como se, timidamente, a depender do que se está considerando, emergisse e submergisse dentro daquele quadro, no qual somente alguns componentes, imaculadamente modernos, têm lugar cativo na superfície. É neste contexto de reflexão sociológica que *A Modernização Seletiva* de Jessé Souza contribui com vistas a clarificar conceitos e reconduzir olhares.

À recorrente localização do Brasil às margens daquele quadro a que nos referimos acima o autor chama sociologia da inautenticidade, em cujo bojo estariam as contribuições de alguns dos principais expoentes do pensamento social brasileiro clássico: Sérgio Buarque de Hollanda, Raimundo Faoro e Roberto DaMatta. Esta sociologia da

inautenticidade teria como fonte principal de sua inadequação a concepção da trajetória de constituição da modernidade ocidental como sendo uniforme e homogênea. Trajetória que seria dotada, portanto, de uma unicidade imaculada:

Na nossa sociologia da inautenticidade, o desenvolvimento ocidental é percebido não só imprecisamente em várias de suas dimensões fundamentais, mas também como um princípio uno, absoluto e livre de contradições. Essa abordagem pouco diferenciada tem efeitos deletérios na determinação da própria especificidade cultural brasileira. (p. 157)

É em oposição a tal imprecisão que, na primeira parte do livro, Jessé Souza concentra esforços com vistas a esclarecer pressupostos que devem ser considerados na busca da especificidade cultural brasileira. Não coincidentemente, tais pressupostos perfazem o conjunto de aspectos que caracterizam a trajetória de constituição da modernidade ocidental, a qual o autor “acessa” remetendo-se às principais interpretações sociológicas que se ativeram detidamente ao desenvolvimento do Ocidente moderno a fim de compreendê-lo. A partir da tradição sociológica weberiana, Jessé salienta o aspecto da singularidade da modernidade ocidental, atentando para o advento de uma consciência moral pós-tradicional. Em Norbert Elias é a seletividade do processo civilizatório do Ocidente que é enfatizada, o que, nas palavras de Jessé, “permite perceber a seletividade de nossa modernidade na *permanência da desigualdade*” (p. 57). De Jürgen Habermas, além da importância do advento da esfera pública, sublinha concomitantemente o processo de aprendizado reflexivo no decorrer do desenvolvimento ocidental, aspectos que, uma vez considerados, permitem “a ampliação da problemática relativa ao processo de modernização brasileiro de modo a superar o aspecto meramente técnico, instrumental, envolvido no tema da modernização de Estado e de mercados capitalistas” (p. 93). Charles Taylor, por sua vez, é tematizado a partir da contribuição que faz nos termos de sua teoria crítica do reconhecimento, a qual “aponta para uma sensibilidade dirigida aos processos de consciência que impedem formas de auto-estima, especialmente dos setores subalternos, com graves conseqüências políticas” (p. 123).

Forma-se, assim, o arcabouço teórico sob o qual Jessé Souza apóia os pressupostos constitutivos e característicos da modernidade ocidental, a qual passa a rejeitar postulações de unicidade e homogeneidade intrínsecas. Conseqüentemente, em seus próprios termos, “a construção de ‘O’ desenvolvimento capitalista e democrático que reúna em si todas as características mais importantes de processo tão multifacetado [pressuposto de nossa sociologia da inautenticidade] é ilusória e conduz a equívocos graves” (p. 14). Ao contrário disso, há que se compreender as diversas variações concretas do racionalismo ocidental como “absolutizações de dimensões complementares e contraditórias desse próprio racionalismo específico”. Tal perspectiva, por sua vez, permite relativizar hierarquizações consolidadas, uma vez que “formas concretas da realização de valores culturais sejam captadas na sua fragmentariedade e parcialidade constitutivas” (p. 157). Pode-se dizer que esse é o tema da segunda parte do livro, na qual Jessé Souza analisa casos concretos – Estados Unidos, Alemanha e Brasil – de realização (fragmentária e parcial) de valores culturais característicos do Ocidente moderno, os quais devem ser, por conseguinte, compreendidos enquanto absolutizações de dimensões complementares e contraditórias do racionalismo ocidental. Destarte, o Brasil, assim como os Estados Unidos e Alemanha, pode ser compreendido enquanto um desenvolvimento seletivo da modernidade ocidental, dentre outros.

Entretanto, ao atentar para o caso brasileiro de realização dos valores ocidentais, Jessé Souza, num primeiro momento, concentra esforços com vistas à avaliação de como a já referida sociologia da inautenticidade interpreta o Brasil. Isso Jessé faz considerando os intérpretes do Brasil já citados acima: Sérgio Buarque, Raimundo Faoro e Roberto DaMatta. Escolha que não é feita aleatoriamente – seriam eles três dos autores mais representativos da “concepção de mundo ibérica”, concepção esta que, por sua vez, domina a forma como se auto-compreendem os brasileiros. Sérgio Buarque é então tematizado – sobretudo em *Raízes do Brasil* – a partir de uma abrangente interpretação enraizada no fato de ter o Brasil recebido a herança européia pelas vias de uma nação ibérica, fato esse que confere ao Brasil seu caráter personalista. Em Raimundo Faoro Jessé salienta a “versão institucionalista da concepção ibérica”, a qual se consubstancia na tese do patrimonialismo. A tal tese – examinada em *Os Donos do*

Poder – estaria atrelado o modo como historicamente se dá o exercício do poder político no Brasil, caracteristicamente não-democrático, particularista e fundamentado no privilégio. DaMatta, por sua vez, interessa a Jessé no que se concebe como sendo a “versão culturalista” – definida principalmente a partir da obra *Carnavais, Malandros e Heróis* – da mesma concepção ibérica, segundo a qual, no Brasil, o dualismo constituído pelas categorias *pessoa* e *indivíduo* se articula de tal maneira que, em termos gerais, a categoria *pessoa* predomina em detrimento da categoria *indivíduo*.

Cumprе ressaltar que Jessé Souza concebe aquelas três interpretações conjuntamente a partir do que denomina como sendo *culturalismo atávico*, o qual designa a abordagem culturalista desvinculada de uma íntima articulação – característica, por sua vez, dos olhares sociológicos de Max Weber e Norbert Elias – com o tema da dinâmica institucional e o da estratificação social (p.205-6). Decorre do culturalismo atávico o equívoco – apontado por Jessé diversas vezes – de se conceber a transposição de valores culturais (neste caso, os lusitanos) “como quem leva a roupa do corpo”. Tal equívoco – adverte Jessé – somente pode ser dissipado nos quadros do conhecimento sociológico metódico, o qual faz ver que os atores estabelecem com o meio uma relação dialética: “Valores não são ‘instrumentos’ nas mãos da ‘elite’ ou dos indivíduos que estão ‘à disposição’ dos seus fins instrumentais. Valores são construções sociais que possibilitam o ‘pano de fundo’ a partir do qual os indivíduos se compreendem e podem agir em conjunto segundo um quadro de referências comum” (p.245). A tela pintada por Jessé vai, desta forma, ganhando cores, matizes e contrastes ao dialogar com as contribuições clássicas ao pensamento social brasileiro, remetendo-se às principais interpretações sociológicas da modernidade ocidental, as quais utiliza enquanto elementos midiáticos daquele diálogo.

É em Gilberto Freyre – especificamente numa leitura peculiar de *Sobrados e Mucambos* – que Jessé apóia a solução de vinculação entre abordagem culturalista e a articulação com as dinâmicas que enfaticamente sublinha, superando, desta forma, o culturalismo atávico. Neste intuito, a Jessé interessam os “aspectos macrossociológicos” da contribuição freyriana: “aqueles aspectos estruturais da vida institucional e da estratificação social peculiar que se constituem, entre nós, e que são descurados das análises da nossa sociologia da inauten-

ticidade” (p. 209). Com efeito, a partir de tal leitura de Gilberto Freyre, novos valores universalistas e individualistas, cada vez mais impessoais e abstratos, desenvolvem-se nas bases de instituições fundamentais tais como o Estado racional e o mercado capitalista que – cumpre ressaltar – se constituem num quadro de intensificação da cultura cidadina.

É também a partir da leitura de Gilberto Freyre que Jessé Souza atenta para a importância que a forma específica de escravidão – a muçulmana – exerce em termos morais e psíquicos. Tal importância consiste na percepção de duas dinâmicas opostas e concomitantes: a da proximidade, característica das relações propiciadas pela escravidão muçulmana e a da não-humanidade essencial do escravo. A combinação destas dinâmicas sugere a compreensão da “continuidade e permanência secular da relação sadomasoquista do escravismo muçulmano sob outras formas históricas e sociais” (p. 259). Para Jessé, ganha considerável peso o fato de a sociedade brasileira ter suas estruturas arraigadas nas relações de escravidão, de tal modo que uma matriz de relações de dominação entre privilegiados e oprimidos se mantém no tempo, ainda que incorporando a impessoalidade própria das instituições do mundo moderno, sobretudo do mercado capitalista.

A seletividade da modernização brasileira explica-se, assim, pela presença concreta dos valores fundamentais que designam a essência da modernidade ocidental, ainda que apresente dessemelhanças nítidas em termos de seu desenvolvimento (seletivo) em comparação com outros casos concretos de realização dos valores culturais (também seletivos) próprios do Ocidente moderno. Destarte, tal concepção da modernidade ocidental teria como traço designativo essencial o código do individualismo moral característico do Ocidente, recusando, por conseguinte, níveis necessários ou adequados de riqueza e democracia, dentre outros indicadores formais de desenvolvimento. Compreende-se, desta maneira, a possibilidade, defendida por Jessé, de demonstrar que o caso brasileiro é uma variante peculiar da lógica de desenvolvimento do Ocidente moderno.

Cabe salientar que Jessé assegura “ser possível demonstrar” e não *pretendo demonstrar* que o caso brasileiro é uma variante daquela lógica de desenvolvimento (p. 42). A contribuição de *A Modernização Seletiva* para os quadros do pensamento social brasileiro consiste

sobretudo na consideração de dimensões interpretativas, as quais são constitutivas da esfera dos pressupostos da análise sociológica e incitam a reflexão acerca da cientificidade de instrumentos analíticos. É exatamente esta postura – a de consideração de dimensões fundamentais – que se pode conceber como sendo o conjunto dos esforços que Jessé reúne na obra em questão. Dela, portanto, não se deve requerer as conseqüências de uma reflexão sociológica que incorpore tal consideração de dimensões. Isso Jessé não pretendeu.

Sabe-se que, senão a totalidade, pelo menos grande parte do pensamento social brasileiro produzido ao longo do século XX – inclusive a denominada sociologia da inautenticidade – consiste sobretudo na busca da especificidade brasileira. Ao leitor desatento poderia parecer que, dentre os objetivos de Jessé Souza em *A Modernização Seletiva*, estaria no primeiro plano a reprovação de tal busca de especificidades nos esforços de interpretação do Brasil. Tal juízo da obra de Jessé pode até ser aceitável, contanto que se considere que a reflexão interpretativa do pensamento social brasileiro em questão seja aquela que rejeite a tese dos pressupostos da modernização seletiva brasileira, que rejeite, por conseguinte, a compreensão do Brasil como sendo um caso, dentre outros, de realização concreta dos valores característicos do Ocidente moderno. Ora, a busca de especificidades, em tal contexto, implica os equívocos que Jessé tenazmente reprova. Todavia, considerando-se os pressupostos que Jessé defende para a interpretação do Brasil, é ainda a busca da especificidade brasileira que está nas entrelinhas do que se entende por seletividade. O próprio Jessé ensaia dimensões desta postura ao sugerir o entendimento da peculiaridade brasileira a partir do tipo de escravidão que a experiência brasileira produziu e da qual determinadas relações, nela estruturadas, sobreviveram no tempo sob outras formas.

Numa última consideração, cabe reconhecer que o livro de Jessé Souza contribui com vistas a avançar no que grosseiramente chamo de desmitologização do pensamento social brasileiro. Os mitos do pensamento social brasileiro a que me refiro têm dimensão estrutural – considerada por Jessé na crítica da sociologia da inautenticidade – e consistem em conjuntos de pressupostos, valores e concepções que catalisam interpretações em seu favor, isto é, cristalizam ângulos interpretativos, obstruindo a consideração de pressupostos, valores e

concepções diferentes. A desconstrução das contribuições clássicas ao pensamento social brasileiro – coisa que Jessé faz – possibilita, desta forma, o advento sempre bem-vindo de olhares distintos, de novos pontos de partida que, por sua vez, não ganham lugar ao sol se a “aura sagrada” daquelas interpretações clássicas não são dissipadas.

UMA BIOGRAFIA SOCIOLÓGICA

Thadeu de Jesus e Silva Filho

AGUIAR, Ronaldo Conde (2000). *O rebelde esquecido: tempo, vida e obra de Manoel Bomfim*. Rio de Janeiro: Ed. Topbooks, 561p.

O livro de Ronaldo Conde Aguiar é oriundo da sua tese de doutorado, que recebeu o Prêmio de Melhor Tese de Doutorado no I Concurso Brasileiro CNPq-ANPOCS de Obras Científicas e Teses Universitárias em Ciências Sociais – Edição 1999.

Ronaldo Conde Aguiar intenta procurar nas circunstâncias e na trajetória pessoal de Manoel Bomfim respostas a duas ordens de perguntas: “como pôde ele construir suas reflexões e idéias, tão opostas e díspares das idéias e reflexões comuns de seu tempo e da sua classe social de origem? Quais as razões e motivos que o fizeram ser, enfim, um autor esquecido?”, perguntas que fundamentam e orientam a feitura do livro – que o autor chamou de a “biografia sociológica” de Manoel Bomfim.

A expressão “biografia sociológica” aparece dezenove vezes no decorrer do livro, sendo que as dezesseis primeiras na Introdução e no Prólogo, dando a impressão mesmo de tratar-se de importante

Thadeu de Jesus e Silva Filho é sociólogo e antropólogo. Mestre em sociologia pela Universidade de Brasília. Atualmente, 2001, desenvolve tese de doutorado em Sociologia na mesma Universidade.

conceito. A recorrência do seu emprego se dá pela defesa da pertinência de não haver “nenhuma dissensão entre um trabalho acadêmico, do qual se exige rigor no uso dos conceitos, e o prazer estético que uma biografia, como gênero literário, deve proporcionar aos leitores – e, de quebra, àquele que escreve”¹. O significado de tal expressão ganha na quinta nota de rodapé a seguinte explicação: “Biografia – porque se centrou na vida de um personagem; sociológica – porque procurou, através da obra desse personagem, investigar o jogo conflituoso de interesses políticos e os traços marcantes de um campo intelectual e político numa determinada época histórica brasileira”.

A Sociologia não é uma disciplina consensual nem no seu objeto, nem nos métodos, nem nas teorias e nem no valor do significado do “fazer sociológico” – lição esta aprendida da obra dos ditos clássicos: Karl Marx, Émile Durkheim, Max Weber, e por outros tantos autores. De modo que não é possível falar da Sociologia como única ou referir-se a ela e pretender univocidade e/ou consenso a seu respeito². Ademais, donde a razão de chamar de sociológica a investigação do jogo conflituoso de interesses de um determinado campo intelectual? Não poderia esse proceder ser atinente aos estudos de História, de Ciência Política, de Antropologia ou de outra disciplina da grande área das Humanidades? Não poderia ser, então, uma biografia antropológica, uma biografia histórica (?) ou uma biografia política – uma vez que os motivos elencados, mesmo que reivindicando autoridade de Charles Wright-Mills (em *A Imaginação Sociológica*), não perfazem nem de longe argumentação adequada para conferir a qualidade de sociológica a um trabalho? A recorrência e a insistência com que a expressão “biografia sociológica” é abordada e retomada revela uma preocupação muito grande em querer demonstrar a validade do esforço para a Sociologia. É uma espécie de querer provar/demonstrar que o esforço é bom e tem pertinência. O Prólogo todo expõe tal esforço, e isso é facilmente visto pelos aliados reunidos para tal demonstração: Benedetto Croce, Paulo Rónai, Boaventura de Sousa Santos, Isaac Deutscher, Pierre Bourdieu, Didier Eribon, Friederich Nietzsche, Sérgio Paulo Rouanet, Florestan Fernandes, José de Souza Martins, entre outros.

Nessa medida, a associação sugerida entre rigor (oriundo das características do trabalho acadêmico) e prazer (advindo das formas de gênero literário) parece ter dado menos ênfase ao rigor. Não está

explícita, por exemplo (afora as descontinuidades já referidas), a concepção que se tem de política e, então, que fenômeno se quer observar; afinal, falar de política nos moldes de Hannah Arendt, por exemplo, é bem diferente de referir-se às querelas e quesilhas dos partidos políticos e de acusações entre intelectuais nos jornais.

O prazer, mais privilegiado que o rigor, continuou dando mostras de sua condição – fenômeno facilmente constatado a partir da percepção do forte tom coloquial utilizado no livro. Em primeira instância, a utilização de um modo mais casual de comunicação não significa necessariamente a inviabilização do texto e da sua compreensão, conforme demonstrou Gilberto Freyre principalmente em *Casa-Grande & Senzala*, e Norbert Elias, em *Mozart: sociologia de um gênio*. Todavia, a construção de um texto nos moldes sociológicos, com todas as variações inerentes à Sociologia e que impedem mesmo a referência a ela como uma disciplina consensual, implica, inegociavelmente, num procedimento que prime por apresentar os argumentos de uma maneira tal que evite confusões de significado – e isso é questão de método. Com isso, o “fazer sociológico” significará produção de discursos cada vez mais livres de contradição. O livro apresenta algumas inconsistências no que respeita à esta especificidade argumentativa.

Por vezes, o leitor se depara com trechos cujo formato não é atinente nem a uma biografia, nem a um texto sociológico. Eis alguns desses fragmentos:

o comércio local era tosco, nada mais que três armazéns de secos e molhados, duas bodegas, duas padarias, uma loja de artefatos de couro, uma marcenaria e uma ferraria; (p. 52)

No dia seguinte, pela manhã, pai e filho caminharam, em silêncio, pelo Largo do Terreiro de Jesus, um vasto retângulo de chão batido e capim rente, em direção à Faculdade de Medicina. (...) Chegam. Sobem lentamente os poucos degraus da entrada lateral e penetram no corredor silencioso do prédio. São recebidos pelo secretário do estabelecimento, um baiano de meia idade, calvo e solícito; (p. 119)

Machado de Assis fez um discurso curto e pouco enfático, mas adequado ao seu estilo pessoal sóbrio. (...) Joaquim Nabuco, que falou em seguida, defendeu com bom humor o modelo da instituição

que inauguravam naquela noite. Ao fim dos trabalhos foram servidos chás e biscoitos de araruta; (p. 203)

Concentrado no texto, Bomfim não percebeu de imediato a presença de Natividade, que trazia uma limonada, que o marido bebeu sofregamente; (p. 353)

Bomfim fez outra pausa. Levantou-se e, mais uma vez, caminhou pela sala. Aproximou-se da janela e verificou que as nuvens iam, aos poucos, se dissipando. Sentou-se novamente à mesa. Colocou uma pena nova na caneta, mergulhou-a no tinteiro e retomou (...); (p. 354)

Chovia. Manoel Bomfim desceu do landau, atravessou apressadamente a rua da Lampadosa (...) e penetrou no prédio do Instituto Nacional de Música. No saguão, encontrou-se com Coelho Neto, Medeiros e Albuquerque, Olavo Bilac e Alcindo Guanabara, que o aguardavam, ansiosos: ‘Chegou, afinal!’ – ‘Já não era sem tempo!’ – ‘Estávamos preocupados’ – ‘Que chuva, *seo* Bomfim!’ . Havia no recinto umas trinta a quarenta pessoas, muitas do sexo feminino. (p. 359)

A sensação é de estar diante de uma narrativa ficcional, onde os diálogos, as situações de encontro interpessoal, as paisagens naturais e o ambiente foram claramente criados pela imaginação³ e assim o foram sob o argumento de que “a forma clássica de redação de uma tese acadêmica, (...) assume, quase sempre, ‘o ranço de fastidiosos relatórios’”⁴. Mas se é ou se se pretende de caráter sociológico, é mister que se apresente a origem de tais dados. Se não, do que se trata: de um romance biográfico-sociológico ou de outro neologismo? As páginas que vão da 123 até a 126 perfazem um longo trecho da situação acima citada.

Os ambientes criados por diálogos imaginados fazem parte de um ambiente maior onde são expostas *a vida e a obra* de Manoel Bomfim: é o que foi chamado no subtítulo do livro de *o tempo*. Apresentando estes três aspectos conjuntamente e entendendo *o tempo* como sinônimo do que Karl Mannheim chamou de constelação⁵, o texto ficou, óbvia e inevitavelmente, eivado de referências a contextos históricos. Estes, apresentados principalmente como ambiente, intentaram explicitar os acontecimentos da vida política do Brasil contemporâneos a Manoel Bomfim como circunstâncias com as quais ele se deparou durante sua vida e que podem ter influenciado o teor da sua produção.

É o caso das citadas crise do encilhamento, promulgação da primeira constituição republicana, dissolução do Congresso Nacional, renúncia de Deodoro da Fonseca, revolução federalista e revolta das esquadras, discussões a respeito da política indigenista, fundação da Academia Brasileira de Letras, etc.

Todavia, *o tempo* apresentado é composto de idéias e interpretações cristalizadas a respeito de tais acontecimentos, onde os eventos políticos citados no livro reproduzem e transcrevem as idéias do que se entende por História do Brasil da época da vida de Manoel Bomfim. Nessa medida, é uma representação do senso comum. Prova disso são os autores tomados como referência: Caio Prado Jr., Boris Fausto, Nelson Werneck Sodré, Gilberto Dimenstein, Celso Furtado, Renato Ortiz, Wilson Martins, Dante Moreira Leite, e outros. Não privilegiando a busca por leituras e interpretações mais inovadoras para o *tempo*, as narrativas são tradicionais e possuem um tom quase como de “verdades indiscutíveis e suficientes” – como é o caso da interpretação da abolição da escravidão e da instauração da República citados à página 136. Acontece algo muito semelhante na exposição da influência do positivismo que se instalou no Brasil. Não é dito uma vez sequer que positivismos aqui chegaram, quais eram seus traços característicos e suas diferenças, qual deles foi mais aceito e os motivos pelos quais isso veio a acontecer.

Assim, *O rebelde esquecido: tempo, vida e obra de Manoel Bomfim* não é uma história das idéias, nem a discussão das idéias do biografado – algo como *Religião e Modernidade em Habermas*⁶ –, nem a sistematização do conteúdo das discussões de Manoel Bomfim com alguns pensadores de então, não apresentando mesmo a articulação das idéias e dos debates daí decorrentes. O que se percebe muito facilmente é a presença marcante de nomes, de pessoas e de alguns movimentos, mas não de idéias, conforme sugerem os objetivos do livro, de modo que a “biografia sociológica” de Manoel Bomfim ultrapassa o ambiente apenas quando é apresentado o foco da narrativa: neste caso, o contato entre uma pessoa e um ente (outra pessoa, uma instituição, um acontecimento). Isso é o que há de diferente, o resto é moldura cristalizada e argumentação comum.

O livro apresenta com muita ênfase a *educação* como um grande tema e, ainda, como o grande pilar do projeto nacional de Manoel Bomfim. São feitas menções a respeito da sua importância para

o biografado não apenas nos textos por ele escritos mas, de maneira muito significativa, ao explicitar os cargos públicos e funções por ele ocupados relacionados à educação. Foi o caso da direção do *Pedagogium* (espécie de museu pedagógico nacional, inicialmente idéia de Rui Barbosa no parecer emitido em 1882 acerca do projeto de reforma de ensino de Rodolfo Dantas), da fundação e direção do mensário *Educação e Ensino* e da criação da revista *Pedagógica*.

Ao mesmo tempo em que a *educação* é enfatizada, falta a explicitação de duas idéias fundamentais para Manoel Bomfim a respeito de um projeto nacional por ele tecido, principalmente a partir da idéia de que é possível superar os males de origem que assolam o Brasil. Tal superação se daria a partir da implementação de uma política de *educação* para o povo, de especial modo, a educação primária, acompanhada de fomento da *ciência* e de uma ética do *trabalho*. Este é o exemplo mais significativo da falta de tratamento substantivo da *obra* de Manoel Bomfim, cujo lugar foi ocupado pela descrição do *tempo* sem, contudo, demonstrar como e por que os acontecimentos componentes do ambiente influenciaram ou não na composição da *obra* – o máximo apresentado nesse sentido foram as razões elencadas ao final para o seu “esquecimento”. Os aspectos substantivos, embora expostos, sempre foram apresentados como opiniões fortes e como posicionamentos pessoais do autor, mas não de molde a expor sistematicamente seu pensamento a respeito de um certo tema e seu projeto nacional, dando a sensação esporádica de ser não só um rebelde esquecido mas um herói, acima do bem e do mal diante de várias agruras: prisão dos amigos, morte de parentes, possibilidade de prisão, ...

Com isso, o livro apresenta o que o mundo ocidental elegeu como os grandes temas da vida de um homem: sua terra natal, o sucesso do pai e o sonho deste para com seu filho, o forte e inspirador silêncio da mãe, a briga entre pai e filho para este seguir o “próprio caminho”, a formação profissional, a vida amorosa – as aventuras sexuais entre-tidas, as traições sofridas, o grande amor encontrado, as amantes –, as realizações profissionais, a maneira sempre peculiar de crer em Deus, a morte dos parentes e o modo como o fim chegou para si.

Enfim, esses comentários são indicações de falhas que aos olhos do crítico pareceram importantes ressaltar, no espírito do melhor debate acadêmico. Porém, não se pense que *O rebelde esquecido: tempo, vida e obra de Manoel Bomfim* seja um livro a ser descartado. Pelo

contrário, além de ser um livro bastante agradável de ler, juntamente com a apresentação muito oportuna, válida e de grande contribuição da apresentação da obra completa de Manoel Bomfim ao final do livro, que são inegáveis qualidades, trata-se do esforço de recuperar um autor, Manoel Bomfim, injustamente esquecido por grande parte do pensamento brasileiro.

Notas

- 1 Página 22.
- 2 A esse respeito, ver Thadeu de Jesus e Silva Filho, “As múltiplas singularidades do fazer sociológico, ou da necessária cautela metodológica em sociologia”. Série Sociológica, n.º 186, Departamento de Sociologia, Universidade de Brasília, 2001.
- 3 Adequadamente, o último capítulo é intitulado de “epílogo”, e um dicionário dos nomes dos escritores, dos poetas e dos jornalistas citados tem a denominação de “elenco”, referências condizentes com o desenvolvimento da trama.
- 4 Página 22.
- 5 Karl Mannheim “O problema de uma sociologia do conhecimento” in Bertelli, A., Palmeira, M., Velho, O. *Sociologia do Conhecimento*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1974, segunda edição.
- 6 Luiz Bernardo Leite Araújo. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

I. Tipo de colaboração aceita pela Revista Sociedade e Estado.

Trabalhos originais em Sociologia e áreas conexas que digam respeito à relação Sociedade/Estado no contexto da atualidade brasileira e que se enquadrem nas seguintes categorias:

1. Artigos resultantes de pesquisa científica na área de Ciências Sociais.
2. Discussões teóricas levando ao questionamento de modelos existentes e à elaboração de hipótese para pesquisas futuras.
3. Revisões críticas (resenhas, ensaios bibliográficos) de literatura relativa a assuntos de interesse para o desenvolvimento da Sociologia.

II. Apreciação pela Comissão Editorial

1. Os trabalhos enviados serão apreciados pela comissão editorial que poderá fazer uso de Consultores, caso não disponha de especialista na área abordada no artigo.

Os autores serão notificados da aceitação ou recusa de seus artigos.

2. Eventuais sugestões de modificações de estrutura e/ou conteúdo que se façam necessárias deverão ser notificadas ao autor, que se encarregará de fazê-las no prazo máximo de um mês.
3. Não serão permitidos acréscimos ou modificações depois que os textos tiverem sido encaminhados à gráfica.

III. Forma de apresentação dos originais

1. Os artigos deverão ser enviados em disquetes acompanhados de três cópias, em espaço duplo, não excedendo trinta laudas.
2. Os artigos deverão ser acompanhados de um resumo em português, com tradução em inglês e francês, que sintetize os propósitos, métodos e principais conclusões, assim como de dados sobre o autor (instituição, cargo, áreas de interesse, últimas publicações, etc.).
3. As notas, que devem ser de natureza substantiva (não bibliográfica) e reduzidas ao mínimo necessário, deverão ser incluídas no final do documento. As menções a autores no correr do texto devem subordinar-se à forma (autor, data, página).

4. A bibliografia será apresentada ao final do texto, em ordem alfabética pelo último sobrenome do autor, de acordo com as normas usuais. Exemplos:

• **Em caso de livro:**

VOVELLE, Michel (1987). *Ideologias e mentalidades*. São Paulo: Brasiliense.

• **Em caso de artigo:**

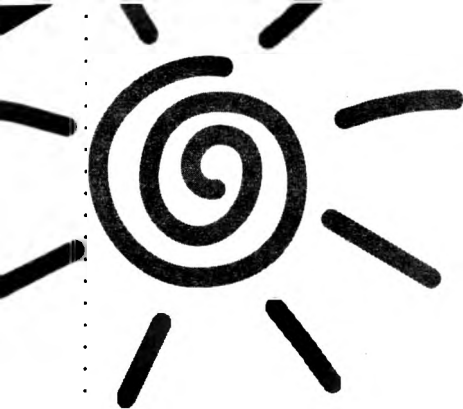
ROUANET, Barbara Freitag (1998). “Urbanização no Portugal de hoje: o caso de Lisboa”. *Sociedade e Estado*, vol. XIII, VI, nº 1, p. 160-187.

• **Em caso de coletânea:**

OLIVEIRA, Lúcia Lippi (1990). “A institucionalização do ensino de Ciências Sociais”. In: BOMENY, H. e BIRMAN, P. (orgs.), *As assim chamadas Ciências Sociais: formação do cientista social no Brasil*. Rio de Janeiro: Uerj Relume Dumará.

• **Em caso de teses:**

SANTOS, Marisa Veloso Motta (1991). *Patrimônio histórico e artístico nacional: o mapeamento de uma formação discursiva*. Tese de Doutorado, Universidade de Brasília.



SOCIEDADE **e** ESTADO

Para assinatura e números de **Sociedade e Estado**, preencha este cupom, anexe cheque nominal ao Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília e envie para:

Revista Sociedade e Estado
Departamento de Sociologia
da Universidade de Brasília
Campus Darcy Ribeiro, Ala Norte
70910-900 Brasília DF

NOME _____

ENDEREÇO _____

CIDADE _____ UF _____

CEP _____ TELEFONE _____

E-MAIL _____

NÚMERO ATUAL R\$ 10,00

NÚMEROS ANTERIORES R\$ 7,50

ASSINATURA ANUAL (dois números) R\$ 18,00

A stylized sun icon consisting of a central circle with three concentric rings, and six short lines radiating outwards from the top-left and bottom-left quadrants.

Próximo número
Dádiva e
solidariedades
urbanas

Este número de Sociedade e Estado tem como tema o pensamento social brasileiro e publica artigos que representam um panorama, ainda que restrito, de algumas tendências das pesquisas e preocupações de autores de diversas instituições e regiões do país.

As ciências sociais em Minas Gerais, a vida intelectual em São Paulo, a especificidade da sociologia no Brasil são alguns dos temas abordados, juntamente com os mitos de origem nos museus brasileiros, patriarcado e estudos feministas, o pensamento de Roger Bastide e de Gilberto Freyre.

